UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo
contemporâneo: crítica ou fetichismo?**

Gustavo Moura de C. Mello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

São Paulo, agosto 2007

Resumo

Nessa dissertação analiso, à luz de conceitos marxianos, as noções de trabalho imaterial - tal qual exposto por Antonio Negri e André Gorz, sobretudo - e de pós-grande indústria - desenvolvido por Ruy Fausto, Eleutério Prado e Leda Paulani -, as quais estão no cerne da interpretação desses autores acerca da atual fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Com isso, pretendo, por um lado, apreender alguns problemas teóricos dessas tentativas de se entender a contemporaneidade com base nos conceitos de trabalho imaterial e de pós-grande indústria; e por outro, chamar a atenção para a força e a atualidade da obra de Marx e de conceitos como o de trabalho abstrato, de mais-valia relativa, de subsunção real do trabalho ao capital, de grande indústria, dentre outros.

Abstract

In this dissertation I analyse, through marxian concepts, the notions of immaterial labour - as exposed by Antonio Negri and André Gorz, - and of post-great industry - developed by Ruy Fausto, Eletério Prado and Leda Paulani -, wich are in the center of these authors' interpretations concerning the current phase of development of the capitalist mode of production. With this, I intend to, on the one hand, apprehend the theoretical problems of these attempts of understand the contemporary capitalism based in the concepts of immaterial labour and pos-great industry; and on the other hand, call attention to the force and atuality of the work of Marx and the concepts of abstract labour, of relative plus-value, of real subsuntion of the labour to the capital, of great industry, amongst others.

Palavras-chaves: Marx; teoria do valor; capitalismo; trabalho imaterial; pós-grande indústria.

Índice

Introdução	P.4
<u>Primeira Parte. Sobre o trabalho imaterial.</u>	
Capítulo 1. O conceito de trabalho imaterial, em Gorz e Negri.	P.23
Capítulo 2. O conceito de trabalho imaterial, em Marx.	P.38
<u>Segunda Parte. Sobre o desenvolvimento histórico do capital.</u>	
Capítulo 3. O conceito de subsunção real e o desenvolvimento histórico do capital, em Gorz e Negri.	P.75
Capítulo 4. A noção de pós-grande indústria.	P.89
Capítulo 5. O conceito de subsunção real e o desenvolvimento histórico do capital, em Marx.	P.101
5.1 A polêmica passagem dos <i>Grundrisse</i>.	P.145
5.2 Algumas considerações sobre o conceito de desmedida.	P.156
5.3 Crítica da pós-grande indústria.	P.172
<u>Anexos:</u>	
Esboço de uma análise marxiana do Estado.	P.185
Biopolítica e biopoder em Negri e Foucault.	P.208
Referências bibliográficas.	P.231

Introdução

O irracional poder e a autoridade dos “dados” é contundente índice dos miasmas deste mundo; não obstante, colecionemos estatísticas oficiais quase que ao acaso, sem questionar sua fidedgnidade: segundo relatório da ONU, de 2006, só nos cinicamente chamados “países em desenvolvimento” cerca de 2,6 bilhões de pessoas, quase metade da sua população total, não têm acesso a saneamento básico, e cerca de 1,1 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável, o que provoca a morte de mais de 2 milhões de crianças todo ano¹. Ademais, a produção de alimentos é capaz de nutrir mais de 12 bilhões de pessoas, entretanto, quase 850 milhões de pessoas passam fome no mundo, e mais de 1 bilhão estão num limiar, comendo hoje, passando fome no dia seguinte, segundo dados da FAO². Em 1990, 2,718 bilhões de pessoas viviam com menos de 2 dólares por dia; em 1998 esse número aumentou para 2,801 bilhões³. Atualmente mais de 1 bilhão de pessoas vivem em favelas, e a projeção é que em três décadas esse número dobre (cf. o relatório ONU-Habitat 2006/2007). Somente no Brasil, mais de 15 milhões de pessoas são analfabetas, de acordo com relatório do IBGE de 2006⁴. Segundo este mesmo relatório, em 1995 6,1% da PEA (População Economicamente Ativa) se encontrava desempregada, ao passo que em 2005 este percentual se elevou a 9,3%, enquanto no mesmo período houve uma queda no rendimento dos trabalhadores de 12,7%, e um aumento da jornada de trabalho de 10%. Um recente relatório que causou grande polêmica em todo o mundo, feito pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática⁵, o qual reúne centenas de especialistas de vários países, alerta que até 2100 a temperatura global se elevará em média de 1,1° C a 6,4° C, o que implicará num enorme aumento das catástrofes climáticas, de furacões, enchentes, ondas de calor e de frio, falta de água, perda de safras, etc. Com isso, é apresentada a previsão de que até 2050 tais mazelas produzirão mais de 1 bilhão de refugiados no mundo, e até 2080, 3,2 bilhões de pessoas padecerão com a escassez de água potável. Em um também recente relatório da OIT, diz-se que existem cerca de 2,2 milhões de acidentes e doenças do trabalho ao ano; além disso, segundo prognóstico feito pela OMS, o número de mortes por doenças provocadas pelo *stress* no trabalho vai duplicar até 2020 e passará a ser “a maior causa mundial de morte natural”; tudo isso sem falar na concentração de renda, na chamada precarização do

¹ Cf. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2006, em www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006.

² Cf. Relatório sobre Insegurança Alimentar no Mundo, de 2006, no site <http://www.fao.org/sofi/sofi/>.

³ Cf. Global economic prospects and the developing countries 2000, relatório do Banco Mundial (cf. Stiglitz, J. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002).

⁴ Cf. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao de vida.

⁵ Cf. www.ipcc.ch.

trabalho, na dominação cultural, no totalitarismo dos grandes meios de comunicação, na mutilação espiritual generalizada, etc. Incontáveis são os analfabetos e analfabetos funcionais, os sem-teto, os que morrem anualmente de doenças facilmente tratáveis, as vítimas das balas perdidas, das carnificinas policiais, os que sem saber exatamente o motivo perdem suas vidas em guerras declaradas e não-declaradas, os literalmente escravizados. Esta “coleção” seria, pois, infindável.

Em um contexto em que a voracidade do capital parece sem limites, em que a busca encarniçada por lucros, sobretudo advindos de especulações e maquinações financeiras, sem correspondência produtiva *real*, é padrão de conduta indiscutível e inexorável, por parte dos que “estão por cima”; em um contexto em que os problemas sociais ganham estatuto de leis da natureza, e “o crime acontece como a chuva que cai”; em “tempos negros” nos quais sobram injustiça e sofrimento e falta a revolta; nesse contexto, os inumeráveis motivos para a crítica teórica e prática das sociedades capitalistas não desvaneceram; ao contrário, os múltiplos aspectos da barbárie desse modo de produção tornam sua eliminação tão necessária quanto urgente, e a compreensão profunda sobre o seu funcionamento é um momento desse hercúleo - e talvez vão - esforço. Não obstante, os empreendimentos teóricos críticos se encontram em baixa, seja devido ao processo de embotamento espiritual que a todos grassa - indústria cultural, degradação dos sistemas de ensino, etc. -, seja devido à falta de condições objetivas para a dedicação aos estudos e à elaboração teórica –exploração desmedida do trabalho, falta de verba, excesso de tarefas não relacionadas à pesquisa, etc. -, seja ainda devido à impossibilidade de se construir coletivamente tais empreendimentos e divulgá-los; entre diversos outros motivos.

Da parte dos apologistas predomina cinicamente o silêncio frente àquelas mazelas, ou a dissimulação. Da parte dos que se pretendem críticos, muitas vezes vê-se o estarrecimento, a confusão, o desespero, o desânimo, a falta de rigor. Um quadro desolador, à altura da desgraça vigente para qual debilmente chamei a atenção há pouco. Entretanto, poder-se-ia indagar: como entender a discrepância entre a produção e o consumo, a coexistência de fome e das necessidades mais elementares com a abundância, com a disponibilidade de meios para extirpá-las? Como entender o tão místico, envolvente e frenético processo de valorização financeira, e a preponderância da esfera financeira frente à produtiva? Como entender a conversão do conhecimento científico em mercadoria tão importante, e seu “trancamento” em patentes? Como entender o desenfreado e irracional processo de degradação ambiental resultante das relações predatórias que nas presentes formações sociais os homens estabelecem com o meio? Como entender a coexistência de processos de “super-exploração” do trabalho e de alijamento de

enormes contingentes populacionais dos processos produtivos, que faz com que essa massa “estruturalmente desempregada” tenha negada as condições de sobrevivência? Como encarar questões como essas que inspiram a redação de tantos livros e artigos, sob as mais diversas matrizes teóricas?

De modo extremamente precário, poder-se-ia dizer, em relação à primeira pergunta, que

Nunca [se deve – G.M.] esquecer que o objetivo direto da produção capitalista não é o valor de uso, mas o valor de troca e em especial [o – G.M.] incremento da mais-valia. Este é o motivo que impulsiona a produção capitalista, e é um primor de concepção a que, para escamotear as contradições da produção capitalista, omite-lhe a base e faz dela uma produção dirigida para o consumo imediato dos produtores⁶.

Em um contexto em que a valorização fictícia se sobrepõe à não-fictícia, em que a especulação corre desenfreada, e numa sociedade na qual a regulação da produção se dá por trás das costas dos produtores, ou na qual “a racionalidade social só se faz valer sempre *post festum*, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações”⁷, e grandes discrepâncias entre o que é produzido e as necessidades sociais solváveis, já que no capitalismo as necessidades só se efetivam socialmente quando mediadas por dinheiro⁸. Com isso, talvez seja possível se começar a entender o descalabro de uma situação em que as coisas não são feitas simplesmente para satisfazerem necessidades humanas originárias do estômago ou da fantasia, mas para ensejarem a valorização do capital, de tal forma que a fome não é socialmente válida sem o dinheiro para a feira, e se morre de fome enquanto os alimentos apodrecem nos estoques; a carência por moradia que não perfaz uma “demanda efetiva”, como já falava Marx nos *Manuscritos de 1844*⁹, ou seja, que não corresponde às condições monetárias para a aquisição de uma casa, significa para os tantos sem-teto dormir ao relento sujeitos a todo tipo de violência e sofrimento, provavelmente próximos a ‘empreendimentos habitacionais’ de caráter puramente especulativos. Com isso, dizia, talvez se possa começar a entender o processo de escravização dos homens pelas coisas que ele mesmo criou; a reificação humana e a concomitante subjetivação dos produtos do trabalho humano.

Já sobre a segunda pergunta, da mesma maneira apressada e incompleta poder-se-ia argumentar que, em primeiro lugar, o dinheiro “pode ser vendido como fonte de lucro. Com o

⁶ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.931.

⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.233

⁸ “O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida do homem e os meios de subsistência” (Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 230).

⁹ Cf. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 233.

dinheiro etc. outorgo a outra pessoa o poder de se apropriar de mais-valia. Justifica-se portanto que eu receba parte desse valor excedente”¹⁰. Desse modo, é inerente ao movimento fetichista do capital o desenvolvimento da esfera financeira, mesmo porque “o fetiche mais completo é o *capital produtor de juros*. Nele temos o ponto de partida original do capital – o dinheiro – e a fórmula D-M-D’ reduzida aos dois extremos D-D’. Dinheiro que gera mais dinheiro. É a fórmula primitiva e geral do capital, contraída numa súpula absurda”¹¹. Aqui “permanece apenas essa função [de gerar dinheiro], sem a mediação do processo de produção e do processo de circulação”¹².

Nada a se surpreender, portanto, com a pululância das miríades de papéis que rendem juros, e seu descompasso em relação ao setor produtivo, com o qual em tese teria profunda imbricação. Novamente nas palavras de Marx, “A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro)”¹³; “Todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam”¹⁴.

Apesar de toda a mistificação e o fetichismo *efetivos* que isso implica, não representa, por conseguinte, nenhum descalabro teórico a autonomização da esfera financeira e a multiplicação do capital fictício, e tampouco sua predominância, sobretudo em um momento histórico que sucede uma forte queda das taxas de lucro¹⁵.

Sobre o atual papel da ciência, é possível afirmar de maneira rudimentar que o capital possui necessariamente um impulso totalizante e totalitário, visando - de maneira cega, automática e contraditória -, subordinar a si todas as esferas da vida social de maneira sempre mais plena. No bojo de seu desenvolvimento histórico, e por conseqüência, do processo de produção de mais-valia relativa, mormente com o advento da grande indústria, o capital logra

¹⁰ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1496.

¹¹ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1495.

¹² Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1496.

¹³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986, p.13.

¹⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986, p.13.

¹⁵ “As taxas de lucro, que atingem mais de 20% no início dos anos 1960, caem para cerca de 12% em 1982 ou 1983” (Duménil, G., Lévy, D. *Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo*. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003, p.18-19).

subordinar a si a ciência, forçando-a a servi-lo¹⁶. Melhor dizendo, ele “... conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela”¹⁷, e a ciência se torna “força produtiva direta”¹⁸. Assim, “*A invenção torna-se então um negócio, e a aplicação da ciência na própria produção direta torna-se uma perspectiva que a determina e solicita*”¹⁹. Desse modo, dada a premência que adquire a ciência no processo produtivo, o “cercamento” do conhecimento científico através de patentes – e a famigerada “mercantilização do conhecimento” – é uma saída compreensível.

No que tange à quarta indagação, a respeito da degradação ambiental, e já adentrando de certa forma a pergunta subsequente, uma argumentação cabível, para se começar a tratar do tema, poderia ser algo como segue:

Tanto na agricultura quanto na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece, ao mesmo tempo, como martirólógio dos produtores, o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e autonomia individuais. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas cada vez maiores quebra, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Assim como na indústria citadina, na agricultura moderna o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são conseguidos mediante a devastação e o empestamento da própria força de trabalho. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador²⁰.

Por fim, a respeito da última pergunta, valeria a pena dizer que “... em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho”²¹, promovendo

¹⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.271.

¹⁷ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.229.

¹⁸ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p. 230.

¹⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.226-7, tradução modificada, grifos meus.

²⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.100.

²¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.202.

portanto um “prolongamento antinatural da jornada de trabalho”²², aviltando de maneira animalesca as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores²³.

As condições técnicas para tanto estão postas há tempos, sobretudo com o surgimento das máquinas: “Se a maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se torna, como portadora do capital, inicialmente nas indústrias de que se apodera de imediato, o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural”²⁴. Se historicamente a luta entre capital e trabalho implicou na regularização da jornada de trabalho e no surgimento de diversas intervenções estatais e políticas que trouxeram de um modo ou de outro algumas melhorias materiais para certas categorias de trabalhadores, nas últimas décadas, com o processo de dismantelamento do chamado “Estado de Bem-Estar Social” no centro do capitalismo, e do “Estado Desenvolvimentista”, na periferia, faz-se valer novamente, e de maneira generalizada, o referido impulso desmedido do capital e seu descaso para com sua fonte vital.

Esse processo de aumento da exploração do trabalho, que muitas vezes é denominado de “precarização do trabalho”, tem as mesmas raízes que o processo de redução relativa e absoluta do capital variável frente ao constante. Em seu movimento descomedido “... a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”²⁵. Essa população relativa, o exército industrial de reserva, que “pertence ao capital de maneira tão absoluta”²⁶, rebaixa o valor da força de trabalho e proporciona às “mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional”²⁷.

Apesar da possibilidade dos trabalhadores “desempregados” encontrarem ocupações em outras indústrias ou setores da economia (geralmente em condições terríveis e instáveis), “Nada

²² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.203.

²³ Cf., por exemplo, os capítulos VIII, XIII e XXIII do Livro Primeiro de *O Capital*, respectivamente sobre a “Jornada de Trabalho”, sobre a “Maquinaria e Grande Indústria” e sobre “A lei geral da acumulação capitalista”, em Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988 e 1988a.

²⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.26.

²⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.190.

²⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.191.

se opõe a que parte do capital-dinheiro fique ociosa e sem emprego, ao mesmo tempo em que baixam os preços dos meios de subsistência em virtude de superprodução relativa, e os trabalhadores desempregados pelas máquinas são dizimados pela fome”²⁸. Em suma, “Decorre da natureza do capital sobrecarregar de trabalho parte da população trabalhadora, e pauperizar o resto”²⁹.

Disso tudo, poder-se-ia arrebatar asseverando que

dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital. Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue portanto que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital³⁰.

Desse modo, talvez a obra marxiana forneça elementos e chaves para a compreensão de importantes processos econômicos, políticos, sociais e culturais hodiernos, e dentro dela a teoria do valor cumpre papel central, pois visa apreender o cerne do processo de valorização do valor e da subjetivação do capital, inegavelmente “a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capitalista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações”³¹, e “o interesse impulsor e o *resultado final* do processo de produção capitalista”³².

Do exposto, espero não dar origem a dois equívocos. O primeiro seria fazer acreditar que minha pretensão com este texto é dar conta de todas as questões aventadas, ou ainda de realizar

²⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 200.

²⁸ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.994.

²⁹ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1352.

³⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200-201.

³¹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.21.

³² Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.8.

um estudo abrangente da obra marxiana; sobre os objetos desta dissertação falarei logo na sequência. O segundo consistiria em entender que pretendo argumentar que nada mudou no capitalismo quando se compara o momento presente e o momento em que Marx produziu suas principais obras, de tal modo que sua análise serviria perfeitamente para hoje. Muito pelo contrário. Não creio nem mesmo que algum dia sua análise tenha cumprido esse papel - o que é óbvio, se se considera seu caráter inconcluso. Como pretendo desenvolver minhas reflexões da perspectiva desenvolvida por Marx, cuja teoria, por seus fundamentos, não se propunha e nem poderia ser supra-histórica, mas se encontra necessária e profundamente ancorada na história e em processo de constante atualização, penso ser fundamental a busca pela apreensão crítica daquilo que o capital introduz como novidade, em seu processo (contraditório) de auto-constituição. Não obstante, não é possível entender tais inovações se não se leva em conta as configurações pretéritas do sistema, por um lado, e por outro, as diversas “permanências”, as diversas determinações que se mantêm no decorrer da história do capitalismo, manifestando-se com maior ou menor intensidade em cada momento. Além disso, é imprescindível se levar em conta os desenvolvimentos teóricos críticos relevantes já feitos, pois obviamente não se trata de começar do zero ou de se “inventar a roda”. Assim não só se melhora a posição para o cumprimento das tarefas que a crítica social impõe, mas também se evita cair no erro que por vezes caem os autores que decidi aqui estudar, os quais “absolutizam” o tempo presente, e entendem que vivem em uma época radicalmente *sui generis*, que precisa ser investigada sobre bases totalmente novas, ou pelo menos analisadas através de conceitos totalmente originais.

*

No presente texto, optei por centrar minha atenção na tese da *pós-grande indústria* e no debate acerca do *trabalho imaterial*. No primeiro caso, fundamentalmente por sua consistência lógica, e por ter sido formulada por um brasileiro, encontrando uma considerável aceitação de marxistas contrerrâneos; e, no segundo, por sua repercussão no âmbito do marxismo de diversos países. Vale dizer, antes de tudo, que os conceitos de trabalho imaterial e de pós-grande indústria constituem respostas teóricas a recentes mudanças do modo de produção capitalista, concernentes sobretudo ao enorme desenvolvimento das forças produtivas durante o último quartel do século XX, que teria conduzido a uma progressiva eliminação do trabalho braçal ou do trabalho diretamente empregado no processo produtivo, e conferido centralidade à ciência ou ao conhecimento. Nesse contexto, teria ocorrido uma grande expansão do setor de serviços e uma mudança no caráter do trabalho, e na própria fonte do valor.

Sobre a discussão acerca do trabalho imaterial, concentrar-me-ei principalmente em dois autores: Antonio Negri e André Gorz. O primeiro faz parte de uma importante tradição do marxismo italiano, da qual cabe também destacar Mario Tronti, Sergio Bologna, Paolo Virno, entre muitos outros, tendo inclusive integrado o movimento *operaísta*, um movimento socialista italiano bastante atuante nas décadas de 1960 e 1970. Segundo o próprio Negri, o conceito de trabalho imaterial tem suas origens nos desenvolvimentos teóricos dos *operaístas*, que deram centralidade ao conceito marxiano de *intelecto geral* ou *intelecto social*³³. Entretanto, apesar dessa origem italiana, o debate sobre o trabalho imaterial não ficou circunscrito a esse país, e alguns autores italianos, com destaque para o próprio Negri, introduziram-no na França, no bojo das discussões sobre a crise do fordismo e as transformações do trabalho³⁴. Além disso, o livro *Império*, escrito por Negri em parceria com o norte-americano Michael Hardt, fez um grande sucesso em diversos países, em especial nos EUA e na Inglaterra, principalmente através da Revista *New Left Review* (que inclusive publicou em dezembro de 2003 o livro *Debating Empire*, no qual diversos autores analisam as proposições de Hardt e Negri). Fora isso, aqui no Brasil a publicação do *Império* também causou um certo rebuliço entre os marxistas – e muitos não-marxistas –, e as idéias de Antonio Negri, que foi colaborador no caderno *Mais!* do jornal *Folha de São Paulo*, foram bastante discutidas.

André Gorz, por seu turno, é um austríaco - que ainda na juventude passa a viver na França - autor de diversos livros que também tiveram uma considerável repercussão nesse país, e em outros como a Alemanha e o Brasil. Dentre suas obras, a de maior sucesso foi *Adeus ao proletariado*, de 1980, mas sobre o tema em questão os seus livros mais importantes são mais recentes, merecendo destaque o *Misérias do Passado, Riqueza do Possível*, de 1997, e *O Imaterial – Conhecimento, valor e capital*, escrito em 2003.

Tanto Negri quanto Gorz (que sem dúvida fora influenciado pelo primeiro), grosso modo, conceituam o trabalho imaterial simplesmente como aquele que não resulta em algo material e durável, sendo ao contrário caracterizado pelo manuseio de símbolos e informações. No seu livro *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Negri e Lazzarato relacionam esse conceito às mudanças no processo comunicativo e no processo de constituição da subjetividade, à centralidade assumida pela afetividade e criatividade do trabalhador no processo

³³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.160.

³⁴ Para uma apresentação mais detalhada sobre o movimento operaísta e sobre sua importância na trajetória de Negri, vide a Introdução de Giuseppe Cocco ao livro *Trabalho Imaterial – Formas de vida e produção de subjetividade* (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).

produtivo, ao novo caráter cooperativo da produção, tudo isso ligado ao processo de cientificação e intelectualização dessa produção.

Já em *Império*, descobre-se que, com o desenvolvimento recente do capitalismo, “Inteligência e afeto (...) se tornam os poderes produtivos básicos”³⁵, e segundo Hardt e Negri, tal processo condiz com a noção de *intelecto geral*, apresentada por Marx nos *Grundrisse*, que de acordo com a definição desses autores, “... é uma inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e *know-how* acumulados”³⁶. Da preponderância do intelecto geral, os autores extraem a urgência para se desenvolver uma “nova teoria do valor”³⁷, propugnando que “O excesso de valor é hoje determinado nos afetos, nos corpos cruzados de conhecimento, na inteligência da mente e no puro poder de agir”³⁸, e que o “... trabalho produtivo não é mais ‘o que diretamente produz capital’, mas o que reproduz a sociedade”³⁹.

Desse modo, o processo de trabalho sofre alterações fundamentais, tornando-se um processo de “reprodução da subjetividade”⁴⁰ e os trabalhadores tornam-se independentes “em relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital”, e autônomos “com relação à exploração”⁴¹. Disso decorre que a subsunção do trabalho ao capital passa a ser externa ao processo produtivo, sendo mantida pelo emprego de poder, ou do biopoder, “a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”⁴², cuja natureza é política, ou biopolítica.

Outra importante conclusão a que chegam Negri e Hardt, relacionada aos conceitos de biopoder e biopolítica, é que está em curso um processo de dissolução dos Estados nacionais e de constituição de uma nova ordem mundial, na qual o imperialismo seria substituído pelo Império, o qual não possui centro nem fronteiras, e tampouco limites para o exercício de seu poder, penetrando nas “profundezas do mundo social”⁴³ e em cada aspecto da vida social⁴⁴.

³⁵ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 387.

³⁶ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 386.

³⁷ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 48.

³⁸ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 387.

³⁹ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p. 157.

⁴⁰ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 30.

⁴¹ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 30.

⁴² Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 43.

⁴³ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 15.

⁴⁴ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, pp. 14-15.

Já André Gorz, aproximando-se em diversos pontos de Negri, constata que na sociedade “pós-industrial”, o capital progressivamente pode prescindir do trabalho para se valorizar. Isso se deve ao fato do trabalho ter se tornado predominantemente imaterial, intelectual, cognoscitivo, “*complexo*”, o que impossibilitaria a sua redução a trabalho abstrato. Em função dessas transformações, “... o ‘valor’ designa hoje o valor de troca de uma mercadoria contra outras mercadorias”⁴⁵, e passa a ter a inteligência e a imaginação como sua “fonte”⁴⁶. Devido a essa mudança no próprio valor, o capitalismo teria perdido a sua principal lei reguladora, e se tornado desregrado.

A tese da pós-grande indústria, por sua vez, será estudada principalmente com base em textos de seu formulador, Ruy Fausto⁴⁷, e nos trabalhos dos economistas Leda Maria Paulani e Eleutério Prado, o qual nos últimos anos tem se esforçado para desenvolvê-la, inclusive em contraposição às proposições de Gorz e Negri. Essa tese foi construída com base em algumas passagens dos *Grundrisse*⁴⁸, onde Marx, segundo Ruy Fausto e Eleutério Prado, estaria descrevendo uma realidade histórica que só viria a se efetivar mais de cem anos depois⁴⁹, e que corresponderia ao advento de uma terceira fase do modo de produção capitalista, sua fase terminal.

Como defende Ruy Fausto, a pós-grande indústria é marcada pela segunda negação do trabalho pelo capital e pela segunda posição material do capital no processo produtivo⁵⁰. A primeira negação do trabalho se dá com o advento da grande indústria, quando os trabalhadores perdem qualquer controle sobre a produção e são reduzidos à condição de apêndices do sistema de máquinas. A segunda negação (negação da negação) decorreria da substituição dos trabalhadores por máquinas, e na conseqüente assunção da tarefa de “guardião e regulador”⁵¹, a qual de certa forma reporia o controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo (que existia na manufatura), e junto com isso, colocaria em primeiro plano a sua subjetividade, ou o

⁴⁵ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 10.

⁴⁶ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 15.

⁴⁷ Que a apresentou pela primeira vez na sua tese de livre docência defendida na Universidade de São Paulo em 1989, e a publicou na revista *Lua Nova* (nº 19, em novembro de 1989), sob o título “Pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles)”, e mais recentemente, no Terceiro Tomo da série *Marx: Lógica e Política*, de 2002.

⁴⁸ Ver, basicamente, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 702-712, que correspondem ao final do sexto caderno e início do sétimo caderno dos *Grundrisse*, escritos entre fevereiro e junho de 1858.

⁴⁹ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.82.

⁵⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 129.

⁵¹ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 705.

“empenho da subjetividade”⁵². Sobre a “posição material”, na grande-indústria, o capital ganha um estofamento objetivo adequado a sua existência, na medida em que é posto materialmente no sistema de máquinas; ao passo que na pós-grande indústria, o que ocorre é a posição da ciência “na matéria”, no sistema de máquinas, de modo que ela “se objetiva *enquanto* ciência”⁵³, e assim, “*A forma material [a ciência] passa a servir a si própria em vez de servir à forma formal [o capital]*”⁵⁴. Logo, nesse processo, o capital não mais teria uma base adequada para a sua reprodução.

Dessa perspectiva teórica, novamente o conceito de intelecto geral ou intelecto social é fundamental, pois ele corresponde à “situação geral da ciência”⁵⁵, ao nível de conhecimento científico de uma dada sociedade, através do qual ela se apropria das “forças da natureza” e desenvolve as forças produtivas.

Segundo a tese da pós-grande indústria, o revolucionamento das forças produtivas estaria promovendo o alijamento do trabalho diretamente empregado na produção e uma mudança na substância do valor, que por sua vez estaria deixando de ser trabalho abstrato, e se tornando o trabalho científico, ou o trabalho “criativo, inteligente, cognoscitivo, etc.”⁵⁶, algo qualitativo que não poderia ser “abstraído” ou reduzido a uma mera determinação quantitativa, de modo que o tempo de trabalho perderia importância em favor da qualidade desse trabalho. De acordo com Eleutério Prado, isso implica no surgimento do “valor desmedido”⁵⁷, e assim, “... as proporções que regulam as relações sociais de produção capitalistas (...) tornam-se até certo ponto arbitrárias”⁵⁸.

Tais mudanças, como mencionei, acarretariam obstáculos à acumulação capitalista, que deixaria de se estruturar sobre uma base material adequada, e adentraria uma fase de derrocada; e nesse ponto, aproximam-se os teóricos do trabalho imaterial e os da pós-grande indústria, tanto que Eleutério Prado concorda explicitamente com André Gorz quando este afirma que o

⁵² Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p. 87.

⁵³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 134.

⁵⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 135.

⁵⁵ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.709.

⁵⁶ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.89.

⁵⁷ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.88.

⁵⁸ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.88.

capitalismo entrou em uma nova fase, “.... o capitalismo chamado de cognitivo...”, o qual “... é já a crise do capitalismo”⁵⁹, “pois a economia baseada no trabalho conceitual e no conhecimento científico e tecnológico avançado é incongruente com a relação de capital”⁶⁰.

Da perspectiva desses teóricos, a importância assumida pelo chamado setor de serviços também é decisiva. Como define Marx, “Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade”⁶¹. Entretanto, nas palavras de Eleutério Prado, nos serviços existe uma “... inadequação da matéria do valor de uso à forma mercadoria, já que ela é atividade como tal e não existe, pois, independentemente da compra e da venda, tal como ocorre no outro caso”⁶². Além disso, os serviços são associados a um trabalho “espiritual, intelectual, moral ou artístico”⁶³, cujo produto não pode ser apreendido em termos meramente quantitativos.

Nota-se que tanto a conceituação de trabalho imaterial por Gorz e Negri quanto a tese da pós-grande indústria buscam apreender de maneira abrangente diversos aspectos fundamentais da contemporaneidade, e para tanto se ancoram em análises do desenvolvimento histórico do capital. Elas serão alvo de investigação por meio de análise dos autores contemporâneos e da obra de Marx, e irei me concentrar nos conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital, bem como os de cooperação, manufatura e grande indústria.

Como já foi visto, o conceito de trabalho imaterial refere-se ao resultado concreto da atividade laboral, de modo que tanto Negri quanto Gorz fundam suas análises do capitalismo no caráter concreto do trabalho, perdendo de vista o seu conteúdo social. Isso explica a própria análise história do capitalismo feita por Negri no *Império*, a qual é dividida em três períodos ou momentos, “cada qual definido pelo setor dominante da economia”⁶⁴, primário, secundário e terciário, respectivamente.

Nas palavras de Marx, “A mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material origina-se (...) da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção

⁵⁹ Gorz citado por Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.94.

⁶⁰ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.94.

⁶¹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.78.

⁶² Prado, E.F.S. Trabalho imaterial e fetichismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005b, p.51.

⁶³ Prado, E.F.S. Trabalho imaterial e fetichismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005b, p.51.

⁶⁴ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 300.

capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias”⁶⁵, o que indica que a centralidade atribuída à noção de trabalho imaterial é problemática para uma perspectiva marxista.

É justamente essa concepção fetichista que possibilita tanto Negri quanto Gorz propugnarem que o capital passou a, ou está em vias de, prescindir do trabalho para se valorizar, ignorando que a criação de valor não se deve à força de trabalho enquanto tal, mas enquanto forma do capital (capital variável) que assume no capitalismo. Graças a esse equívoco, Negri pode tomar como anacrônico o conceito de capital variável, posto que o processo de valorização não mais estaria subordinado ao capital⁶⁶; e Gorz pode identificar tanto o valor com o valor de uso, e tomar a teoria do valor como uma teoria de preços relativos, caindo na chamada ilusão convencionalista⁶⁷, quanto capital variável e capital constante, como se ambos gerassem mais-valia, e pode empregar termos como “capital-humano”, e “capital-conhecimento”⁶⁸ - diga-se de passagem, usados nos manuais de administração de maneira freqüente e não fortuita, dado seu caráter ideológico -, de modo que o próprio homem é tido como capital, ou seja, a relação social que é o capital é identificada com os próprios conteúdos materiais que lhe são suportes, o que parece uma clara ilusão fetichista. Vale dizer ainda, que Gorz associa o conceito de intelecto geral à noção de capital-humano, concluindo que “... a idéia de ‘capital humano’ encontra-se já, pois, nos *Manuscritos de 1857-1858*”⁶⁹. Por fim, para Gorz, o trabalho complexo não “... vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes multiplicado”⁷⁰, mas tanto o trabalho complexo como o trabalho simples são categorias históricas, tendo este último prevalecido desde os primórdios do capitalismo até a “pós-modernidade”⁷¹; e aquele domina a presente fase do desenvolvimento capitalista.

No que se refere à tese da pós-grande indústria, acredito que ela se estrutura sobre uma interpretação problemática de trechos dos *Grundrisse*, nos quais entendo que Marx opõe grande-indústria a uma sociedade emancipada, e de modo algum tece elucubrações acerca de uma nova

⁶⁵ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 78.

⁶⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 315.

⁶⁷ Cf. o texto Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor, em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁶⁸ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 11.

⁶⁹ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 12-13.

⁷⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 51-52.

fase do modo de produção capitalista. Assim, à guisa de ilustração, vejamos a interpretação de Ruy Fausto de um trecho dos *Grundrisse*, que ele considera talvez “o texto principal”^{72, 73}. Nele, Marx afirma que a “produção que repousa sobre o valor”, a produção capitalista, pressupõe “o quantum de trabalho utilizado como fator decisivo da produção de riqueza”, mas que o desenvolvimento das forças produtivas cria um “descompasso” entre a “criação da riqueza efetiva” e o quantum de trabalho utilizado nessa produção⁷⁴. Comentando esse trecho, Ruy Fausto explicitamente entende por “criação de riqueza efetiva”, algo como criação de valor, valorização; ao passo que consideramos que *riqueza efetiva* se refere aos *valores de uso*, e que *riqueza* se refere à valorização do valor, quando se trata do capitalismo; e ao “cultivo do espírito”, quando se trata de uma sociedade emancipada⁷⁵. É a partir disso que Ruy Fausto vai desenvolver a idéia de uma mudança na substância do valor, o qual “não é mais a cristalização de um tempo posto”, mas que “se dá no tempo”⁷⁶, deixando assim de ser tempo de trabalho abstrato objetivado no processo de produção imediata, e se tornando algo *qualitativo*, relacionado à “força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho”, que por sua vez dependeria do intelecto geral.

Ao contrário de Ruy Fausto, creio que nessas páginas dos *Grundrisse*, Marx defende que a *desproporção* entre a quantidade de riqueza produzida e a quantidade do tempo de trabalho empregado nessa produção, somada ao fato de que a base do capitalismo é a apropriação do trabalho diretamente empregado na produção, e não a produção de riqueza efetiva (valores de uso), acabaria por revelar a miserabilidade desse modo de produção⁷⁷, o que desencadearia uma ruptura revolucionária, que se encontra aqui apenas implícita⁷⁸. Somente após essa ação eminentemente política, é que o “desenvolvimento do indivíduo social” se torna a “base da produção e da riqueza”⁷⁹.

⁷¹ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 11.

⁷² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 128.

⁷³ E que não irei transcrever aqui devido à sua grande extensão, e ao fato de que ele será analisado adiante

⁷⁴ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, pp. 704-705.

⁷⁵ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 705.

⁷⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 129.

⁷⁷ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 705.

⁷⁸ Ver Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 705, 706, 708 e 709.

⁷⁹ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 705.

Também é o caso de dizer que tanto as proposições de Antônio Negri e de André Gorz, quanto as de Ruy Fausto e de Eleutério Prado, parece-me fundadas sobre uma percepção distorcida do atual processo de produção capitalista, o qual, ao mesmo tempo em que tende a eliminar o trabalho vivo do processo produtivo, revela-se extremamente ávido por se apropriar do tempo de trabalho humano, explorando as atividades laborais da população trabalhadora que ele alicia numa intensidade e durante uma jornada (determinada formalmente ou não) cada vez maior.

Irei analisar a idéia da mudança da substância de valor, também presente em todos os autores que me propus a estudar, através do conceito hegeliano de desmedida, o qual revela a unidade entre o lado qualitativo e o lado quantitativo da medida, já que a desmedida ocorre quando uma certa mudança quantitativa produz uma mudança qualitativa. No caso do valor, que assim como a medida é uma regra⁸⁰, a diminuição quantitativa do trabalho diretamente empregado na produção conduziria a uma alteração do aspecto qualitativo do valor, o qual deixaria de consistir no trabalho abstrato, dando lugar a um trabalho científico, intelectual, etc.

Junto com essa apropriação marxista do conceito de desmedida, analisarei também o uso explícito que o próprio Marx faz desse conceito, sobretudo nalguns momentos d'*O Capital* e dos *Grundrisse*, no bojo da investigação acerca da coerência daquela apropriação em relação à obra de Marx⁸¹. Segundo este autor, o capital, o valor que se valoriza, põe-se a si mesmo como medida, uma dada magnitude de trabalho abstrato objetivado que forçosamente se impõe como um limite a ser ultrapassado, pois, do contrário, o processo de valorização cessaria, e assim, o próprio capital desapareceria. Desse modo, o capital “é o impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras”⁸², e sua medida se fixa a partir da desmedida. Mas existe também uma segunda acepção do conceito de desmedida empregado por Marx, que se refere à impossibilidade do estabelecimento de novas barreiras a serem ultrapassadas pelo capital engendrada pela própria dinâmica da acumulação capitalista, que em função do processo de competição - que impõe aos capitalistas o constante revolucionamento das forças produtivas e a busca por redução de custos -, “reduz o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”⁸³, o que redundaria em crises de superacumulação (as quais

⁸⁰ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, p. 212.

⁸¹ Nesse esforço, irei me apoiar em alguns momentos no livro *O Negativo do Capital* (1998), de Jorge Grespan, no qual o autor relaciona o conceito de desmedida presente em Marx ao conceito de crise.

⁸² Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.277, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 136.

⁸³ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 706.

evidentemente só podem ser compreendidas levando-se em conta o processo global de produção capitalista, a existência de um sistema de crédito desenvolvido, e o próprio mercado mundial consolidado)⁸⁴.

Ademais, dado que, como se viu, todos os autores que abordo nessa dissertação têm como importante esteio as já mencionadas passagens dos *Grundrisse*, terei que dispensar uma grande atenção a elas.

Evidente que, para além da análise do rigor teórico dos autores discutidos, bem como a relação que eles estabelecem com a obra de Marx, a necessária investigação sobre a relevância das proposições teóricas de Gorz, Negri, Prado, etc. para a compreensão do capitalismo hodierno fica prejudicada em um trabalho fundamentalmente conceitual, carente de investigações empíricas.

Diferentemente do procedimento adotado nesse intróito, não irei realizar uma crítica direta dos conceitos investigados; ao contrário, separadamente, em diferentes capítulos, apresentarei tais conceitos tal qual foram formulados pelos autores contemporâneos e por Marx, permitindo ao leitor compará-los e analisá-los. O confronto direto se dará apenas em um momento da análise da tese da pós-grande indústria, dada a sua densidade teórica.

No primeiro capítulo deste texto apresento o conceito de trabalho imaterial segundo Gorz e Negri (remetendo, evidentemente, a outros autores, quando necessário), bem como diversos outros sem os quais aquele não pode ser inteiramente apreendido, tais como o de trabalho concreto e abstrato, trabalho produtivo e improdutivo, serviços, etc. No capítulo seguinte, será a vez de tratar da apresentação marxiana dos mesmos conceitos.

De modo similar, no terceiro capítulo buscarei apresentar o conceito de subsunção formal e real em Gorz e Negri, e alguns momentos de suas análises sobre o desenvolvimento histórico do capital. Já no quarto capítulo exporei a tese da pós-grande indústria tal qual desenvolvida por Ruy Fausto, Eleutério Prado e Leda Paulani, levando em consideração as diferenças entre as análises dos três autores.

No quinto e último capítulo irei apresentar alguns conceitos e análises marxianas diretamente relacionados com as discussões precedentes. Desse modo, serão apresentados de maneira abrangente os conceitos de subsunção formal e real, os conceitos de cooperação,

⁸⁴ Não é o caso de mencionar aqui as demais acepções marxianas da desmedida, que serão vistas no último capítulo da dissertação.

manufatura e grande indústria, de exército industrial de reserva, o que trará à tona uma gama de temas como o papel da ciência para o desenvolvimento capitalista, os efeitos de tal desenvolvimento sobre o trabalhador, no que tange à sua qualificação, à sua absorção no processo produtivo, etc.

É bom enfatizar, por fim, que de maneira alguma busco esgotar as idéias de qualquer um dos autores mencionados; trato apenas daquilo que considero central para o tema investigado.

Primeira Parte: Sobre o conceito de trabalho imaterial.

Capítulo 1. O conceito de trabalho imaterial, em Gorz e Negri.

São inumeráveis os autores que decretam, a torto e a direito, a obsolescência da teoria de Marx, a qual não teria conseguido resistir à prova da história, em suas previsões, ou que teria sido atropelada pelas transformações pelas quais passou a sociedade capitalista. Esse diagnóstico não é compartilhado pelos autores que abordo neste capítulo. Ao contrário, eles⁸⁵ fazem parte de um grupo de pensadores que se propõe a superar Marx, no sentido de aproveitar os aspectos atuais e vivos da análise marxiana, e ultrapassar os aspectos envelhecidos, ou mesmo equivocados em sua origem^{86, 87}.

O conceito de trabalho imaterial, tal como formulado por Gorz e Negri, é muito abrangente e multifacetado, assumindo papel central no arcabouço teórico desses autores, que procuram apreender a contemporaneidade como uma totalidade, em seus vários aspectos, mediante um esforço de grande fôlego. Nas palavras de Negri, “... o método (variante metódica) que utilizamos fixa-se na relação entre trabalho material e trabalho imaterial, ou melhor, no processo de transição de um para outro”⁸⁸. Já Gorz constata que “O fornecimento de serviços, esse trabalho imaterial, torna-se a forma hegemônica do trabalho; o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado”⁸⁹. Vê-se, com essa breve consideração metodológica de Negri e com essa verificação empírica de Gorz, que o conceito de trabalho imaterial é basilar para o pensamento desses autores, e para sua compreensão acerca da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Apresentemo-lo, pois, mencionando apenas de passagem as análises sobre o processo histórico que desembocou no advento do trabalho imaterial⁹⁰.

Abstraindo inicialmente as diferenças que existem entre as conceituações de Gorz e Negri acerca do trabalho imaterial, e de outras questões a elas concernentes, temos, numa primeira

⁸⁵ Não falo apenas de Gorz e Negri, pelo fato do último ter desenvolvido parte de suas idéias em parceria com Maurizio Lazzarato, Michael Hardt, entre outros

⁸⁶ Pode causar surpresa a ênfase que se dará aqui à importância que Marx exerceu tanto para Negri quanto para Gorz, já que o pensamento de ambos deve muito a outros autores, como a Espinosa, no caso de Negri, e a Sartre, no caso de Gorz. Entretanto, nas obras que servirão de base para a presente análise Marx é seguramente o autor mais discutido – direta e indiretamente – e podemos inclusive ler no início de *Império*, que as duas obras fundamentais para a análise apresentada neste livro são *O Capital*, de Marx, e a obra *A thousand platos*, de Deleuze e Guattari (Cf. Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.439, nota 4; Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.44). Já no início do livro *Misérias do presente, riquezas do possível* Gorz afirma que a centralidade dos conceitos marxianos para sua análise (cf. p.37).

⁸⁷ Em todo caso, vale enfatizar, limito-me a apresentar as idéias desses autores na medida em que dizem respeito aos conceitos estudados; não farei, portanto, uma análise ampla do pensamento deles, de sua trajetória intelectual, de seus interlocutores, e de suas principais referências – com exceção de Marx.

⁸⁸ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.20.

⁸⁹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.19.

⁹⁰ Que serão objetos de investigação no terceiro capítulo da presente dissertação.

aproximação, que aquele trabalho é a forma de trabalho atualmente dominante, a um tempo expressão máxima e fundamento da hodierna configuração do modo de produção capitalista. No livro *Metamorfoses do trabalho*, de André Gorz, lê-se que, com a “revolução microeletrônica”⁹¹, diversas atividades outrora realizadas pelo trabalhador no processo de produção imediata passam a ser feitas por máquinas, e frente ao uso delas, o trabalho que ainda resta é marginal, e não mais se processa através da manipulação da matéria, de tal forma que desaparece a “atividade imediata completa e soberana”. Com isso, “A espessura do mundo é abolida. O trabalho como atividade material é abolido. Resta apenas uma atividade puramente intelectual ou, melhor, mental”⁹².

Já nas palavras de Negri e Lazzarato, “... hoje em dia definimos o trabalho operário como atividade abstrata ligada à subjetividade”⁹³. A compreensão do trabalho como atividade abstrata se deve à percepção de que o desenvolvimento da automação ou da “informatização da produção (...) a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho”⁹⁴; “Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato”^{95,96}.

Percebe-se que a determinação “imaterial” do trabalho concerne ao crescente distanciamento entre trabalhador e os objetos e meios de produção. Desaparece, segundo os autores, a intervenção imediata do trabalhador no processo produtivo, onde outrora ele empunhava ferramentas mobilizando sua força física e suas habilidades manuais específicas no sentido de dar forma aos objetos que deveria produzir, caracterizando sua atividade como material, e mesmo braçal. Ademais, as diferentes atividades laborais passam a se identificar mais e mais, o que estaria relacionado, segundo Negri, “à posição do trabalho abstrato” no âmbito da produção. Sobre este ponto, existe uma outra passagem de *Império*, que suscita a impressão de que Negri e Hardt compreendem o conceito de trabalho abstrato como generalidade, tomado como dispêndio fisiológico de força de trabalho. Nele, pode-se ler que,

Da perspectiva de Marx no século XIX, as práticas concretas de diversas atividades laborais eram radicalmente heterogêneas: as artes da costura e da tecelagem envolviam ações

⁹¹ Que, no terceiro capítulo, veremos se tratar para o autor de um conjunto de inovações tecnológicas desenvolvidas sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 com base na informatização, robótica e outras formas de automação

⁹² Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.89.

⁹³ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.25.

⁹⁴ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 313.

⁹⁵ “A revolução de produção da comunicação e da informática transformou práticas laborais a tal ponto que todas elas tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação” (Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.312).

⁹⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.313.

concretas incomensuráveis. Só quando abstraídas de suas práticas concretas, as atividades laborais poderiam ser reunidas e vistas de maneira homogênea, não mais como arte de costura e arte da tecelagem, mas como gasto de força humana de trabalho, como trabalho abstrato⁹⁷.

Avançando um pouco, dizem Antonio Negri e Michael Hardt que

Hoje o trabalho é, de imediato, uma força social animada pelos poderes do conhecimento, do afeto, da ciência e da linguagem. De fato, o trabalho é a atividade produtiva de um *intelecto geral* e de um corpo geral fora de medida. O trabalho aparece simplesmente como o *poder de agir* (...). Só quando se forma o que é comum pode ocorrer a produção, e pode a produtividade geral subir. Qualquer coisa que bloqueie esse poder de agir é meramente um obstáculo a ser vencido – um obstáculo que é eventualmente flanqueado, enfraquecido e esmagado pelos poderes críticos do trabalho e da sabedoria passional cotidiana dos afetos. O poder de agir é constituído por trabalho, inteligência, paixão e afeto num lugar de todos⁹⁸.

Por seu turno, André Gorz propugna que

... a informatização revalorizou as formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação. Em poucas palavras, formas de um *saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano*. (...) Os trabalhadores pós-fordistas (...) devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora⁹⁹.

Com essas passagens, enriquece-se em determinações o conceito de trabalho imaterial, o trabalho próprio do “pós-fordismo”. Ele consiste no conjunto de capacidades cognitivas, comunicativas, organizacionais, científicas, adquiridas com base na experiência cotidiana, nas relações interpessoais que se dão nas diferentes esferas da vida social¹⁰⁰. Ao contrário, vale a pena chamar a atenção para o fato de que, para Negri, um momento fundamental da conceituação de trabalho imaterial são os afetos e a produtividade dos corpos, o que não merece muita atenção de Gorz. Segundo Negri, essa seria a grande limitação da perspectiva teórica dos operaístas, os quais – ainda de acordo com Negri (e Hardt) - já no final da década de 1960, percebem a necessidade de se construir uma nova teoria do valor - dado que o trabalho que se estava tornando hegemônico era o “trabalho intelectual, imaterial e comunicativo” -, e junto com isso, “uma nova teoria da subjetividade, que opere, basicamente, através do conhecimento, da comunicação e da linguagem”¹⁰¹.

⁹⁷ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 313.

⁹⁸ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.359-360.

⁹⁹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.9 e p.19, respectivamente, grifos meus.

¹⁰⁰ Já se anuncia aqui o potencial emancipatório que é atribuído ao trabalho imaterial pelos referidos autores, mas deixemos isso de lado por hora.

¹⁰¹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.48.

Dos trechos supracitados, depreende-se também que tanto em Gorz quanto em Negri, e sobretudo no último, o conceito de trabalho imaterial se encontra bastante imbricado ao de “intelecto geral”, conceito que ele toma de Marx, nos *Grundrisse*, em trechos que cita abundantemente¹⁰². Segundo a interpretação de Negri e Hardt, “O intelecto geral é uma inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e *know-how* acumulados”¹⁰³.

Em *Império*, Negri e Hardt compreendem o trabalho imaterial como atividade geral, universal, como “a capacidade universal de produzir”¹⁰⁴, e asseveram que “... em cada forma de trabalho imaterial a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação sociais”¹⁰⁵. Em outro momento, eles identificam o trabalho imaterial aos chamados serviços, ou pelo menos tratam dos serviços como um tipo bastante difundido de trabalho imaterial. Segundo os autores, “como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como *trabalho imaterial* – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação”¹⁰⁶. Esclarecendo melhor a questão, dizem Negri e Hardt que

Serviços incluem uma vasta gama de atividades, de assistência médica, educação e finanças a transporte, diversão e publicidade. Os empregos são em sua maioria altamente movediços, e envolvem flexibilidade de aptidões. Mais importante, são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação¹⁰⁷.

Indo mais além na definição do trabalho imaterial Negri e Hardt afirmam que “a produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas”¹⁰⁸, nas quais se desenvolve o trabalho imaterial. Essa metamorfose deve ser explicada através de uma atualização da teoria do valor.

Segundo Negri, no último quartel do século XX “a lei do valor” entra em crise: “o valor não pode ser reduzido a uma medida objetiva”¹⁰⁹. Sendo o trabalho cada vez mais intelectual, afetivo, comunicativo, complexo, torna-se impossível a sua redução a trabalho abstrato tal qual ocorria anteriormente, tornando-o suscetível de mensuração. Assim, a teoria do valor de Marx é

¹⁰² cf. Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.28-9.

¹⁰³ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.386.

¹⁰⁴ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.229.

¹⁰⁵ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 315.

¹⁰⁶ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.311.

¹⁰⁷ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.306.

¹⁰⁸ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 315.

¹⁰⁹ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.151.

superada, já que “sua teoria do valor [de Marx] é, na realidade, uma teoria da medida do valor”¹¹⁰.

Haveria, assim, uma mudança na substância do valor: “... a comunicação constitui a fábrica de produção e a substância da forma do valor”¹¹¹, ou ainda “... a nova organização do trabalho e o próprio novo modo de produção têm por base aquilo que há de mais comum na vida dos homens: a *linguagem*”¹¹². Com isso, o “capital se torna portanto tão permeável que ele pode filtrar toda relação através da espessura material da produção”, e “o processo de trabalho se prolonga tanto quanto o social”¹¹³. Nesse contexto, “... somente a criatividade do trabalho (...) é medida com a dimensão do valor”¹¹⁴.

Apesar do trabalho ter sido posto como trabalho abstrato na pós-modernidade, não é mais possível a sua mensuração. Ademais, a substância do valor é apresentada ora como a comunicação, ora como a linguagem, e o valor passa a medir “somente a criatividade do trabalho”. Sendo aqueles dois elementos – a comunicação e a linguagem – o fundamento do processo produtivo, e constituindo eles uma dimensão “onipresente” na vida social, apagam-se as fronteiras entre esta e a própria produção.

Outra implicação das alterações sofridas pelo trabalho vivo é a mudança no conceito de trabalho produtivo, ou melhor, a supressão das distinções entre trabalho produtivo e improdutivo. Segundo Negri, ainda no “curso da segunda revolução industrial”, “... torna-se cada vez mais difícil manter distinções entre trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo. O trabalho – material ou imaterial, intelectual ou físico – produz e reproduz a vida social, e durante o processo é explorado pelo capital”¹¹⁵. Em outras palavras, “... o trabalho produtivo não é mais ‘aquele que diretamente produz capital’, mas aquilo que reproduz a sociedade – deste ponto de vista, sua separação do trabalho improdutivo está completamente deslocada”¹¹⁶. Mas não só isso, “a distinção entre ‘trabalho simples’ e ‘trabalho socialmente necessário’ perde qualquer

¹¹⁰ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.377.

¹¹¹ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.152.

¹¹² Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.257.

¹¹³ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.152.

¹¹⁴ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.152.

¹¹⁵ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.426.

¹¹⁶ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.157.

importância”¹¹⁷, e “as distinções entre (...) ‘produção’ e ‘circulação’, entre ‘trabalho simples’ e ‘trabalho complexo’ são todas derrubadas”¹¹⁸. Trabalho identifica-se com produção e reprodução da vida; é o poder de ação e criação por excelência¹¹⁹.

Vimos que o cerne das atividades desenvolvidas pelo trabalhador do pós-fordismo é “o saber vivo adquirido no trânsito cotidiano”, que deve ser mobilizado no correr do processo produtivo mediante o *empenho subjetivo* dos agentes. Segundo Gorz, “Ele [o trabalho imaterial – G.M.] exige o investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de ‘motivação’. Não só o especialista, toda a humanidade deve se entregar a seu trabalho. A qualidade da produção depende desse comprometimento”¹²⁰.

Tal investimento de si não pode ser totalmente ditado pelo capital, o que se revela pela difusão da chamada “gestão por objetivos” - a fixação de metas definidas pelos dirigentes das empresas, que exigem seu cumprimento pelos trabalhadores sem controlar totalmente os meios para fazê-lo -, em função da “impossibilidade de mensurar o desempenho individual e prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado”¹²¹. Nesse contexto, “... os empregados têm de se tornar empresas”¹²²; em outras palavras, “‘A pessoa é uma empresa’. No lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto-empresário”¹²³. Eis aí a idéia de capital humano, fundamental para as análises de Gorz.

Em outra passagem, Gorz cita Norbert Bense, então diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler, na qual este trata do “capital humano” em termos muito parecidos com os empregados por Gorz, dizendo que

O que conta, para esses ‘colaborados’ [os “trabalhadores imateriais”] de um dos maiores grupos industriais do mundo, são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos

¹¹⁷ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.157.

¹¹⁸ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.157.

¹¹⁹ Vejamos na sequência como Gorz aborda tais questões, mas antes vale dizer que no decorrer do tempo seu pensamento sofreu várias e decisivas transformações, muitas das quais passaremos por alto nesse momento. Interessar-nos-á aqui sobretudo suas formulações mais recentes, nas quais ganha centralidade o conceito de trabalho imaterial.

¹²⁰ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.9.

¹²¹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.18.

¹²² Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.10.

¹²³ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.10; Cf. Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.23.

fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar¹²⁴.

Com isso, estaria em curso “o retorno ao trabalho como prestação de serviços”^{125,126}, acarretando importantes alterações no processo de produção como um todo. Segundo Gorz,

A noção de tempo de trabalho socialmente necessário deixa de ser pertinente para serviços de aparência pessoal. O vendedor deve fazer com que esqueçam que seu objetivo é o de vender, e, tratando o cliente como uma pessoa única, singular, deve dar à relação comercial a aparência de uma relação privada à qual a lógica econômica não se aplica. O valor do serviço de pessoa a pessoa deixa de ser mensurável na medida em que esse serviço perde seu caráter de trabalho social¹²⁷.

Por conseguinte, surge também para Gorz a questão da incomensurabilidade do trabalho. E o profundo impacto dessa mudança para o aparato teórico marxista e mesmo não-marxista não é ignorado pelo autor: logo no começo do livro *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, diz ele que: “A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia”¹²⁸, que deveria responder às mudanças no próprio modo de produção, que se torna um “capitalismo cognitivo”¹²⁹. A tarefa de Gorz no livro supracitado não é nada menos que desenvolver de maneira articulada conceitos que dêem conta dessas mudanças.

Novamente em suas palavras,

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que, desde Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar¹³⁰.

Esse trecho apresenta muitas idéias que merecem destaque. Com o advento do “capitalismo pós-moderno”, a própria forma hegemônica do capital muda – torna-se “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”, correspondendo a uma mudança na forma do trabalho e na substância do valor. O trabalhador pós-moderno, com seus

¹²⁴ Bensele citado por Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.17.

¹²⁵ Vale recordar a primeira citação que fizemos de Gorz, na qual ele identifica serviços e trabalho imaterial, dizendo que “O fornecimento de serviços, esse trabalho imaterial, torna-se a forma hegemônica do trabalho” (cf. p.22 do presente texto).

¹²⁶ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.18.

¹²⁷ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.47.

¹²⁸ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.9.

¹²⁹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.37.

conhecimentos, criatividade, capacidade de tomada de decisões, etc., torna-se de certa forma o portador do capital - o próprio capital - e este passa a ter como substância o “aparato espiritual” daquele trabalhador qualificado, polivalente, que realiza um “trabalho complexo” incomensurável, em oposição ao “trabalho abstrato simples” que preponderou “desde Adam Smith”.

As implicações dessas transformações para a teoria do valor são imediatas. Demonstrando concordância com seu conteúdo, Gorz cita a seguinte passagem do livro *L'entreprise au XXIe siècle*: “O valor encontra hoje sua fonte na inteligência e na imaginação. O saber do indivíduo conta mais que o tempo da máquina. O homem, carregando consigo seu próprio capital, carrega igualmente uma parte do capital da empresa”¹³¹. Dessa forma, “Os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho despendido”¹³².

Em outro momento, Gorz constata que o conhecimento é fonte do valor¹³³, e daí a importância do chamado capital conhecimento. Apesar de reconhecer que “o capital conhecimento não é novo”¹³⁴, Gorz assevera que hoje ele assume um novo papel, pois

Todo conhecimento passível de formalização pode ser abstraído de seu suporte material e humano, multiplicado quase sem custos na forma de software e utilizado ilimitadamente em máquinas que seguem um padrão universal. Quanto mais se propaga, mais útil ele é à sociedade. Seu valor mercantil, ao contrário, diminui com a sua propagação e tende a zero: o conhecimento torna-se um bem acessível a todos (...). Por conseguinte, para ser vendido como mercadoria e aproveitado como capital, o conhecimento deve se transformar em propriedade privada e tornar-se escasso¹³⁵¹³⁶.

Desse modo, o capital tem que enfrentar o desafio de privatizar o conhecimento, e torná-lo inacessível, de maneira gratuita, através de patentes. Além disso, aparece novamente a idéia de que estamos longe do domínio do trabalho abstrato, ou do “trabalho abstrato simples” a que Gorz se referiu a pouco, a substância do valor segundo Marx, e portanto um dos pilares fundamentais de sua teoria. Não obstante, diga-se de passagem, Gorz se vale dos próprios *Grundrisse* para subsidiar suas teses. Em suas palavras, “o conhecimento (*knowledge*) é considerado como a ‘força produtiva principal’. Marx mesmo já notava que ele se tornaria ‘*die*

¹³⁰ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.15.

¹³¹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.16.

¹³² Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.9-10.

¹³³ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.37.

¹³⁴ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.10.

¹³⁵ “O saber não é uma mercadoria qualquer, seu valor (monetário) é indeterminável; ele pode, uma vez que é digitalizável, se multiplicar indefinidamente e sem custos; sua propagação eleva sua fecundidade, sua privatização a reduz e contradiz sua essência” (Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.59).

¹³⁶ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.10.

größte Productivkraft’ e a principal fonte de riqueza^{137,138}, e isso “faz a liberação do tempo ‘para o pleno desenvolvimento do indivíduo’ poder ser considerada ‘do ponto de vista do processo de produção imediata, como produção de capital fixo, esse capital fixo *being man himself* [sendo o próprio homem - G.M.]’. A idéia de ‘capital humano’, se encontra, pois, já nos manuscritos de 1857-1858”¹³⁹.

Na medida em que consiste em um momento fundamental da construção do conceito de trabalho imaterial, cabe apresentar agora as análises de Gorz e Negri sobre seus potenciais emancipatórios, começando pelo primeiro. Segundo Gorz, o caráter do trabalho imaterial e a natureza do conhecimento que ele mobiliza impõem limites decisivos à voracidade do capital. Nas suas palavras, “o conhecimento, que, graças ao livre autodesenvolvimento dos homens, com todas as suas qualidades insubstituíveis, e não graças à sua instrumentalização e dominação, tornou-se a principal força produtiva, deveria abrir caminho para ‘uma nova era, que precisa de novas formas de estruturas sociais, culturais e éticas’”¹⁴⁰. Com isso, “... o conceito de riqueza deve ser desatrelado do conceito de valor mercantil e a pergunta ‘O que é riqueza?’ deve ser recolocada”¹⁴¹.

Quando a inteligência e a imaginação (o *general intellect*) tornam-se a principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho, mais ainda, ele deixa de ser mensurável. O valor de uso produzido pode não ter nenhuma relação com o tempo consumido para produzi-lo. Pode variar enormemente segundo as pessoas e o caráter material ou imaterial de seu trabalho. Enfim, o trabalho-emprego contínuo e pago pelo tempo está em rápida regressão. Torna-se cada vez mais difícil definir uma quantidade de trabalho incompressível a cumprir por cada um ao longo de um período determinado. É impossível medir a duração do trabalho dos autônomos, artesãos e prestadores de serviços imateriais¹⁴².

As novas configurações assumidas pelo processo de acumulação trariam em seu bojo contradições que levariam à sua derrocada, já que com o desenvolvimento das forças produtivas cria-se um tipo de tecnologia que, ao mesmo tempo em que eleva a um grau sem precedentes a produção de mercadorias, elimina o trabalho material diretamente despendido na produção e põe um tipo de trabalho que se funda na autonomia e na individualidade do trabalhador¹⁴³, que, finalmente, não pode ser totalmente submetido ao domínio do capital, pondo em cheque esse

¹³⁷ Gorz está aqui citando os *Grundrisse*.

¹³⁸ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.15.

¹³⁹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.16, grifos da última frase são meus.

¹⁴⁰ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.12.

¹⁴¹ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.11.

¹⁴² Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.97.

¹⁴³ “O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo” (Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.20).

domínio¹⁴⁴. Segundo Gorz, “A economia da abundância tende por si só a uma economia da gratuidade; tende a formas de produção, de cooperação, de trocas e de consumo fundadas na reciprocidade e na partilha, assim como em novas moedas. O ‘capitalismo cognitivo’ é a crise do capitalismo em seu sentido mais estrito”¹⁴⁵.

Desse modo, as condições materiais e técnicas para a superação das relações capitalistas estariam postas, já que, no âmbito de atuação do trabalho imaterial,

A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida; assim como está a impossibilidade, na qual se encontravam os produtores, de se apropriar dos meios de produção, e de autogerir-los. A separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está pois virtualmente abolida¹⁴⁶.

No mesmo sentido, lê-se que

O capitalismo do saber gera em si e para além de si a perspectiva de sua possível supressão. Em seu âmago, germina uma semente comunista: nas palavras de Richard Barbrook, uma ‘economia da doação anarco-comunista’, que disputa com o capital a esfera estrategicamente sensível de transmissão e acessibilidade do saber. Não se trata de mera visão. Trata-se de uma práxis que, no mais alto nível técnico, foi desenvolvida por homens, sem cujo comunismo criativo o capitalismo não poderia mais avançar¹⁴⁷.

Mas não é apenas no “movimento dos programas de computador livres” que Gorz deposita suas esperanças. Ao lado desses “comunistas criativos” em relação aos quais o capitalismo depende, encontram-se diversos outros movimentos, “como ‘Reclaim the Street’, ‘Ya Basta!’, ‘People’s Global Action’, ‘Um outro mundo é possível’, ‘Via campesina’ ou como a ‘Armada zapatista de libertação’ [EZLN]”. Todos eles construindo “Um outro mundo possível”, que é o título do item do livro *O imaterial: conhecimento, valor e capital* em que aparecem essas idéias. Salta aos olhos a semelhança entre elas e a noção de “comunismo espontâneo e elementar”, de Negri e Hardt.

Após discorrer acerca das mudanças no trabalho e de seus impactos para a teoria do valor, Negri adverte que “... se a lei do valor não funciona mais como medida do desenvolvimento capitalista, o trabalho, todavia, continua sendo a dignidade do homem e a substância de sua história”¹⁴⁸. Com as mudanças no modo de produção capitalista, o trabalho não tende a desaparecer, nem perde sua centralidade; ao contrário, a centralidade se desloca do trabalho material para o imaterial, que se torna a fonte da riqueza. Citando Negri, “a incomensurabilidade

¹⁴⁴ “A racionalidade econômica não é mais o que já foi. Ela agora exige que os critérios habituais do rendimento sejam subordinados ao critério do desenvolvimento humano e, assim, a uma racionalidade fundamentalmente diferente” (Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.61).

¹⁴⁵ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.37.

¹⁴⁶ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.21.

¹⁴⁷ Gorz, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p.69.

do valor não elimina o trabalho como sua base”¹⁴⁹, e “o excesso de valor é determinado hoje nos afetos, nos corpos cruzados de conhecimento, na inteligência da mente e no puro poder de agir”¹⁵⁰.

Já em *Império*, os autores propugnam que “Seria bom, de fato, distinguir entre duas noções marxistas de abstração. De um lado, o lado do capital, abstração significa separação de nossos poderes de agir, e portanto é a negação do virtual. De outro, entretanto, o lado do trabalho, o abstrato é o conjunto geral de nossos poderes de agir, o próprio virtual”^{151,152}. De acordo com a leitura de Negri e Hardt, há, portanto, uma duplicidade em Marx no que tange ao uso do conceito de abstração, e portanto no cerne do conceito de trabalho abstrato.

Dessas últimas passagens, fica claro o sentido positivo que Negri atribui ao trabalho, não apenas ao trabalho imaterial, na atual fase de desenvolvimento capitalista, mas ao trabalho em geral. Entretanto, na atual fase do desenvolvimento capitalista o trabalho torna-se algo como uma libertação em ato. “A universalidade da criatividade humana, a síntese de libertação, desejo e trabalho ativo, é o que ocorre no não-lugar das relações de produção pós-modernas”¹⁵³. Coerentemente com isso, temos que “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de produção da subjetividade”¹⁵⁴.

Dessa maneira, o trabalho imaterial, essa “atividade abstrata” é a própria produção da subjetividade, a qual não é apenas produto desse novo arranjo social, mas sua condição¹⁵⁵. Essa atividade, pois, não poderia transcorrer nos marcos de relações de produção repressivas e exploratórias, tal qual ocorria no espaço da fábrica fordista. Ao contrário, no pós-fordismo, o

¹⁴⁸ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.44.

¹⁴⁹ Negri, A. *Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today*. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.151.

¹⁵⁰ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.387.

¹⁵¹ “A ontologia do trabalho vivo é uma ontologia de libertação. A eficácia do materialismo histórico como uma teoria da liberdade é baseada nesta materialidade criativa” (Negri, A. *Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today*. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.169).

¹⁵² Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.491, nota 9.

¹⁵³ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.230.

¹⁵⁴ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.30.

¹⁵⁵ Não é à toa que Negri e Hardt propugnam que o elemento determinante para explicar a mudança do fordismo para o pós-fordismo é o surgimento de uma nova subjetividade (Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.296), que inclusive explicaria a derrocada da União Soviética, já que a *nomenklatura* teria sido incapaz de lidar com essa transformação dentro de seus próprios domínios (Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.287); nas palavras de Negri e Hardt, “A burocracia soviética foi incapaz de construir a armadura necessária para a mobilização *pós-moderna* da nova força de trabalho” (Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.299). Além disso, eles asseveram que a explicação da manutenção da hegemonia americana após a crise das décadas de 1960 e 1970 está “não no gênio de políticos e capitalistas americanos, mas no poder e na criatividade do proletariado americano” (Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.289). E também dizem que “A globalização dos mercados, longe de ser simplesmente o fruto abominável da organização capitalista, foi, na realidade, os resultados dos desejos e demandas da força de trabalho taylorista, fordiana e disciplinada no mundo inteiro” (Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.276-277).

trabalho torna-se uma atividade eminentemente subversiva, um exercício de autonomia e de constante superação das barreiras impostas pelo movimento do capital¹⁵⁶. Como dizem Negri e Hardt, “O trabalho é excesso produtivo com relação à ordem existente e as regras de sua reprodução. Esse excesso produtivo é ao mesmo tempo o resultado da força coletiva de emancipação e substância da nova virtualidade social das capacidades de produção e libertação do trabalho”¹⁵⁷. De maneira ainda mais enfática, falando sobre o presente momento histórico, tem-se que

Em outras palavras, o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral. Esse fato põe em questão a velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista) segundo a qual a força de trabalho é concebida como “capital variável”, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital, porque os poderes cooperativos da força de trabalho (particularmente da força de trabalho imaterial) dão ao trabalho a possibilidade de se valorizarem. Cérebros e corpos ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital e por sua capacidade de orquestrar a produção. A produtividade, a riqueza e a criação de superávites sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas. *Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um tipo de comunismo espontâneo e elementar*¹⁵⁸.

Anteriormente, a cooperação e as formas de interação entre os trabalhadores no interior do processo produtivo eram ditadas pelo capital, de modo que as forças produtivas do trabalho somente poderiam ser ativadas sob o comando do capital; eram forças do próprio capital, poder do capital contra os trabalhadores, que acentuava sua exploração e dominação. Na “era pós-moderna”, ao contrário, os “poderes cooperativos da força de trabalho” tendem a ultrapassar o capital e seu domínio, tornando sua função de comando potencialmente supérflua ou anacrônica. Nessa passagem se explicita, portanto, um elemento fundamental: os poderes produtivos do trabalho imaterial não seriam determinados pelo capital, o que mudaria o caráter da exploração.

Em outro trecho de *Império*, pode-se ler que

As próprias qualidades do poder do trabalho (diferença, medida e determinação) já não podem ser captadas, e, da mesma forma, a exploração não pode mais ser localizada e quantificada.

¹⁵⁶ Dentre os “elementos constitutivos da nova subjetividade” Negri e Lazzarato destacam, “Acima de tudo, (...) a independência progressiva da força de trabalho, enquanto força de trabalho intelectual e trabalho imaterial em face do domínio capitalista” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.31). Segundo Negri, “... o trabalho livre já está completamente separado, autônomo e posicionado contra toda rigidificação naturalista do ser” (Negri, A. *Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today*. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.171), ou ainda, “... o ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho *social e autônoma*, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.26-27).

¹⁵⁷ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.379.

¹⁵⁸ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 315, grifos meus.

De fato, não são atividades produtivas específicas que tendem a ser objeto de exploração e dominação, mas a capacidade universal de produzir, isto é, atividade social abstrata e seu poder inclusivo^{159, 160}.

No entanto, tais mudanças não acarretam, de maneira alguma, a supressão imediata do capital. Este deve se apropriar, da maneira mais plena que seja possível, da subjetividade do trabalhador, do extraordinário poder produtivo do trabalho imaterial¹⁶¹. Fica claro, por conseguinte, que a manutenção do predomínio do capital só pode agora ocorrer caso mude radicalmente sua forma de exercício de poder sobre o trabalho.

Segundo Negri, atualmente

Exploração é a produção de linhas políticas de sobredeterminação da produção social. Isso não é para dizer que o aspecto econômico da exploração possa ser negado; ao contrário, a exploração é precisamente a captura, a centralização, e a expropriação da forma e do produto da cooperação social; portanto ela é uma determinação econômica em um sentido muito significativo – mas sua forma é política¹⁶².

Esse ponto é crucial: a determinação econômica do domínio do capital sobre o trabalho não desapareceu, mas agora “sua forma é política”. Muda assim o comando do capital, de tal modo que ele diretamente organiza o processo de exploração¹⁶³; assim, a “crise da lei do valor (...) introduz ao imediatismo do comando”¹⁶⁴. Em outra passagem, descobre-se que “... a organização do capitalismo cognitivo se baseia cada vez mais em uma capacidade de apropriação privada, imposta por meio da captação dos fluxos sociais do trabalho cognitivo. Como consequência, a exploração volta a ser extração de mais-valia absoluta, pois, para produzir, o capital utiliza somente o comando”¹⁶⁵.

Logo, em um contexto em que o comando do capital poderia desaparecer, este se torna imediato, e o principal meio de valorização do capital volta a ser a extração de mais-valia absoluta. À medida que o caráter cooperativo e dinâmico do trabalho se torna imanente a ele

¹⁵⁹ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.229.

¹⁶⁰ “Na época do *General Intellect* a cooperação produtiva não é, pois, imposta pelo capital, mas é, pelo contrário, uma habilidade da força-trabalho material, do trabalho mental que só pode ser cooperativo, bem como do trabalho lingüístico que só pode expressar-se de forma cooperativa” (Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.96-97).

¹⁶¹ “Na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica sempre mais, em diversos níveis, capacidade de escolher entre diversas alternativas e, portanto, a responsabilidade de certas decisões” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.25). “Como prescreve o novo management hoje, ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.25).

¹⁶² Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.153.

¹⁶³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.69.

¹⁶⁴ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.69.

¹⁶⁵ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.95.

mesmo, para controlá-lo o capital introduz “de fora” do processo imediato de produção uma forma direta e plena de comando, eminentemente política. Com isso, o capital torna-se totalitário, e novamente nas palavras de Negri e Lazzarato,

No momento em que o controle capitalista da sociedade tornou-se totalitário, o empreendimento capitalista vê as suas características constitutivas tornarem-se puramente *formais*. De fato, ele exercita hoje sua função de controle e de vigilância do *externo* do processo produtivo, porque o conteúdo do processo pertence sempre mais a outro modo de produção, à cooperação social do trabalho imaterial¹⁶⁶.

É apenas através desse comando político que o capital logra impedir a plena efetivação dos já apontados potenciais emancipatórios do trabalho imaterial. De acordo com Negri, “Na constituição política do capitalismo avançado, a função fundamental do Poder é a de arrancar do processo social de cooperação produtiva o comando sobre seu próprio funcionamento – de encarcerar o poder produtivo social dentro das grades do sistema de Poder”¹⁶⁷, e, nessa época, “... somente o político pode arrancar o econômico de sua tendência que o leva a se misturar com o social e realizar a si próprio na autovalorização”¹⁶⁸.

Logo, cria-se uma nova articulação entre o político e o econômico, mas a sua tratativa não é unívoca. Já se viu que em suas “teses sobre Marx” Negri defende que a exploração econômica adquire forma política. Ainda nesse texto, ele diz que “‘No período de ‘subsunção real’, o político tende a absorver inteiramente o econômico e a defini-lo como separado somente na medida em que fixa suas regras de dominação. Logo, a separabilidade do econômico, e principalmente da exploração, é uma mistificação do político, que é de quem tem Poder”¹⁶⁹. Entretanto, no *Império*, a coisa se inverte, e é dito que

Hoje a noção de política como esfera independente da determinação do consenso e como esfera de mediação entre forças sociais conflitantes tem pouca razão de existir. O consenso é determinado, mais significativamente, por fatores econômicos (...). Governo e política foram completamente integrados ao sistema de comando transnacional. Controles são articulados mediante uma série de corpos e funções internacionais (...). A política não desaparece, o que desaparece é a noção de autonomia do político¹⁷⁰.

Assim, em ambos os momentos Negri constata o fim da autonomia do político e do econômico, mas no primeiro o político assume papel precípuo, “absorvendo o econômico”, ao

¹⁶⁶ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.31.

¹⁶⁷ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.154.

¹⁶⁸ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.166.

¹⁶⁹ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.153.

¹⁷⁰ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.328-329.

passo que no segundo, é o econômico que subordina o político. Não obstante, a mensagem fundamental é passada: existe uma profunda imbricação entre essas duas esferas da vida social, que não podem, portanto, ser tratadas em separado.

Creio não ser de todo descabido tratar do conceito de trabalho imaterial remetendo conjuntamente a Gorz e Negri, já que no livro *O imaterial...*, temos uma enorme aproximação entre as idéias de ambos os autores: coincidem no diagnóstico do caráter incomensurável do trabalho imaterial, de seu papel na produção da própria subjetividade, na necessidade da mobilização dessa subjetividade na produção, na importância da comunicação e da linguagem no processo produtivo, no potencial emancipatório do trabalho imaterial, entre outros pontos.

Passemos às conceituações de Marx que se relacionam, de uma forma ou de outra – positiva ou negativamente –, ao conceito de trabalho imaterial.

Capítulo 2. O conceito de trabalho imaterial, em Marx.

No capítulo anterior, vimos como no processo de conceituação do trabalho imaterial, Gorz e Negri trataram de questões polêmicas, como a da incomensurabilidade do trabalho atualmente hegemônico no capitalismo “pós-moderno”; da obsolescência da teoria marxiana do valor; da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo; entre “trabalho simples e trabalho socialmente necessário”; entre “trabalho simples e trabalho complexo”. Além disso, vimos os autores mobilizarem os conceitos de serviços, trabalho abstrato, trabalho concreto, mais-valia - absoluta e relativa -, entre outros. Devemos agora, coerentemente com a proposta da pesquisa, retomar alguns momentos da crítica marxiana à Economia Política, de modo a apresentar – de maneira nada exaustiva, e com ênfase aos momentos da conceituação que têm relevo em Negri e Gorz - a tratativa que Marx deu a algumas das questões apontadas – sobretudo em *O Capital*, no *Capítulo Sexto Inédito de O Capital*¹⁷¹, nos *Grundrisse*, nas *Teorias sobre a Mais-Valia*¹⁷², e em *Contribuição para a Crítica da Economia Política*¹⁷³ -, e nessa medida, realizar indiretamente a crítica do conceito de trabalho imaterial apresentada por Gorz e Negri.

Na medida em que existe grande imbricação entre a forma marxiana de exposição e seu projeto crítico da Economia Política, e portanto profunda relação entre a apresentação teórica e a construção dos conceitos, tentarei o quanto possível concatenar as categorias que devem ser abordadas de acordo com seu grau de abstração –do mais abstrato ao mais concreto –buscando ser fiel à sua formulação original. De início, apresento de maneira bastante sucinta e “panorâmica” o movimento das primeiras seções de *O Capital*, junto com algumas considerações metodológicas que julgo pertinentes para o entendimento dos conceitos visados, o que ajuda a estabelecer as condições para se transitar por eles em distintos momentos da obra de Marx. Depois disso, será feita a exposição das principais categorias que são objetos dessa dissertação.

Marx inicia sua principal obra analisando a forma mais elementar de aparecimento da riqueza nas sociedades burguesas: a mercadoria¹⁷⁴. Para tanto, logo de início são expostos os seus dois fatores, ou seus dois conteúdos: um material, o valor de uso, a capacidade da mercadoria de satisfazer necessidades humanas (oriundas “do estômago ou da fantasia”, é indiferente); e o outro social, o valor, um quantum de trabalho abstrato objetivado no processo de sua produção, que permite a igualação e troca das diferentes mercadorias; os quais Marx

¹⁷¹ Que por vezes será chamado apenas de *Capítulo Sexto*...

¹⁷² Que por vezes será chamada apenas de *Teorias*...

¹⁷³ Que será chamada daqui por diante apenas de *Contribuição*...

descobre originar-se do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias – trabalho concreto útil e trabalho abstrato, respectivamente. O primeiro refere-se aos trabalhos particulares, o trabalho de pedreiro, marceneiro, professor, etc.¹⁷⁵; já o segundo consiste numa substância social, que redundava de uma redução objetiva dos diferentes trabalhos concretos¹⁷⁶, e possui determinações qualitativas – trabalho simples, “simples gelatina de trabalho humano indiferenciado”¹⁷⁷, trabalho em geral, mero “dispêndio de cérebros, músculos, nervos, mãos, etc. humanos”¹⁷⁸ -, e uma quantitativa – trabalho socialmente necessário, “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho^{179,180}, medido pelo tempo¹⁸¹.

¹⁷⁴ “Mercadoria é a mais elementar forma de riqueza burguesa” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.152).

¹⁷⁵ “O trabalho cuja utilidade representa-se (...) no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação ao seu efeito útil” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.50).

¹⁷⁶ “O trabalho (...), o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal forma de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não se consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.48). Entretanto, enfatiza Marx, “O trabalho que é medido dessa maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho” (Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.33).

¹⁷⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

¹⁷⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.51.

¹⁷⁹ Evidentemente o tempo de trabalho socialmente necessário muda “com cada mudança da força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.48). “Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo exigido para a produção de um artigo, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto menor o seu valor” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.49), e vice-versa. Em suma, “a grandeza de valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.49).

¹⁸⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.48.

¹⁸¹ Em certa altura da exposição Marx pergunta como se mede a grandeza de valor de uma mercadoria; ao que ele responde: “Por meio do quantum nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações de tempo, como hora, dia, etc.” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47). Na *Contribuição...*, diz Marx que “Tempo de trabalho é o modo vivo de ser do trabalho, indiferente à sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de ser como quantidade, ao mesmo tempo em que é sua medida imanente. O tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valor” (Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.33). E “Assim como o modo quantitativo de existência do movimento é o tempo, o modo quantitativo de existência do trabalho é o tempo de trabalho” (Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.33). “Dado que o trabalho é movimento, sua medida natural é o tempo” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.140).

Como logo fica claro, o trabalho abstrato é o contrário do trabalho concreto, da mesma forma que o valor de uso é o contrário do valor. Enquanto valor, a mercadoria não possui um átomo de valor de uso, e a recíproca é verdadeira, de modo que eles não são apenas diferentes um do outro. Portanto, a mercadoria se constitui como tal pela oposição interna entre valor de uso e valor, enquanto unidade de opostos, unidade contraditória, mas é claro, uma contradição ainda bastante pobre em determinações, que será bastante desenvolvida no decorrer da apresentação de Marx.

Não obstante, Marx constata que a mercadoria só vem-a-ser no processo de troca, na relação com outra mercadoria: ela deve ser um não-valor de uso para seu possuidor, e ao mesmo tempo possuir um valor de uso social, que a possibilita encontrar compradores. Analisando o processo de troca, que se inicia com uma troca simples, Marx demonstra como aquela oposição interna, aquela contradição ainda precária, exterioriza-se, para poder se mover e desenvolver. Assim, uma mercadoria passa a valer em sua relação com outra mercadoria como valor de troca, ao passo que a outra vale enquanto valor de uso. O desenvolvimento da oposição entre valor e valor de uso é fundamental para o desenvolvimento da expressão de equivalência de mercadorias, e portanto para a dedução da forma-dinheiro. A apresentação segue para a forma mercadoria equivalente simples, tratando-a a partir de suas três peculiaridades, que “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor”¹⁸²; que “o trabalho concreto se converte na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato”¹⁸³; e que “o trabalho privado se converte na forma de seu contrário, trabalho diretamente social”¹⁸⁴.

Ao demonstrar que o valor de uso é o pressuposto ou a base material, ou ainda o portador ou suporte do valor, e que da mesma forma o trabalho de cada indivíduo não vale enquanto trabalho concreto útil, mas apenas ao ser reduzido socialmente a trabalho abstrato e como trabalho socialmente necessário, e ao aventar as inversões promovidas pela forma equivalente, Marx começa a tematizar a negação do homem¹⁸⁵ - que passa a valer apenas enquanto “órgão do

¹⁸² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.59.

¹⁸³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.61.

¹⁸⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.61.

¹⁸⁵ Em uma passagem de *O Capital*, é dito que “Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se alfaiate” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.50); quando isso ocorre tem-se um novo tipo de inversão sujeito-predicado, no qual o homem passa a ter como principal determinação a atividade laboral que exerce, e fica preso a ela como Prometeu às correntes de Hefáisto. O homem não vale socialmente enquanto homem – que por negação de sua condição atual poderia ser definido grosseiramente como o conjunto de suas possibilidades de existência –, mas vê essas possibilidades negadas frente à determinação que lhe é atribuída pelo trabalho que realiza (sobre essa inversão, cf. “Dialética marxista, humanismo, anti-

trabalho social” -, pela mercadoria, que se autonomiza. Assim, é preparada a exposição do fetichismo da mercadoria, de seu caráter misterioso, o fato de que “ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos”¹⁸⁶, de modo que as relações sociais entre os diferentes trabalhos privados *aparecem aos indivíduos como elas realmente são*: “relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas”¹⁸⁷.

Entretanto, as mercadorias não podem ir sozinhas ao mercado se trocarem, elas devem ser levadas e trocadas como um ato de vontade de seus possuidores. Mas, com a exposição precedente, percebe-se que a vontade dos indivíduos que intercambiam suas mercadorias reside nas próprias coisas, ou melhor, esses indivíduos são apenas suportes das relações sociais entre mercadorias. E é por isso que apenas após a exposição do fetichismo da mercadoria, Marx trata do processo de troca, no segundo capítulo de *O Capital*.

Com o desenvolvimento da forma relativa e equivalente, no primeiro capítulo, havia surgido o equivalente geral e o dinheiro, e essa determinação formal atribuída à mercadoria expulsa do mundo das mercadorias é decisiva: através dela, a mercadoria que serve de equivalente geral ganha um novo valor de uso, o de expressar o valor de todas as mercadorias, e ser forçosamente o elemento mediador de seu intercâmbio. E diga-se de passagem que isso explica o porquê da exposição do dinheiro suceder a da mercadoria, já que o dinheiro é também uma mercadoria, mas uma mercadoria especial. Acompanhando esse movimento, o fetichismo também avança, e surge o fetichismo do dinheiro: a função de equivalente geral não aparece como um resultado das relações estabelecidas entre o conjunto das mercadorias, mas antes, como uma propriedade natural do próprio equivalente geral, e as mercadorias não parecem ter no valor

humanismo”, em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987). Sobre tal processo histórico pode-se remeter à célebre passagem da *Ideologia Alemã* na qual Marx e Engels asseveram que “... assim que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada que lhe é impingida e da qual não pode fugir; ele é caçador, pescador ou pastor ou crítico crítico e tem que continuar a sê-lo se não quiser perder os meios para viver – ao passo que na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se treinar em qualquer ramo de seu agrado, a sociedade regula a produção geral e me torna com isso possível fazer hoje isso, amanhã aquilo, de manhã caçar, de tarde pescar, a noite cuidar do rebanho, depois da refeição fazer crítica como me aprouver, sem jamais me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx, K. e Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.199, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.297).

¹⁸⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.71.

¹⁸⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.71.

um caráter constitutivo de si, mas sim um resultado da própria existência do dinheiro. Citando Marx:

Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante^{188, 189}.

Tendo apresentado o processo de troca, Marx se dedica à análise do dinheiro e suas múltiplas funções: medida de valores, padrão de preços, meio de circulação, meio de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Nesse mesmo capítulo sobre o dinheiro, Marx demonstra que é possível fazer um recorte do processo de troca, de modo a se apreender a forma por excelência do intercâmbio de mercadorias no âmbito da circulação simples, o movimento M-D-M (metamorfose da mercadoria em dinheiro e deste novamente em mercadoria), na qual um possuidor de uma mercadoria que é um não-valor de uso para ele, vende sua mercadoria a um possuidor de dinheiro que por ela se interessa, e com o dinheiro adquirido, ele compra uma outra mercadoria, da qual pretende usufruir de algum modo. Nesse movimento, e portanto, na circulação simples de mercadorias, o *telos* é o consumo e o que rege é a troca de equivalentes. Daí Marx dizer que a esfera da circulação é o éden dos direitos naturais do homem, onde reina unicamente a Liberdade, a Igualdade, a Propriedade e Benthon¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.85.

¹⁸⁹ “O fetiche aqui não é tanto a transposição das relações sociais de troca na matéria do dinheiro – ouro ou prata – e sim a manifestação do poder social de comandar o trabalho dos outros indivíduos como o poder que o dinheiro confere a seus possuidores” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.77). É por isso que nos *Grundrisse*, Marx assevera que “Ele [o possuidor de dinheiro] carrega seu poder social, bem como seu nexo com a sociedade, no bolso” (Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.84, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.77).

¹⁹⁰ “O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Benthon. Liberdade! Pois o comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Benthon! Pois cada um só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente, porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.141).

Não obstante, ele mostra que outro corte no processo de troca também é possível, obtendo assim o ciclo D-M-D, ou D-M-D', no qual o dinheiro, ou melhor o processo de obtenção de mais dinheiro ou de valorização, é o *telos*. Surge aqui o capital, mas lembremos que este tem como pressuposto a circulação de mercadorias; e o dinheiro, o produto último dessa circulação, é assim a primeira forma de aparição, ou de manifestação, ou ainda de existência, do capital¹⁹¹. E daí a exposição da circulação simples e do dinheiro anteceder à do capital.

Salta aos olhos o fato de que um processo cujo ponto de partida e de chegada são exatamente os mesmos é completamente “insosso e sem conteúdo”¹⁹². Mas no ciclo D-M-D existe sim uma diferença, mesmo que apenas quantitativa. A quantidade de dinheiro ao final da troca deve ser maior que a inicial, caso contrário o processo não faria sentido. No decorrer do capítulo IV Marx demonstra que esse aumento do dinheiro, ou que a mais-valia, o quantum de valor que excede o valor que entrou no processo de troca, não se explica pela venda da mercadoria acima do preço, pelo logro mútuo, etc. Portanto, circunscrevendo-se à esfera da circulação simples, onde vigora a troca de equivalentes, não é possível compreender o surgimento da mais-valia, e conseqüentemente o processo de valorização. Faz-se necessário adentrar o âmbito da produção simples de mercadorias, mas evidentemente não é por isso que se pode prescindir da circulação simples, que é onde se realiza o valor, e portanto, é onde se efetiva a valorização; e que também é pressuposto da produção simples, a qual não é compreensível sem a circulação. Segundo Marx,

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem que comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor, e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação¹⁹³. *Hic Rhodus, hic salta!*¹⁹⁴.

Esses são os termos do problema, e essa é a maneira como Marx lança o desafio de se explicar a valorização do valor sem infringir a lei da troca de equivalentes, o que permite inferir que não será através do valor de troca das mercadorias intercambiadas que se irá descobrir o

¹⁹¹ Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.121.

¹⁹² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, 122.

¹⁹³ E no capítulo V, podemos ler que “Todo este seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 153).

segredo da valorização, mas sim do valor de uso. E é sabido como ele transpõe Rhodus, demonstrando que a valorização só pode ser explicada pelo fato de que o capitalista pode encontrar no mercado uma mercadoria *sui generis*, a força de trabalho, que, como qualquer mercadoria, é comprada pelo capitalista por seu preço, o qual no âmbito da circulação simples é igual ao seu valor. E como ocorre com qualquer outra mercadoria, através de sua compra pelo capitalista, que portanto respeita a lei da troca de equivalente, aquele ganha o direito de se valer do valor de uso da força de trabalho como bem lhe aprouver, no âmbito da produção, durante o período estabelecido no momento da troca¹⁹⁵.

Temos aí um exemplo de um pressuposto que Marx tira da história, possibilitando o desenvolvimento da apresentação categorial. Pois a existência de “livres” possuidores da mercadoria força de trabalho, de trabalhadores assalariados, não é uma mera dedução lógica; ao contrário, é resultado de um longo e complexo processo histórico - o qual será explicado apenas no final do livro I, no capítulo XXIV -, e que de certa forma representa uma quebra na exposição de *O Capital*, tal qual ela vinha sendo construída até então.

Longe de significar uma falha do método de apresentação, esse tipo de “incursão histórica”, em busca de pressupostos e mediações históricas, é um recurso mobilizado conscientemente por Marx, de modo a responder às exigências que lhe são impostas pelo seu objeto. Em suas palavras, “A forma dialética da exposição só é correta quando reconhece seus próprios limites”, e “... nosso método põe de manifesto os pontos em que tem que se introduzir a análise histórica, ou nos quais a economia burguesa como mera forma histórica do processo de produção aponta para além de si mesma aos precedentes modos de produção históricos”¹⁹⁶.

Com isso se evidencia que o método recursivo-progressivo de Marx - que tendo como ponto de partida efetivo o concreto, submerge até atingir o nível mais abstrato, mais geral e simples, para em seguida paulatinamente trilhar o caminho inverso, de modo a se apreender o concreto enquanto “concreto pensado”¹⁹⁷, enquanto “síntese de múltiplas determinações”¹⁹⁸,

¹⁹⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.134.

¹⁹⁵ Vê-se, desse modo, a impossibilidade de se passar diretamente do trabalho ao capital, sem a mediação do dinheiro, da mesma forma como não se poderia tratar do capital sem referência ao trabalho. Nas palavras de Marx, “Para alcançar o conceito de capital, é necessário partir do valor e não do trabalho, e concretamente do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação. É tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital, como passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro ou da natureza à máquina à vapor” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.198-9).

¹⁹⁶ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.422.

¹⁹⁷ Marx, K. Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.40.

abandonando a “representação caótica do todo”¹⁹⁹ - não se trata apenas de “determinações conceituais e da dialética desses conceitos”. Citando Grespan, em *O Negativo do Capital*, “Para Marx, o desenvolvimento real do objeto não pode ser constituído pela própria exposição dele, porque não é presidido pela dialética de seu conceito que se torna efetivo ao expor, como seria o caso do projeto hegeliano de demonstrar que a razão tem em si o poder de se realizar e é justamente este poder de realização”²⁰⁰. Como assevera Marx, “[O método recursivo-progressivo – G.M.] não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto”²⁰¹. Ao contrário, ele trata de apresentar a realidade capitalista apreendendo a articulação das diferentes categorias econômicas dentro da sociedade burguesa.

Por outro lado, obviamente Marx não está produzindo uma narrativa histórica. Sintetizando essa discussão, ele diz que

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiverem historicamente uma ação determinantes. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata das relações que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão ‘na idéia’ (...). Trata-se de sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna²⁰².

Em função disso, o processo de apresentação conceitual deve proceder a um processo de investigação, a qual “... deve apropriar-se detalhadamente do seu material, analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado este trabalho, pode ser adequadamente apresentado o movimento efetivamente real. Conseguindo isto, e se a vida do material se espelha idealmente, pode parecer que se tem a ver com uma construção ‘a priori’”²⁰³. Assim, cabe à pesquisa a descoberta da racionalidade própria do objeto, da articulação, do “nexo interno” entre as diferentes categorias econômicas, que permite apreender e apresentar o seu “movimento efetivamente real”. Em outras palavras, deve-se

¹⁹⁸ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.39.

¹⁹⁹ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.39.

²⁰⁰ Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, 39.

²⁰¹ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.40.

²⁰² Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.45, tradução modificada.

²⁰³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 26, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.39.

apreender a “lógica da coisa” sobre a qual Marx já falava em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, em oposição a Hegel, o qual se ocuparia com as “coisas da Lógica”^{204, 205}.

Ocorre que Marx se depara com um objeto, o modo de produção capitalista, que é contraditório, já que sua realidade se desdobra em essência e aparência, que se negam mutuamente e se constituem através desta negação²⁰⁶. O movimento poderia ser apresentado, em uma primeira aproximação, da seguinte forma: a essência do modo de produção capitalista é contraditória e se exterioriza, põe uma aparência que ao mesmo tempo em que nega e vela sua essência, permite que a contradição que a constitui se mova. No Livro Primeiro de *O Capital* a produção imediata, a valorização do valor no âmbito da fábrica, por assim dizer, revela-se como a essência da sociedade capitalista, e a circulação simples enquanto sua aparência. E a igualdade abstrata que nesta predomina, ao mesmo tempo vela e permite que se reproduza a desigualdade essencial entre capitalistas e trabalhadores.

Marx percebe que existe um “elemento” totalizador na sociedade capitalista - o capital -, que é fundamentalmente contraditório: essa relação social, que tem como substância o trabalho abstrato, precisa rebaixar a força de trabalho a um momento de si, reduzindo-a à condição de capital variável (parte do capital que possibilita a valorização do valor, e por isso é designada “variável”), e lhe fazer oposição. Para tanto, reduz-se a si próprio à capital constante, aos meios de produção (parte do capital que apenas transfere seu valor aos produtos, mediante a ação do trabalhador, e daí ser chamada por Marx de “constante”). Com isso, constitui-se enquanto totalidade formal. Entretanto, e ao mesmo tempo, precisa impedir que o trabalho, seu Outro, constitua-se por seu turno enquanto totalidade, e para isso, não permite que o trabalhador se aproprie dos meios de produção e do produto total do trabalho, o que significaria a negação do capital, e sua superação (*Aufhebung*). Assim o capital ao mesmo tempo precisa incluir e negar a força de trabalho²⁰⁷.

²⁰⁴ Marx, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.39 e p.67.

²⁰⁵ “... temos de descrever o processo de circulação ou o processo de reprodução, antes de descrever o capital pronto e acabado – *capital e lucro* –, uma vez que temos de explicar como o capital produz e, ademais, como é produzido. O movimento real, porém parte do capital existente; o movimento real é o que se faz na base da produção capitalista desenvolvida, que parte de si mesma e pressupõe a si mesma” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.948).

²⁰⁶ “... toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986, p.271).

²⁰⁷ Segundo Grespan, “Ao incluir o trabalho vivo como seu momento, como capital variável, o capital se apresenta como uma totalidade formalmente estabelecida, sendo pela formalidade desta subsunção, que ele domina as condições de sua própria valorização, e se apresenta como o sujeito deste processo. Por um lado, no entanto, o poder ‘vampiresco’ do capital revela sua dependência da vitalidade do trabalho, cuja objeção constitui a ‘substância’ do valor das mercadorias, pois apenas ‘sugando o

Nesse processo, vê-se que o capital “domina as condições de sua própria valorização e se apresenta como ‘sujeito’ deste processo”²⁰⁸. Mas isso se revela como uma tendência, e merece maiores qualificações. Viu-se que o capital procura incessantemente se elevar à condição de sujeito, mas que, não obstante, sua substância, o trabalho, ser-lhe-á sempre e forçosamente exterior, e sempre será negada pelo capital. Daí Marx rotular o capital de sujeito “cego e automático”, já que ele não tem em si próprio sua substância, a qual daria uma forma adequada a sua existência. Muito diferente, portanto, do sujeito hegeliano, que é definido como o agente e resultado do processo dialético que se auto-desenvolve reflexionando-se em seus próprios predicados, e se compreende a si próprio nesse processo ativo, sendo por conseguinte em-si, por-si e para-si, uma substância que por sua própria conta dá-se uma forma adequada de existência, e tem consciência desse processo²⁰⁹.

Percebe-se com isso que a exposição de *O Capital*, ao responder ao objeto e a seu movimento, corresponde ao processo de subjetivação do capital, ou do desenvolvimento do fetichismo, que tem no capital sua principal expressão, e no capital a juros (o dinheiro que imediatamente gera dinheiro²¹⁰) seu paroxismo. Assim, esse movimento de totalização que se desenrola na sociedade capitalista possui inumeráveis desdobramentos, não se restringindo a essa relação entre capital e trabalho no âmbito da produção imediata²¹¹. Ao contrário, o caráter totalizante e totalitário do capital faz com este tenda a subsumir todas as categorias econômicas e todas as esferas da vida social²¹². Nas palavras de Marx o capital é “... a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. [E] Deve constituir o ponto inicial e o ponto final...”²¹³; é por isso que a apreensão da sociedade burguesa enquanto totalidade deve ser feita mediante o

trabalho vivo’ o ‘morto’ retorna a vida e nela permanece” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.139).

²⁰⁸ Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 139.

²⁰⁹ Cf., por exemplo, Hegel, G. W. F. *A Razão na História*. Lisboa: Edições 70, 1995, p.31.

²¹⁰ “De todas essas forma, porém o fetiche mais completo é o *capital produtor de juros*. Nele temos o ponto de partida original do capital – o dinheiro – e a fórmula D-M-D’ reduzida aos dois extremos D-D’. Dinheiro que gera mais dinheiro. É a fórmula primitiva e geral do capital, contraída numa sùmula absurda” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1495).

²¹¹ Não obstante, “Para entender como Marx define o poder do capital, tanto no seu aspecto real quanto no mistificador, é preciso entender, antes de mais nada, como ele concebe a lógica conforme a qual se estrutura a relação entre trabalho e capital” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.118).

²¹² O capital possui um impulso “de dominar as condições de sua existência e de convertê-las em momentos da sua relação consigo próprio” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, 157). Nas palavras de Marx, “Todas as formas anteriores de propriedade condenaram a maior parte da humanidade, os escravos, a serem puros instrumentos de trabalho. O desenvolvimento histórico, o desenvolvimento político, a arte, a ciência se processam nas altas esferas, por sobre eles. Foi o capital que capturou pela primeira vez o progresso histórico a serviço da riqueza” (Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.91-2).

²¹³ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.45.

desenvolvimento de seu fundamento contraditório, processo no qual as diferentes categorias se revelam como formas de manifestação da contradição constitutiva do capital.

E é também por isso que Marx procede à elaboração de uma “crítica dialética” à Economia Política, através da qual ele consegue encarar a contradição e desenvolvê-la em seus diferentes momentos, fazendo as devidas mediações²¹⁴. Levando a cabo essa crítica, Marx demonstra que a principal falha da Economia Política “clássica” - e não os desvarios apologéticos e a pobre ideologia encarnada e propalada pela economia vulgar (de Bastiat, Say, etc.) - consiste justamente no fato de que ela, apesar de ter apreendido o fundamento da sociedade capitalista, não conseguiu lidar com seu caráter contraditório; antes, fez de tudo para expulsar a contradição, e com isso se viu às voltas com todo tipo de contradições vulgares. Em *Teorias da Mais-Valia*, Marx assevera que: “Em Ricardo, a unilateralidade vem dele querer demonstrar que as diversas categorias ou relações econômicas não contradizem a teoria do valor, em vez de, ao contrário, desenvolvê-las junto com suas contradições aparentes a partir deste fundamento ou expor o desenvolvimento deste fundamento mesmo^{215,216}”.

De todo modo, Marx apreende as premissas e proposições dos economistas “clássicos”, e por meio de sua crítica, leva-as às últimas conseqüências, de modo a demonstrar as aporias e as contradições do discurso da economia política, as quais expressam as contradições do próprio capital. Tão logo Marx apreende seu objeto como contraditório, e expõe suas contradições, tal exposição torna-se dialética, e a apropriação crítica da dialética hegeliana mostra sua importância para a apreensão crítica da estrutura e da dinâmica da sociedade capitalista. Malgrado o caráter de crítica à Economia Política, vale notar, Marx não reproduz simplesmente sua forma de

²¹⁴ Pois, como Marx constataria desde cedo, grosso modo a partir de sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843, a “anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (Marx, K. *Prefácio de 1859 (à obra Para a Crítica da Economia Política)*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982b, p.51), já que ela trata das relações sociais de produção, utilizando e produzindo categorias que “são formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.73), como diz Marx no primeiro capítulo de *O Capital*. Conceitos e categorias econômicas, ou da Economia Política “clássica” são expressões em pensamento de relações econômicas efetivas, reais, portanto, mesmo que freqüentemente mistificadas ou invertidas.

²¹⁵ Porém, vale dizer de passagem que as limitações da Economia Política clássica não se devem a uma falta de perspicácia dos seus representantes, ou algo do gênero; ao contrário, explica-se pelo fato de que apreender o caráter contraditório da sociedade capitalista implica em concebê-la como histórica e historicamente limitada, significa apreender no positivo a sua própria negação, significa perceber que o positivo se encontra na verdade inserido no negativo, significa talvez chegar à dialética não-idealista, que é crítica e revolucionária e não se deixa impressionar por nada, como diz Marx no célebre posfácio à segunda edição alemã de *O Capital* (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.26). Nas palavras de Marx, “Os economistas não concebem o capital como relação. Não podem fazê-lo se ao mesmo tempo não o concebem como forma historicamente transitória, relativa, não absoluta da produção” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1322).

²¹⁶ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.580, tradução modificada.

apresentar as categorias, mas promove uma radical rearticulação delas, no bojo do processo de crítica²¹⁷. Entretanto, apesar da importância dessa crítica, nunca se deve perder de vista: a Economia Política só é material para a constituição de conhecimento crítico acerca do real naquilo em que ela logrou apreender do real – de modo parcial e fetichista, por certo -, em uma complexa relação entre a crítica e a mistificação²¹⁸.

Antes de darmos continuidade à exposição, deve-se atentar para mais um elemento anteriormente mencionado: com a posição do capital, no quarto capítulo de *O Capital*, tem-se uma inflexão na exposição, que inclusive modifica os resultados atingidos anteriormente; dá-se o que se poderia denominar “determinação retroativa”: como foi dito, a circulação simples de mercadorias, onde domina a igualdade entre os possuidores de mercadorias e a troca de equivalentes, revela-se enquanto aparência, e a produção simples, na qual se produz e reproduz a desigualdade entre trabalhadores e capitalistas, revela-se enquanto essência do modo de produção capitalista. Ambas se põem e pressupõem mutuamente, negam-se e se constituem, reciprocamente, mas a essência subordina a aparência, mostra-se como dominante frente a ela. O princípio motor e a finalidade última da produção capitalista, nesse momento da apresentação categorial, consistem na valorização do valor, e não na produção de mercadorias para consumo, a qual evidentemente não deixa de existir e de ter sua importância.

Eis aí mais um importante aspecto do método de exposição de Marx. De uma perspectiva dialética não existem axiomas, tudo deve ser demonstrado, e tudo é a um tempo posto e

²¹⁷ Segundo Grespan, “é a crítica que permite a exposição assumir a forma dialética. Por outro lado, não se trata de uma crítica qualquer, mas da que vai ‘até um ponto’ determinado, a partir do qual os próprios conceitos da ciência resultam em seus opostos. Se inicialmente a crítica aparece como exterior à Economia Política, que é só ‘levada’ por ela, depois deste ‘ponto’ específico são os conceitos dela que se apresentam ‘dialeticamente’ e a crítica se determina por seu movimento próprio. Se no primeiro sentido a ‘crítica’ é um requisito da forma dialética da exposição, é para depois aparecer como consequência desta forma mesma, isto é, do movimento em que os conceitos da Economia Política se desenvolvem ‘até o ponto’ em que exigem sua própria transformação” (Grespan, J.L. A crise na crítica da Economia Política. In: *A Obra Teórica de Marx: Atualidade, problemas e interpretações*, São Paulo: Xamã Editora, 2001, p.232).

²¹⁸ Grosseiramente falando, nos momentos históricos de surgimento e consolidação do capitalismo, a Economia Política se torna arma de combate à formação social que fenecia, e de afirmação dos ideais e práticas burguesas. Daí sua busca por desvendar o funcionamento profundo – a essência – da sociedade que nascia e florescia, e daí seus conteúdos críticos e apologéticos, tão imbricados. Tão logo se assenta o capitalismo como modo de produção dominante e se acirram seus antagonismos inerentes, a efetiva compreensão sobre seu movimento, e portanto suas contradições, torna-se uma fraqueza passível de ser explorada por seus adversários – como de fato ocorreu -, e os conteúdos apologéticos se sobrepõem aos críticos, sufocando-os. Floresce assim a economia vulgar - ocupada sobretudo em descrever os fenômenos mais superficiais da economia capitalista e justificá-la -, e a economia “catedrática” - ainda mais degradada, buscando voluntária ou involuntariamente em seus manuais apagar a história que produziu o surgimento das modernas teorias econômicas junto com os embates que se deram no interior dessa ciência, e que expressavam decisivos embates entre classes que se travaram fora do âmbito epistolar e livresco -, tudo isso ao mesmo tempo em que ouvidos atentos como o de Marx percebiam os estertores da “economia clássica” (cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.22-24, e Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1538-1540).

pressuposto dos demais momentos da apresentação²¹⁹. Mas ao se caminhar no sentido da concreção, os próprios resultados atingidos nas análises dos níveis mais abstratos sofrem alterações decisivas, de modo que é apenas no final dessa dura estrada que se tem a real apreensão não só da totalidade, como também de seus diversos momentos constitutivos.

Em sentido parecido, pode-se como o desenrolar da apresentação desemboca na chamada “inversão da lei de apropriação”. Até a sétima seção do primeiro livro de *O Capital*, apesar de demonstrar que o capital é valor que se valoriza, e que só existe no processo de valorização, Marx não analisa o processo de contínua reprodução do capital, o qual desfaz algumas aparências capciosas, na medida em que demonstra a internalização de pressupostos do capital e a sua conversão em momentos deste, que outrora eram introduzidos “de fora”. Percebe-se com a análise da reprodução, mas ainda no âmbito da produção direta, que todos os elementos do processo produtivo constituem resultados de uma pretérita exploração do trabalho. Com a reiteração do processo de troca da força de trabalho por dinheiro e do processo de produção, mostra-se que são os trabalhadores que adiantam tudo aquilo que pertence aos capitalistas, e permitem o constante aumento de seu patrimônio. Aquele dinheiro com o qual o capitalista comanda uma crescente força de trabalho, bem como meios de produção, para novos ciclos produtivos, consiste na mais-valia que ele obteve dos ciclos anteriores, e que ele deve reaplicar na produção, de modo a lograr nova acumulação.

Desse modo, desvanece a aparência de que o capitalista, na condição de possuidor de capital em forma-dinheiro - o qual teria obtido previamente e de maneira independente do processo produtivo -, vai ao mercado adquirir força de trabalho, deparando-se com o trabalhador, um igual possuidor de mercadorias. Nas palavras de Marx,

[Com a reprodução do capital] desaparece até a *aparência* que a relação apresentava à superfície e segundo a qual se defrontam na circulação, no mercado, possuidores de mercadorias dotados de prerrogativas iguais, os quais, como todos os demais possuidores de mercadorias, só se diferenciam entre si pelo conteúdo particular das mercadorias que dispõem para vender um ao outro. Ou então, esta forma original da relação subsiste apenas como aparência da relação que lhe serve de base, da relação capitalista^{220, 221}.

²¹⁹ “Toda precondition do processo social de produção é ao mesmo tempo seu resultado, e cada um de seus resultados revela-se ao mesmo tempo precondition” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I, p.1544). “... no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômico-burguesa, e assim cada elemento posto é ao mesmo tempo suposto, tal é o caso com todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico em sua totalidade tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento até alcançar a totalidade plena consiste precisamente [em que] se subordina todos os elementos da sociedade, o em que cria os órgãos que ainda o fazem falta a partir daquela” (Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.220).

²²⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.136.

Ainda no primeiro livro de *O Capital*, nota-se claramente que o modo de produção capitalista possui não apenas uma gênese histórica, analisada por Marx no capítulo XXIV, “a acumulação originária”, mas também uma história que é exposta no decorrer da obra²²². Mas antes, retrocedamos um pouco.

Vimos que, da perspectiva ora adotada e em seus aspectos estritamente teóricos, pode-se dizer que o projeto marxiano consiste na tentativa de criticamente apreender e expor o processo de subjetivação do capital – e o correspondente processo de reificação humana. Suas diversas proposições e conceitos, bem como a forma de sua exposição – que pretende ser a expressão correta do modo de produção capitalista – respondem ao caráter contraditório de seu objeto fundamental, o capital, e são portanto dialéticas. Em seu desenvolvimento a contradição constitutiva do capital se torna mais e mais complexa, e assume as mais diversas formas, nunca se neutralizando. Tais formas devem ser apresentadas articuladamente – como o são *realmente* – da mais simples à mais rica em determinações, e daí a importância da investigação sobre o trabalho e seu duplo caráter²²³, a qual explica não só a contradição inerente à forma mercadoria, mas aponta para seu desdobramento e desenvolvimento em diversos sentidos e fornece a chave para sua explicação, como veremos ao tratar brevemente do processo de trabalho e de valorização²²⁴.

Não obstante, é o caso de falar algo mais sobre o conceito de trabalho abstrato, não somente por ser ele central para a teoria do valor de Marx, mas também pelo fato de que sua

²²¹ “A relação de intercâmbio, pois, deixou cabalmente de existir ou é mera aparência” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.419). E “... originalmente o direito de propriedade se apresentava baseado sobre o trabalho próprio. A propriedade se apresenta agora como direito ao trabalho alheio e como impossibilidade, por parte do trabalho, de apropriar-se de seu próprio produto. A separação radical entre a propriedade e ainda mais entre a riqueza e o trabalho se apresenta agora como consequência da lei que partia de sua identidade” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.419).

²²² Evidentemente, o mesmo vale para os processos imediatos de produção e de circulação, mas em função do objeto em questão, darei atenção apenas ao primeiro, no que impacta na conceituação de trabalho produtivo e improdutivo.

²²³ Não é à toa que Marx constata em mais de uma oportunidade que a descoberta do duplo caráter do trabalho é uma de suas grandes contribuições teóricas à crítica da Economia Política e do capital. Em carta a Engels de 24 de agosto de 1867, diz ele que “Os melhores pontos do meu livro [*O Capital* – G.M.] são: 1) o *duplo caráter do trabalho*, de acordo com que ele se expressa em valor de uso e valor de troca. (*Toda* compreensão dos fatos dependem disso). (...); 2) o tratamento da mais-valia independentemente de suas formas particulares como lucro, juros, renda da terra, etc.” (Marx, K., Engels, F. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965, p.192).

²²⁴ Não cabem aqui grandes aprofundamentos conceituais, pois não tenho o objetivo de apresentar os conceitos abordados em toda sua complexidade e em todos os seus momentos de desenvolvimento – como foi dito, o avanço da exposição e a conseqüente diminuição do nível de abstração faz com que se modifiquem os conceitos antes apresentados por acréscimo de determinações (no processo que chamamos de determinação retroativa), os quais são ressignificados em seu papel no dentro do conjunto da teoria marxiana –, tampouco dar conta das tantas interpretações e querelas que surgiram ao seu redor desde que foram desenvolvidos por Marx; isso por um lado tornaria o texto por demais extenso e carregado, por outro, creio que boa parte dos debates que se produziram no interior do marxismo e entre Marx, os marxistas e seus críticos, tem sua origem no desconhecimento do método marxiano, na má-fé, e na incompreensão acerca da “paciência do conceito”, ao que as considerações metodológicas tecidas anteriormente dão alguma resposta.

correta apreensão propicia uma importante chave para a crítica da interpretação que fazem Gorz e Negri da obra marxiana, e da teoria social desses autores em sentido mais amplo.

Muitas leituras vulgares de *O Capital*, tanto por parte de críticos de Marx, quanto de marxistas, tomam o conceito de trabalho abstrato como idêntico à noção de trabalho em geral, reduzindo-o ao nível fisiológico ou “subjativando” o conceito, fazendo-o “a representação abstrata do trabalho em geral”²²⁵. Ao contrário, é fato que o conceito de trabalho abstrato não elimina a “realidade biológica” do trabalho, ou a generalidade em sentido fisiológico (“dispêndio de cérebros, músculos, nervos, mãos, etc. humanos”, como citado anteriormente), mas tal generalidade é em certo sentido o pressuposto material do trabalho abstrato, necessário à sua existência, à sua posição: não obstante, é tal posição que constitui o trabalho abstrato. É evidente que a representação “trabalho em geral” existiu em diferentes momentos históricos, mas é apenas no capitalismo que o trabalho de cada indivíduo só vale enquanto trabalho em geral, trabalho abstrato simples, trabalho socialmente necessário, ou ainda que o indivíduo só vale enquanto trabalhador que objetiva trabalho abstrato, e respeitando um certo mínimo estabelecido pela concorrência com outros trabalhadores. Do contrário, ele é socialmente inútil, fadado à penúria material, à inanição, etc. O momento fundamental aí, e muitas vezes ignorado, é não o da generalização, mas o da redução, a eliminação de toda a riqueza de determinações que caracterizam o trabalho concreto, e a redução do trabalhador que o realiza à condição de um produtor de trabalho abstrato, independentemente do seu conteúdo material.

Logo, através de um processo historicamente determinado a generalidade fisiológica dos trabalhos é socialmente posta de tal forma que surge um universal concreto: têm-se ao mesmo tempo universalidade e singularidade como demonstra Ruy Fausto. Sintetizando a discussão, esse autor assevera que o “trabalho abstrato não é nem uma construção do espírito, embora o espírito a reproduza, nem um generalidade fisiológica: é o movimento da abstração, que se opera no próprio real”^{226, 227}. Nas palavras de Marx, ao se abstrair o valor de uso das mercadorias no

²²⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.89.

²²⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.123, nota 4.

²²⁷ “No interior da relação de valor e da expressão de valor que está incluída nela o abstrato universal não vale como propriedade do concreto, do sensível efetivo, mas pelo contrário o *sensível-concreto* [só vale – RF] como pura forma fenomenal ou forma de realização efetiva determinada do abstrato universal. Por exemplo, o *trabalho do alfaiate* que está contido no *equivalente* casaco não possui, no interior da expressão de valor da tela, a *propriedade geral* de ser também trabalho humano. Pelo contrário. *Ser trabalho humano vale como sua essência*, ser trabalho do alfaiate [só vale – RF] como *forma fenomenal* ou *forma de realização efetiva determinada desta sua essência* (...) Esta *inversão* pela qual o sensível-concreto só vale como forma fenomenal do abstrato-universal, em vez do abstrato-universal valer, pelo contrário, como propriedade do concreto, [tal inversão - RF] caracteriza a expressão de valor, ela torna ao mesmo tempo difícil a sua compreensão. Se eu disser: o direito romano e o direito alemão são ambos direitos, isto é evidente. Mas se, pelo contrário, eu disser: o direito, este abstrato, se realiza efetivamente no

processo de sua igualação e troca “resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho”²²⁸, dos quais “todas as (...) qualidades sensoriais se apagaram”²²⁹. Porém, “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato”²³⁰. Falando claramente, “esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que se faz diariamente no processo da produção social”²³¹, não sendo portanto, um mero produto do cérebro humano ou uma simples “fantasmagoria”.

Como resultado dessa abstração real, do “resíduo dos produtos do trabalho”, nada sobrou “a não ser a mesma *objetividade fantasmagórica*, uma *simples gelatina de trabalho humano indiferenciado*, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis”²³². Portanto, “O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor”²³³, que existe à medida que na mercadoria foi “objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”^{234 235}.

direito romano e no direito alemão, o contexto torna-se então místico” (Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.102). E essa inversão deve, forçosamente, ter expressão no discurso: “Que o paradoxo da realidade efetiva se exprime assim em paradoxos da linguagem, que contradizem o senso comum, o que os vulgares pensam e acreditam dizer, isto é evidente. As contradições que nascem do fato de que, sobre a base da produção de mercadorias, o trabalho privado se apresente como social, geral, que as relações pessoais se apresentam como relações entre coisas e como coisas – essas contradições residem na coisa, não na expressão verbal da coisa” (Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.102). Assim, o trabalho abstrato é uma “coisa social”, e “Nesta acepção de ‘coisa social’, o valor não é simplesmente diverso do valor-de-uso, já que o trabalho abstrato não é mero gênero que abrange os trabalhos concreto-específicos, distinguindo-se deles só por isso; é também uma ‘substância’, algo real que se opõe a eles, pois sua realidade é a de um processo que os subordina e controla” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.65).

²²⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

²²⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

²³⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

²³¹ Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.34.

²³² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

²³³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

²³⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.47.

Logo, evidencia-se já aqui que a teoria do valor de Marx nada tem a ver com uma teoria de preços relativos, ou uma mera “teoria da medida do valor”; um de seus momentos essenciais é a descoberta do valor como forma social e o trabalho abstrato como sua substância, bem como de seu movimento no processo de constituição e nos distintos momentos do conceito de capital (construído ao longo de toda a obra, e apontando para além dela, para a análise do Estado, do comércio exterior, do mercado mundial...). Do contrário, não teria cabimento investigar o *fundamento* do valor, seu caráter historicamente determinado, bastando, como faz a ortodoxia econômica contemporânea, permanecer na superfície do sistema econômico onde só existiriam preços e agentes racionais maximizando sua utilidade, realidade mais ou menos compatível com modelos de equilíbrio geral. Os ônus desse procedimento, por exemplo a eliminação do caráter específico do dinheiro (e portanto a exclusão do dinheiro dos modelos econômicos), e a impossibilidade de se explicar racionalmente e prever as crises econômicas, tornar-se-iam perfeitamente aceitáveis frente ao elevado grau de sofisticação formal dos modelos, a sua inacessibilidade aos não-especialistas – ambos com importantes efeitos ideológicos e apologéticos -, e a relativa capacidade de se prever o preço dos tubérculos no próximo trimestre.

Mas vejamos melhor o conceito de trabalho abstrato com base na *Introdução de 1857*. Lá, Marx constata que “o trabalho parece ser uma categoria bastante simples. E a concepção do trabalho nessa forma geral – como trabalho em geral – é também incomensuravelmente antiga. No entanto, concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto são as relações que criam essa simples abstração”²³⁵. Ou seja, existe uma diferença entre a representação do trabalho enquanto trabalho em geral, e sua concepção enquanto categoria econômica: antes de ser concebida, no sentido de apreendida enquanto conceito, a abstração deve se *efetivar* na própria realidade, sendo portanto um produto das relações sociais efetivas.

Isso se clarifica em uma passagem subsequente, que merece ser citada na íntegra, apesar de sua extensão:

A indiferença frente ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, dos quais nenhum domina os demais. Como regra, as abstrações mais gerais surgem somente em meio ao desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então não pode mais ser pensado somente

²³⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre o tema, cf. o texto “Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor”, em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²³⁶ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.42.

sob uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem facilmente passar de um trabalho a outro, e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Não somente como categoria, mas também na realidade efetiva o trabalho se converteu em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Tal estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Portanto, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nessa abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna^{237 238}.

Diversas das proposições do último trecho transcrito chamam a atenção. Em primeiro lugar, Marx mais uma vez reitera a idéia de que a existência das abstrações em questão pressupõe a existência de um concreto desenvolvido, e quando mais simples e gerais as abstrações, mais desenvolvido deve ser o concreto que as produz e é por elas produzido. Além disso, tem-se que a abstração do trabalho deve implicar na indiferença dos indivíduos particulares frente aos diversos gêneros de trabalho, mas isso pressupõe uma divisão do trabalho rica e desenvolvida, bem como a não-prevalência de determinações extra-econômicas que possam privilegiar esse ou aquele ramo de produção ou atividade laboral. E novamente se afirma que esse tipo de abstração, no caso a categoria do trabalho em geral, não é um resultado puramente intelectual, mas possui dimensões práticas relevantes.

Em primeiro lugar, da perspectiva de Marx a *posição* na realidade efetiva é em si uma “determinação”, uma característica essencial do objeto. Lembremos da seção sobre o fetichismo da mercadoria, no primeiro capítulo de *O Capital*. Lá, Marx “visita” diversas formas sociais (historicamente existentes, e mesmo uma “imaginária”), e demonstra que em todas elas existem as determinações do valor (uma certa divisão do trabalho, o tempo de trabalho como princípio regulador, a própria representação do trabalho enquanto trabalho em geral, etc.), mas não o valor. Ou seja, as características do valor existem, mas o valor não está posto, de modo que não há valor propriamente dito. Nas palavras de Ruy Fausto, “Marx supõe que a posição da coisa – e a posição da coisa é a existência (social) da coisa – é essencial para que ela seja o que é (...). No socialismo, no caso de Robinson etc., as determinações essenciais do valor estão dadas, mas falta a posição objetiva dessas determinações, porque em todos esses casos elas só existem enquanto

²³⁷ Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.42-43.

²³⁸ Cf. Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.44-5.

representação – na cabeça de Robinson, dos planificadores (ou como resultado dessa representação, mas não como coisas sociais)”²³⁹. Para Marx, ainda segundo Fausto, “o conjunto das determinações não esgota o conceito. Mesmo plenamente determinado, o conceito não é ele próprio se não foi posto”²⁴⁰.

No caso do valor, portanto, é necessário que o trabalho em geral não exista somente como representação, mas que exista na realidade efetiva. Isso corresponde ao processo no qual, através da generalização das relações mercantis, o tempo de trabalho de qualquer indivíduo só valha enquanto tempo de trabalho socialmente necessário, e que o trabalho concreto só valha enquanto trabalho em geral, mais precisamente trabalho abstrato. Com isso não queremos dizer que a dimensão do valor de uso desapareça, mas que ela se subordina (contraditoriamente) à dimensão do valor, de tal forma que um trabalho específico que não se reduza a trabalho abstrato, que não corresponda até certo grau ao tempo de trabalho socialmente necessário, e que portanto não produza valor em condições competitivas ou nem poderá se realizar, ou estará fadado a desaparecer; por conseguinte, qualquer trabalho concreto útil no capitalismo só se efetiva enquanto trabalho em geral. Daí podemos repetir Marx, dizendo que o trabalho na sociedade capitalista “... não pode ser pensado somente sob uma forma particular”, e acrescentar que ele tampouco pode existir somente sob tal forma.

Por outro lado, o acréscimo de determinações reforçam a existência do conceito, o qual, na condição de expressão ideal do movimento real, pode ser construído a partir de uma existência (histórica) precária, só vindo a se realizar de maneira plena posteriormente.

A Economia moderna - cujo ponto de partida pode ser localizado no século XVII, sobretudo com William Petty -, certamente não deve sua existência aos Estados Unidos, mas aos países europeus centrais, principalmente à Inglaterra. É analisando este país que se chegou à categoria de trabalho em geral, que Marx está a se referir; entretanto, na situação histórica inglesa, ainda marcada por resquícios corporativos feudais e tradições “anacrônicas” (como denuncia Marx na *Miséria da Filosofia*, e em alguns outros textos²⁴¹), falta uma das determinações daquela categoria, uma determinação que deve ser tirada do “plano do vivido” – termo usado por Fausto -, e que à época só existe nos Estados Unidos, a saber, a indiferença em relação ao conteúdo material do trabalho, ao seu caráter de trabalho concreto útil. Desse modo,

²³⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.105.

²⁴⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.106.

nos Estados Unidos a categoria do trabalho abstrato teria uma existência mais plena do que na Inglaterra, o que não quer dizer que aí ela não tenha validade.

Esse âmbito prático, na qual os indivíduos se tornam indiferentes ao trabalho particular que executam, transitando com maior ou menor facilidade de um “emprego” a outro, é o “vivido”. Mas corresponde também ao conceito de *realidade efetiva*, que Marx identifica ao “mundo fenomenal”. Tendo isso em vista, Ruy Fausto assevera que “a diferença entre a categoria e a realidade efetiva remete assim não à oposição pensamento/realidade, mas a diferença entre a realidade só no nível da essência e a realidade que se manifesta também no fenômeno (...). A mobilidade do trabalhador e a experiência vivida que lhe corresponde são pois a reflexão da categoria no plano da realidade fenomenal e do vivido. Essa reflexão não é, sem dúvida, exterior ao objeto, mas uma realização imperfeita da reflexão não exclui a realidade do objeto no nível da essência^{242,243}. De todo modo, “... qualquer que seja o papel do vivido em *O Capital*, papel que sem dúvida não se poderia subestimar, o vivido, entretanto, *nunca é constitutivo*”^{244, 245}.

Ainda se faz necessário tratar dos conceitos de trabalho simples e trabalho complexo, alvo de elucubrações por parte de Gorz e Negri. O mais adequado é utilizar as palavras do próprio Marx. Na *Contribuição...*, ele diz que

o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho *humano geral*. Essa abstração do trabalho humano geral *existe* no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade dada pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro, etc. É trabalho *simples* ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter desse trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade. O trabalho simples constitui de longe a maior parte do trabalho total da sociedade burguesa, como se pode verificar a partir de qualquer estatística²⁴⁶.

Já em *O Capital*, Marx afirma que apesar da realização de diferentes trabalhos pressupor distintos desenvolvimentos da força de trabalho, “o valor de mercadoria representa simplesmente

²⁴¹ Cf. Marx, K. *Miséria da Filosofia*, São Paulo: Global, 1985, p.45, nota de rodapé.

²⁴² “... a mobilidade do trabalhador não realiza o universal que é *ao mesmo tempo* singular, o universal só é aqui uma sucessão de singularidades ou de particularidades” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.95).

²⁴³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.96.

²⁴⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.96.

²⁴⁵ Diga-se de passagem que a indiferença em relação aos diversos tipos de trabalho e a possibilidade de trânsito entre um trabalho e outro se relaciona a um processo material de simplificação do trabalho, ou de abstração real do trabalho relativa ao próprio âmbito da produção, no qual o revolucionamento das forças produtivas eliminam determinações do processo de trabalho nos diversos ramos da produção, desprovido-os igualmente de conteúdo. Esse processo, que também se relaciona ao “plano do vivido”, é constitutivo. É evidente que isso só pode ser tematizado por Marx muito mais à frente no processo expositivo.

trabalho humano, dispêndio de trabalho humano (...), dispêndio de força de trabalho simples, que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico”²⁴⁷. Eis aí a definição de trabalho médio simples, o “trabalho não-qualificado” dos economistas ingleses²⁴⁸. Por seu turno, o “trabalho complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno quantum de trabalho, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples”²⁴⁹. E aqui Marx também assevera “que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência”²⁵⁰, o que ensejou diversas críticas às noções de trabalho simples e complexo, pois segundo alguns autores, aquilo que Marx deveria explicar ou demonstrar é arbitrariamente considerado evidente ou demonstrável pela própria experiência. Entretanto, Marx diz que “as diferentes proporções nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição”²⁵¹, mas “*As leis que regulam essa redução não correspondem a esta parte do nosso estudo*”²⁵².

O sentido da investigação é distinto daquele que julgam muitos críticos: Marx não parte da premissa “o trabalho é a substância do valor”, para deduzir logicamente que isso permite que seus produtos sejam trocados, e de tal e tal forma, etc. Ao contrário, ela parte do fato concreto e cotidiano de que os produtos dos distintos trabalhos são igualados, e perscruta como isso ocorre, chegando então ao trabalho e ao fato de que o trabalho complexo é reduzido a simples mediante um rico processo social²⁵³ que tem como momentos desde a produtividade do trabalho, a divisão social do trabalho entre diferentes setores da economia e empresas, em função daquela produtividade e da distribuição dos lucros mediante o processo de nivelção decorrente da formação de taxas médias de lucro no interior do processo concorrencial, até o costume²⁵⁴. Desse

²⁴⁶ Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.33.

²⁴⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.51.

²⁴⁸ Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.33, nota de rodapé.

²⁴⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.51.

²⁵⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.52.

²⁵¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.52.

²⁵² Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.34, grifos meus.

²⁵³ “Ora, se se deve pensar o valor em termos de trabalho – e isto não depende de redução dos trabalhos, mas a realidade o exige –, toda redução dos valores dos produtos do trabalho deve aparecer como fundada numa redução do trabalho complexo ao trabalho simples” (Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p.94).

²⁵⁴ “A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled* e *unskilled labour*, baseia-se, em parte, em meras ilusões ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções tradicionais; em parte baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite menos que as outras exercer pressão

modo a compreensão plena desse processo só pode se dar no bojo da análise da realidade efetiva, da esfera da concorrência entre capitais, na qual as leis imanentes do sistema a um tempo são (contraditoriamente) negadas e ganham existência. Em outras palavras, é necessário “se decidir a ascender do particular ao geral”²⁵⁵, e percorrer todo o caminho de *O Capital*, para se chegar às respostas que muitos críticos e leitores de primeira viagem exigem imediatamente.

Ademais, como afirma Ruy Fausto, “se Marx se reporta efetivamente a dados estatísticos, não são estes, como simples dados, que legitimam o papel do trabalho simples na teoria. O privilégio do trabalho simples está ligado a uma determinação essencial ao sistema (ao sistema plenamente desenvolvido). Na realidade, o trabalho simples é posto ou criado pela grande indústria (com a qual se passa ao capitalismo em sentido específico)”²⁵⁶, mesmo já tendo a manufatura simplificado bastante o trabalho²⁵⁷.

No primeiro capítulo do Livro Primeiro de *O Capital* Marx apresenta o trabalho como o processo de mediação e regulação do metabolismo entre o homem e a Natureza²⁵⁸, por meio do qual a humanidade garante a sua subsistência e reprodução, atuando sobre o material natural, e se constitui enquanto humanidade²⁵⁹. Já no quinto capítulo, o processo de trabalho, como especificidade do homem, é caracterizado pelo fato de que este antecipa idealmente o resultado de sua atividade, planejando sua ação de modo a conquistar determinado objetivo, o que

para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os mesmos tipos de trabalho invertem suas posições. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos em geral brutais, que exigem muita força muscular, se tornam geralmente superiores em confronto com trabalhos muito mais delicados, que descendem ao nível de trabalho simples, como, por exemplo, na Inglaterra, o trabalho de um *bricklayer* (pedreiro) ocupa um nível muito mais alto que o de um tecedor de damasco. Por outro lado, o trabalho de um *fustian cutter* (tosador de veludo) figura como trabalho “simples”, embora exija muito esforço físico e faça, além disso, muito mal à saúde. De resto, ninguém deve se iludir que o chamado *skilled labour* represente uma proporção quantitativamente significativa do trabalho nacional” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.157, nota de rodapé).

²⁵⁵ Marx, K. *Prefácio de 1859 (à obra Para a Crítica da Economia Política)*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982b, p.50.

²⁵⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.93.

²⁵⁷ Esse processo será analisado com algum detalhe no quinto capítulo do presente texto.

²⁵⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.50. Cf. também Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.142.

²⁵⁹ Tendo sido o trabalho apresentado, em referência a William Petty, como o “pai” e a natureza como a “mãe” da riqueza material, no referido primeiro capítulo (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.51).

pressupõe uma “vontade orientada a um fim”²⁶⁰, que deve ser tanto mais intensa quanto menos tal atividade o apraz²⁶¹.

Em sua atividade, o homem age tanto sobre objetos retirados diretamente da natureza, quanto sobre objetos previamente trabalhados, as matérias-primas. Além disso, ele atua sobre esses objetos de trabalho mediante instrumentos, os meios de trabalho, que se constituem enquanto prolongamentos do corpo humano, e que também podem ser encontrados prontos no meio natural, ou produzidos por meio do trabalho, sendo que os últimos se tornam cada vez mais importantes com o desenvolvimento do processo de trabalho. Segundo Marx, são sobretudo os meios de trabalho que permitem diferenciar as formações sociais, no decorrer da história²⁶².

Por meio do processo de trabalho, em suma, o homem modifica a natureza de modo a produzir um valor de uso que satisfaça às suas necessidades, e com isso o processo tem seu termo: “O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado”²⁶³. Assim, o processo de trabalho consiste em um processo de produção, sendo a atividade do trabalhador um *trabalho produtivo*. E a importância desse trabalho deve ser enfatizada, pois sem ele todos os demais fatores do processo produtivo, mesmo quando resultado de trabalhos realizados anteriormente, permanecem inúteis, “mortos”, sendo consumidos pela “ação do tempo”. É apenas seu consumo no decorrer do processo de trabalho que os “vivifica” e converte em produtos úteis, em novos valores de uso²⁶⁴.

Quando se considera o processo de trabalho tal qual é desenvolvido no interior do modo de produção capitalista a coisa se torna mais complexa; entretanto, como já se falou, de antemão não se alteram as condições materiais de produção por serem os produtos feitos para o capitalista²⁶⁵. O que muda é o fato de que o trabalhador passa a estar subordinado ao capitalista,

²⁶⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.143.

²⁶¹ “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.146).

²⁶² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.144.

²⁶³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.144.

²⁶⁴ “O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas [os meios e objetos de trabalho produzidos pelo homem], despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.146).

²⁶⁵ “O processo de produção do capital é, antes de tudo, considerando-se seu lado real – ou considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – um processo efetivo de trabalho” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.12). Entretanto, como se verá melhor, “... o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua

o qual assume a função de adquirir os meios de produção e a capacidade de trabalho nas proporções corretas, e velar para que o processo de trabalho se realize adequadamente, sendo seu fim determinado pelo próprio capitalista. Além disso, o produto do processo também pertence ao capitalista, que paga pela força de trabalho seu valor, e adquire o direito de utilizá-la no interior do processo produtivo. Nas palavras de Marx, “O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”²⁶⁶.

Vê-se a necessidade de se analisar o “outro lado” da produção de mercadorias, o processo de valorização. O primeiro aspecto para o qual se deve atentar é o fato de que o capitalista não produz valores de uso pelos valores de uso, pois no capitalismo, “o valor de uso não é algo que se ama por si mesmo”²⁶⁷, mas antes, o interesse de produzi-los reside no fato de que os produtos são mercadorias destinadas à venda e contém em si também o valor de troca, e ainda, que eles devem ter um valor superior ao exigido para sua produção. Nos dizeres de Marx, o capitalista “quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mais também mais-valia”²⁶⁸.

No processo de produção, como também foi dito, consomem-se meios de trabalho, matérias primas e força de trabalho. Como “o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário são duas grandezas inteiramente diferentes”²⁶⁹, o capitalista logra comprar mais tempo de trabalho do que paga, já que ele preside o processo por ter sob seu domínio os elementos necessários à produção, e porque ele encontra no mercado uma mercadoria peculiar, a força de trabalho, cuja especificidade não decorre do seu valor; este, como ocorre com qualquer outra mercadoria, equivale ao seu custo de produção e reprodução. Ao contrário, a especificidade da força de trabalho reside em seu valor de uso, que consiste na capacidade de produzir valor, numa grandeza que excede seu próprio valor, ou o valor dos meios necessários à subsistência do trabalhador, pois, no decorrer da jornada de trabalho, o capitalista usa a força de trabalho para além do tempo no qual ela reproduz o valor que corresponde ao seu próprio valor. Durante esse tempo excedente, esse tempo de mais-trabalho, o trabalhador produz uma mais-valia que é

vez, é essencialmente produção de mais-valia” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.22).

²⁶⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.147.

²⁶⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 148.

²⁶⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.148.

apropriada pelo capitalista sem equivalente. Tem-se assim um processo de valorização²⁷⁰, e com ele, torna-se possível transformar o “trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo”²⁷¹.

Mas, diga-se de passagem, é claro que essa relação entre capitalistas e trabalhadores pressupõe que existam indivíduos “duplamente livres”, livres de laços de dominação pessoal, política, etc., e livres, sito é, desprovidos dos meios de produção, possuindo apenas a sua própria força de trabalho como mercadoria; junto com indivíduos que possuem capital na forma de meios de produção e de dinheiro. Assim, é imprescindível, no modo de produção capitalista, a existência da força de trabalho enquanto mercadoria, e portanto do trabalhador enquanto trabalhador assalariado.

Se na primeira parte desse capítulo quinto do Livro Primeiro de *O Capital*, acerca do trabalho em geral, importava o processo de “transformação do algodão em fio”, o trabalho em particular, o trabalho concreto, aqui o trabalho conta como formador do valor e os diferentes trabalhos não se distinguem. A produção desta identidade, através da abstração real de seus traços distintivos, faz com que os diversos trabalhos se distingam entre si apenas quantitativamente.

O processo de produção capitalista é, portanto, a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, o que significa dizer que a valorização não pode ocorrer separada da atividade mesma do trabalho e que ela se efetiva por seu caráter social²⁷². E no *Capítulo Sexto Inédito* Marx enfatiza as similitudes entre essa unidade e a unidade da mercadoria. Em suas palavras, “Assim como a mercadoria é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca, o processo de produção que é o processo de produção de mercadorias, é a unidade imediata do processo de trabalho e do processo de valorização”²⁷³.

²⁶⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 152.

²⁷⁰ Esse modo de transformação do dinheiro em capital significa uma “grande sorte para o comprador [da força de trabalho], mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 153).

²⁷¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 154.

²⁷² “Se considerarmos o processo de produção segundo dois pontos de vista diferentes, 1) como *processo de trabalho*, 2) como *processo de valorização*, tal implicará que aquele é apenas um processo de trabalho único, indivisível. Não se trabalha duas vezes, uma para criar um produto utilizável, um valor de uso, para *transformar* os meios de produção em produtos e a outra, para *criar valor e mais-valia*.” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 57).

²⁷³ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.10.

Com o advento do capitalismo e da subordinação formal do trabalho ao capital, o processo de trabalho em nada se alterava. Nas palavras de Marx, “a transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde e deve por isso ser considerada apenas mais adiante”²⁷⁴. Entretanto, com o passar do tempo, ele sofre modificações profundas, sendo inclusive negado enquanto tal. Esse complexo processo é apresentado sobretudo nos capítulos XI, XII e XIII, do primeiro livro de *O Capital*, sobre a cooperação, a manufatura e a grande indústria, respectivamente, e sintetizado no capítulo XIV. Aí se vê que aquele processo de trabalho que foi abstratamente considerado no capítulo V como algo individual, cujas funções eram reunidas em um único trabalhador que controlava a si mesmo e a todo o processo de trabalho - o qual existia para satisfazer suas necessidades -; e que se caracterizava pela interligação entre trabalho intelectual e manual; torna-se um processo social, no qual o trabalhador primeiramente se converte em uma anomalia, em um simples órgão parcial do trabalho²⁷⁵, e progressivamente, com o surgimento e desenvolvimento do sistema de máquinas, é reduzido à condição de mero apêndice delas²⁷⁶, as quais passam a presidir o processo, a ditar o ritmo e a maneira de se produzir, e dessa forma, extingue-se o processo de trabalho propriamente dito, que se torna processo de produção, ou um organismo de produção inteiramente objetivo²⁷⁷. Com isso, há uma separação radical entre mãos e cérebro, que passam a se “oporem como inimigos”, o trabalhador perde qualquer controle sobre a produção, que também se aparta radicalmente de suas necessidades²⁷⁸.

No bojo desse processo, o conceito de trabalho produtivo se amplia por um lado, já que deixa de se relacionar somente aos trabalhadores diretamente ligados à produção, e passa a valer para qualquer “órgão do trabalhador coletivo”²⁷⁹; por outro lado, entretanto, ele se restringe, pois apenas será produtivo o trabalhador que produzir mais-valia para o capitalista, ou “servir à autovalorização do capital”²⁸⁰. O conceito de trabalho produtivo, portanto, expressa uma relação

²⁷⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.147.

²⁷⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.256.

²⁷⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.43.

²⁷⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.17.

²⁷⁸ Esse processo histórico corresponde à passagem da mera subsunção formal do trabalho ao capital à subsunção real, que será alvo de investigação no quinto capítulo deste texto.

²⁷⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.105.

²⁸⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.105.

social historicamente determinada, e não apenas a conexão entre uma determinada atividade e seu efeito útil, no que tange ao seu aspecto material.

Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo são bastante desenvolvidos nas *Teorias sobre a Mais-Valia* e n’O *Capítulo Sexto Inédito de O Capital*, e farei vasto uso de suas passagens em função da sua precisão em definir esses conceitos, e para que não haja dúvida de sua determinação por Marx. Naquela última obra, Marx constata que “Como o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo aquele trabalho* – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital”²⁸¹.

Já nas *Teorias...*, lê-se que

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital^{282, 283}.

Por sua vez, de maneira bastante concisa, nos *Grundrisse* é dito que “Trabalho produtivo é unicamente aquele que produz capital”²⁸⁴. Por conseguinte o trabalho improdutivo “é trabalho que não se troca por capital, mas *diretamente* por renda”²⁸⁵. E novamente no *Capítulo Sexto...* é esclarecido que “a diferença entre o *trabalho produtivo* e o *improdutivo* consiste tão-somente no fato de o trabalho trocar-se por *dinheiro como dinheiro* ou por *dinheiro como capital*”²⁸⁶.

Em síntese, tem-se que “*trabalho produtivo* não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção”^{287, 288}.

²⁸¹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.70.

²⁸² Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol.I, p.132.

²⁸³ No mesmo sentido, cf. Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I, p.388 e p.391.

²⁸⁴ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.245, nota de rodapé.

²⁸⁵ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol.I, p.137.

²⁸⁶ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.79.

²⁸⁷ “Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta, e, em consequência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja *trabalho produtivo* e *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com a questão sobre o que seja trabalho *produtivo* em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redunde em um produto ou em algum valor de uso qualquer; resumindo,

De todas essas passagens pode-se apreender algumas determinações fundamentais do trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo: o trabalho produtivo é aquele que valoriza *diretamente* o valor, que é trocado por capital na forma de salário, e que produz capital, e isso independentemente da maior ou menor proximidade que exista entre o trabalhador e o objeto de trabalho no âmbito do processo produtivo, e do caráter da intervenção laboral que ele realiza. Já o trabalho improdutivo é aquele que se troca por renda, e portanto não contribui *diretamente* para a criação de capital²⁸⁹.

É o caso de lançar mão também dos exemplos usados por Marx para esclarecer os conceitos ora em vista. Em suas palavras, “Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital”²⁹⁰. Da mesma maneira, “Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo”²⁹¹. Ou mais enfaticamente,

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e o efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar²⁹².

em um resultado” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.71).

²⁸⁸ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.75.

²⁸⁹ Caso ainda não tenha ficado clara a importância do conceito para a compreensão do modo de produção capitalista – e logo o porquê da insistência de Marx em apresentá-los de maneira precisa – transcrevo mais duas passagens das *Teorias...*, e do *Capítulo Sexto...*, respectivamente: “Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma de trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol.I, p.391), e A “diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições da reconversão da mais-valia em capital” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 80).

²⁹⁰ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 76.

²⁹¹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 76.

²⁹² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 101-102.

Por fim, “um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda”²⁹³.

Apesar de não ser conveniente se alongar demais esse ponto, existem algumas discussões acerca do trabalho produtivo e improdutivo que merecem menção. Existem intérpretes e críticos da obra de Marx que discutem o estatuto de alguns tipos de trabalho, mormente daqueles contratados pelo Estado e daqueles que labutam na esfera da circulação.

No primeiro caso, deve-se ter em mente que o Estado, apesar de ser a forma política do capital sem a qual não se pode pensar a sociedade capitalista, e apesar de se encontrar profundamente imbricado com a esfera econômica, numa relação historicamente mutável que é ao mesmo tempo de autonomia e dependência²⁹⁴, o Estado não atua estritamente como um capitalista individual, não tendo como escopo a produção direta de mais-valia e o acúmulo de capital. Portanto as atividades que realiza, mesmo as que visam diretamente a economia e sejam imprescindíveis para que haja na sociedade a valorização do valor, não são atividades produtivas em sentido capitalista; logo, o trabalho que o Estado comanda não é trabalho produtivo, apesar de serem os trabalhadores assalariados, e mesmo quando exercem funções idênticas às exercidas por empregados de empresas capitalistas, que aqui se adéquam ao conceito de trabalho produtivo.

Sobre isso, diz Marx: “o trabalho pode ser necessário e não ser produtivo. Por conseguinte, todas as condições *gerais, coletivas* da produção – enquanto elas não possam ser criadas pelo capital enquanto tal, sob suas condições – se cobrem com uma parte da renda nacional, do erário público, e os trabalhadores não se apresentam como trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital”^{295, 296}, e nesse caso, “Os trabalhadores são

²⁹³ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol.I, p.137.

²⁹⁴ Para um esboço de análise conceitual – bastante introdutória e insuficiente - acerca do Estado vide o primeiro anexo desta dissertação.

²⁹⁵ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.23.

²⁹⁶ “Um daqueles sabichões de Paul de Kock pode dizer-me que sem essa compra, como sem a compra de pão, não posso viver e, em consequência, não posso *enriquecer-me*; que ela portanto é um meio indireto ou pelo menos uma condição para meu enriquecimento. Da mesma maneira, a circulação do meu sangue e meu processo respiratório são condições para me enriquecer. Mas, por isso, nem a circulação do sangue nem o processo respiratório, por si mesmos, me enriquecem (...). A mera troca *direta* de dinheiro por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.397).

assalariados, então, mas o Estado não os emprega como tais, senão como *menial servants* [servos domésticos]”²⁹⁷.

Vejamos agora a questão dos trabalhadores da esfera da circulação do capital. Se deve distinguir dois tipos de atividades; de um lado, estão as atividades que dizem respeito à mera transferência do direito de propriedade de uma mão à outra, as atividades da esfera da circulação propriamente dita, que apesar de imprescindíveis, são improdutivas, de modo que o trabalho realizado nelas é trabalho improdutivo. Os custos que elas acarretam são deduções da mais-valia criada na esfera da produção. De outro lado, estão as atividades de transporte, armazenagem e distribuição das mercadorias, as quais promovem modificações no próprio valor de uso das mesmas ao garantir seu deslocamento no espaço. Nos *Grundrisse...* pode-se ler que “o caso [do setor de transporte, do trabalho do “marinheiro, do carreteiro, etc.”] é exatamente igual ao da produção imediata, e a mais-valia originária do produto transportado somente pode obedecer a que *não se paga* uma parte do tempo de transporte aos trabalhadores, já que aquela é tempo excedente, está *além* do trabalho necessário para viver”²⁹⁸. “Na medida, pois, em que a circulação mesma acarreta custos, na medida em que requer mais-trabalho, aparece ela mesma como incluída no processo de produção. Neste aspecto a circulação aparece como momento do processo imediato de produção”²⁹⁹. Assim, o setor de transportes é aqui um prolongamento da esfera produtiva dentro da esfera da circulação, e o trabalho nele realizado é indubitavelmente trabalho produtivo³⁰⁰.

Vale reforçar: o caráter produtivo do trabalho nada tem a ver com seu conteúdo material, tampouco com o fato de se tratar de uma atividade predominantemente manual ou intelectual. Nas palavras de Marx, “*trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si

²⁹⁷ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.19.

²⁹⁸ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.11.

²⁹⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.12.

³⁰⁰ Por fim, lê-se em uma longa passagem de *O Capital* que “o que, porém, a indústria de transportes vende é a própria locomoção. O efeito útil acarretado é indissolivelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes. Pessoas e mercadorias viajam com o meio de transporte, e as viagens, seu movimento espacial é, precisamente, o processo de produção efetivado por ele. O efeito útil só é consumível durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil distinta desse processo, que só funcione como artigo de comércio depois de sua produção, que circule como mercadoria. Mas o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelo mais-trabalho dos trabalhadores empregados na indústria de transportes. Também em relação a seu consumo, esse efeito útil se comporta exatamente como as outras mercadorias. Caso consumido individualmente, então seu valor desaparece com o consumo; consumido produtivamente, de modo que ele mesmo é um estágio de produção da mercadoria que se encontra no transporte, então seu valor é transferido, como valor adicional, à própria mercadoria. A fórmula para a indústria de transportes seria, portanto, $D - M - (FT + MP) \dots P - D'$, já que é o próprio processo de produção, não um produto separável dele, que é pago e

mesmo nada tem a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta. / Um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo^{301,302}. E em outra passagem,

... como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito deferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc, outro, como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais *funções de capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples³⁰³ ela desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto³⁰⁴.

E mais adiante nesta mesma obra, Marx, como que antecipando a resposta a tantos críticos que buscaram de uma maneira ou outra dissimular a especificidade histórica do capitalismo, assevera categoricamente que “a mania de definir o trabalho produtivo e o improdutivo por seu conteúdo material origina-se... da concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser mercadoria, ser trabalho produtivo, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias”³⁰⁵.

Passemos ao conceito de serviço, que ganha enorme importância para a teoria sociológica e econômica sobretudo a partir da segunda metade do século passado, com a enorme expansão do chamado setor terciário e com seu predomínio frente aos demais setores no que tange ao

consumido” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.43).

³⁰¹ “As definições consideradas [de trabalho produtivo e improdutivo – G.M.], portanto, não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol.I, p.137).

³⁰² Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.75.

³⁰³ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.71-72.

³⁰⁴ E ainda “... produtivo é todo trabalho que entra na produção de *mercadoria* (produção aí abrange todas as operações por que passa a mercadoria, do primeiro produtor até o consumidor), seja qual for a espécie, trabalho manual ou não (científico); e improdutivo é o trabalho que nela não entra e que não tem por propósito e objetivo produzir mercadoria. Essa distinção tem de ser mantida e o fato de todas as espécies de atividade repercutirem na produção material e vice-versa, em nada muda a necessidade dela” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1473).

número de trabalhadores empregados e no quantum de dinheiro que mobiliza e produz, o que levou muitos a decretarem a obsolescência da teoria marxiana, a qual se restringiria ou teria como cerne a produção industrial e não daria resposta a esse fenômeno que Marx não teria presenciado ou antecipado. Em *O Capital*, Marx afirma que “um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho”³⁰⁶. Já segundo definição do *Capítulo Sexto*... “serviço não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Dou para que faças; faço para que faças; faço para que dê; dou para que dê (*Do ut factas, facio ut facias, facio ut des, do ut des*)”³⁰⁷. Por fim, e no mesmo sentido, nas *Teorias*... lê-se que “de modo geral [serviço – G.M.] não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria; mas expressão específica para o valor de uso particular do trabalho, no sentido de este prestar serviços não na forma de coisa e sim na de atividade”³⁰⁸.

Logo, serviço é toda atividade laboral cujo efeito útil não pode ser desvinculado da própria atividade, de modo que o seu resultado não se materializa em coisa independente da atividade. Mas deve ficar evidente que sua definição como serviço não exclui de determinado trabalho sua qualificação de produtivo, como usualmente se crê. Mais uma vez citando o *Capítulo Sexto*...

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria, etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador produtivo, e noutro, de improdutivo, porque no primeiro caso este trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não³⁰⁹.

Mas permita-me uma pequena digressão. Na época de Marx, de fato, os serviços tinham relativamente pouca relevância econômica - segundo ele, os serviços “constituem magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista”³¹⁰ -, mas quando eles se expandem enormemente, tal qual ocorreu no último século, suas peculiaridades se tornam

³⁰⁵ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 78.

³⁰⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.152.

³⁰⁷ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.78.

³⁰⁸ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I, p.398.

³⁰⁹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p. 76.

relevantes e merecem atenção. Sobretudo uma, o fato do resultado do serviço não se materializar em coisa, uma determinação essencial da mercadoria, que inclusive leva Marx a propugnar que rigorosamente falando, os serviços não produzem mercadorias, apesar de possuírem todas as demais determinações da mesma³¹¹. Sem essa importante característica, é impossível a criação de estoques, e a concorrência nesse setor difere da que ocorre nos demais; entretanto isso não é o decisivo, mesmo porque o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, sobretudo, faz com que se eliminem cada vez mais os estoques em todos os ramos da produção, e se aumente a rotação do capital. O fundamental são os impactos para o fetichismo da mercadoria, para o que a determinação enquanto coisa é fundamental. Em todo caso, esta é uma discussão teórica de fôlego, na qual não se entrará nessa dissertação³¹².

Vejamos agora o conceito de trabalho imaterial, também bastante em voga. Para tanto, o melhor procedimento, assim parece, continua sendo aproveitar as definições marxianas. N'O *Capítulo Sexto...* é que se encontra a mais rica delas³¹³.

No caso da produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para a troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades: 1) O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não contratem oficiais etc., na qualidade de escultores etc., comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o *modo de produção apenas formalmente capitalista*. Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema. / 2) O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas (Necessito do médico, não do seu moleque de recados). Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista³¹⁴.

Dessa passagem pode-se apreender que tipo de trabalho Marx define como imaterial: aqueles marcados por uma maior mobilização do lado subjetivo da atividade, da criação, do conhecimento e dos efeitos informacionais e culturais da atividade laboral ou de seu produto, como no caso dos trabalhos do artista, do escritor, do professor, ou ainda do criador de softwares,

³¹⁰ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.76.

³¹¹ Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.42. Mas, vale registrar, poucas páginas adiante Marx volta a se referir aos serviços como produtores de mercadoria.

³¹² Para o apontamento de uma base profícua para abordá-la, fornecida por Eleutério Prado, cf. p.95 desta dissertação.

³¹³ A qual se encontra em termos bem parecidos nas *Teorias...*, cf. Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. I, p.403-404.

³¹⁴ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.79.

etc. E dentre tais trabalhos se diferenciam aqueles que se realizam como serviços, daqueles que podem ser separados da própria atividade na forma de uma coisa. (De modo que se equivocam aqui também os tantos autores que confundem os conceitos de trabalho imaterial e serviço, considerando-os equivalentes).

No entanto, o que Marx enfatiza nessa passagem é justamente a resistência que tais atividades, por sua natureza, impõem à subordinação real capitalista, ou seja, à sua determinação material pelo capital, a serem plasmadas de acordo com as necessidades da valorização do valor. Nesse mesmo sentido, ele escreve nas *Teorias...* que “... a produção capitalista é hostil a certos setores de produção intelectual, como a arte e a poesia”³¹⁵. E “por natureza, o trabalho sem tal fixação [em coisa – GM] e o que se troca por renda não podem, na maioria dos casos, subordinar-se ao modo capitalista de produção”³¹⁶.

A tais considerações se aferram diversos teóricos que vêem no capitalismo contemporâneo importantes limites, ou crises deflagradas, ou sua derrocada iminente, ou mesmo a sua já concretizada superação, advindos da proliferação do chamado trabalho imaterial e dos serviços. Essa questão será tratada no último capítulo dessa dissertação, mas vale adiantar que, no interregno que existe entre o presente momento histórico e aquele em que Marx viveu, o capital avançou bastante nas formas de dominação e subordinação do trabalho, de tal modo que seria totalmente absurdo – ainda mais absurdo do que no passado - ter hoje uma visão idílica, por exemplo, da atividade científica, tecendo representações do cientista como o gênio inventor em seu laboratório doméstico, ou o professor que teria autonomia entre as quatro paredes da sala de aula. Basta conhecer um departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de uma grande empresa para saber o quão rotinizado e controlado é o trabalho de criação científica de novos produtos, programas, fórmulas, etc., ou basta ir a uma escola e tomar contato com o tipo de formação que recebem os professores, com a enorme quantidade de horas de trabalho e o tipo de rotina que devem desenvolver, com o material didático que são obrigados a utilizar, com o tipo de supervisão a que são submetidos cotidianamente, afora todos os esdrúxulos e cada vez mais numerosos processos de “avaliação” interna e externa com os quais eles se defrontam todo o tempo, e para os quais tem que dar respostas satisfatórias.

³¹⁵ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.267.

³¹⁶ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.166.

Para concluir este capítulo, deve-se tratar de maneira sumária dos conceitos de mais-valia absoluta e relativa. Como já se viu, “a *produção de mais-valia*, que compreende a conservação do valor adiantado inicialmente apresenta-se, assim como a finalidade determinante, o interesse impulsor e o *resultado final* do processo de produção capitalista, em virtude do qual, o valor originário se transforma em capital”³¹⁷. E isso se dá no interior do processo de produção, no qual o trabalhador logra a um tempo conservar o valor dos meios de produção (em função do caráter concreto do trabalho), e criar novo valor (objetivando trabalho abstrato ao produto final). Em parte da jornada de trabalho, o quantum de valor que o trabalhador cria corresponde aos meios necessários à sua subsistência, ao valor da mercadoria força de trabalho (valor historicamente determinado que muda em cada momento e lugar, de acordo com aspectos culturais, políticos, etc.³¹⁸), e a essa parcela se chama tempo de trabalho necessário, ou simplesmente trabalho necessário. No restante da jornada de trabalho o valor que o trabalhador cria é apropriado pelo capitalista, e se chama trabalho excedente, produtor de mais-valia³¹⁹. A produção da mais-valia absoluta consiste na obtenção de mais-valia mediante a ampliação da jornada de trabalho, o que evidentemente aumenta o tempo de trabalho excedente. Já a produção da mais-valia relativa consiste na produção da mais-valia mediante a redução do valor da força de trabalho, ou do custo de subsistência do trabalhador, ou do tempo de trabalho necessário, mediante o barateamento dos produtos que são consumidos pelos trabalhadores, o que só é possível com o aumento da produtividade nos setores que produzem tais mercadorias, ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas desses setores.

Sucintamente, diz Marx que “a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”^{320, 321}. O fato é que histórica e conceitualmente ambas as formas de produção de mais-valia se encontram bastante imbricadas,

³¹⁷ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.8.

³¹⁸ “Sem dúvida essas condições de vida, o mínimo com que pode viver o trabalhador, e daí a quantidade de trabalho excedente que deles se pode extorquir, são coisas relativas” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1288).

³¹⁹ “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Até que ponto pode-se alcançar ainda esse resultado sem baratear as mercadorias, mostrar-se-á nos métodos particulares de produção da mais-valia relativa...” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.243).

³²⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.102.

³²¹ Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.239, e Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.53.

apesar de discerníveis. Segundo Marx, “de qualquer modo, as duas formas de mais-valia – a absoluta e a relativa – se consideradas isoladamente, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) -, correspondem a duas formas separadas no interior da produção capitalista, das quais a primeira é sempre precursora da segunda³²², embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir, por sua vez, a base para introdução da primeira em novos ramos da produção”^{323, 324}. Antes disso, voltemos a Negri e Gorz.

³²² “Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol.I, tomo II, p.102)

³²³ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.56.

³²⁴ Esse é mais um dos pontos que será analisado melhor no último capítulo da dissertação.

Segunda Parte: Sobre o desenvolvimento histórico do capital.

Capítulo 3. O conceito de subsunção real e o desenvolvimento histórico do capital, em Gorz e Negri.

Sobretudo nas obras de Negri o conceito de subsunção ou subordinação real ocupa um papel muito importante. Em *Império*, ele e Hardt propugnam que a subordinação real consiste no próprio processo de constituição do capital, que em seu movimento plasma toda a sociedade de acordo com seu conceito, subjugando a si próprio as diversas dimensões da vida social. Mais precisamente, a subsunção real é o processo de *internalização* dos vários elementos da sociedade ao capital, da conformação daqueles segundo o processo de valorização do valor, num estágio posterior do desenvolvimento capitalista. Não se trata da mera assimilação formal da sociedade ao capital, que decorre do seu movimento de expansão extensiva para regiões geográficas ou esferas sociais não-capitalistas, o que corresponderia ao conceito de *subsunção* ou *subordinação formal*; ao contrário, com a subsunção real, trata-se para o capital de plasmar a sociedade da maneira mais adequada possível ao seu movimento de acumulação.

De acordo com Negri e Hardt, “... cada vez mais ele [o capital] subjuga não ambientes não capitalistas, mas seu próprio terreno capitalista – ou seja – (...) a subordinação já não é *formal* mas *real*”³²⁵. Ademais, “Os processos de *subordinação real* do trabalho ao capital não contam com o exterior e não envolvem os mesmos meios de expansão [utilizados na subordinação formal]. Mediante a subordinação real, a integração do trabalho ao capital torna-se mais intensa do que extensa, e a sociedade é cada vez mais moldada pelo capital”³²⁶.

É evidente que Negri e Hardt tomam aqui os conceitos de subsunção formal e real de Marx. Novamente nas palavras dos autores,

Marx usa o termo “subordinação formal” para designar processos pelos quais o capital incorpora em suas próprias relações de produção práticas de trabalho originadas fora de seus domínios. Os processos de subordinação formal estão, portanto, intrinsecamente ligados à extensão do domínio da produção e dos mercados capitalistas³²⁷.

Entretanto, a apropriação que eles fazem desses conceitos é crítica, pois busca superar as limitações que tais conceitos encontrariam em Marx. Ressaltam a unilateralidade de seu uso por seu formulador, que teria privilegiado a esfera econômica em detrimento de outras esferas fundamentais. Segundo Negri e Hardt, a subordinação real deve ser “entendida como envolvendo não apenas a dimensão econômica ou apenas a dimensão social, mas também o próprio *bios*

³²⁵ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.292.

³²⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.276.

³²⁷ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.276.

social”³²⁸. Além disso, “As *intuições* de Marx sobre os processo de subordinação real não nos fornecem a chave que precisamos. A transição da subordinação formal para a subordinação real precisa ser explicada por meio das práticas subjetivas em atividade”³²⁹.

Além de criticar a conceituação marxiana da subsunção real pelo fato dela se circunscrever, segundo os autores, apenas aos aspectos econômicos da sociedade capitalista, também se afirma que Marx negligenciou a dimensão da subjetividade dos agentes, e seu papel ativo na determinação do desenvolvimento do capital. Como vimos no primeiro capítulo deste texto³³⁰, Negri e Hardt consideram que a constituição do que chamam de sociedade pós-moderna foi a um tempo produto das lutas dos trabalhadores e das novas subjetividades que se originaram nas últimas décadas do século passado, sobre a base da difusão de um novo tipo de trabalho, o trabalho imaterial. Nessa chave explicam a derrocada do socialismo realmente existente, o desenvolvimento do que denominam pós-fordismo, a constituição do mercado mundial, etc. Dizem também que,

... os processos de subordinação formal previram e levaram à maturidade a subordinação real, não porque esta última fosse produto da primeira (como o próprio Marx parecia acreditar), mas porque, na primeira, estavam construídas as condições de libertação e luta que só a última poderia controlar³³¹.

Mais uma vez fica claro que os autores entendem o capital como uma força reativa, que tenderia a uma estática e não possuiria um movimento próprio não fosse o caráter dinâmico, criativo e criador da força de trabalho, ao qual o capital necessariamente tem que responder. Por outro lado, dessa discussão se evidencia que os conceitos de subsunção formal e real relacionam-se inextricavelmente com o processo histórico de constituição do capital, do qual devemos tratar a seguir, ainda na perspectiva de Negri.

Convém alertar que se pode encontrar em Negri análises acerca da história recente do capitalismo assentadas em referenciais teóricos distintos e à primeira vista conflitantes: por vezes ele parte da passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, inspirado em Foucault; em outros momentos, ele trata da grande-indústria, suas vicissitudes, e da passagem para a “sociedade pós-industrial”³³², ou para o “capitalismo cognitivo”³³³, ou ainda para a “pós-

³²⁸ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.44.

³²⁹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.276, grifo meu.

³³⁰ Cf. p.32.

³³¹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.277.

³³² Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.35-36.

³³³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.95.

modernidade”³³⁴ - as variações terminológicas são grandes, como se pode ver -, uma forma social estruturada sobre o “pós-fordismo”³³⁵, ou sobre o “toyotismo”³³⁶, que por sua vez tem por base o trabalho imaterial.

Em *Twenty Theses on Marx*, de 1996, e no livro *5 lições sobre Império*, de 2003, Negri apresenta quase nos mesmos termos uma sucinta história do capitalismo desde meados do século XIX. No texto mais recente ele divide “o período da ‘grande indústria’ em duas grandes fases. Uma *primeira fase* que vai de 1870 à Primeira Guerra Mundial, da Comuna de Paris [que se inicia em 18 de março de 1871, e é destruída em 28 de maio do mesmo ano - G.M.] à Revolução Russa de 1917. Uma *segunda fase* que vai do fim da Primeira Guerra Mundial a 1968”^{337 338}. Após 1968, tem-se o advento de um “novo modo de produção”³³⁹, que supera a grande indústria.

No estudo dessas fases, Negri analisa quatro de suas dimensões: a dos “processos laborais”; a das “normas de consumo”; as “das normas de regulação” ou do “modelo de Estado”; e a da organização e atuação política do proletariado ou das “formas de constituição do proletariado”.

No primeiro momento da grande indústria, “o operário se torna parte da maquinaria, ou melhor, seu apêndice. É força-trabalho anexada ao ciclo produtivo. É força-trabalho que paulatinamente se qualifica, inserida em um *learning process* que, vagarosamente, lhe permite certo conhecimento do ciclo laboral. Podemos chamar esse período de fase do *operário profissional*”³⁴⁰. Em relação ao consumo, ele se adapta à produção de massa, a qual é “somente em parte submetida a uma adequada capacidade de regulação social por parte do capital”³⁴¹. Já o “Estado se desenvolve em direção a níveis cada vez mais rígidos de integração institucional com o capital financeiro e reconhece no desenvolvimento dos monopólios e na consolidação imperialista sua base e seu cenário político”³⁴². Por fim, o proletariado apresenta uma “organização dual (de massa e de vanguarda, sindical e partidária)”, e atua politicamente “com

³³⁴ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

³³⁵ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.105.

³³⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.311.

³³⁷ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.60.

³³⁸ Vale chamar a atenção para o fato de que em suas “teses sobre Marx”, ele considera que a primeira fase da grande indústria se inicia antes, em 1848, e não em 1871 (cf. Negri, A. *Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today*. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.154).

³³⁹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 279.

³⁴⁰ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.61.

³⁴¹ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.62.

³⁴² Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.62.

base em um programa que prevê a gestão operária da produção industrial e da organização social, de acordo com o projeto da emancipação socialista das massas”³⁴³.

No segundo momento, “Do ponto de vista dos processos laborais, a nova composição técnica do proletariado torna-se uma força-trabalho ‘abstrata’, no sentido de que é abstraída de qualquer qualidade concreta e anexada, como tal, ao processo industrial, nas formas do taylorismo”³⁴⁴. Nessa fase, a figura predominante é a do “trabalhador de massa”, o qual “perde o conhecimento do ciclo [de produção]”³⁴⁵. “Do ponto de vista das normas de consumo, essa é a fase na qual se constitui o fordismo”³⁴⁶, o qual, segundo Negri, consiste em “uma prática capitalista do salário como antecipação adequada à aquisição e ao consumo dos bens produzidos pela indústria de massa”³⁴⁷. Com isso se produziu a “alienação consumista”³⁴⁸, e a necessidade de uma “regulação interna e eficaz” do ciclo produtivo global³⁴⁹, daí a emergência do keynesianismo. Junto com ele, surge o Estado intervencionista, que busca garantir o pleno emprego e a assistência social³⁵⁰. Em relação à atuação política do proletariado, há o “prolongamento” das práticas precedentes, mas surgem outras novas, centradas na “recusa ao trabalho, [na] igualdade sindical, [na] recusa a qualquer figura de delegação e [na] reapropriação do poder, em formas de massa e de base”³⁵¹. Nessas novas formas de atuação ele inclui o movimento operaísta, do qual fez parte nas décadas de 1960 e 1970.

Na terceira fase, os processos laborais “se dão como processos de automação das fábricas e de informatização do social, ou seja, pondo inteiramente o social ao trabalho. O trabalho material imediatamente produtivo perde sua centralidade no processo de produção, enquanto emerge a nova figura do *operário social* que se apresenta como intérprete das funções de cooperação laboral veiculadas pelas redes produtivas sociais”³⁵². No que tange às normas de consumo, “elas são, em geral, reconduzidas à escolha de mercado e, deste ponto de vista, têm condições de expressar-se em formas de individualismo extremamente difundidas”³⁵³. As formas de regulação “se distendem ao redor de *linhas multinacionais*, passando numa primeira fase através das dimensões monetárias, depois através do mercado financeiro e, finalmente, através da

³⁴³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.62.

³⁴⁴ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.64.

³⁴⁵ Negri, A. Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996, p.155.

³⁴⁶ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.64.

³⁴⁷ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.64.

³⁴⁸ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.64.

³⁴⁹ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.64.

³⁵⁰ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.65.

³⁵¹ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.65.

³⁵² Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.66.

concretização da função político-imperial”³⁵⁴. Já o proletariado “se torna social, mas é sempre *imaterial* do ponto de vista da substância do trabalho, e é móvel, multiforme e flexível do ponto de vista de suas formas”³⁵⁵.

Antes de comentar os trechos citados, convém lembrar que em outros momentos Negri dá maior atenção às noções de taylorismo, fordismo e toyotismo ou pós-fordismo. No trecho citado anteriormente o taylorismo surge como um elemento que provoca a desqualificação do trabalho envolvido na produção, e o fordismo é caracterizado pela adequação do salário pago ao trabalhador e as necessidades do consumo de massa. No mesmo sentido, em *Império*, o taylorismo é apresentado como o conjunto de modificações no processo imediato de produção, advindas da introdução da linha de montagem e do “regime fabril em massa”³⁵⁶, e o fordismo aparece como forma de “regulamentação do ciclo social de reprodução”³⁵⁷. Ainda nessa obra, o toyotismo surge com as “transformações tecnológicas da década de 1970”, e sua “arremetida rumo à racionalização automática”³⁵⁸. Segundo os autores, “o toyotismo baseia-se numa inversão da estrutura fordiana de comunicação entre a produção e o consumo. Idealmente, neste modelo, o planejamento de produção se comunica com os mercados constante e imediatamente”³⁵⁹.

Já em *Trabalho imaterial e subjetividade*, Negri e Lazzarato apontam duas “condições que estão na base do desenvolvimento da sociedade pós-fordista”: “O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em ‘intelectualidade de massa’ (os dois aspectos que Marx chama *General Intellect*)”³⁶⁰. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, é a extensão e o predomínio do trabalho imaterial, portanto, o principal momento da atual fase de desenvolvimento capitalista, ou seja, só se pode compreender a contemporaneidade à luz das transformações que sofreu o trabalho vivo³⁶¹. A referência a Marx não é gratuita: este teria antevisto as mudanças no modo de produção capitalista que Negri estaria agora a

³⁵³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.67.

³⁵⁴ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.67.

³⁵⁵ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.67.

³⁵⁶ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.288.

³⁵⁷ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.288.

³⁵⁸ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.288.

³⁵⁹ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.311.

³⁶⁰ Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.27.

³⁶¹ Negri e Lazzarato constatarem que essas transformações no modo de produção, que se mostraram “de maneira evidente no curso da década de 1970” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.27), revelam-se hoje “como um processo irreversível” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.25). “O trabalho imaterial tende a tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita” (Negri, A., Lazzarato, M. *Trabalho imaterial e subjetividade*. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.27).

desenvolver conceitualmente. Numa passagem de *Império*, lemos que “a certa altura do desenvolvimento capitalista, que Marx vislumbrou apenas como o futuro, os poderes do trabalho são insuflados pelos poderes da ciência, comunicação e linguagem (...). *O que Marx viu como o futuro é a nossa era*”³⁶².

Em outro momento de *Império*, Negri e Hardt dividem a história mundial da Idade Média até o presente em termos do predomínio de “setores” da economia – primário, secundário e terciário -; uma divisão da história em função do conteúdo concreto das atividades produtivas.

Já se tornou comum ver a sucessão de paradigmas econômicos desde a Idade Média em três momentos distintos, cada qual definido pelo setor dominante da economia: um primeiro paradigma no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominaram a economia; um segundo no qual a indústria e a fabricação de bens duráveis ocuparam posição privilegiada; e um terceiro – e atual – paradigma, no qual a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica. A posição dominante passou, portanto, da produção primária para a secundária e para a terciária. A modernização econômica envolve a passagem do primeiro paradigma para o segundo, da preponderância da agricultura para a da indústria. Modernização significa industrialização. Podemos chamar a transição do segundo paradigma para o terceiro, da dominação da indústria para a dominação dos serviços e da informação, de processo de pós-modernização econômica, ou melhor, de informatização³⁶³.

E logo na sequência deste trecho, Negri e Hardt alertam que “a mudança histórica (...) precisa ser reconhecida em termos de relações de poder em toda a esfera econômica”³⁶⁴, e nesse sentido, recorrem à noção de sociedade disciplinar e sociedade de controle, um empréstimo da teoria de Foucault³⁶⁵. Segundo eles,

... a obra de Foucault nos permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*. Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismo de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem aplicações lógicas adequadas para a ‘razão’ da disciplina (...). Devemos entender a sociedade de controle, em contraste, como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo da criatividade³⁶⁶.

³⁶² Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.386, grifos meus.

³⁶³ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 300-301.

³⁶⁴ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.303.

³⁶⁵ Cf. a análise da relação entre Negri e Foucault, ou mais precisamente da forma de apropriação dos conceitos foucaultianos por Negri no anexo “Biopolítica e biopoder em Negri e Foucault.

³⁶⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

A partir de Foucault, Negri e Hardt dividem a história do capitalismo de uma outra forma. A ênfase agora é dada na passagem da sociedade disciplinar - na qual predomina uma forma de poder que, de maneira descentralizada e capilar, submete o corpo social, invadindo seus mais recônditos interstícios e controlando sua dinâmica, mediante instituições disciplinares -, para a sociedade de controle, na qual a forma hegemônica de poder penetra, ou melhor, é internalizada nos membros da sociedade, e se torna “cada vez mais imanente ao campo social”. Segundo Negri e Hardt, esse “novo paradigma de poder” tem “natureza *biopolítica*”³⁶⁷, a qual “marca, pois, a passagem da disciplina, isto é, o controle dos corpos dos indivíduos para o controle como tecnologia de poder dirigida às populações”³⁶⁸, as quais passam a ser vistas como um corpo vivo.

Nessa fase, predomina o biopoder, que “é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade”³⁶⁹. “O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida”³⁷⁰, e ademais, “O biopoder é outro nome da real submissão da sociedade ao capital, e ambos são sinônimo da ordem produtiva globalizada”³⁷¹.

Vejamos algumas proposições de André Gorz sobre o tema. Em primeiro lugar, cabe considerar que em geral ele não se detém tanto quanto Negri sobre a fase do “fordismo” ou do “taylorismo”. Ademais, tanto no que tange ao “fordismo” quanto ao “pós-fordismo”, que ele analisa com mais profundidade, a ênfase recai sobre a análise do trabalho, suas formas concretas, os seus potenciais de emancipação, etc. Tratemos de início sobretudo de questões gerais, para na sequência nos debruçarmos mais detidamente sobre a análise de Gorz acerca do trabalho.

Segundo Gorz, a fase anterior à “Terceira Revolução Industrial” ou à “revolução microeletrônica” era marcada, no interior do processo produtivo, pela existência de fábricas enormes, que exigiam a construção de uma gigantesca administração centralizada, caracterizada por uma rígida hierarquia, ligada por sua vez a um forte parcelamento do trabalho³⁷². Os processos de trabalho estavam sob o controle da “gerência científica” taylorista, que controlava

³⁶⁷ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

³⁶⁸ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.105.

³⁶⁹ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

³⁷⁰ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

³⁷¹ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.386-7.

³⁷² Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.19.

rigorosamente até os mais insignificantes movimentos do trabalhador. Quanto a isso, sob influência de Stephen Marglin³⁷³, Gorz propugna que

Tamanha obsessão pelo controle disciplinar não provinha dos imperativos técnicos da produção de massa. Provinha, ao contrário, como deixou muito explícito F. W. Taylor, da profunda desconfiança que nutria o administrador por uma mão-de-obra considerada bestificada e ‘naturalmente’ refratária ao esforço. A organização ‘científica’ do trabalho destinava-se a extorquir do operário o máximo de rendimento, enclausurando-o num sistema de obrigações que lhe retirava qualquer margem de iniciativa^{374 375}.

No que tange ao consumo, Gorz diz que nessa fase, houve a criação da figura do trabalhador-consumidor, que se deu graças à “oferta de quantidades crescentes de mercadorias chamadas ‘de conforto’”³⁷⁶ e “ao recrutamento de uma mão-de-obra inexperiente, composta de jovens oriundos da zona rural e de imigrantes, quer dizer, de populações mais permeáveis que a classe operária tradicional, em razão de seu desenraizamento social e cultural, às sedução do consumismo”³⁷⁷, este recrutamento também como consequência da resistência operária aos ditames da produção capitalista.

Durante o período de vigência do “fordismo”, o predomínio da racionalidade econômica, a qual se define “precisamente pela preocupação em economizar, isto é, movimentar os fatores de produção da maneira a mais eficaz possível”³⁷⁸, atinge seu ápice, sobretudo em sua “forma por excelência”, o “cálculo contábil”, que “mede *em si mesmo a quantidade de trabalho* por unidade de produto, ignorando o vivido”³⁷⁹.

Entretanto, a gigantesca estrutura fordista passa a se tornar por demais dispendiosa, pouco dinâmica, e pouco controlável; em função disso, advém uma forte crise, que exige alterações profundas na estrutura produtiva. Nas palavras de Gorz, “a mundialização, com efeito, não se explica pela revolução informática, nem pela busca de novos mercados comerciais. Foi de

³⁷³ Cf. o texto Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões?, em Gorz, A. Prefácio à obra Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

³⁷⁴ “A função da hierarquia da fábrica, em última análise, é subtrair ao controle operário as condições e as modalidades do funcionamento das máquinas, tornando a função de controle uma função separada. Somente desse modo, os meios e o processo de produção podem apresentar-se como potência estranha, tornada autônoma, exigindo submissão dos trabalhadores” (O despotismo de fábrica e suas consequências. In: Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.83). Em sentido semelhante, também se diz que “a organização ‘científica’ do trabalho é, antes de tudo, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle operário” (Gorz, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.231).

³⁷⁵ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.39.

³⁷⁶ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.50.

³⁷⁷ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.51.

³⁷⁸ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.15.

³⁷⁹ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.109.

início uma resposta *essencialmente política* àquilo que, por volta dos anos setenta, era chamado ‘crise de governabilidade’³⁸⁰.

Dessa crise surge um novo arranjo social, caracterizado por um processo de internacionalização do capital, no qual “a lógica financeira prevalece sobre as lógicas econômicas, a renda sobre o lucro”³⁸¹. A grande empresa, que agora “só tem nacionalidade na aparência, por suas origens”³⁸², passa a auferir lucros sem precedentes, em função das fusões e dos investimentos financeiros no mercado monetário e de câmbio, apesar da diminuição do nível de investimentos produtivos em relação às décadas de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, tem-se um expressivo aumento da distribuição de lucros e dividendos aos acionistas, bem como da remuneração dos administradores, o que é acompanhado pela diminuição dos salários.

Também surge um novo arranjo entre as empresas, sempre no sentido de proteger os lucros e rendimentos da empresa principal, a qual terceiriza diversos momentos de sua produção. Nas palavras de Gorz, “essas empresas subcontratadas servirão de amortecedores das flutuações conjunturais; empregam ou demitem conforme a evolução da demanda, ainda mais prontamente porque seus trabalhadores não têm, em geral, proteção sindical ou social”³⁸³.

No que tange mais propriamente à configuração do trabalho nas fases do fordismo e do pós-fordismo, temos que já no início da década de 1970, em seus textos publicados na coletânea *Crítica da divisão do trabalho*, organizada pelo próprio, Gorz diz que “sob o aspecto tecnológico, as economias capitalistas avançadas encontram-se em período de transição (a ‘terceira revolução industrial’) da produção mecanizada para a produção automatizada. As escolas secundárias devem continuar a produzir um importante resíduo de modo a fornecer à indústria (e aos ‘serviços’) uma mão-de-obra pouco qualificada. Mas já é claro que a proporção de empregos não qualificados vai diminuindo e que a formação pós-secundária torna-se rapidamente a condição de obtenção de um emprego, por mais especializado ou embrutecedor que seja”³⁸⁴.

À época, Gorz percebe uma “revolução industrial” em curso, fundamentada na automatização da produção. Nesse processo, constata que o trabalho sofre uma progressiva especialização, o que não enriqueceria os trabalhos em conteúdo, mas antes, universalizaria ainda mais a alienação. Em suas palavras, “... a maioria dos diplomados destina-se a tornar-se

³⁸⁰ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.17.

³⁸¹ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.26.

³⁸² Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.22.

³⁸³ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.69.

³⁸⁴ Gorz, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.345.

trabalhadores subalternos nas indústrias avançadas e nos ‘serviços’ (eles próprios industrializados) e a realizar o trabalho alienado e frustrante da ‘sociedade pós-industrial’³⁸⁵. Sugere que haveria uma tendência à diminuição dos trabalhos desqualificados, apesar dos trabalhos qualificados terem se tornado embrutecedores. Os trabalhadores estariam a esse processo reagindo fortemente através de greves, sabotagens, absenteísmo, buscando melhores condições de trabalho e maior controle da produção, com a quebra do caráter parcelar e unilateral do trabalho. Tais ações estariam custando caro aos empresários, e nessa luta, algumas conquistas eram arrancadas, e outras concedidas pelos patrões, em busca de um aumento de seus lucros através da diminuição dos custos de produção resultantes da danificação de máquinas, da paralisação da produção, da necessidade de contratar um contingente de trabalhadores maior do que o necessário em função das faltas, etc. De todo modo, segundo Gorz, isso ocorria apenas quando os capitalistas logravam quebrar o radicalismo do movimento operário.

Um tema que recebe grande atenção de Gorz ao tratar do desenvolvimento histórico do capital e de suas forças produtivas é o da “não-neutralidade da técnica e da ciência”. Ele é enfático ao afirmar que a estrutura de dominação capitalista e toda a sua brutalidade está posta nos próprios meios de produção, e na própria estrutura da ciência que os concebe. Em suas palavras,

produzir e dominar, dominar aquele a quem se obriga a produzir e que se escraviza a objetivos que lhe são desconhecidos, a instrumentos de trabalho dos quais se lhe impõe minuciosamente o modo de usar: a vontade de domínio está profundamente inscrita na natureza das máquinas, na organização da produção, na divisão do trabalho que ela materializa: o capital, seus representantes e funcionários de um lado; os executantes do processo de produção de outro. Organizações, técnicas de produção, divisão do trabalho forma a matriz material que, invariavelmente, reproduz, por inércia, as relações hierárquicas de trabalho, as relações capitalistas de produção^{386, 387}.

Assim, a própria “tecnologia da fábrica” “impõe uma certa divisão técnica do trabalho, a qual, por sua vez, exige um certo tipo de subordinação, de hierarquia e de despotismo”³⁸⁸. Tal constatação tem profundo impacto para a definição da tarefa emancipatória do proletariado, e da forma de cumpri-la. Frente à constatação da não-neutralidade da técnica, não basta simplesmente

³⁸⁵ Gorz, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.245.

³⁸⁶ Gorz, A. Prefácio à obra Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.11.

³⁸⁷ “A cultura e as competências científicas e técnicas trazem assim claramente a marca das relações capitalistas de produção (autonomização e alienação dos meios de produção e das forças produtivas enquanto ‘forças exteriores’) e da divisão capitalista do trabalho que separa trabalho intelectual e manual, combina em exterioridade os trabalhos que concorrem à produção do ‘produto comum’, nega aos trabalhadores parciais qualquer possibilidade de cooperação voluntária, de compreensão e de autodeterminação do processo de trabalho e de seus objetivos, separa decisão e concepção de execução, a capacidade de produzir conhecimentos da capacidade de determinar o uso que será feito desses conhecimentos” (Gorz, A. Técnica, técnicos e luta de classes. In: Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.225).

³⁸⁸ Gorz, A. Prefácio à obra Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.12.

a gestão operária da produção, mas é preciso revolucionar a própria técnica e a própria ciência.

Diz Gorz:

Se a transição para o comunismo deve acontecer; se aí deve haver apropriação *coletiva* (e não estatal), *pelos produtores*, dos meios de produção e vitória da colaboração voluntária sobre a divisão hierárquica das tarefas, então é preciso que os produtores diretos apropriem-se e subvertam as técnicas, a organização do trabalho, o modo de usar as máquinas, a disposição dos locais de trabalho, a relação com o saber e as instituições (Escola) que o transmitem... Pois os ‘meios de produção’ não são somente instalações e máquinas e instalações, e que dominam os operários como uma ‘força produtiva independente do trabalho’. Pois bem: a ciência e as técnicas também devem ser revolucionadas e reconquistadas pelo proletariado, reapropriadas coletivamente, como poder comum de todos, pela reunificação do trabalho manual e intelectual, o refundir completo da organização do trabalho, bem como da escola³⁸⁹.

Trata-se de promover “uma ‘revolução cultural’”, a “destruição da distinção, da hierarquia e da separação entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução; liberação das capacidades criadoras de todos os trabalhadores”³⁹⁰. De acordo com Gorz, tais objetivos seriam alcançáveis, desde que o movimento operário não se contentasse com as concessões feitas pelos capitalistas.

Em *Adeus ao proletariado*, escrito alguns anos depois, existem discrepâncias em relação ao que acaba de ser visto. Não há mais oscilações acerca dos efeitos da terceira revolução industrial e do desenvolvimento tecnológico no que tange à qualificação do trabalho; eles passam a serem vistos como instrumentos de desqualificação e degradação dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, de tal forma que a capacidade de controle operário das fábricas minguam. Segundo Gorz, “a automatização e a posterior informatização suprimem os ofícios e as possibilidades de iniciativa e substituem por um novo tipo de operários não-qualificados o que ainda resta de operários e funcionários qualificados”³⁹¹. Assim, a história teria desmentido Marx, que nos *Grundrisse*, “prevê então que o desenvolvimento das forças produtivas substituirá o exército de trabalhadores braçais operários não-qualificados militarmente enquadrados, por uma classe de operários politécnicos, ao mesmo tempo manuais e intelectuais, que dominarão o processo de fabricação em seu conjunto, exercerão seu controle sobre conjunto técnicos complexos, com facilidade, de um trabalho para outro, de um tipo de produção para outro (...). Sabe-se que ocorreu exatamente o contrário”^{392, 393}.

³⁸⁹ Gorz, A. Prefácio à obra *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.13.

³⁹⁰ Gorz, A. *Técnica, técnicos e luta de classes*. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.247.

³⁹¹ Gorz, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.39.

³⁹² Gorz, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.39.

³⁹³ “A história desconectou assim, aquilo que a perspectiva de Marx unira. Ele previa que, por meio da dominação científica da natureza, os indivíduos desenvolveriam em seu trabalho a ‘totalidade de suas capacidades’. É que, graças a ‘esse desenvolvimento mais rico do indivíduo’, o ‘livre desenvolvimento da individualidade’ de cada um tornar-se-ia uma necessidade

Na fase anterior do desenvolvimento industrial, o trabalho operário se estruturava sobre o “ofício”, ou sobre as “profissões operárias”, “fonte da autonomia operária”³⁹⁴. Nessa situação, o trabalhador teria certo controle sobre as atividades que executava, o que abria brecha para uma organização do processo produtivo operário, autogestionário. Entretanto, “o capital teve sucesso, para além de tudo o que se podia prever, em reduzir o poder operário sobre a produção (...). Conseguiu fazer com os próprios trabalhadores chamados a dominar máquinas gigantes fossem dominados no e pelo trabalho de dominação que deviam executar”³⁹⁵.

Desse modo, o proletariado teria entrado em uma profunda crise, que seria ela mesma uma “crise do socialismo”: “Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo e, portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialista vem fundamentalmente disso”^{396,397}.

Em *Metamorfoses do Trabalho* (2003) a descrição é outra. Surgem novas possibilidades de emancipação, já que a progressiva eliminação do trabalho de grande parte da população implica em um aumento do tempo disponível, potencial tempo para o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, e para a experimentação da liberdade frente aos ditames da produção. Nas palavras de Gorz, “a ‘sociedade do trabalho’, portanto, caducou: o trabalho não pode mais servir de fundamento à integração social”^{398, 399}, e dessa maneira,

novas relações de cooperação, de comunicação, de troca, podem ser tecidas no tempo disponível e inaugurar um novo espaço societal e cultural, feito de atividades autônomas, de fins livremente escolhidos (...): as atividades autônomas podem tornar-se preponderantes com relação à vida de trabalho, a esfera da liberdade com relação à esfera da necessidade. O tempo da vida

que buscaria (e encontraria) satisfação fora do trabalho graças à ‘redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário’” (Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.94 – as aspas correspondem a trechos dos *Grundrisse*, de Marx, p.439, 505, 593).

³⁹⁴ Gorz, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.61.

³⁹⁵ Gorz, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.40, grifos meus.

³⁹⁶ “Ora, tal como já foi visto, a divisão capitalista do trabalho destruiu o fundamento duplo do ‘socialismo científico’: - o trabalho operário não comporta mais poder (...). O trabalho não é mais atividade própria do trabalhador” (Gorz, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.86). Da mesma forma, “o marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das contradições de classe” (Gorz, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.25).

³⁹⁷ Gorz, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p.85.

³⁹⁸ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.75.

³⁹⁹ “Repito-o ainda uma vez e mais uma vez: um trabalho que tem por efeito e por finalidade fazer economizar trabalho não pode, ao mesmo tempo, glorificar o trabalho como fonte essencial da identidade e do desenvolvimento pessoais. O sentido da atual revolução técnica não pode ser o de reabilitar a ética do trabalho, a identificação ao trabalho” (Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.93).

não precisa mais ser gerido em função do tempo do trabalho; é o trabalho que deve encontrar seu lugar, um lugar subordinado, em um projeto de vida⁴⁰⁰.

Alguns anos depois, em *Misérias do presente, riquezas do possível* (2004), Gorz desenvolve essas idéias, centrando novamente a atenção nos novos processos produtivos originados da revolução microeletrônica, e as correspondentes mudanças do trabalho e das possibilidades revolucionárias. Diferentemente do que ocorria na fábrica fordista, a empresa atual busca envolver o trabalhador em todas as suas dimensões. Assim, “a dominação total, totalmente repressiva, da personalidade operária deve ser substituída por sua mobilização total”⁴⁰¹; o operário deve “transformar-se ao mesmo tempo em ‘fabricante, tecnólogo e administrador’^{402,403}. Ademais, hoje a grande empresa propicia ao seu empregado uma forma específica de inserção social, uma identidade, um sentimento de conforto e de pertencimento, mas o preço que cobra do trabalhador é o “risco de perda total de si”⁴⁰⁴. Isso o leva a afirmar que, “deixamos, sob certos aspectos, o plano do trabalho abstrato – que, segundo Marx, punha fim às relações pré-capitalistas de submissão pessoal, justamente porque era uma prestação impessoal, ‘indiferente a seu conteúdo’ e independentemente da personalidade de seu destinatário – para voltar a solicitar uma prestação personalizada, impossível de ser formalizada, difícil de contratualizar e que restabelece, escreve Paolo Virno, a relação do operário ao patrão baseada na ‘universal dependência pessoal, em um duplo sentido: depende-se de tal ou qual pessoa, não de regras dotadas de um poder coercitivo anônimo, e é toda a pessoa, a aptidão de pensar e de agir, em suma ‘a existência genérica’ de cada um, que é assim assujeitada^{405,406 407}. Desse modo, com essa tentativa de subordinação total do trabalhador, “o retrocesso com relação ao fordismo é evidente: o toyotismo substitui relações sociais modernas por relações pré-modernas”⁴⁰⁸.

⁴⁰⁰ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.95.

⁴⁰¹ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.40.

⁴⁰² Coriat citado por Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.41.

⁴⁰³ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 41.

⁴⁰⁴ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.48.

⁴⁰⁵ Virno citado por Gorz, p.49.

⁴⁰⁶ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.49.

⁴⁰⁷ “A individualização das remunerações, a transformação dos assalariados em autônomos ou em prestadores independentes tendem a suprimir, além do assalariamento, o próprio trabalho abstrato” (Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.63). “[Os “prestadores de trabalho”] não fornecem mais um *trabalho abstrato, trabalho em geral, independente de sua própria pessoa*, qualificando-os como indivíduos sociais em geral, úteis de modo geral. Seu estatuto não é mais regido pelo direito do trabalho graças ao qual o pertencimento do trabalhador à sociedade é mais importante que seu pertencimento à empresa. Os clientes ou as empresas às quais fornecem seus serviços podem tratá-los de modo desigual, conforme lhes agrada, ou não, sua atitude ou sua personalidade, selecioná-los conforme critérios subjetivos” (Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.63-64).

⁴⁰⁸ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.48.

No capitalismo contemporâneo, as transformações no processo de trabalho são comandadas pelo capital, e portanto limitadas ao seu movimento, o movimento da acumulação⁴⁰⁹. Desse modo, afirma Gorz que

O capitalismo pós-fordista faz sua a velha fórmula de Stalin: ‘o capital mais precioso é o homem’. ‘O homem’, subsumido no processo de produção como ‘recurso humano’, como ‘capital humano’, como capital fixo humano. Suas capacidades especificamente humanas são integradas em um mesmo sistema junto com o intelecto inanimado das máquinas. Torna-se cyborg, meio de produção em sua totalidade, até em seu ser-sujeito, isto é, capital, mercadoria e trabalho a um só tempo. E, como não há uso rejeitado, excluído, dado por inexistente, o homem-capital-mais-precioso só é homem se pode funcionar como capital⁴¹⁰.

No lugar do grande contingente de trabalhadores que é expulso das fábricas, surge um pequeno grupo de “trabalhadores de elite”⁴¹¹, o “operário de processo”, caracterizado pela polivalência, que aumentaria a mobilidade potencial dos trabalhadores, a qual “confere pois ao trabalhador uma maior autonomia existencial”⁴¹². Nessa circunstância, esse trabalhador “não é prisioneiro de ‘sua’ empresa, mas pode mudar, variar seus empregos”⁴¹³, mas, “por outro lado, não é difícil substituí-lo. Dito de outro modo, seu saber profissional pode ser, em larga medida, banalizado, o que deve ser entendido não como a desqualificação e a consequência monotonia do trabalho, mas uma larguíssima acessibilidade da qualificação”⁴¹⁴. Não obstante, Gorz reconhece que a referida desqualificação e rotinização do processo de trabalho também pode acometer parte do trabalho desse novo operário.

Apesar de não se referir diretamente aos conceitos marxianos de subsunção formal e real no bojo das análises apresentadas acima, é evidente que as concepções de Gorz acerca do papel e das características da força de trabalho e do processo de trabalho à luz do desenvolvimento histórico recente do capital em nenhum momento fogem à discussão do capítulo; ao contrário, introduzem elementos importantes⁴¹⁵. Antes disso, apresentemos o conceito de pós-grande indústria.

⁴⁰⁹ “De quantitativo e material, o crescimento deveria tornar-se ‘qualitativo’ e ‘imaterial’. Os produtos deviam impor-se por sua ‘imagem’, sua novidade, seu valor simbólico. A competitividade exigia a máxima produção de novidades. As empresas deviam ser capazes de improvisações contínuas, deviam incitar e explorar os entusiasmos efêmeros, as modas imprevisíveis e voláteis” (Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.37).

⁴¹⁰ Gorz, A. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004, p.14.

⁴¹¹ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.71.

⁴¹² Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.81.

⁴¹³ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.81.

⁴¹⁴ Gorz, A. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003, p.81.

⁴¹⁵ Que merecerão atenção no final da dissertação.

Capítulo 4. O conceito de “pós-grande indústria”.

Neste capítulo, apresento uma tentativa de estabelecer uma teoria acerca do capitalismo contemporâneo fortemente ancorada nos textos marxianos, dos quais inclusive extrai prenúncios daquilo que o movimento do capital iria consolidar muito depois de Marx. A tese central, que hoje se vive na fase da pós-grande indústria, que teria sucedido a etapa da grande-indústria, foi apresentada por Ruy Fausto. Ele busca, por meio de uma crítica rigorosa, “reconstituir o sentido da dialética”, o que seria imprescindível para a compreensão do capitalismo contemporâneo, e para o posicionamento político.

Apesar de sua aparente originalidade, a noção de pós-grande indústria, segundo Ruy Fausto, teria sido desenvolvida pelo próprio Marx, em algumas passagens dos *Grundrisse*. Com base na exposição de Fausto, que tratou em poucos momentos dessa questão, alguns autores buscaram desenvolver a análise da pós-grande indústria, de modo a lhe dar ainda maior amplitude e consistência, e atualizá-la naquilo em que, supunham, isso se fazia necessário. Interessará aqui as proposições de Eleutério Prado e Leda Paulani, dois importantes marxistas brasileiros, que foram influenciados pelas interpretações da obra de Marx feitas por Ruy Fausto⁴¹⁶.

A maior parte da análise do “modelo” exposto nos *Grundrisse* e n’*O Capital*, é constituída por uma investigação acerca das fases do modo de produção capitalista. Inicialmente, Ruy Fausto se vale daquelas duas obras para tratar da manufatura e da grande-indústria. É o caso de se chamar a atenção para alguns momentos de sua exposição, imprescindíveis para a compreensão da fase da pós-grande indústria.

Ao apresentar as fases da manufatura, grande indústria e pós-grande indústria, Ruy Fausto constrói “silogismos dialéticos” que caracterizam cada um desses momentos do desenvolvimento capitalista, os quais devem ser referenciados, já que sintetizam alguns aspectos decisivos da leitura de Fausto. No caso da manufatura, os juízos que a caracterizam são: “o

⁴¹⁶ A discussão sobre a pós-grande indústria foi apresentada inicialmente como parte da tese de livre docência de Ruy Fausto, defendida na Universidade de São Paulo em 1989, parte essa que foi publicada pela revista *Lua Nova*, em novembro de 1989. Entretanto, irei basear a exposição da noção de pós-grande indústria num trecho do texto denominado “A apresentação marxista da história: modelos”, publicado no terceiro tomo da série *Marx: Lógica e Política* (Cf. Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.115-140), no qual o autor discute, com o rigor e a complexidade que lhes são características, as passagens dos *Grundrisse* que interessam à presente discussão⁴¹⁶. Tal discussão se dá no bojo de uma interessante análise da “apresentação marxista da história” presente nos *Grundrisse* e em *O Capital*, que de acordo com Ruy Fausto, constitui um dos modelos marxianos daquela apresentação, sendo que um outro se encontraria nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e um terceiro, na *Ideologia Alemã* e no *Manifesto Comunista*. Em função da riqueza e densidade desse texto, e dos objetivos do presente capítulo, seria equivocado tentar analisá-lo de maneira abrangente aqui. Ao contrário, serão discutidos apenas os elementos concernentes ao tema em questão.

trabalhador é o trabalhador parcial”, “o trabalhador é o trabalhador total”, e “o capital é o trabalhador total”⁴¹⁷. De acordo com Ruy Fausto, tratam-se de juízos de reflexão, nos quais “o sujeito é pressuposto e o predicado posto”⁴¹⁸, ou seja, existe a passagem do sujeito no predicado - aquele é negado por este, o sujeito se perde no predicado⁴¹⁹.

Do lado do sujeito, “na medida em que o predicado não é objetivo mas subjetivo [trabalhador parcial - G.M.], a passagem é de certo modo *quantitativa*, não qualitativa. Passa-se do todo individual pressuposto [trabalhador - G.M.] à parte, posta [trabalhador parcial - G.M.]. E do todo individual pressuposto ao todo [trabalhador total - G.M.], posto. Entenda-se que a parte posta é parte, tanto relativamente ao todo individual, quanto relativamente ao todo social”⁴²⁰. Dessa forma, a negação do sujeito pelo predicado, no que tange ao trabalhador, é quantitativa, segundo Ruy Fausto.

Entretanto, “a negação qualitativa existe também na situação da manufatura, mas para o caso do capital. No enunciado ‘o capital é o trabalhador global’, a reflexão é qualitativa, porque o capital, forma objetiva, põe-se numa matéria de estofa subjetivo, que lhe é assim *inadequada*”⁴²¹. Nesse caso, vê-se que na manufatura o processo já é comandado pelo capital, já que o trabalhador total é um predicado daquele; entretanto, “do ponto de vista material, o verdadeiro sujeito da produção é o que Marx chama de trabalhador total”⁴²², e nessa medida, o capital não encontra aqui sua base material adequada, já que ainda depende das habilidades, disposição, etc., dos trabalhadores parciais. Disso, Ruy Fausto conclui que a subsunção do trabalho ao capital ainda é meramente formal. Em suas palavras, “... o capital – que é o todo no plano da forma – não adquiriu ainda [na manufatura] um corpo próprio adequado. Ele organiza e domina um *corpo subjetivo*. Por isso, a subordinação, ou antes a subsunção, é dita *formal*,

⁴¹⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁴¹⁸ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁴¹⁹ Sobre os juízos de reflexão, inerência, essência, transição, de devir, de sujeito, cf., por exemplo, Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.189; Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.20, 22, 23, 24 e 85.

⁴²⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁴²¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.117.

⁴²² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.115.

embora ela já introduza modificações no interior do processo de produção (reunião de trabalhadores, disciplina etc.)”⁴²³.

Na fase da grande-indústria, o silogismo que lhe corresponde teria os seguintes juízos: “o trabalhador submete a matéria-prima, o sistema mecânico submete o trabalhador, o sistema mecânico submete a matéria-prima”⁴²⁴, e nele, Ruy Fausto esclarece, “o trabalhador é constituído como termo médio, mediador do processo (o qual desaparece na conclusão), e o sistema mecânico é constituído como sujeito. (Esse ‘silogismo’ se refere ao lado material do processo. Nele o termo médio ‘trabalhador’ se torna ‘apêndice’ do sistema mecânico)”⁴²⁵.

Com o advento da grande indústria, o próprio sistema de máquinas se torna o sujeito da produção, e desse modo deixa de existir o “processo de trabalho” propriamente dito, já que os trabalhadores mobilizados na produção imediata perdem todo o controle sobre ela, sendo reduzidos à condição de meros apêndices das máquinas ou, em outras palavras, sendo subsumidos materialmente ao capital. A subsunção se torna, aqui, *real*, e essa é, segundo Ruy Fausto, a primeira negação do processo de trabalho, produzida pelo desenvolvimento do capital. Junto com essa negação do trabalho, ocorre a posição do capital num material de “estofa objetivo”, numa forma adequada à sua existência – vale repetir, o sistema de máquinas -, o que se faz possível pela subordinação da ciência ao processo produtivo.

Tais transformações têm importantes implicações no processo de valorização. Segundo Ruy Fausto,

Na primeira forma [manufatura – G.M.], o desenvolvimento da exploração da mais-valia relativa só pode ser limitado (mas dada a resistência, ainda possível, com base na natureza da organização material da produção, o prolongamento da jornada é também limitado). Na segunda forma [grande indústria - G.M.], temos o pleno desenvolvimento da exploração da mais-valia relativa (mas, com essa forma, também a exploração da mais-valia absoluta pode se expandir). Na terceira forma [pós-grande indústria – G.M.], tem-se a ‘negação’ do trabalho como fundamento do valor, e do tempo de trabalho como medida da grandeza do valor⁴²⁶.

Passemos agora, desse modo, à pós-grande indústria, que possui, segundo Fausto, o mesmo estatuto das fases anteriores, devendo ser, portanto, apresentada nas mesmas dimensões em que foram a manufatura e a grande-indústria, e com base nelas.

⁴²³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁴²⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.125.

⁴²⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.125.

⁴²⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.133.

Ruy Fausto não enuncia o silogismo, mas ancorado em uma passagem dos *Grundrisse* afirma que o silogismo da pós-grande indústria “é comparável ao da manufatura”⁴²⁷. O trecho em questão é o seguinte: “Não é mais o trabalhador que intercala o objeto natural modificado como membro intermediário entre ele e o objeto. Mas ele intercala o processo natural que ele transforma em um processo industrial como intermediário entre ele e a natureza inorgânica que ele submete”⁴²⁸. Enquanto na manufatura o objeto natural modificado (a ferramenta ou o instrumento de trabalho) servia de mediador entre o trabalhador – ainda o sujeito, no aspecto material da produção - e o objeto da produção, aqui, o termo médio é o processo natural tornado processo industrial. Há, segundo Ruy Fausto, retorno a uma condição na qual o princípio da produção é subjetivo.

Esclarecendo esse ponto, Ruy Fausto assevera que

Com a pós-grande indústria *desaparece a subordinação material* [do trabalho ao capital - G.M.], e é nesse sentido e só nesse sentido que se retoma a primeira situação. Na realidade, tem-se uma negação da negação. Se a subordinação material desaparece é porque o processo de trabalho perdeu completamente o seu caráter de processo de trabalho. O processo de produção tem um caráter muito próximo ao de um processo de produção da ciência. São novas máquinas que o executam, o indivíduo sai até certo ponto do processo⁴²⁹.

Portanto, o desenvolvimento da maquinaria iria até um ponto no qual os trabalhadores-apêndices são progressivamente substituídos por máquinas, e com isso, passam a se postar “ao lado da produção, em vez de ser seu agente principal”⁴³⁰. Isso, que Fausto chama de segunda negação do trabalho pelo capital - negação da negação -, faz com que o primeiro passe de certa forma a controlar o segundo, não estando o trabalho mais realmente submetido ao capital, mas apenas formalmente⁴³¹: “Teríamos assim a sucessão: subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente”⁴³².

Fausto introduz assim uma importante objeção à análise de Marx, pois segundo ele, ao desenvolver suas reflexões, “Marx pensa num modelo que poderia ser, por exemplo, o do

⁴²⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.130.

⁴²⁸ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.228; ou Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.705.

⁴²⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.135.

⁴³⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.135.

⁴³¹ “Com a pós-grande indústria desaparece a subordinação material [do trabalho ao capital]...” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 135).

⁴³² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.136.

engenheiro que pilota um avião supersônico. Mas há também o modelo do trabalhador que faz uma longa jornada diante do instrumento”⁴³³. Assim, verificou-se historicamente que na pós-grande indústria, surgiram atividades que não poderiam ser consideradas livres de certo tipo de subsunção material ao capital. Em função disso, Fausto cunha o conceito de subsunção formal-intelectual, ou apenas subsunção intelectual do trabalho ao capital.

Como no caso da grande indústria, essa nova negação do trabalho está relacionada a uma nova posição da ciência⁴³⁴:

A ciência, que é *forma* material do capital, é posta uma segunda vez. E agora a posição é de tal ordem que a matéria, o esqueleto material enquanto tal, torna-se simples suporte da ciência. Nesse sentido, essa posição é muito diferente da primeira e do seu análogo, a encarnação do dinheiro no ouro. Aqui não há mais encarnação, porque a forma excede a matéria. A forma (sempre a forma material) reduz a matéria (a matéria material) a suporte⁴³⁵.

Em outras palavras, na pós-grande indústria a ciência “é posta na matéria”; “a compreensão [científica] da natureza está objetivada nas novas máquinas”; “a ciência se objetiva enquanto ciência”⁴³⁶; e “*A forma material [a ciência] passa a servir a si própria em vez de servir à forma formal [o capital]*”⁴³⁷.

Surge assim uma nova inadequação da forma (capital) em relação à matéria, e a própria substância do valor muda. Segundo Ruy Fausto, “agora a substância da forma não é mais o trabalho, mas o não-trabalho (é a ciência que cria ‘valor’)”⁴³⁸, e desse modo, o valor passa a ser qualitativo⁴³⁹, e “... a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte etc.), e esta é produzida no tempo de não-trabalho”⁴⁴⁰.

⁴³³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.136.

⁴³⁴ “Se a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, a pós-grande indústria seria a segunda negação do processo de trabalho, e na realidade a negação da negação. Mas se a grande indústria representa a posição (material) adequada do capital no processo produtivo, poder-se-ia dizer também que a pós-grande indústria representa a segunda posição material...” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.129).

⁴³⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.134.

⁴³⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.134.

⁴³⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.135.

⁴³⁸ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.137.

⁴³⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.130.

4.1. Alguns desenvolvimentos logrados por Eleutério Prado.

Como foi dito na introdução do presente capítulo, apesar de promover algumas críticas a Marx, Ruy Fausto procura se restringir ao texto marxiano, e reproduzi-lo fielmente, sem pretensões de atualizá-lo. Leda Paulani e Eleutério Prado também reivindicam fidelidade ao texto de Marx; no entanto, buscando analisar o presente com base na noção de pós-grande indústria, acabam por desenvolver proposições de interesse para a compreensão da referida noção⁴⁴¹.

Cabe considerar que Prado explicita bastante a idéia de que nos *Grundrisse* Marx não estaria analisando o momento histórico em que vivia, mas realizado uma previsão para o futuro: “Nos *Grundrisse* de 1857-58, Marx distingue duas etapas da produção capitalista, uma delas representada pela própria realidade do século XIX e a outra que viria a existir num certo momento do futuro”⁴⁴². Esse momento corresponderia à contemporaneidade, à fase do desenvolvimento capitalista que se inicia no “último quartel do século XX”⁴⁴³. Atribui-se portanto grande atualidade à análise presente nos *Grundrisse*, na qual, “segundo Marx, o desenvolvimento da grande indústria conduz o modo de produção capitalista para uma fase de transição (aqui denominada, como já se disse, pós-grande indústria). Nessa etapa, a geração de valor deixa de depender inteiramente do tempo de trabalho, passando a se sujeitar também ao emprego de recursos sociais de produção que o ato de trabalhar mobiliza durante o tempo de trabalho”⁴⁴⁴.

Analisando os processos produtivos das empresas “de ponta”, Prado constata que

conforme se reduziu o tempo necessário para produzir uma determinada quantidade de produto, elevou-se o volume dos meios de produção utilizados e processados no processo produtivo; assim, mudaram também as características de complexidade dos sistemas de produção que passaram a exigir um grau crescente de coordenação administrativa. A hierarquia rígida e de comando centralizado, assim como o trabalho repetitivo, maçante e desqualificado, tornaram-se então incongruentes com essa complexidade. Em consequência, as diminuições do tempo de trabalho deixaram de ser um objetivo sempre dominante na produção de riqueza. O que, então, tornou-se importante para o crescimento da força produtiva do trabalho foram as determinações

⁴⁴⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.137.

⁴⁴¹ Começamos pelas análises de Eleutério Prado, mas apenas naquilo que ele acrescenta ou se distancia da análise de Ruy Fausto, a qual ele busca desenvolver.

⁴⁴² Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.82.

⁴⁴³ Prado, E.F.S. Pós-grande indústria e neoliberalismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.125.

⁴⁴⁴ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.83.

qualitativas que informam o próprio trabalho e que advém do próprio progresso da ciência e da tecnologia⁴⁴⁵.

Dessa maneira, nas empresas que empregam tecnologia mais avançada, ocorre um revolucionamento na própria administração e na natureza do trabalho dos que não foram simplesmente substituídos por máquinas. A hierarquia e o controle do processo de trabalho são destruídos, o trabalho se qualifica, e essas qualidades se tornam o elemento determinante da produção.

A qualificação do trabalho é acompanhada pela sua imaterialidade, e sua complexidade torna difícil sua redução a trabalho abstrato - “ora, é verdade que essa mutação do trabalho concreto, de material para imaterial, torna-o especialmente imensurável enquanto tal. Sobre isto não há dúvida”⁴⁴⁶. Com isso, o capital perde sua medida, ou melhor, “a medida interna do modo de produção capitalista torna-se desmedida, sem que haja restauração da medida – possibilidade que está contemplada na *Lógica* de Hegel. Em consequência, os preços ganham um elemento convencional – possibilidade esta, aliás, que não pode ser considerada estranha à lógica de *O Capital*”^{447, 448}.

Enquanto Ruy Fausto trabalha com a noção de valor negado⁴⁴⁹, Eleutério Prado, com base no conceito de desmedida, trabalha com a noção de “valor desmedido”: “O capitalismo monopolista contraria e distorce, pois, a medição da riqueza pelo tempo de trabalho, mas não a suprime. Isto só vai ocorrer quando surge, tal como já foi visto anteriormente, a pós-grande indústria. É então que o próprio valor se torna desmedido”⁴⁵⁰.

Além disso, discordando de Ruy Fausto, que situa a ciência como fonte e substância do valor⁴⁵¹, Eleutério Prado alerta que “não se trata de dizer que a ciência e a tecnologia em si mesmas, independentemente do trabalho, são agora as produtoras do valor”⁴⁵². Em todo caso,

⁴⁴⁵ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.85.

⁴⁴⁶ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.87.

⁴⁴⁷ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.88.

⁴⁴⁸ Analisaremos esse engenhoso emprego do conceito de desmedida para a análise da pós-grande indústria, que Eleutério Prado infelizmente não aprofunda muito, no próximo capítulo.

⁴⁴⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.130.

⁴⁵⁰ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.93.

⁴⁵¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.137.

⁴⁵² Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.89.

Eleutério Prado ainda afirma, a respeito das mudanças no caráter do trabalho, que “na pós-grande indústria (...) o trabalho de produção aproxima-se do trabalho artístico e do trabalho intelectual”⁴⁵³.

Prado destaca algumas características do capitalismo contemporâneo, que Fausto não analisou. Segundo aquele,

a pós-grande indústria projeta um modelo limite de empreendimento capitalista: empresas sem fábricas, ou seja, empresas que concentram apenas as atividades financeiras e as atividades de pesquisa e de criação de bens culturais, científicos e tecnológicos, ou seja, daqueles valores de uso que, sob a forma de mercadorias, podem receber a forma de capital de empréstimo. Os ativos desse tipo de empresa consistem, então, apenas em dinheiro, títulos públicos e privados, ações, assim como direitos de propriedade intelectual. Rigorosamente, essa empresa não produz e não vende diretamente mercadorias do modo ordinário; ela comercializa o direito de acesso às suas patentes, direitos autorais, marcas, projetos e processos de produtos, etc. que não são mais do que mercadorias que funcionam como capital⁴⁵⁴.

Ao mesmo tempo em que na pós-grande indústria existe a tendência a se “prescindir das fábricas”, ocorre uma enorme ampliação da produção de serviços, e esta passa a servir de modelo para a própria produção “de coisas”. Esse processo acarreta fundamentais alterações para o fetichismo das mercadorias e do capital. Nas palavras de Prado,

... a produção de massa é substituída mais e mais pela produção aparentemente personalizada, que apela aos gostos e desejos de indivíduos postos objetivamente como pessoas despersonalizadas, meramente contemplativas e manipuláveis. Por criação e recriação geram-se cada vez mais necessidades imaginárias de indivíduos cada vez mais narcisistas, de tal modo que as próprias coisas se transfiguram em imagens e representações de que as próprias coisas enquanto tais são apenas suportes. É assim que a produção capitalista em estágio avançado repõe o fetiche da mercadoria, fazendo com que o caráter social do trabalho deixe de se apresentar como naturalidade de coisas, para passar a figurar como artificialidade de um mundo de criações ‘intelectuais’ e ‘artísticas’ da própria indústria cultural. Chega-se, assim, àquilo que Debord chamou de sociedade do espetáculo, que “não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 2000, p. 14). Agora, o fetiche passa a ser posto consciente e compulsivamente⁴⁵⁵.

Além disso, Prado constata que as atividades financeiras passam a preponderar sobre as produtivas, mesmo imateriais. Num diálogo tácito com Lenin de *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, diz Prado que

ao invés de uma fusão do capital financeiro com o capital industrial, há aqui uma outra forma de subordinação do capital produtivo – enquanto um momento intransponível do processo de valorização – à própria lógica do próprio capital financeiro, cumprindo assim um destino

⁴⁵³ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.84.

⁴⁵⁴ Prado, E.F.S. Valor desmedido e desregramento do mundo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005d, p.108-109.

⁴⁵⁵ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.92-93.

imane do próprio evoluer do capital. É assim que na “era da informação” surge a empresa totalmente rentista capaz de obter juros, dividendos, rendas de monopólios, assim como rendimentos especulativos, de seus ativos financeiros, entre os quais se encontram, também, os ativos potencialmente produtivos. Ainda que nessa espécie de empresa possa haver geração de valor (e de mais-valia) – desmedido enquanto tal devido à negação do tempo de trabalho como determinante exclusivo do valor – ela é por excelência um empreendimento de captação de renda, ou seja, uma firma “rent seeker”⁴⁵⁶.

Por fim, com base na idéia apresentada por Fausto acerca da inadequação da base material da pós-grande indústria à forma capital⁴⁵⁷, Eleutério Prado propugna que, nessa fase, o capitalismo entra em crise, e abre brechas à sua superação por uma formação social socialista. Segundo ele,

em síntese, pode-se dizer que o modo de produção capitalista põe o valor e as suas leis como normas objetivas e inconscientes da formação dos preços de mercados, de remuneração da força de trabalho e de geração de mais-valia, de regulação da apropriação de mais-valia pelos capitais particulares, mas em seu desenvolvimento vem depô-las seja, primeiro, por transgressão, seja, depois, por meio de sua supressão dialética. Assim, o capitalismo cria a sua própria regulação, mas não tem outro caminho histórico senão tornar-se um capitalismo desregulado, cada vez mais anárquico, sempre mais irracional, até que deixa de ser um modo de produção progressivo para se tornar um modo de produção regressivo. Nessas condições, as taxas de lucros efetivas dependerão do poder de mercado que varia no tempo e segundo a circunstância em função do custo de produção, penetração da marca, grau de novidade, vantagem tecnológica, etc. Elas se tornam, por isso, casuais. Seria errôneo pensar, entretanto, que elas se tornam puramente arbitrárias, pois ainda estão limitadas, dada a massa total de lucros, pela concorrência dos capitais (...). O que se torna, então, uma necessidade histórica é a abolição da relação de capital e do trabalho assalariado, ou seja, o advento de um novo modo de produção no qual possa ocorrer o pleno desenvolvimento das capacidades científicas e artísticas de todos os homens. Isto requer a eliminação da penúria em que vive grande parte da massa de trabalhadores e o fim do antagonismo de classe, de tal modo que a produção da riqueza possa estar baseada na cooperação voluntária e espontânea de trabalhadores livremente associados⁴⁵⁸.

Não obstante a constatação da necessidade histórica da superação do capitalismo, Prado não perde de vista a negatividade também presente nos seus atuais movimentos, sobretudo no que tange às suas perversas conseqüências para o processo de dominação do trabalhador. Ao mesmo tempo em que as atividades dos trabalhadores se enriquecem em determinações, e propiciam o desenvolvimento de sua autonomia, “a empresa da pós-grande indústria vem submeter o trabalhador de um modo total, envolvente, hipócrita ou mesmo cínico, inclusive fora do tempo de trabalho”⁴⁵⁹. “Agora, ele [o capitalista] tem de passar a controlar o trabalhador não

⁴⁵⁶ Prado, E.F.S. Valor desmedido e desregramento do mundo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005d, p.109.

⁴⁵⁷ “... a economia baseada no trabalho conceitual e no conhecimento científico e tecnológico avançado é incongruente com a relação de capital” (Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.94).

⁴⁵⁸ Prado, E.F.S. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c, p.93-94.

⁴⁵⁹ Prado, E.F.S. Valor desmedido e desregramento do mundo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005d, p.114-115.

apenas como trabalhador e consumidor, mas também como político, religioso, profissional, etc., de um modo que tende a ser total”⁴⁶⁰.

4.2. Alguns desenvolvimentos logrados por Leda Paulani.

Em O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção, texto de 2001, Leda Paulani expande a noção de pós-grande indústria, à luz das transformações do capitalismo no século XX, notadamente o advento do taylorismo-fordismo e, posteriormente, do toyotismo. Como expressa o título do artigo, a ênfase de Paulani recai sobre a análise da força viva de trabalho, e as tendências que se põem hoje em relação ao seu papel frente ao desenvolvimento da maquinaria, que “foi paulatinamente se difundindo para todos os setores”⁴⁶¹.

Paulani retoma a análise de Marx acerca da grande-indústria, e assevera que, durante a vigência dessa fase, o capital teria encontrado uma forma material adequada, tendo sido resolvida, ao menos “em princípio”, a “contradição forma/matéria”⁴⁶². Entretanto, estando resolvida essa contradição, como explicar o advento do taylorismo-fordismo, indaga Paulani. E em resposta, propugna que tal contradição persistiu mesmo após o desenvolvimento da grande-indústria. Segundo ela,

... mesmo com a existência da máquina, o processo de produção ainda está nas mãos dos operários. Porque ninguém entende tanto do processo de produção do que quem nele trabalha, seu resultado final, se bom ou ruim, ainda depende, em certa medida, dos caprichos do ser humano, vale dizer, da intromissão, na lógica abstrata e quantitativa da acumulação, de uma lógica de fundamento qualitativo, porque humana⁴⁶³.

Expondo esse movimento com maior rigor lógico, propõe que “o resultado, portanto, é que, inicialmente, a introdução da maquinaria põe o trabalho vivo como sujeito negado, mas põe

⁴⁶⁰ Prado, E.F.S. Trabalho imaterial e fetichismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005b, p.63.

⁴⁶¹ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: *Estudos Econômicos*, vol. 31 (4), 2001, p.699.

⁴⁶² Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: *Estudos Econômicos*, vol. 31 (4), 2001, p.699.

⁴⁶³ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: *Estudos Econômicos*, vol. 31 (4), 2001, p.704.

de modo não-pleno: a negação efetiva do trabalho vivo como sujeito é ainda um vir-a-ser, de modo que o trabalho vivo, apesar de já negado pela máquina, ainda existe como sujeito”⁴⁶⁴.

Teria sido isso que Taylor percebeu e – compreendendo os empecilhos que a lógica humana acarreta à produção capitalista - tentou extirpar, mediante sua “gerência científica”. Com base nela, Ford teria realizado modificações materiais no processo produtivo, por meio da introdução da esteira rolante na linha de montagem, entre outras inovações, que resultaram na completa objetivação do trabalho vivo, ou seja, a eliminação de qualquer “estofo subjetivo” para o desenvolvimento da produção capitalista. Assim, “da existência de um sujeito negado passamos à negação de sua existência como sujeito. Agora sim, com a objetivação plena da força viva de trabalho, estaria consumada a primeira posição da forma na matéria e resolvida, finalmente, essa contradição (enquanto na fase anterior, pré-taylorismo/fordismo, só estavam postas as determinações desse sujeito negado, não sua existência ela mesma)”⁴⁶⁵.

Entretanto, o movimento não teria cessado aí, e o desenvolvimento tecnológico mediante a aplicação da ciência na produção, conduziu à eliminação do trabalho que era nela diretamente empregado, desaparecendo, tendencialmente, a figura do trabalhador-apêndice⁴⁶⁶. Ao mesmo tempo, a máquina passa a ser o sujeito do processo material de produção, e com isso é posta uma nova contradição, uma “superadequação” da matéria (a ciência objetivada no sistema de máquinas) à forma (o capital), já que o caráter de sujeito do sistema de máquinas lhe garante autonomia, até mesmo ao ponto de negar a forma capital. Nas palavras de Paulani, “essa espécie de superadequação da matéria à forma transmuta-se em inadequação e, como afirma Fausto (1989), a subordinação que resta aí é apenas formal, visto que a subordinação material desaparece junto com a própria exclusão do trabalho do processo de produção”⁴⁶⁷.

Ademais, com essa exclusão do trabalho, “abre-se então a possibilidade de o homem ser o sujeito do processo, que não é mais agora, contudo, processo de trabalho, mas processo de produção apenas e processo de produção que pode ser colocado a serviço do homem e sob sua guarda”⁴⁶⁸. No entanto, não é bem isso que ocorre na pós-grande indústria; a empresa toyotista

⁴⁶⁴ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.703.

⁴⁶⁵ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.703.

⁴⁶⁶ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.700.

⁴⁶⁷ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.705.

⁴⁶⁸ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.700.

passa a exigir o envolvimento total do trabalhador, sua criatividade, sua capacidade de tomar decisões, sua participação na gestão da empresa, etc., e com isso, o trabalhador efetivamente retoma certo estatuto de sujeito, mas um sujeito totalmente subordinado ao capital, um sujeito que se mobiliza por completo para servir à acumulação capitalista – concedendo ao capital o uso de sua “capacidade mental presente no estoque de elementos fisiológicos encarnado no trabalhador”⁴⁶⁹. Assim, “só agora, portanto, é que a contradição forma/matéria está efetivamente resolvida e não no momento anterior, e isto porque o ‘outro’ do verdadeiro sujeito, do sujeito positivamente posto, não é um objeto mas um sujeito negado. E este último, como se viu, só vai existir plenamente na última etapa da grande indústria, ou seja, na fase contemporânea”⁴⁷⁰.

Com essas sofisticadas análises Paulani procura demonstrar que as transformações no processo produtivo ocorridas no século XX consistem em “... respostas lógicas do sistema”⁴⁷¹ à contradição entre forma e matéria e entre capital e trabalho, que lhe são constitutivas. Ao tratar da contemporaneidade, ela é enfática: “Seja resgatando a capacidade integral da força viva de trabalho (movimento operado pelas transformações centradas no toyotismo), seja simplesmente expulsando-a do processo produtivo (automação, robótica), a evolução contemporânea da produção capitalista não fez nada mais do que responder objetivamente à contradição basilar desse processo, que coloca sempre em confronto a qualitativa lógica humana e a abstrata lógica da acumulação”⁴⁷².

⁴⁶⁹ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.713.

⁴⁷⁰ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.708.

⁴⁷¹ Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.697.

⁴⁷² Paulani, L. M. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, p.714.

Capítulo 5. O conceito de subsunção real e o desenvolvimento histórico do capital, em Marx.

Em Marx há uma profunda relação entre os conceitos de subsunção formal ou real do trabalho ao capital e o desenvolvimento histórico capitalista, ou ainda os *conceitos* de cooperação, manufatura e grande indústria. Se, à primeira vista, estes últimos concernem às forças produtivas do capital, enquanto que os conceitos de subsunção formal e real estão relacionados às relações sociais de produção, existe uma profunda imbricação entre eles, entre o aspecto mais propriamente técnico e o social.

Sendo o objetivo fundamental de *O Capital* e dos *Grundrisse* a apresentação do conceito de capital em seus diferentes momentos de constituição, um dos principais objetos de análise dessas obras é, obviamente, o processo de produção capitalista, processo este que, segundo Marx, é uma unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, o que significa dizer que a valorização não pode ocorrer separada da atividade mesma do trabalho e que ela se efetiva por seu caráter social. Ambos os processos ocorrem ao mesmo tempo, e tal qual ocorre com a mercadoria, perfazem uma unidade contraditória; o processo de trabalho corresponde ao conteúdo concreto da produção, ao passo que o processo de valorização, ao seu conteúdo abstrato⁴⁷³. Nesse caso a dimensão abstrata, a valorização, também prepondera sobre a concreta, mas de tal forma que esta apresenta uma série de limitações à primeira, as quais são progressivamente superadas sob a égide da valorização. Desse modo, a contradição não se esvai, desenvolve-se assumindo novas configurações.

Nos primórdios da produção capitalista, relata Marx, “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle”⁴⁷⁴; o capital apenas coloca a seu serviço trabalhadores fornecendo-lhes os meios de produção e as matérias-primas em troca de um salário, e colocando-os sob seu comando. Inicialmente em nada se altera a atividade concreta de tais trabalhadores, a única coisa que muda é que, se antes eles realizavam sobretudo atividades de fiação e tecelagem de maneira subsidiária às atividades agrícolas, vendendo seus produtos ao capital comercial, agora, com o fornecimento dos meios de

⁴⁷³ Não obstante, como explicitado no segundo capítulo deste texto, é o caráter concreto do trabalho que promove a transferência dos valores dos meios de produção e matérias-primas ao produto final, enquanto que o caráter abstrato concerne propriamente ao aumento do valor do produto final frente ao valor dos fatores de produção e da força-de-trabalho, de tal forma que não existe um fosso entre as duas dimensões.

⁴⁷⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.142.

produção pelo capital – que se torna capital produtivo - e com a relação de assalariamento, os trabalhadores passam a estar formalmente subsumidos ao capital⁴⁷⁵. Com isso,

o processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação da mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu *próprio* processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É a isso que denomino *subsunção formal do trabalho ao capital*. É uma forma *geral* de todo processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma *particular*, a par do *modo de produção especificamente capitalista*, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda⁴⁷⁶.

O termo “formal” nos remete à formalidade do contrato, e à sua indiferença frente ao processo material de trabalho. E, vale repetir, o trabalho passa a estar subordinado ao processo de valorização do valor, mas não tem alterada sua “natureza geral”. Com isso, a subsunção formal se diferencia do modo de produção especificamente capitalista, a subsunção real, que é também formal, já que obviamente não deixa de manter o aspecto formal acima referido, apesar da recíproca não ser verdadeira.

De todo modo, já nessa fase surgem determinações relevantes, dado que “o capitalista (...) está atento a que o trabalho alcance o grau normal de qualidade e intensidade, e prolonga o mais possível o processo de trabalho para que cresça a mais-valia por ele produzida”⁴⁷⁷; “tudo é feito para que o produto represente apenas o *tempo de trabalho socialmente necessário*”⁴⁷⁸. Ademais, desenvolve-se “uma relação *econômica* de superioridade e subordinação, posto que é o capitalista quem consome a capacidade de trabalho, e, portanto, vigia e dirige”⁴⁷⁹. Fora isso, desenvolve-se o fetichismo do capital: “Surge também a mistificação inerente à relação capitalista. A faculdade que o trabalho tem de conservar valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade de o trabalho gerar valor, como faculdade de autovalorização do capital, e em conjunto e por definição, o trabalho *objetivado* aparece como utilizando o trabalho *vivo*”^{480 481}.

⁴⁷⁵ Marx, K. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p.107.

⁴⁷⁶ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.51.

⁴⁷⁷ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.52.

⁴⁷⁸ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.57.

⁴⁷⁹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.57.

⁴⁸⁰ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.52.

⁴⁸¹ No mesmo sentido, lê-se que “... suas [do trabalhador] *condições objetivas de trabalho* (meios de produção) e *condições subjetivas de trabalho* (meios de subsistência) se lhe defrontam como capital, monopolizadas pelo comprador de sua capacidade

Frente à manutenção da antiga base técnica do processo de produção subsumido apenas formalmente, a referida conservação e geração de valor – a produção de mais-valia –, só pode ficar restrita à mais-valia absoluta, ao prolongamento da jornada de trabalho. Como constata Marx,

... à base de um modo de trabalho preexistente, ou seja de *determinado* desenvolvimento da força produtiva do trabalho e da modalidade de trabalho correspondente à essa força produtiva, só se pode produzir mais-valia através do *prolongamento do tempo de trabalho*, isto é, sob a forma da *mais-valia absoluta*. A essa modalidade, como forma única de produção de mais-valia, corresponde, pois, a *subsunção formal do trabalho ao capital*⁴⁸².

Sendo a produção da mais-valia relativa o meio por excelência da valorização do valor é preciso avançar na análise até a apreensão do movimento de constituição do modo de produção especificamente capitalista, que corresponde à subsunção real do trabalho ao capital.

Nos *Grundrisse*, Marx relata que, inicialmente, o movimento de transformação capitalista do processo de trabalho ocorre por meio da “análise minuciosa da divisão do trabalho, que gradualmente transforma as operações dos trabalhadores em algo mais e mais mecânico, de modo que num certo ponto um mecanismo pode colocar-se em seus lugares”⁴⁸³. Mas ultrapassado certo “estágio”, “é a análise e aplicação de leis mecânicas e químicas, provenientes diretamente da ciência, que possibilita a maquinaria realizar o mesmo trabalho que era realizado anteriormente pelo trabalhador”⁴⁸⁴. Enfatiza-se aqui, portanto, a tendência do capital de substituir o trabalho humano diretamente despendido na produção pela “atividade” de máquinas, de tal modo que, na grande-indústria, “o processo de produção cessou de ser um processo de trabalho no sentido de um processo dominado pelo trabalho como sua unidade governativa”⁴⁸⁵.

Em outro trecho bastante famoso dessa obra, Marx assevera que o capital “conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela”, ao mesmo tempo em que “ele quer usar o tempo de trabalho como unidade de medida para as gigantescas

de trabalho” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.57).

⁴⁸² Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.53.

⁴⁸³ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.704.

⁴⁸⁴ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.704.

⁴⁸⁵ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.699.

forças sociais, assim criadas, e as conter nos limites exigidos para manter como valor o valor já criado”; e por isso “o capital é ele próprio a contradição em processo [ou em movimento]”⁴⁸⁶.

Com esse processo, são introduzidas modificações materiais no processo de trabalho, e tem-se o advento da subsunção real do trabalho ao capital. De acordo com passagem do *Capítulo Sexto*..., “... [Sobre a base da subsunção formal do trabalho ao capital] se ergue um *modo de produção* tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção. Somente quanto este entra em cena, se dá a *subsunção real do trabalho ao capital*”⁴⁸⁷. E tendo em vista que o revolucionamento das forças produtivas pelo capital constitui um meio para a extração de mais-valia relativa, já que atua no sentido de reduzir o tempo de trabalho necessário e nessa medida aumentar o tempo de trabalho excedente, Marx conclui que “do mesmo modo porque se pode considerar a produção da mais-valia absoluta como expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como a de subsunção real do trabalho ao capital”^{488,489}, e que “a subsunção real do trabalho ao capital se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, diferentemente da absoluta”^{490, 491}.

No bojo dessa análise, novamente Marx dá grande ênfase ao fetichismo do capital, que se desenvolve na medida em que se logra avanços na produtividade justamente em decorrência da forma capitalista de produção, ou seja, quando ocorre o revolucionamento das forças produtivas e da organização da produção por meio do movimento de valorização do capital, esse desenvolvimento aparece como imanente ao capital. Nas palavras de Marx,

as forças produtivas *sociais* do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por força da cooperação; a divisão do trabalho na oficina, a aplicação da *maquinaria*, e em geral a transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química etc., para fins determinados, a *tecnologia* etc., assim como os *trabalhos em grande escala* correspondente a tudo isso (só esse trabalho socializado está em condições de utilizar no processo *mediato* de produção os produtos *gerais* do

⁴⁸⁶ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.706.

⁴⁸⁷ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.66.

⁴⁸⁸ “Ela [a extração de mais-valia relativa] supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.102).

⁴⁸⁹ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.56.

⁴⁹⁰ Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.66.

⁴⁹¹ “Com a subsunção real do trabalho ao capital, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o operário” (Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.66).

desenvolvimento humano, como a matemática etc, assim como, por outro lado, o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo material de produção); esse desenvolvimento da força produtiva do *trabalho objetivado*, por oposição ao trabalho mais ou menos isolado dos indivíduos dispersos etc, e com ele a *aplicação da ciência* – esse produto *geral* do desenvolvimento social – ao *processo imediato de produção*; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção. A mistificação implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital⁴⁹².

Convém acompanhar esse processo, tendo por base a exposição de *O Capital*. Nele, mais precisamente na seção IV do Livro I, “A produção da mais-valia relativa”, Marx analisa conceitual e pormenorizadamente o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital, partindo da cooperação simples do trabalho, até o desenvolvimento da grande-indústria fundada sobre o sistema de máquinas.

Segundo Marx, “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação”⁴⁹³. Não obstante, a apreensão do conceito de cooperação simples não é tão trivial, pois ela aparece, de certa forma, como uma etapa de transição para o modo de produção especificamente capitalista, e com isso carrega certas ambigüidades, que têm consequência teórica. Diferentemente da manufatura e da grande indústria, “embora sua figura simples mesma apareça como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas”⁴⁹⁴, a cooperação simples “não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista”^{495, 496 497}. Logo, da mesma maneira que se viu que a subsunção formal do trabalho é a base da subsunção real, que a mais-valia absoluta “constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia

⁴⁹² Marx, K. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978, p.55.

⁴⁹³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.246.

⁴⁹⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.253.

⁴⁹⁵ “No máximo, aparece aproximadamente assim nos inícios ainda artesanais da manufatura e em cada espécie de agricultura em grande escala, a qual corresponde ao período manufatureiro e se distingue substancialmente da economia camponesa apenas pela massa de trabalhadores empregados ao mesmo tempo e pelo volume dos meios de produção concentrados. A cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.253).

⁴⁹⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.253.

⁴⁹⁷ “O capital produtivo, ou o modo de produção correspondente ao capital, somente conhece duas formas: a manufatura ou a grande indústria” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.87).

relativa”⁴⁹⁸, tem-se que a cooperação simples “permanece a forma básica do modo de produção capitalista”⁴⁹⁹.

A cooperação aparece, desse modo, ligada à subsunção formal, e não é por acaso que o capítulo XI adota por ponto de partida histórico e conceitual do modo de produção capitalista, a reunião de um certo número de trabalhadores num mesmo local, subordinados formalmente ao capital sob o regime do assalariamento, e sob o comando do capitalista, proprietário dos meios de produção e das matérias-primas⁵⁰⁰.

Entretanto, adverte Marx, “dentro de certos limites, ocorre uma modificação”⁵⁰¹, e o comando do capital (para além das modificações estritamente quantitativas, referentes à mobilização de um maior número de trabalhadores, que permite ao capitalista se libertar da condição de trabalhador e se tornar efetivamente capitalista), promove uma mudança qualitativa no que tange à própria existência efetiva do valor, ou à posição do valor, já que o “trabalho objetivado em valor é trabalho de qualidade social média”, e que apenas com a cooperação o capitalista “põe em movimento” “trabalho social médio”⁵⁰².

Além disso, o fato do capital reunir e empregar um grande número de trabalhadores, ao mesmo tempo, para produzir uma dada mercadoria, criando assim uma jornada de trabalho combinada, “mesmo não se alterando o modo de trabalho”⁵⁰³, por si só “efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho”⁵⁰⁴, produzindo um enorme aumento da produtividade do trabalho, e conseqüentemente a redução do “tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil”⁵⁰⁵. Tal revolução é sintetizada por Marx nos seguintes termos:

Se, conforme o caso, ela [a cooperação] obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo,

⁴⁹⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.102.

⁴⁹⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.253.

⁵⁰⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.244.

⁵⁰¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.244.

⁵⁰² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.245.

⁵⁰³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.245.

⁵⁰⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.245.

⁵⁰⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.245.

ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie⁵⁰⁶.

Apesar da cooperação entre trabalhadores ter sido uma constante na história da humanidade, Marx afirma reiteradamente o caráter específico que ela assume com o advento do modo de produção capitalista.

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. Essa modificação se dá naturalmente. Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado, essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente⁵⁰⁷.

Por conseguinte, a cooperação surge aqui como uma “forma específica do processo de produção capitalista”⁵⁰⁸, sendo ela própria uma “modificação no processo real de trabalho”, o que dificulta ainda mais a compreensão daquela passagem na qual se diz que mesmo sem alterar o “modo de trabalho” as condições objetivas são revolucionadas. Entretanto, com os exemplos fornecidos por Marx isso se faz compreensível, já que neles os diversos trabalhadores em geral executam exatamente a mesma atividade que executavam antes de serem reunidos num único local, mas logram uma produtividade muito maior do que se teria com a soma das jornadas individuais.

Outro aspecto da cooperação simples digno de nota é que o caráter formal da função de comando do capital sobre o trabalho, que se torna uma “exigência para a execução do próprio processo de trabalho”, “uma verdadeira condição da produção”⁵⁰⁹. De acordo com Marx, “todo

⁵⁰⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.248-249.

⁵⁰⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.252-253.

⁵⁰⁸ “... a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, 252).

⁵⁰⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.250.

trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção”⁵¹⁰. Mas ele acrescenta que

a direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização. Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos (...). Se, portanto, a direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica. *Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares*⁵¹¹.

No entanto, vale dizer que a função de direção da produção não é inerente à figura do capitalista, e tão logo ele se desprende da necessidade de trabalhar, “... ele [o capitalista] transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados”⁵¹² – os “oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e [os] suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-mâîtres*)” –, de tal forma que “o trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva”⁵¹³.

Por fim, convém chamar a atenção para o fato de que nesse ponto, e nos dois capítulos subsequentes, Marx concede grande importância aos desdobramentos do fetichismo do capital. Diz ele que “Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles [os trabalhadores] não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital (...). Uma vez que a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capital e, por outro lado, não é desenvolvida pelo trabalhador, antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente”⁵¹⁴.

⁵¹⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.250.

⁵¹¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.250, grifos meus.

⁵¹² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.250.

⁵¹³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 251.

⁵¹⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.251.

As dificuldades advindas do fato da cooperação simples não constituir propriamente uma época ou uma fase da produção capitalista desaparecem com a manufatura. Este, “como forma especificamente capitalista do processo social de produção – e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser a capitalista – *é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa e aumentar a autovalorização do capital*, o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nation*, etc., à custa dos trabalhadores”⁵¹⁵.

Segundo Marx, e antes dele Smith, a reunião dos trabalhadores num mesmo campo de trabalho pelo capital enseja uma divisão técnica do trabalho sem qualquer precedente. É precisamente essa divisão do trabalho que fornece à manufatura sua característica fundamental, sua “forma clássica”, que “dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII”^{516, 517}.

Em função da natureza do processo real de produção de mercadorias, “a origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é (...) *dúplice*”, podendo partir de “ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria”, ou da “cooperação de artífices da mesma espécie, [situação em que se] decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico”^{518, 519}. Não obstante, “qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos”⁵²⁰. Deve-se atentar para o fato de que Marx fala aqui em “órgãos” da produção; veremos que ao tratar do sistema de máquinas ele se referirá aos trabalhadores como “apêndices”.

⁵¹⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.273, grifos meus.

⁵¹⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.254.

⁵¹⁷ “... a consolidação da manufatura acontece num momento no qual tanto as necessidades, quanto a massa crescente de mercadorias inseridas no intercâmbio, assim como o comércio internacional (em realidade um *relativo* mercado mundial) expandem-se subitamente de maneira prodigiosa” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.105).

⁵¹⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.255.

⁵¹⁹ “A cooperação baseada na divisão do trabalho ou a manufatura é nos seus inícios uma formação naturalmente desenvolvida. Tão logo ela tenha ganho alguma consistência e amplitude de existência, torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.272).

⁵²⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.255.

Por outro lado, devido às distintas naturezas do produto, as manufaturas podem ser de dois tipos: heterogênea ou orgânica. A primeira consiste na “composição meramente mecânica” de atividades independentes entre si, autônomas, como é o caso da fabricação de relógios; já a última consiste na articulação “orgânica” de processos profundamente imbricados e contínuos, dependentes uns dos outros, como no caso da fabricação de pregos, analisada por Smith logo na abertura de sua grande obra⁵²¹. No primeiro caso, segundo Marx, “essa relação externa do produto acabado com seus elementos de diferentes espécies torna aqui, como em fabricações semelhantes, acidental a combinação dos trabalhadores parciais na mesma oficina. Os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si...”⁵²². E desse modo, esse tipo de manufatura dificulta bastante a sua transformação em grande indústria mecanizada⁵²³.

O princípio fundamental da manufatura é o parcelamento e especialização do trabalho, logrado a partir da análise do processo de trabalho, que faz com que se aumente as habilidades específicas dos trabalhadores, tornados parciais, e que se diminuam os desperdícios de tempo, de materiais, e das mudanças de ritmo de trabalho oriundos da passagem de um mesmo trabalhador de uma atividade a outra, dentro do processo produtivo⁵²⁴. Junto com esse parcelamento, a divisão do trabalho impõe o crescente aperfeiçoamento das ferramentas existentes, e a sua diversificação, adequando-as “às funções exclusivas dos trabalhadores parciais”^{525, 526}. Com isso, aumenta-se de maneira expressiva a “... continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e nomeadamente também a intensidade de trabalho” se comparadas às “vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples”⁵²⁷.

Nesse processo, de conseqüências nefastas para o trabalhador, se estabelece uma tendência a reduzi-lo à condição de autômato, que executa em ritmo acelerado e por toda a vida operações extremamente simples. Entretanto, convém lembrar que o processo de trabalho continua sendo a base da produção, e seu sujeito, o trabalhador total, resulta da combinação dos

⁵²¹ Cf. Smith, A. A riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.41-42.

⁵²² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.258.

⁵²³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.259, n.32.

⁵²⁴ Cf. Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.257.

⁵²⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.257.

⁵²⁶ Dessa maneira, é criada “uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.258).

diversos trabalhadores parciais⁵²⁸. Uma das consequências disso é que “a unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função unilateral transforma-o em seu órgão natural e de atuação segura, enquanto a conexão do mecanismo global o obriga a operar com regularidade de um componente de máquina^{529,530}. Também se deve chamar a atenção para a comparação do trabalhador manufatureiro a uma máquina.

Comparando a manufatura à cooperação, Marx propugna que

Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela estrofia o trabalhador convertendo-o numa anomalia [na tradução de Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, “numa monstruosidade”], ao fomentar artificialmente sua habilidade particularizada mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas, assim como nos Estados de La Plata abate-se um animal inteiro apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo. Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial, tornando assim realidade a fábula insossa de Menenius Agripa, segundo a qual *um ser humano é representado como mero fragmento de seu próprio corpo*^{531 532}.

⁵²⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.260.

⁵²⁸ “A maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.262).

⁵²⁹ “Muito corretamente responde o sr. Wm. Marshall, o *general manager* de uma manufatura de vidros, à pergunta do comissário de inquérito, como a laboriosidade dos jovens trabalhadores era mantida: “Eles não podem, de forma alguma, negligenciar seu trabalho; depois de terem começado a trabalhar, têm de prosseguir; eles são exatamente como partes de uma máquina”. (*Child. Empl. Comm., Fourth Report*. 1865. p. 247.)” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.263, n.47). “Dugald Stewart denomina os trabalhadores de manufatura ‘autômatos vivos (...) que são empregados em trabalhos parciais’ (*Op. cit.*, p. 318.)” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.270, nota 63).

⁵³⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.263.

⁵³¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.270, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁵³² “A inteligência da maior parte dos homens”, diz A. Smith, “desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que despense toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Ele torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana.” (Smith citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.271). “A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente também a coragem de sua mente. (...) Ela destrói mesmo a energia de seu corpo e o incapacita a empregar suas forças com vigor e perseverança, a não ser na operação parcial para a qual foi adestrado. Sua habilidade em seu ofício particular parece assim ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas, em toda sociedade industrial e civilizada, esse é o estado no qual necessariamente tem de cair o pobre que trabalha (*the labouring poor*), isto é, a grande massa do povo” (Smith citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.271). Por fim, “A ignorância é a mãe da indústria, como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de movimentar o pé ou a mão não depende nem de uma nem da outra. As manufaturas prosperam portanto mais onde mais se dispensa o espírito, de modo que a oficina pode ser considerada uma máquina cujas partes são seres humanos” (Ferguson citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.271).

Além desses terríveis efeitos, a manufatura desenvolve uma forma de hierarquia entre os trabalhadores. Segundo Marx, “depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes⁵³³”⁵³⁴. No entanto, o momento mais importante desse processo é a nítida divisão que se estabelece entre os trabalhadores qualificados e os não-qualificados, os quais não tinham lugar na época em que predominavam os ofícios. Essa tendência à criação de um grupo de *trabalhadores desqualificados*⁵³⁵, que tem custos menores de aprendizagem e, portanto, menores salários, é importante, pois potencializa a produção de mais-valia⁵³⁶.

A divisão manufatureira do trabalho produz um duplo movimento: a desqualificação de um expressivo contingente de trabalhadores, junto com a especialização sem precedentes de outros tantos, o que também empobrece enormemente o trabalhador. Caracteriza-se assim um movimento geral de desqualificação do trabalho. Nas palavras de Marx, o “tecelão indiano executa um trabalho muito complicado em comparação com a maioria dos trabalhadores da manufatura”⁵³⁷.

Outra importante característica da manufatura é o desenvolvimento da função de comando e direção do processo produtivo⁵³⁸. Estabelece-se uma nova articulação entre divisão técnica e divisão social do trabalho. Segundo Marx,

se a *anarquia* da divisão do trabalho social e o *despotismo* da divisão do trabalho manufatureiro condicionam um ao outro, na sociedade do modo de produção capitalista, formas sociais anteriores nas quais a particularização dos ofícios se desenvolve naturalmente, depois se

⁵³³ “Uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.263).

⁵³⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.262.

⁵³⁵ “A manufatura cria portanto em todo ofício, de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.263).

⁵³⁶ “A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.263).

⁵³⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol.I, tomo I, p.257.

⁵³⁸ A divisão manufatureira do trabalho “desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como *progresso histórico* e momento necessário de desenvolvimento do processo econômico de formação da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p. 273, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.117).

cristalizam e em seguida é fixada legalmente, oferecem pelo contrário a imagem de uma organização planificada e autoritária da divisão do trabalho, ao mesmo tempo em que, por outro lado, elas excluem a divisão do trabalho no interior da oficina, ou só a desenvolvem numa medida reduzida ou esporádica e acidentalmente”⁵³⁹. “Poder-se-ia mesmo estabelecer como regra geral que, quanto menos a autoridade preside à divisão do trabalho no interior da sociedade, mais a divisão do trabalho se desenvolve no interior da oficina e mais ela está aí submetida à autoridade de uma só pessoa. Portanto, em relação ‘a divisão do trabalho, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão reciprocamente em *razão inversa*’⁵⁴⁰.

Malgrado se basear na divisão do trabalho, “o período da manufatura, o qual logo proclama conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, também chega esporadicamente a desenvolver a utilização de máquinas, sobretudo para certos processos iniciais simples que têm de ser executados maciçamente e com grande emprego de força”⁵⁴¹. De modo que a mera existência de máquinas não significa por si só a superação da manufatura ou o surgimento do sistema de máquina característico da grande indústria, segundo a conceituação de Marx.

Deve-se atentar para o fato de que no último trecho citado se assevera a importância da produção de mais-valia relativa na manufatura, embora trechos de outras obras de Marx sugiram algo diferente. No texto *Maquinaria e Trabalho Vivo*⁵⁴², por exemplo, lê-se que “a divisão do trabalho e a cooperação simples nunca se baseiam imediatamente na substituição do trabalho ou na criação de um excedente de trabalhadores; por um lado, sua base é a concentração destes e, por outro, a formação de uma maquinaria viva ou um sistema de máquinas vivas intermediado por este mesmo conglomerado. Em todo caso, porém, um excedente *relativo* de trabalho é produzido”⁵⁴³. Nos *Grundrisse*, lê-se que “na manufatura predomina o mais-trabalho absoluto, não o relativo”⁵⁴⁴.

Sem negar as diferenças entre as obras, julgo que tais trechos não desmentem a análise de *O Capital*, na medida em que no primeiro se diz que a divisão manufatureira do trabalho não se baseia *imediatamente* na substituição do trabalho, o que não exclui a possibilidade da produção de mais-valia relativa. Já a segunda passagem fala em predomínio, o que se pode justificar tanto

⁵³⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.267, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.120.

⁵⁴⁰ Marx, K. *Miséria da Filosofia*, São Paulo: Global, 1985, p.127, Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.267.

⁵⁴¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.262.

⁵⁴² Fragmento do XX caderno do Manuscrito de 1861-1863, mais especificamente da parte denominada “A mais-valia realativa – acumulação”.

⁵⁴³ Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.104.

⁵⁴⁴ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.90.

pela grande expansão da produção capitalista e o relativo vagar do desenvolvimento técnico e científico da época, se comparado ao período subsequente, quanto à inexistência de regulação da jornada de trabalho. O fato é que a subsunção real e a produção de mais-valia relativa são sim características do período manufatureiro, apesar de não encontrarem nele sua forma mais desenvolvida⁵⁴⁵.

Antes de avançar na análise histórica convém ainda lembrar que a revolução material produzida pela manufatura desenvolve ainda mais o fetichismo, já que “... o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista”⁵⁴⁶, sob controle despótico de seu empregador, em ritmo cada vez mais intenso.

Entretanto, o desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho não é harmônico. O cerne de suas contradições assenta-se na manutenção de dependência do processo produtivo em relação à força de trabalho, uma força parcelar, se considerada individualmente. Na manufatura,

o ofício permanece a base. *Essa estreita base técnica exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal.* Precisamente por continuar sendo a habilidade manual a base do processo de produção é que cada trabalhador é assimilado exclusivamente a uma função parcial e sua força de trabalho é transformada no órgão perpétuo dessa função social. Finalmente, essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação⁵⁴⁷.

Ademais, se por um lado a parcialização diminui os poros na jornada de trabalho da maneira como se viu, por outro ela cria novos, devido ao isolamento das diferentes tarefas parciais. Assim, “estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente ao princípio da manufatura”⁵⁴⁸.

Nos dizeres de Marx,

durante o período manufatureiro propriamente dito, isto é, o período em que a manufatura era a forma dominante do modo de produção capitalista, a plena realização de suas tendências se

⁵⁴⁵ Analisando uma obra de Necker, redigida em 1775, Marx assevera que “O importante é que Necker, em suma, derivou do trabalho excedente a riqueza das classes que não trabalham – lucro e renda da terra. Ao observar a mais-valia, deteve-se na mais-valia relativa” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.289). Cf. Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.288-292).

⁵⁴⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.270.

⁵⁴⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.255-256, grifos meus, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.116.

⁵⁴⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.259.

choca com obstáculos de diversas naturezas. Embora, como vimos, ela criasse ao lado da graduação hierárquica dos trabalhadores uma divisão simples entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o número dos últimos fica muito limitado em virtude da influência predominante dos primeiros. Embora ajustasse as operações especiais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho e portanto induzindo a exploração produtiva de mulheres e crianças, essa tendência malogra geralmente devido aos hábitos e à resistência dos trabalhadores masculinos. Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e portanto o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem, e mesmo onde este se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo^{549, 550}.

Com base nisso, Marx conclui que “ao mesmo tempo, a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade. Como obra de arte econômica ela eleva-se qual ápice sobre a ampla base do artesanato urbano e da indústria doméstica rural. Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou”⁵⁵¹.

Tornou-se necessário substituir a divisão manufatureira pelo sistema de máquinas⁵⁵², eliminando “a atividade artesanal como princípio regulador da produção social”. Assim, “por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital”⁵⁵³. Isso foi possível graças à criação, pela manufatura, da oficina para a produção dos instrumentos de trabalho, e da especialização destes instrumentos. Com o passar do tempo, a grande indústria se apoderou da própria produção das máquinas, no sentido de que passou a produzir máquinas por meio de máquinas, e com isso, “criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés”^{554, 555}.

a própria manufatura fornece ao sistema de máquinas⁵⁵⁶ (...) o fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e portanto da organização do processo de produção. Aí se introduz,

⁵⁴⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.274-275.

⁵⁵⁰ “Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.275).

⁵⁵¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.275.

⁵⁵² “As máquinas propriamente ditas datam do fim do século XVIII” (Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.129).

⁵⁵³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.276.

⁵⁵⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.14.

⁵⁵⁵ “O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 5).

⁵⁵⁶ Segundo a análise de Marx, “toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, finalmente a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.6), sendo esta última a parte

porém, imediatamente uma diferença essencial. Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da mecânica, da química, etc., no que, naturalmente, a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala⁵⁵⁷.

O ponto fundamental consiste em que a base subjetiva da produção - o trabalhador total da manufatura -, que tantas dificuldades impunha ao desenvolvimento da produção capitalista, é suprimida; em seu lugar, surge uma base objetiva, mediante a aplicação da ciência à produção. “A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador”⁵⁵⁸. O trabalhador é reduzido à tarefa de vigiar a máquina, zelando para que a produção siga em seu curso normal. Assim, “o que agora um trabalhador mecânico tem de fazer, e o que qualquer garoto pode fazer, não é ele mesmo trabalhar, mas supervisionar o belo trabalho da máquina. Já está posta de lado toda a classe de trabalhadores que depende exclusivamente de sua própria habilidade”^{559 560}.

mais importante da maquinaria: “a máquina-ferramenta é (...) um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 7), de tal modo que “o número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.7). Mas deve-se distinguir entre um conjunto de máquinas individuais e um sistema de máquinas, que é caracterizado pela “unidade técnica” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.10). Nos dizeres de Marx, “um autêntico sistema de máquinas só substitui, no entanto, a máquina autônoma individual quando o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente. Aí reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, peculiar à manufatura, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.10); “exatamente como muitas ferramentas constituem os órgãos de uma máquina, muitas máquinas de trabalho constituem agora apenas órgãos da mesma espécie do mesmo mecanismo motor” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.10). De fato, “só depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.10). Entretanto, “que (...) a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.7).

⁵⁵⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 11.

⁵⁵⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.8.

⁵⁵⁹ Marx cita Nasmyth, em Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.50.

⁵⁶⁰ “... na roda de fiar, o pé atua apenas como força motriz, enquanto a mão, que trabalha no fuso, puxa e retorce, executa a operação de fiar propriamente dita. Exatamente dessa última parte do instrumento artesanal a Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.7).

Desse modo, o sistema de máquinas, emancipa-se “da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador”⁵⁶¹. Com isso “na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo^{562,563, 564}. Dessa maneira, segundo os *Grundrisse*, não se pode mais falar em processo de trabalho propriamente dito, mas sim num processo de produção totalmente determinado pelos movimentos do sistema de máquinas⁵⁶⁵.

Eis a figura do trabalhador-apêndice, diferente da quase-máquina da manufatura, que mobilizava sua ferramenta parcial para realizar uma função especializada e rotinizada. Ao contrário, trata-se do vigia da máquina; mas de maneira alguma este se encontra em vantagem em relação ao primeiro, apesar do surgimento com o sistema de máquinas das condições técnicas para a sua libertação da ossificação de sua atividade laboral. Isso porque o trabalhador se torna escravo da máquina parcial, condenado a assisti-la em todo o seu tempo de trabalho. Como constata Marx,

embora a maquinaria descarte agora, tecnicamente, o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste inicialmente como tradição da manufatura, por hábito, na fábrica, para ser, depois,

⁵⁶¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.7.

⁵⁶² Na maquinaria “a subsunção de seu trabalho ao capital – a absorção de seu trabalho pelo capital –, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.108).

⁵⁶³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.41.

⁵⁶⁴ “A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes. Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.15).

⁵⁶⁵ “O processo de produção cessou de ser um processo de trabalho no sentido de um processo dominado pelo trabalho como sua unidade governativa. O trabalho aparece, ao contrário, meramente como um órgão consciente, dispersos entre os muitos trabalhadores individuais vivos nos numerosos pontos do sistema mecânico, subsumido sob o processo total da própria maquinaria, como sendo ele próprio somente uma ligação do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas antes na maquinaria viva (ativa), que confronta seus afazeres individuais e insignificantes como um organismo poderoso” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (borrador). Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.219). Dessa maneira, “a atividade do trabalhador, reduzido a uma mera abstração de atividade, é determinada e regulada por todos os lados pelo movimento da maquinaria, e não o oposto” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (borrador). Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.219). Cf. Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (borrador). Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.237.

reproduzido e consolidado sistematicamente pelo capital como meio de exploração da força de trabalho de forma ainda mais repugnante. Da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial⁵⁶⁶ (...) [Dessa maneira], o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo^{567 568 569}.

Ademais, antes da regulamentação da jornada de trabalho – que redundou das lutas entre capital e trabalho, estimulada pela brutal exploração dos trabalhadores fabris – o desenvolvimento da maquinaria acarretou um enorme aumento da jornada de trabalho e da exploração, em função não só da possibilidade técnica de se pôr para funcionar o sistema de máquinas incessantemente, mas da necessidade de fazê-lo, na medida em que a paralisação das máquinas acarretava tanto sua deterioração improdutiva quanto a não utilização de todo o seu potencial produtivo, algo impensável para o capitalista individual premido pela concorrência. O resultado foi a criação de novos turnos de trabalho e a exploração da força de trabalho para além de todo limite físico, de maneira verdadeiramente genocida^{570 571}.

Outra importante característica da grande indústria é o surgimento de uma nova divisão hierárquica entre os trabalhadores. Sendo o processo produtivo totalmente emancipado do controle do trabalhador total, o conjunto de trabalhadores especializados que constituem o grupo dominante dentre os trabalhadores da manufatura, tende a desaparecer, frente à tendência à

⁵⁶⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.41.

⁵⁶⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.41.

⁵⁶⁸ “No sistema automático o talento do trabalhador é progressivamente suprimido” (Ure citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.48).

⁵⁶⁹ “John Stuart Mill, em seus Princípios da Economia Política, diz: ‘É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora aliviaram a labuta diária de algum ser humano’. Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia.” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p. 5).

⁵⁷⁰ Cf. os capítulos VIII, XIII e XXIII do Livro Primeiro de *O Capital* em Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988 e 1988a.

⁵⁷¹ Em trecho citado na introdução deste texto, lê-se que “[Com a maquinaria surgem – G.M.] novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social de trabalho, de tal maneira que quebra a oposição contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital. Daí o notável fenômeno na história da indústria moderna de que a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital. ‘Se’, sonhava Aristóteles, o maior pensador da Antiguidade, ‘cada ferramenta, obedecendo às ordens ou mesmo pressentindo-as, pudesse realizar a obra que lhe coubesse, como os engenhos de Dédalo que se movimentavam por si mesmos, ou as tripodes de Hefáisto que iam por si mesmas ao trabalho sagrado, se as lançadeiras tecessem por si mesmas, não seriam, então, necessários auxiliares para o mestre-artesão nem escravos para o senhor’” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.30).

simplificação e homogeneização do trabalho. Nas palavras de Marx, “No lugar da hierarquia de operários especializados que caracteriza a manufatura, surge, por isso, na fábrica automática, a tendência à igualação ou nivelação dos trabalhos, que os auxiliares da maquinaria precisam executar; no lugar das diferenças artificialmente criadas entre os trabalhadores parciais surgem de modo preponderante as diferenças naturais de idade e sexo”⁵⁷². Entretanto, também surge um número insignificante de trabalhadores “que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica”⁵⁷³.

Como essa questão suscitou um número considerável de polêmicas, convém examinar melhor a qualificação do trabalho na grande indústria. Se durante a manufatura foi introduzido um processo de desqualificação das atividades laborais - com o surgimento de um grupo de trabalhadores sem qualificação e de “virtuosos” mutilados -, na grande indústria esse procedimento opera em intensidade e abrangência sem precedentes. Apesar do surgimento de condições técnicas para o desenvolvimento da polivalência dos trabalhadores, e da criação de um pequeno grupo de trabalhadores qualificados responsáveis pelo controle e manutenção do conjunto do processo produtivo, o que se verifica é uma desqualificação ainda maior, e o trabalho realizado pelos operários da grande indústria se torna “mera abstração de atividade”. Eis aí mais um passo para a efetivação do trabalho abstrato, ou para sua posição na realidade efetiva e no “plano do vivido” dos trabalhadores⁵⁷⁴.

Nas palavras de Marx, “Na oficina mecânica, (...) é essencial que todos façam a mesma coisa. É, aliás, seu princípio fundamental”⁵⁷⁵; ou ainda, “... seu princípio fundamental é a substituição de trabalho qualificado por trabalho simples; e, portanto, também a redução da massa de salário ao salário médio, ou seja, a redução do trabalho necessário do trabalhador ao mínimo médio e a redução dos custos de produção da capacidade de trabalho”⁵⁷⁶. As causas desse esforço do capital em eliminar as qualificações do trabalho e homogeneizar os

⁵⁷² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.39.

⁵⁷³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.40.

⁵⁷⁴ “Aqueles que consideram a autonomização do valor como mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração *in actu*” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.78)

⁵⁷⁵ Marx citado por Romero, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.129-130.

trabalhadores ao seu nível de desenvolvimento mais baixo responde em primeiro lugar à busca por redução do trabalho necessário e dos custos de produção de maneira geral; além disso, ensina a mobilidade do trabalhador, que pode migrar de um ramo a outro de produção de acordo com as necessidades da valorização; ademais, faz com que se acirre a concorrência entre os trabalhadores, diminuindo seu poder de barganha e mobilização contra os ditames do capital, o que também leva a um rebaixamento de seu valor; por fim, permite o aumento da regularidade da produção, a manutenção de ritmos constantes, de certo nível de qualidade dos produtos, em suma, do controle e da calculabilidade capitalista.

Sobre o último desses pontos, lê-se em uma passagem da *Miséria da Filosofia* que

de fato, a distribuição, ou sobretudo a adaptação dos trabalhos às diferentes capacidades individuais, quase não entra no plano de operação das fábricas: ao contrário, sempre que um procedimento qualquer exige muita destreza ou mão segura, retiram-no do braço do operário hábil e freqüentemente inclinado a irregularidades de vários tipos, entregando-o a um mecanismo particular, cuja operação automática é tão bem regulada que uma criança pode controlá-lo^{577, 578}.

Além disso, a apropriação das habilidades laborais pelas máquinas possibilita ao capital explorar tipos de mão-de-obra que outrora tinham pouco lugar na produção.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital⁵⁷⁹.

Esse “avanço” do capital também contribui para rebaixar o valor da força de trabalho, aumentar a concorrência dentre os trabalhadores e quebrar a sua resistência à exploração capitalista. Introduce-se também uma inovação na própria forma do contrato e na esfera da circulação, que não é estática, e também possui uma história; é parte da história do capital.

A maquinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa

⁵⁷⁶ Marx citado por Romero, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.133.

⁵⁷⁷ Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.132-3.

⁵⁷⁸ “Onde quer que uma operação requeira muita destreza e mão segura, retirar-se-á, tão rápido quanto possível, dos braços do trabalhador demasiado qualificado e freqüentemente inclinado a irregularidades de toda espécie, para confiá-la a um mecanismo específico, que é tão bem regulado que uma criança pode cuidar dele” (Ure citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.47-48).

⁵⁷⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.21.

formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos⁵⁸⁰. E “quebra finalmente a resistência que o trabalhador masculino ainda opunha na manufatura ao despotismo do capital”⁵⁸¹.

Comparando-se a grande indústria à manufatura saltam aos olhos ainda outros importantes “progressos”, da perspectiva do capital. Um deles consiste no fato de que um índice da perfeição do sistema de máquinas é o grau de continuidade do processo global de produção. Sobre isso, Marx lembra que “se na manufatura o isolamento dos processos particulares é um princípio dado pela própria divisão de trabalho, na fábrica desenvolvida domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares”⁵⁸². Assim, a luta do capital para diminuir os poros da jornada de trabalho perde totalmente o sentido num contexto em que vigora o sistema de máquinas desenvolvido.

Com o advento da grande indústria desenvolve-se a função de comando e da disciplina laboral;

a subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria^{583, 584}.

Esse é um ponto fundamental para a consolidação da grande indústria, cuja implantação encontrou forte resistência dos trabalhadores. Segundo Ure, citado por Marx,

a principal dificuldade na fábrica automática consistia em sua disciplina necessária, em fazer os seres humanos renunciar a seus hábitos irregulares no trabalho e se identificar com a invariável regularidade do grande autômato. Divisar um código de disciplina fabril adequado às necessidades e à velocidade do sistema automático e realizá-lo com êxito foi um empreendimento digno de Hércules, eis a nobre realização de Arkwright! Mesmo ainda hoje, quando o sistema está organizado com toda perfeição, é quase impossível encontrar entre os trabalhadores que atingiram a idade adulta ajudantes úteis para o sistema automático^{585 586}.

⁵⁸⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.21.

⁵⁸¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.26.

⁵⁸² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.11.

⁵⁸³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.42.

⁵⁸⁴ “No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.43).

⁵⁸⁵ Ure citado por Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.44 – também citado em Marx, K. *Miséria da Filosofia*, São Paulo: Global, 1985, p.131-2.

⁵⁸⁶ Desde de os primórdios da produção capitalista, a criação da laboriosidade e da disciplina dos trabalhadores é fundamental. Em passagem do capítulo XXIV do Livro Primeiro de *O Capital*, sobre a acumulação primitiva, é dito que “não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se

Afora a disciplina e o despotismo no interior da fábrica, o desenvolvimento da grande indústria acarreta outros empecilhos à organização operária, pois muitas vezes as invenções serviam para expulsar da produção os trabalhadores que se opunham de forma mais contundente à exploração. Em *O Capital* e em *A Miséria da Filosofia*, respectivamente, lê-se que “Ela [a maquinaria – G.M.] se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital”⁵⁸⁷, e que “enfim, desde 1825, quase todas as novas invenções resultaram das colisões entre o operário e o patrão, que, a qualquer preço, procura depreciar a especialidade do operário”^{588, 589}.

Como não podia deixar de ser, na fase da grande indústria ocorrem novos desenvolvimentos do fetichismo do capital, o qual, encarnado no sistema de máquinas, adquire uma existência material adequada a seu conceito, e torna-se “autocrata”, de tal modo que o processo de produção agora totalmente objetivo se subjetiva, e rebaixa ainda mais a condição do trabalho vivo⁵⁹⁰.

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade pormenorizada do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência,

uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.267).

⁵⁸⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.49.

⁵⁸⁸ Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.131.

⁵⁸⁹ Em trecho que explicita a intensidade do conflito, bem como certo desfavorecimento dos trabalhadores, diz Marx que na luta dos operários fabris “Trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.108).

⁵⁹⁰ “As condições objetivas do trabalho adquirem uma existência subjetiva frente à capacidade viva de trabalho” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (borrador). Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.423).

perante as enormes forças da Natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do “patrão” (*máster*)^{591, 592}.

Por fim, convém chamar a atenção para o fato de que essa tendência à negação do trabalho vivo pelo capital, posta no conceito de capital em todos os seus momentos de constituição, ganha enorme força com o advento da grande indústria, pois a substituição do trabalho diretamente empregado na produção por máquinas⁵⁹³ além de promover um deslocamento de trabalhadores para a função de vigia e guardião do processo produtivo e desqualificar a maioria dos operários, também expulsa um grande número deles do processo produtivo⁵⁹⁴. Além da tendência à substituição *relativa* do capital variável por capital constante, em função da extração de mais-valia relativa, em muitos casos ocorre a eliminação do capital variável em termos absolutos. Segundo Marx, “em certo grau de desenvolvimento, uma extraordinária expansão de ramos fabris pode estar unida a um decréscimo não só relativo, mas absoluto, do número de trabalhadores empregados”⁵⁹⁵. Tais trabalhadores são em parte direcionados para outros ramos de produção, menos intensivos em capital, ou em maior expansão, outra parte engrossa as fileiras do exército industrial de reserva, que com a grande indústria é produzido numa magnitude sem precedentes, servindo para baratear o preço da força do trabalho e para atender às flutuantes exigências dos diversos ramos do processo produtivo; já um terceiro contingente afunda-se no pauperismo. Vejamos isso mais de perto.

⁵⁹¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.41-42.

⁵⁹² “De modo algum a máquina aparece como os meios de trabalho do trabalhador individual. Sua característica distintiva não é em absoluto, como no caso dos meios de trabalho, a de servir de mediador entre a atividade do trabalhador e o objeto; essa atividade [do trabalhador], ao contrário, é posta de tal modo que ela meramente serve como mediadora para o trabalho da máquina, a ação da máquina, à matéria-prima – supervisiona essa ação e a protege contra perturbações. Não como com o instrumento, que o trabalhador anima e transforma em seu órgão com sua destreza e força, e cujo manuseio portanto depende de sua virtuosidade. Ao contrário, é a máquina que possui a destreza e a força no lugar do trabalhador, é ela própria o *virtuosi*, tendo sua própria alma nas leis mecânicas que agem através dela” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.218-9, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.119).

⁵⁹³ Que possui o estatuto de lei, a “lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.185).

⁵⁹⁴ ... é apenas na maquinaria, e no emprego dos novos sistema de máquinas sobre o qual se funda a mecanização das oficinas, que a substituição do trabalhador por uma parte do capital constante (aquela parte do produto do trabalho que se tornar novamente meio de trabalho) se coloca, produzindo genericamente um excedente de trabalhadores como tendência expressa e apreensível, que atua e se estabelece em larga escala. O trabalho passado surge aqui como meio para substituir o trabalho vivo ou como aquele meio de fazer diminuir o número de trabalhadores. Esta diminuição do trabalho humano aparece como *especulação capitalista*, como meio para aumentar a mais-valia (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.103). Em outra passagem, “A oposição entre capital e trabalho assalariado desenvolve-se, assim, até sua plena contradição. É no interior desta que o capital aparece como meio não somente de depreciação da capacidade viva de trabalho, mas também como meio de torná-la *superflua*. Em determinados processos isso ocorre por completo; em outros, esta *redução* se efetua até que se alcance o *menor número* possível no interior do conjunto da produção. O trabalho necessário coloca-se, então, imediatamente como população *superflua*, como excedente populacional – aquela massa incapaz de gerar mais-trabalho” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.106).

No segundo capítulo dessa dissertação procurei estabelecer de maneira mais ou menos sistemática algumas determinações do conceito de capital; tentei mostrar como sua constituição se dá de maneira contraditória, de modo que, para existir e portanto constituir-se enquanto totalidade em-si, o capital precisa negar sua substância, o trabalho vivo, impedindo que os trabalhadores se apropriem do produto de seu trabalho, convertendo-se em totalidade. Com os desdobramentos do conceito de capital, essa tendência à negação do trabalho vivo se amplia, e passa a se efetivar como substituição do capital variável por capital constante, no bojo da produção de mais-valia relativa. Entretanto, faz-se necessário abandonar o nível de abstração no qual se estava operando, e se adentrar “o processo global de produção capitalista”.

Marx não podia tratar do capital diretamente no âmbito da concorrência, na sua “natureza interna”, no seu “comportamento real” na relação com outros capitais, pois desse modo dificilmente teria como investigar “em estado puro as leis imanentes do capital”, o “capital como tal”. Assim, ele teve de abstrair, num primeiro momento, a concorrência, na qual a um tempo se efetivam e se negam as leis imanentes ao capital, para melhor encaminhar o estudo do seu processo de formação. Não considerou o capital tal qual ele se encontra na *realidade efetiva, concretamente*, mas sim o capital em suas determinações comuns a todos os capitais, de modo que fosse possível acompanhar o processo de sua formação. O capital era considerado como “capital em geral”, ou o capital que contém em si uma propriedade que se refere a todos os capitais: a “propriedade de expandir seu valor”^{596 597}.

Mas como constata Marx, “O capital existe e só pode existir como muitos capitais, sua autodeterminação aparece como ação e reação recíproca entre si”⁵⁹⁸, o que ocorre no plano da concorrência capitalista, da realidade efetiva. Nesse cenário “*aparece, pois, tudo invertido. A figura acabada das relações econômicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e portanto também nas concepções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se esclarecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de fato o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial mais oculta, e do conceito que lhe corresponde*”^{599 600}.

⁵⁹⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.59.

⁵⁹⁶ Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p. 52.

⁵⁹⁷ Sobre o conceito de capital em geral, cf. Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

⁵⁹⁸ Marx citado por Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p. 50.

⁵⁹⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.160.

Dessa maneira, ao analisar a concorrência, Marx tem que abandonar a pressuposição de que as mercadorias são vendidas por seus valores, mas de modo algum a própria lei do valor. Ou melhor, a lei do valor é negada, mas essa negação é sua própria efetivação e confirmação; em outras palavras, a esfera da concorrência efetiva, por meio da negação, as leis do valor, as leis essenciais do capital. Como já foi reiterado, o movimento fundamental da sociedade capitalista é a valorização do valor, a incessante apropriação de mais-valia em escala crescente, sobretudo por meio da produção de mais-valia relativa. Entretanto, esse processo só se efetiva por meio da ação individual dos diversos capitalistas, que não estão imediatamente interessados em diminuir o valor da força de trabalho, mas sim buscando a redução de seus custos de produção de modo a auferirem lucros extraordinários e açambarcarem mercados. Na medida em que esse processo também é válido para os capitalistas dos ramos de produção de bens consumidos pelos trabalhadores, ocorre a redução do valor da força de trabalho, e a produção da mais-valia relativa.

Os capitalistas individuais se pautam pela busca por lucros e portanto pela taxa de lucro (a relação entre a mais-valia e o capital total), não pela mais-valia e pela taxa de mais-valia (a relação entre a mais-valia e o capital variável) – as quais estão profundamente imbricadas, já que “mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos”^{601 602}.

Ao se nortear pela taxa de lucro os capitalistas individuais não realizam qualquer discriminação entre a parte constante e a parte variável do capital total, como se ambas produzissem valor. Eis aí um processo fetichista que obnubila a origem do capital e a exploração capitalista do trabalho e que leva Marx a dizer que “pelo fato de que todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro), a relação-capital é mistificada”⁶⁰³. Mistificação esta que “é apenas o desenvolvimento ulterior da inversão que já ocorria durante o processo de produção, de sujeito e objeto”^{604 605}.

⁶⁰⁰ “... conceitualmente a concorrência não é senão a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que aparece e é realizada como ação recíproca dos muitos capitais uns sobre os outros, a tendência interna enquanto necessidade externa” (Marx citado por Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.195).

⁶⁰¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.34.

⁶⁰² “Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.34).

⁶⁰³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.35.

⁶⁰⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.35.

⁶⁰⁵ O lucro “é uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são velados e apagados” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.37). E “já que num pólo o preço da força de trabalho aparece na forma transmutada de salário, no pólo antitético a mais-valia aparece na forma transmutada de

Na esfera da concorrência os capitalistas individuais exigem receber o lucro de acordo com a magnitude de seus capitais totais, pois a existência de um ramo produtivo com taxa de lucro consideravelmente mais baixa ou mais alta que as demais tende a levar a um êxodo de capitais, que redundaria no aumento da concorrência nos ramos em que vige as taxas de lucro mais elevadas e seu conseqüente rebaixamento a um nível adequado para conter o fluxo de capitais. Dessa maneira, o processo concorrencial produz uma taxa média de lucro, criada em função da taxa de lucro vigente em cada ramo produtivo e do peso relativo desses ramos na determinação da produção global⁶⁰⁶, e que portanto não se determina imediatamente pela efetiva valorização dos capitais individuais⁶⁰⁷.

Como observam diversos críticos da obra de Marx, tais modificações efetivamente negam a “lei do valor”, ou a contraditam, mas de maneira alguma a suprimem. Ao contrário, a contradição existe porque o movimento do capital é realmente contraditório, mas se pode notar que “já que o valor global das mercadorias regula a mais-valia global, e esta, por sua vez, o nível do lucro médio, e portanto da taxa geral de lucro – como lei geral ou como lei que domina as oscilações -, então a lei do valor regula os preços de produção”⁶⁰⁸. “Qualquer que seja o modo como os preços das várias mercadorias são, de início, fixados ou regulados reciprocamente, a lei do valor domina seu movimento”^{609, 610}.

Com base nesses últimos desdobramentos, é possível compreender melhor as novas configurações do processo de negação do trabalho pelo capital. Em um trecho dos *Grundrisse*, lê-se:

O capital, partindo de si mesmo como sujeito ativo, como sujeito do processo (...) se comporta consigo mesmo como valor que se aumenta a si mesmo, isto é, se comporta com a mais-valia como posta e fundada por ele (...). Por isso, ao valor recém produzido já não o mede

lucro” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.30).

⁶⁰⁶ “A taxa geral de lucro é determinada pois por dois fatores: 1) pela composição orgânica dos capitais nas diversas esferas da produção, portanto pelas diferentes taxas de lucro das esferas individuais; 2) pela distribuição do capital social global entre essas diversas esferas, portanto pela grandeza relativa do capital investido em cada esfera particular e, portanto, aplicado a uma taxa de lucro particular: isto é, pela parcela relativa da massa do capital social global que cada esfera particular da produção engole” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.127).

⁶⁰⁷ Essa taxa média de lucro é acrescentada aos *preços de custo* das mercadorias de cada ramo particular da produção, formando o que Marx denominou *preço de produção* (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.123).

⁶⁰⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.140.

⁶⁰⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.138.

⁶¹⁰ Diga-se de passagem que com o exposto é fornecida a chave para a compreensão daquilo que ficou conhecido como o problema da transformação de valores em preços – que não receberá atenção aqui -, que consiste justamente no processo de mistificação capitalista no qual se escamoteia o fundamento do capital, processo em que a essência do sistema contraditoriamente se efetiva mediante sua negação.

por sua medida real, a proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário, senão que o mede por si mesmo, pelo capital, como suposto desse valor⁶¹¹.

Sendo a medida de si mesmo realizada por meio da taxa de lucro, o capital vê a sua parte variável como mero custo de produção, o qual busca a minimizar da maneira que lhe for possível, esforçando-se para eliminar os trabalhadores da produção⁶¹². Desse modo, “O aumento da força produtiva do trabalho e a maior negação possível do trabalho necessário é a tendência necessária do capital (...). A transformação dos meios de trabalho na maquinaria é a realização dessa tendência”^{613 614}.

Quais são os efeitos dessa negação do trabalho? Significa ela uma tendência à diminuição relativa ou absoluta do número de trabalhadores mobilizados pela grande indústria? A resposta não é trivial, pois as variações de ênfase e contexto das distintas passagens das obras marxianas na qual tal questão é abordada ensejam distintas interpretações. Em algumas passagens Marx fala em redução absoluta do número de trabalhadores⁶¹⁵, ou que

... a fórmula da maquinaria é: não a diminuição relativa da *jornada individual de trabalho* – jornada esta que é parte necessária da jornada de trabalho – mas a redução da *quantidade de trabalhadores*, isto é, das muitas jornadas paralelas, formadoras de uma jornada coletiva de trabalho, fundamental à constituição da maquinaria. Em outros termos, uma quantidade determinada de trabalhadores é posta para fora do processo de produção e seus postos de trabalho extintos como sendo, ambos, inúteis à produção de mais-trabalho. *Tudo isso abstraindo da*

⁶¹¹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.278.

⁶¹² E não cabe aqui qualquer crítica moral ao capital, já que, deve-se enfatizar, “o limite da produção capitalista é o lucro do capitalista e de maneira nenhuma a necessidade dos produtores” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.962). Como já propugnava Marx em 1844, nos *Manuscritos de Paris*, cada formação social possui suas próprias “leis morais” (Marx, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 212).

⁶¹³ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.219-220.

⁶¹⁴ “A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas ‘temporário’ (*a temporary inconvenience*), por outro, que a maquinaria só se apodera paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.46). “Trata-se para o trabalhador não somente da eliminação da especialização e da depreciação de sua capacidade de trabalho, mas da eliminação mesma desta parte cuja flutuação é constante e pertencente a ele como sendo sua única mercadoria – a eliminação de sua capacidade de trabalho. Capacidade que se coloca como supérflua ante a maquinaria, seja porque cabe a esta última a realização completa de parte do trabalho, seja porque diminui o número de trabalhadores que assistem diretamente à maquinaria” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)*. In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.107).

⁶¹⁵ Cf. p.115 deste texto.

*eliminação daquelas especializações surgidas mediante a divisão do trabalho de onde resulta, por consequência, uma depreciação da própria capacidade de trabalho*⁶¹⁶.

Aparentemente, o prognóstico apresentado é o da progressiva redução dos trabalhadores nos ramos produtivos em que vige a grande indústria. No entanto, no geral a questão da eliminação do trabalho é tratada em termos de diminuição relativa da força de trabalho, de tal modo que Marx conclui que “esta [é] a tendência da maquinaria: por um lado, a constante expulsão de trabalhadores, seja do interior daquela oficina já mecanizada, seja do interior dos ofícios; por outro, sua constante *reintegração*, posto que a partir de um grau determinado de desenvolvimento da força produtiva, o aumento da mais-valia só se coloca com a elevação simultânea do número de trabalhadores ocupados”⁶¹⁷. Esse movimento de atração e expulsão é característico e representa o constante oscilar da existência do trabalhador^{618,619}.

Efetivamente são estas as duas tendências do capital, de um lado negar o trabalho vivo a ponto de substituí-lo por capital constante e atentar contra sua própria substância, e de outro reabsorvê-la em novos ramos da produção ou em ramos antigos em processo de expansão, pois do contrário a valorização do valor em escala aumentada se faria impossível, e o capital não desempenharia o seu movimento mais essencial. Em todo caso, julgo que isso não significa que tais tendências vão sempre e necessariamente se realizar, e muito menos que isso se dê de maneira mais ou menos harmônica; ao contrário, o movimento contraditório do capital o leva a contrariar suas próprias determinações essenciais, de tal modo que possa haver uma diminuição absoluta da força de trabalho devido à proliferação da grande indústria.

Acerca do destino dos trabalhadores alijados do processo produtivo, também parece haver oscilações. Em trecho das *Teorias...*, assevera Marx que “nada se opõe a que parte do capital-dinheiro fique ociosa e sem emprego, ao mesmo tempo em que baixam os preços dos meios de subsistência em virtude de superprodução relativa, e os trabalhadores desempregados

⁶¹⁶ Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.106, os grifos da última frase são meus.

⁶¹⁷ “Uma tendência lança os trabalhadores no olho da rua e torna a população excessiva; a outra reabsorve-os e aumenta em termos absolutos a escravidão assalariada, e assim está o trabalhador seguindo sempre seu fadário flutuante e dele nunca se livra” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1007).

⁶¹⁸ “Sem dúvida, a longo prazo – o que porém favorece mais os *sucessores dos que foram despedidos* que a estes mesmos – o trabalho liberado em conjunto com a parte liberada da renda (*revenue*) ou do capital tem de achar saída num novo ramo ou na expansão dos antigos” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.995). E “... se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.186).

⁶¹⁹ Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.107.

pelas máquinas são dizimados pela fome”⁶²⁰, ⁶²¹. Mas da mesma forma, em *Maquinaria e Trabalho Vivo*, escrito nessa época, diz ele que “se, por exemplo, de um total de cinquenta trabalhadores, quarenta são postos para fora, nada se opõe inteiramente a que, neste momento, sobre a base de uma nova fase da produção, estes quarenta trabalhadores sejam novamente integrados”⁶²². Uma leitura atenta das últimas passagens transcritas permite ver que Marx não apresenta uma fórmula acabada, uma descrição de processos inelutáveis; ademais, no primeiro trecho ele está a pensar no conjunto dos trabalhadores de uma perspectiva mais ampla, de modo que a ascensão do número absoluto de postos de trabalho pode se dar na próxima geração ou nas gerações subseqüentes de trabalhadores.

Esse tema pode ser abordado no bojo da discussão sobre o conceito de exército industrial de reserva. Nas palavras de Marx, “as máquinas criam sempre população relativa, um exército de reserva de trabalhadores, o que muito acresce o poder do capital”⁶²³, de tal modo que a “acumulação do capital é (...) multiplicação do proletariado” ⁶²⁴. *Necessariamente* tal multiplicação conduz a uma superpopulação, que é produto do processo de produção e converte-se em “alavanca da acumulação capitalista”⁶²⁵, pois este “exército industrial de reserva” – formado por todo trabalhador que se encontra “desocupado parcial ou inteiramente”⁶²⁶ – pertence ao capital e proporciona “às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional”⁶²⁷. Na exposição da lei geral da acumulação capitalista Marx demonstra que o aumento da classe trabalhadora e a condenação de uma parcela desta classe à ociosidade forçada

⁶²⁰ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.994.

⁶²¹ “Mas o absurdo subjacente em Ricardo é este: Os meios de subsistência antes consumidos pelos trabalhadores despedidos [com o avanço da maquinaria] continuam, porém, a existir e estão, como dantes, no mercado. Ademais, seus braços também se encontram no mercado (...) em consequência [esses trabalhadores] encontrarão emprego. / É possível que até um economista como Ricardo nos venha com esta charla arrepiante?” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.993).

⁶²² Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.109.

⁶²³ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.989.

⁶²⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988a, p. 188.

⁶²⁵ “... a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.190).

⁶²⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.197.

⁶²⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988a, p. 200.

“torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual”⁶²⁸, já que, como se viu, o aumento da concorrência entre os trabalhadores, proporcional ao tamanho do exército industrial de reserva rebaixa o valor da força de trabalho, e a abundância de mão-de-obra permite seu deslocamento e mobilização de acordo com a demanda do capital⁶²⁹.

O movimento de valorização preside o desenvolvimento numérico do proletariado, constituindo uma verdadeira “lei populacional”. Nas palavras de Marx,

com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente^{630 631}.

Por fim, cabe lembrar que existem diversos tipos de superpopulação relativa; “abstraindo as grandes formas, periodicamente repetidas, que a mudança das fases do ciclo industrial lhe imprime, de modo que ora aparece agudamente nas crises, ora cronicamente nas épocas de negócios fracos, ela [a superpopulação relativa] possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada”⁶³². No centro da indústria moderna, em função dos ciclos industriais, ora trabalhadores são alijados do processo produtivo, ora atraídos para ele em grau mais elevado do que o anterior; eis a forma líquida do exército industrial de reserva. Por outro lado, no meio agrário, a mecanização costuma expulsar trabalhadores em termos absolutos, ou seja, sem uma correspondente atração de novos contingentes. Isso produz um constante fluxo de migração para as cidades, a superpopulação latente. Por sua vez, a superpopulação estagnada “constitui a parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo

⁶²⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988a, p. 203.

⁶²⁹ “... grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.192).

⁶³⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.191.

⁶³¹ “A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.194). “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200).

⁶³² Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.197-198.

de serviço e mínimo de salário”⁶³³. Por fim, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo”⁶³⁴. Abstraindo vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias”⁶³⁵: primeiro, os “aptos para o trabalho”⁶³⁶; “segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores”; “terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”⁶³⁷.

Sintetizando a discussão, tem-se que

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial⁶³⁸. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui⁶³⁹.

Para concluir essa investigação sobre alguns aspectos da análise marxiana do desenvolvimento histórico do capital, cabe destacar ainda alguns pontos, discutidos pelos autores estudados nesta dissertação. Um deles se refere aos custos de reprodução da fundamental força produtiva da grande indústria que é ciência (e alguns produtos científicos). Como se pode perceber com facilidade, o custo de reprodução de um programa de computador, por exemplo,

⁶³³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.199.

⁶³⁴ “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *faux frais* da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200).

⁶³⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.199.

⁶³⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200.

⁶³⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200.

⁶³⁸ Isso nada tem a ver com a teoria da pauperização crescente do proletariado. Em primeiro lugar, Marx sabia perfeitamente que pauperismo e riqueza são noções relativas; por outro lado, ele propugnava que em períodos de prosperidade do capitalismo a tendência era a melhoria das condições materiais de vida dos trabalhadores, mas em proporção menor do que o enriquecimento dos capitalistas. Daí a idéia de que a situação do proletariado tendia a piorar *relativamente* em relação à classe capitalista. Nas palavras de Marx, “de seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.182).

⁶³⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.200.

tende à zero com o aumento de sua difusão, o que muitos consideram uma violação à lei do valor. Segundo trecho das *Teorias...*, “o produto do trabalho intelectual – a ciência – está sempre muito abaixo do valor. É que o tempo de trabalho necessário para reproduzi-la não guarda em absoluto proporção alguma com o tempo de trabalho requerido pela produção original. Um colegial, por exemplo, pode aprender em uma hora o teorema do binômio”⁶⁴⁰. Já em *O Capital*, lê-se que “o que ocorre com as forças naturais ocorre com a ciência. Uma vez descobertas, a lei do desvio da agulha magnética no campo de ação de uma corrente elétrica ou a lei da indução de magnetismo no ferro em torno do qual circula uma corrente elétrica já não custam um único centavo. Mas, para a exploração dessas leis pela telegrafia etc., é preciso uma aparelhagem muito cara e extensa”⁶⁴¹.

Dessa maneira, Marx analisa a especificidade da ciência, e também do trabalho científico que, como foi visto no segundo capítulo deste texto, tende, por sua natureza, a apresentar resistência à subordinação real capitalista. No entanto, da mesma maneira que é preciso ter claro que as leis do desenvolvimento capitalistas devem ser entendidas como regras gerais, o que possibilita violações ou alterações em alguns casos particulares, não se pode negligenciar a capacidade do capital de superar as barreiras que encontra. Assim, além de subordinar a ciência transformando-a num negócio, produz-se sua escassez – necessária para sua exploração em termos capitalistas – mediante patentes e práticas de sigilo industrial, o que tende a refrear o desenvolvimento científico. Não obstante, não se deve ignorar também os custos efetivos da produção do conhecimento científico, nada desprezíveis, e que geralmente envolvem a utilização de capital constante – máquinas, computadores, etc. - extremamente custoso, que faz diferença na determinação do preço dos produtos científicos.

Outro tema digno de nota é a questão da neutralidade ou não da técnica e da ciência. A maquinaria é apresentada como a forma produtiva mais adequada ao capital, a grande indústria é um meio de extração da mais-valia e opera mediante a aviltante exploração dos trabalhadores, o capital subsume a ciência e a coloca sob seu serviço; de tal modo que não se pode ter dúvida acerca do caráter capitalista da ciência e da técnica. No entanto, Marx é enfático em propugnar a possibilidade de se dar outras utilizações para o sistema de máquinas, que em outra formação social pode deixar de ser meio de escravização para se tornar um fator essencial da emancipação

⁶⁴⁰ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.339.

⁶⁴¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.15.

humana. Em suas palavras, “as máquinas não cessarão de ser agentes da produção social quando, por exemplo, se converterem em propriedade dos trabalhadores associados”^{642,643}. Ademais,

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.^{644 645}.

Da mesma forma como se procedeu em relação à manufatura, é o caso de frisar melhor as contradições que estão postas no desenvolvimento da grande indústria, malgrado todos os avanços advindos no que tange à dominação do capital. Primeiramente, vimos que a consolidação do sistema de máquinas ensejou um extraordinário aumento da extração de mais-valia absoluta e principalmente relativa, mediante a incorporação de novos e expressivos contingentes de trabalhadores ao processo produtivo (crianças e mulheres), que atingiu proporções colossais e sem quaisquer precedentes; a redução do valor da força de trabalho; a ampliação da jornada de trabalho, entre outros fatores. Contudo, como o incessante revolucionamento das forças produtivas, característico da grande indústria, redundou na substituição da força de trabalho pelo capital constante, sobretudo por máquinas cada vez mais

⁶⁴² “Mas se o capital só na máquina e em outras formas de existência material do capital fixo, como estradas de ferro etc. (...) se dá a sua configuração adequada enquanto valor de uso no interior do processo de produção, isso não significa de modo algum que esse valor de uso – a máquina em si – é capital, ou que a sua existência como maquinaria seja igual à sua existência como capital, assim como o ouro não perderia o seu valor de uso como ouro, se ele deixasse de ser dinheiro” (Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.117). “A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixar de ser capital. Do fato de a mercadoria ser a forma mais adequada do valor de uso próprio do capital fixo, não se depreende, de modo algum, que a subsunção na relação social de capital seja a mais adequada e melhor relação social de produção para o emprego da maquinaria” (Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.222). “O valor de uso da lã pertence-lhe por ser lã e não por ser capital. Idem, a operação da máquina a vapor nada tem em comum com sua existência como capital. Prestaria o mesmíssimo serviço se não fosse ‘capital’ e pertencesse não ao senhor da fábrica, mas aos trabalhadores” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1313).

⁶⁴³ Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.396.

⁶⁴⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.54-55.

⁶⁴⁵ “O Dr. Ure, o Píndaro da fábrica automática, descreve-a, por um lado, como ‘a cooperação de diferentes classes de trabalhadores, adultos e menores, que com destreza e diligência vigiam um sistema de máquinas produtivas, que é ininterruptamente posto em atividade por uma força central (o primeiro motor)’, por outro lado, como ‘um enorme autômato, composto por inúmeros órgãos mecânicos e conscientes, agindo em concerto e sem interrupção para a produção de um mesmo objeto, de modo que todos estão subordinados a uma força motriz, que se move por si mesma’. Essas duas formulações não são, de modo algum, idênticas. Numa, o trabalhador coletivo combinado ou corpo social de trabalho aparece como sujeito transcendental e o autômato mecânico como objeto; na outra, o próprio autômato é o sujeito e os operários são apenas órgãos conscientes, coordenados com seus órgãos inconscientes e subordinados, com os mesmos, à força motriz central. A primeira formulação vale para qualquer aplicação possível da maquinaria em grande escala, a outra caracteriza sua aplicação capitalista e, portanto, o sistema fabril moderno. Por isso, Ure também gosta de apresentar a máquina central, da qual parte o movimento, não só como autômato, mas como autocrata” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.38, grifos meus).

produtivas, a base da acumulação é relativamente estreitada, mesmo porque com a produção de máquinas por máquinas se reduz cada vez mais o valor destas, sobretudo se comparado ao valor das ferramentas parciais do período manufatureiro⁶⁴⁶. Tal tendência é contraposta pelo aumento extensivo da produção, mas os limites da valorização do valor não desvanecem, como se revela nas crises de sobreacumulação.

Ademais, apesar do enorme aumento do poder do capital frente à classe trabalhadora, ao reduzi-la à condição de apêndice da produção, ao produzir um gigantesco exército industrial de reserva, e uma massa populacional supérflua ou redundante, com o advento da grande indústria o conflito entre trabalho e capital se torna potencialmente muito mais aberto e declarado⁶⁴⁷, fornecendo aos trabalhadores indícios contundentes acerca da miserabilidade e irracionalidade inerente ao mundo do capital, fortalecendo a tese de que o melhor a fazer é destruir e superar esse modo de produção⁶⁴⁸. Um desses indícios seria, como se viu, a ausência de justificativa técnica para o aprisionamento dos trabalhadores a uma tarefa parcial, e durante uma jornada de trabalho tão extensa, já que na grande indústria existe uma distância abissal entre o volume da produção e a contribuição dos trabalhadores, o que somado à existência de um grande contingente de trabalhadores desocupados, cria as condições para uma brutal redução da jornada de trabalho individual.

Em um trecho bastante famoso de *O Capital*, é dito que

Viu-se como essa contradição absoluta [entre a revolução material da produção e a manutenção de seu fundamento social, a exploração do trabalho pelo capital – G.M.] elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente

⁶⁴⁶ “Quanto menos trabalho ela mesma contém, tanto menos valor agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, tanto mais produtiva é e tanto mais seu préstimo se aproxima do das forças naturais” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.22).

⁶⁴⁷ “Ela destrói todas as formas antiquadas e transitórias, atrás das quais a dominação do capital ainda se esconde em parte, e as substitui por sua dominação direta, indisfarçada. Generaliza, com isso, também, a luta direta contra essa dominação” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.98). “É primeiramente junto à maquinaria que o trabalhador luta de imediato contra a força produtiva desenvolvida pelo capital como sendo aquele princípio antagônico fundado no trabalhador mesmo – o trabalho vivo. A *destruição das máquinas* e a oposição geral, por parte dos trabalhadores, à introdução da maquinaria é a primeira expressão esclarecida de luta contra a produção capitalista desenvolvida, tanto como modo, quanto como meio de produção. Nada há que se assemelhe a isto na cooperação simples e na divisão do trabalho” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.104).

⁶⁴⁸ “... é apenas uma necessidade do modo de produção capitalista que o número de assalariados aumente de maneira absoluta, apesar de sua diminuição relativa. Para ele, forças de trabalho já se tornam supérfluas assim que não for necessário empregá-las diariamente por 12 a 15 horas. *Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto dos trabalhadores, isto é, capacitasse realmente a nação inteira a efetuar toda a produção em menor espaço de tempo, acarretaria revolução*, pois tornaria marginal a maior parte da população. Aqui aparece novamente a barreira específica da produção capitalista, e vê-se que não é de maneira alguma forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e da criação de riqueza, colidindo com este desenvolvimento, a partir de certo ponto. Essa colisão aparece parcialmente nas crises periódicas, oriundas da circunstância de ficar supérflua, no antigo tipo de atividade, ora esta, ora aquela fração da população trabalhadora. Sua barreira é o tempo excedente dos trabalhadores. Não lhe interessa o tempo excedente absoluta que a sociedade ganha. A produtividade só lhe importa quando aumenta o tempo de trabalho excedente da classe trabalhadora e não quando diminui apenas o tempo de trabalho da produção material. Assim, move-se a produção contraditoriamente” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984a, p.198, tradução modificada).

arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmesurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. Esse é o lado negativo. Mas, se a variação do trabalho agora se impõe apenas como lei natural preponderante e com o cego efeito destrutivo de uma lei natural, que se defronta com obstáculos por toda parte, a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam^{649 650}.

Outro indício enfatizado por Marx, e que também diz respeito ao amadurecimento das condições materiais para a construção consciente de uma nova formação social, relaciona-se com a gênese de indústrias monumentais e de enormes conglomerados, em decorrência do processo de concentração e centralização do capital⁶⁵¹. Esse processo amplia o caráter social e cooperativo da produção – uma necessidade técnica da grande indústria –, potencializando assim a contradição entre tal caráter e a apropriação privada dos produtos da grande indústria. Nas palavras de Marx, “se excluirmos desse fato o caráter antagônico que o qualifica no sistema de produção capitalista, que é que expressa esse fato, essa tendência à centralização? Apenas que a produção perde seu caráter privado e se torna processo social não formalmente (...) mas em condições reais”⁶⁵².

Além disso, a incorporação de mulheres e crianças à produção cria as condições para a superação da dominação patriarcal no interior das famílias.

Por terrível e repugnante que agora pareça a dissolução do antigo sistema familiar no interior do sistema capitalista, a grande indústria não deixa de criar, com o papel decisivo que

⁶⁴⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.87-88.

⁶⁵⁰ “O que caracteriza a divisão do trabalho na fábrica é o fato de o trabalho perder aí todo caráter de especialidade. Mas, a partir do momento em que cessa todo desenvolvimento especial, a necessidade de universalidade, a tendência a um desenvolvimento integral do indivíduo começa a se fazer sentir. A fábrica liquida as especializações e o idiotismo do ofício” (Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.134-5).

⁶⁵¹ Concentração de capital, que é o mesmo que a reprodução ampliada do capital, é o processo de aumento dos meios de produção em cada empresa, ou nas mãos dos capitalistas individuais, no bojo da acumulação capitalista; já centralização, processo bastante relacionado ao primeiro, é o processo de concentração de capital nas mãos de cada vez menos capitalistas, ou da absorção de capitais menos competitivos pelos mais competitivos, no interior do processo concorrencial; é a “expropriação de capitalista por capitalista”. São tendências decorrentes do processo açambarcador do capital, que se efetivam mediante a criação de monopólios ou oligopólios, os quais competem entre si de modo ainda mais encarniçado; assim, no capitalismo a concorrência leva à monopolização, e esta ao desenvolvimento da concorrência, sob novas bases. Não é o caso de se falar aqui da importância do sistema de crédito para a concentração e centralização de capital, o qual por um lado possibilita a mobilização de imensas massas de dinheiro que podem viabilizar o investimento em empreendimentos imensos e altamente produtivos - o que tende a significar a falência das empresas existentes menos produtivas -; e por outro contribui para conduzir à bancarrota miríades de empresas insolventes que contraem empréstimos nas instituições creditícias.

⁶⁵² Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1487.

confere às mulheres, pessoas jovens e crianças de ambos os sexos em processos de produção socialmente organizados para além da esfera domiciliar, o novo fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos^{653, 654}.

No mesmo sentido, o movimento avassalador do capital, que grassa todo o orbe, e que tende a submeter tudo à lógica de sua valorização - e ganha novo fôlego com o surgimento do sistema de máquinas -, exige que as necessidades humanas se ampliem exponencialmente, de modo que correspondam à imensa massa de novos produtos que inundam os mercados. Ao submeter a natureza à análise científica e ao produzir um sistema mundial, o que sob a égide do capital implica na destruição ambiental, no surgimento de novas formas de dominação pela “segunda natureza” – a técnica e a ciência que fogem ao controle dos homens e se tornam meios para sua exploração e negação -, na degradação e destruição de um sem-número de culturas; ao fazer tudo isso, são criadas as condições para a superação das limitações nacionais e religiosas, para o controle consciente das formas de reprodução material e espiritual da vida em suas múltiplas possibilidades, para o estabelecimento de uma relação harmônica com a natureza. Em passagens bastante extensas, mas que merecem ser transcritas em toda sua extensão, Marx assevera que

daí a exploração da natureza inteira, para descobrir novas propriedades úteis das coisas; intercâmbio universal dos produtos de todos os climas e países estrangeiros; novas elaborações (artificiais) dos objetos naturais para dar-lhes valores de uso novos. A exploração da Terra em todas as direções, para descobrir novos objetos utilizáveis e novas propriedades de uso dos antigos, como novas propriedades dos mesmos enquanto matérias-primas, etc.; por conseguinte o desenvolvimento das ciências naturais ao ponto mais elevado; igualmente o descobrimento, criação e satisfação de novas necessidades procedentes da sociedade mesma; o cultivo de todas as propriedades do homem social e a produção do mesmo como um indivíduo cujas necessidades se tenham desenvolvido ao máximo possível, por ter numerosas qualidades e relações; sua produção como produto social o mais pleno e universal possível (...) constitui dessa forma uma condição da produção fundada no capital (...). Pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para o homem, em coisa puramente útil, cessa-se de reconhecê-la como poder para si; inclusive o reconhecimento teórico de suas leis autônomas aparece somente como artimanha para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção. O capital, conforme esta sua tendência, passa também por cima das barreiras e preconceitos nacionais, assim como sobre a divinização da natureza; liquida toda a satisfação tradicional, complacente e encerrada dentro de limites estreitos, das necessidades existentes, e a reprodução dos velhos modos de vida. Opera destrutivamente contra tudo isto, é constantemente revolucionário^{655, 656}.

⁶⁵³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.89.

⁶⁵⁴ “É igualmente óbvio que a composição do pessoal coletivo do trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos grupos etários — embora em sua forma capitalista espontaneamente brutal, em que o trabalhador comparece para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador —, fonte pestilenta de degeneração e escravidão, tenha, sob circunstâncias adequadas, de converter-se inversamente em fonte de desenvolvimento humano” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.89).

⁶⁵⁵ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.361-362.

Trechos como este fomentaram a idéia, polêmica, do caráter revolucionário do capital, de sua “função histórica” na preparação do terreno para o florescimento de uma sociedade emancipada⁶⁵⁷. Muitos críticos acusam Marx de impor um finalismo fatalista ou uma teleologia histórica, concebendo o comunismo como uma consequência inevitável do capitalismo. O fato é que Marx concebia esse modo de produção como um momento histórico imprescindível para a construção do comunismo⁶⁵⁸, mas tal feito não seria de maneira alguma uma decorrência imediata do desenvolvimento capitalista; ao contrário, seria uma tarefa histórica a ser cumprida pela classe trabalhadora, que para tanto deveria compreender o funcionamento do modo de produção capitalista e se organizar de múltiplas formas de modo a fortalecer sua posição na guerra de classes.

O tema é cheio de nuances. A crítica de Marx ao capitalismo é tão profunda e incisiva – ele o considera um momento histórico no qual se dá o “completo esvaziamento” do homem, sua “alienação total”, e o “sacrifício da auto-finalidade”, afora todas as demais atrocidades e violências que fundamentam o mundo do capital – que há quem considere Marx um nostálgico, ou um reacionário, um idealizador das formações sociais pretéritas, que almejaria um retorno a elas. A tais críticos o próprio Marx responde assim: “nos estágios de desenvolvimento precedentes, o indivíduo se apresenta com maior plenitude precisamente porque não elaborou ainda a plenitude de suas relações e não as pôs frente a ele como potências e relações sociais

⁶⁵⁶ Sobre o caráter revolucionário do capital, vale citar uma passagem bastante conhecida do *Manifesto Comunista*, que diz: “[A burguesia] Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus ‘superiores naturais’, sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível ‘em dinheiro’. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma *determinada liberdade*, a de comércio. Em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca” (Marx, K. e Engels, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.10).

⁶⁵⁷ Nesse sentido, diz Marx que quando do cumprimento dessa “função histórica” do capital, o desenvolvimento das forças produtivas terá alcançado “um ponto tal que a posse e conservação da riqueza geral por uma parte exigem tão somente um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira, e que por outra a sociedade trabalhadora se relaciona cientificamente com o processo de reprodução progressiva, de sua reprodução em plenitude cada vez maior: por conseguinte, cessou de existir o trabalho no qual o homem faz o que pode lograr que as coisas façam em seu lugar (...) Enquanto esforço incessante na direção da forma geral da riqueza, o capital impulsiona o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da individualidade rica que é universal tanto na sua produção como no consumo, e cujo trabalho por isso não aparece mais como trabalho, mas como pleno desenvolvimento da própria atividade, na qual desaparece a necessidade natural na sua forma imediata; porque em lugar dela aparece uma necessidade histórica” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.266, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.145).

⁶⁵⁸ “... tampouco há dúvida de que a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem estão na contradição mais diametral com tais fermentos revolucionários e seu objetivo, a superação da antiga divisão do trabalho. O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.88).

autônomas. É tão ridículo sentir nostalgia daquela plenitude primitiva como crer que é preciso deter-se neste esvaziamento completo”⁶⁵⁹, ⁶⁶⁰.

Dessa maneira, apesar de passagens isoladas de Marx fornecerem fortes argumentos para ambos os grupos de críticos, a perspectiva de sua obra desmente a ambos: ele critica radicalmente todas as formações sociais até então existentes, como formas limitadas, brutalizantes e alienantes, marcadas pela exploração da maioria da população e caracterizadas por distintas formas de dominação e violência. Por meio de uma profunda análise da história, sobretudo do modo de produção capitalista, *negativamente* Marx logra vislumbrar as potencialidades de superação dessa pré-história da humanidade, ou dessa história natural, e sugerir a construção de um modo de produção verdadeiramente racional e livre⁶⁶¹. Seu procedimento é crítico. Ele jamais fornece “receitas para a cozinha do futuro”, imaginando doutrinas ou modelos para a nova sociedade. Ademais, malgrado os limites imanentes do capital, Marx concebe a construção de uma nova sociedade como um resultado *possível* – a alternativa seria o aprofundamento da barbárie e mesmo a destruição da humanidade - do desenvolvimento de um movimento operário amplo e organizado, o qual com sua prática teórica e militante ele tentava impulsionar e fortalecer. Do contrário, considerasse ele que o comunismo fosse um desdobramento natural do movimento do capital, evidentemente não teria aberto mão de tantas

⁶⁵⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.90.

⁶⁶⁰ “A antiga visão em que o homem, qualquer que fosse a sua determinação limitada nacional, religiosa, aparece sempre como a finalidade da produção, parece ser muito elevada diante do mundo moderno, em que a produção aparece como finalidade do homem e a riqueza como finalidade da produção. Mas, de fato, *se a forma limitada for retirada*, que é a riqueza senão a universalidade das *necessidades, capacidades, gozos, forças produtivas etc. dos indivíduos, criada no intercâmbio universal*, o pleno desenvolvimento da *dominação humana* sobre as forças naturais, tanto da assim chamada natureza como da sua própria natureza? A *elaboração absoluta* de suas disposições criadoras sem outra pressuposição que não a do desenvolvimento histórico anterior, que transforma em auto-finalidade essa totalidade do desenvolvimento, isto é, do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, não mensuradas por nenhuma medida *preestabelecida*, na qual ele não se reproduz numa determinidade mas produz a sua própria totalidade? Na qual ele não procura permanecer em algo que veio a ser, mas está no *movimento absoluto do devir*? Na economia burguesa e na época que lhe corresponde – essa plena elaboração da interioridade humana aparece como completo esvaziamento, essa objetivação universal aparece como alienação total, e o dilaceramento de todas as finalidades determinadas unilaterais como sacrifício da auto-finalidade sob finalidades totalmente externas” (Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.140-41).

⁶⁶¹ Cabe um pequeno comentário acerca dessa diferenciação entre “história natural” ou “pré-história” da humanidade, e história propriamente dita, os quais se relacionam às noções de “necessidade natural” e “necessidade histórica”. O termo natural se refere aquilo que é dado, imediato, aquilo que é um produto humano que foge ao controle consciente de seu criador; ao passo que o termo histórico é seu antônimo, referindo-se a todo tipo de atividade humana que resulta de um planejamento consciente por parte de “homens livremente socializados”. Tal diferenciação nos remete a um elemento central da concepção de história de Marx (elemento este que, diga-se de passagem, foi apropriado criticamente de Moses Hess, já em 1844): à divisão entre a história e a pré-história humana, a primeira relacionando-se à época em que *todos* os homens têm controle consciente do processo de produção e reprodução de suas vidas, e que corresponderia a uma sociedade emancipada a qual só poderia surgir mediante uma superação do capitalismo através de um processo revolucionário; e a última relacionada às épocas nas quais as atividades humanas foram heterodeterminadas, resultando das mais diversas formas de coerções “externas”, o que valeria para todas as formações sociais que precedem o advento da sociedade emancipada. Cf. Marx, K. *Prefácio de 1859 (à obra Para a Crítica da Economia Política)*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982b, p.52-53, e diversas passagens dos Manuscritos de 1844 (Marx, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993).

horas de sono e despendido tantas energias estudando e produzindo as dezenas de milhares de páginas que escreveu, bem como fazendo agitação política, articulações, criando organizações como a Associação Internacional dos Trabalhadores, entre outras atividades.

Marx acreditava que o fortalecimento dos trabalhadores enquanto classe tornaria possível o advento de uma nova fase histórica – ou da história propriamente dita, da “história histórica” –; uma era em que se produziria uma “individualidade rica” e plena, em que as “necessidades perderiam seu caráter natural”, dado, cego, inconsciente e incontrolado, em que se daria o “desenvolvimento das faculdades humanas” em suas várias (potenciais) dimensões e direções, em que o homem se produziria coletivamente como síntese de suas múltiplas possibilidades, como totalidade em incessante devir. Para tanto, far-se-ia necessário romper com os ditames do capital e ressignificar aspectos fundamentais da vida; com destaque para o tempo, imprescindível para a fruição dos produtos humanos, para o ócio, para a realização de atividades livres, de cunho artístico e científico, para a vivência coletiva e solidária. O tempo perderia seu caráter abstrato e opressor – cujo modelo é o tempo vazio do relógio, da produção capitalista -, e ganharia novos conteúdos, nova substância, tornando-se um tempo propriamente humano.

O *tempo de trabalho*, mesmo anulando-se o valor de troca, permanece sempre a substância criadora da riqueza e a medida do *custo* que sua produção exige. Mas o tempo livre, o *tempo disponível*, é a própria riqueza – quer para fruir o produto, quer para a atividade livre, atividade que não é determinada como o trabalho pela coerção de um objetivo externo que é mister atingir e cuja realização é necessidade ou dever social, como se queira⁶⁶².

Esse tempo substantivo⁶⁶³ seria, portanto, numa sociedade emancipada, a “verdadeira riqueza”.

Mas é preciso distinguir entre o tempo dedicado à produção material, às necessidades mais imediatas, e o tempo efetivamente livre. Em *O Capital*, quando aborda-se o comunismo, faz-se uma separação bem nítida entre dois “reinos”, o da necessidade e o da liberdade. No primeiro, no espaço da produção material, os homens são invariavelmente premidos pelas suas necessidades vitais fundamentais; não obstante, seu caráter é bastante distinto do trabalho capitalista, já que são os indivíduos que planejam, controlam e executam a produção coletivamente, dando fim à sua submissão às coisas, aos produtos de sua labuta, e organizando suas atividades laborais de maneira a torná-las o menos penosas possível, e ocupando o menor espaço possível dentro de seu cotidiano. O reino da liberdade, ao contrário, caracteriza-se pela

⁶⁶² Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1306.

⁶⁶³ O “tempo que não é absorvido por trabalho de imediato produtivo, mas para fruir, para lazer, de modo que permite atividade e desenvolvimento livres. O tempo é o *espaço* para o desenvolvimento das faculdades etc.” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1305).

ausência de qualquer tipo de coerção, venha ela também do estômago ou da fantasia; é o espaço do desenvolvimento individual, da realização de atividades artísticas e científicas, da plena edificação do indivíduo verdadeiramente coletivo.

[No comunismo] a riqueza real da sociedade e a possibilidade de constante expansão de seu processo de produção não depende, portanto, da duração do mais-trabalho, mas de sua produtividade e das condições mais ou menos ricas de produção em que ela transcorre. O reino da liberdade só começa na realidade *lá onde cessa o trabalho que é determinado pela carência e a finalidade externa*; conforme a natureza da coisa, ele fica assim além da produção *propriamente material*. Assim como o selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com o seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades. Mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo de emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele começa desenvolvimento humano de forças, que vale como seu próprio fim, *o verdadeiro reino da liberdade*, que entretanto só pode florescer sobre aquele *reino da necessidade* [que é] como sua base. *A redução do tempo de trabalho é condição fundamental*⁶⁶⁴.

Nos *Grundrisse* as idéias apresentadas acima também aparecem, mas com algumas variações que cabe mencionar. Apesar de distinguir entre o espaço do trabalho material e das atividades livres – por exemplo quando trata do princípio econômico fundamental da sociedade realmente coletivizada, dizendo que “economia de tempo e repartição planificada do tempo de trabalho entre os distintos ramos da produção resultam sempre a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva”⁶⁶⁵, ⁶⁶⁶ -, Marx, em certos momentos, ao discernir entre o trabalho realizado sob o domínio do capital e o trabalho depois de sua superação - dá a entender que seria possível converter as atividades laborais em atividades livres.

Que o indivíduo (...) tenha também necessidade de uma porção normal de trabalho e de supressão do repouso parece totalmente estranho a A. Smith. Sem dúvida a própria medida do trabalho parece dada externamente, através do objetivo a alcançar e através dos obstáculos que, para alcançá-lo, [é preciso] vencer pelo trabalho. Mas que essa superação de obstáculos é em si exercício da liberdade – e além disso que os fins externos sejam despojados da aparência de mera necessidade externa e postos como fins que o próprio indivíduo põe – e assim [sejam postos]

⁶⁶⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986, p.273, tradução modificada com base em Fausto, p.128.

⁶⁶⁵ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.101.

⁶⁶⁶ “Uma vez suposta a produção coletiva, a determinação do tempo, como é óbvio, passa a ser essencial. Quanto menos é o tempo que necessita a sociedade para produzir trigo, gado, etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Igualmente que para um indivíduo isolado, a plenitude de seu desenvolvimento, de sua atividade e de seu gozo depende da economia de seu tempo. *Economia de tempo: a isto se reduz finalmente toda a economia*” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.101, grifos meus).

como auto-realização, auto-objetivação do sujeito, por isso como liberdade real, cuja ação é precisamente o trabalho, A. Smith tampouco pressente^{667, 668}.

Talvez as dificuldades para interpretar esse tipo de passagens residem no fato de Marx manter o termo “trabalho” para designar o conjunto das atividades humanas após a destruição do modo de produção capitalista. Existem trechos dos *Grundrisse* em que Marx aventa a possibilidade de uma espécie de liberdade absoluta no comunismo, o que está em contradição com outras passagens da mesma obra⁶⁶⁹. Assim, a abordagem de *O Capital* parece mais precisa e rigorosa, ao estabelecer de maneira incontestável as diferenciações entre o âmbito da produção e o das atividades livres, as quais Marx resiste denominar de trabalho.

Convém destacar ainda outros aspectos do movimento de expansão da grande indústria. Apesar de ser contemporâneo dos primórdios da grande indústria, Marx a concebia como a forma dominante da produção capitalista, a qual progressivamente se espalharia para os distintos ramos produtivos. “O princípio da produção mecanizada — analisar o processo de produção em suas fases constitutivas e resolver os problemas assim dados por meio da aplicação da mecânica,

⁶⁶⁷ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.143-144.

⁶⁶⁸ “[Segundo Adam Smith] um quantum determinado de trabalho para o trabalhador (...) é quantitativamente *sacrifício* da mesma grandeza (...). ‘Quantidades iguais de trabalho devem ter um valor igual para aquele que trabalha, em todos os tempos e lugares (...) ele deve dar sempre a mesma porção do seu repouso, da sua liberdade, e da sua felicidade’⁶⁶⁸ (...). Você deve trabalhar com o suor do teu rosto! Foi a maldição que Jeová transmitiu a Adão. E [é] assim, como maldição, [que] A. Smith considera o trabalho. O ‘repouso’ aparece como a situação adequada, como idêntico à ‘liberdade’ e à ‘felicidade’” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.143). “Sem dúvida ele tem razão de que na forma histórica do trabalho, como trabalho escravo, trabalho assalariado, o trabalho é sempre repulsivo, aparece sempre como *trabalho coercitivo externo* e diante dela o não-trabalho [aparece] como ‘liberdade e felicidade’. Trata-se de duas coisas: desse trabalho contraditório, e o que é conexo, do trabalho que ainda não criou as condições subjetiva e objetiva (ou ainda, diante da condição pastoral etc., que as perdeu) para que o trabalho seja trabalho atrativo, auto-realização do indivíduo, o que não significa que ele se torne puro prazer, pura diversão, como o concebe, de modo ingênuo, Fourier, à maneira de uma ‘grisette’” (Marx citado Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.144). “Trabalho efetivamente livre, por exemplo, compor, é ao mesmo tempo a coisa mais danadamente séria, o esforço mais intensivo. O trabalho da produção material só pode receber esse caráter, através do fato de que: 1) O seu caráter social seja posto, 2) que ele seja de caráter científico e igualmente trabalho universal, não esforço do homem como força natural treinada de um modo determinado, mas como sujeito que aparece no processo de produção não como mera forma natural, [forma] que cresce naturalmente, mas como atividade que rege todas as forças naturais. De resto, A. Smith pensa só nos escravos do capital. Por exemplo, mesmo o trabalho semi-artístico da Idade Média não deve ser colocado sob essa definição” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.119-120, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.144).

⁶⁶⁹ “Ao contrário do que quer Fourier, o trabalho não pode tornar-se brincadeira, mas a aquele cabe o grande mérito de ter assinalado que o fim último não era abolir a distribuição, senão o modo de produção, inclusive a sua forma superior. O tempo livre – que tanto é tempo para o ócio como tempo para as atividades superiores – transformou a seu possuidor, naturalmente, em outro sujeito, no processo imediato da produção. É este por sua vez disciplina – considerado com respeito ao homem que vem-a-ser – e exercício, ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora – com respeito ao homem que já veio-a-ser, em cujo intelecto está presente o saber acumulado da sociedade. Para ambos, o trabalho, na medida em que exige atividade manual e liberdade de movimentos, é por sua vez exercício” (Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.237).

da química etc., em suma, das ciências naturais — torna-se determinante por toda parte. A maquinaria força portanto sua entrada ora neste ora naquele processo parcial das manufaturas”⁶⁷⁰.

Entretanto, a grande indústria também convive com outras formas de produção, estabelecendo com elas várias articulações, nas quais é sempre predominante. Não se pode, por exemplo, compreender a indústria domiciliar independentemente dos movimentos da grande indústria. “Essa assim chamada moderna indústria domiciliar nada tem em comum, exceto o nome, com a antiga, que pressupõe artesanato urbano independente, economia camponesa autônoma e, antes de tudo, uma casa da família trabalhadora. Ela está agora transformada no departamento externo da fábrica, da manufatura ou da grande loja”⁶⁷¹. Além disso, com o predomínio do sistema de máquinas, as manufaturas também passam a empregar máquinas, sem perder seu caráter manufatureiro; “as manufaturas posteriores, que se desenvolvem tendo por base a própria máquina, tomam-na por pressuposto, ainda que o emprego da maquinaria tenha uma dimensão apenas parcial”⁶⁷².

Existem produtos e processos produtivos que por sua própria natureza dificultam o desenvolvimento da grande indústria, aqueles que constituem a chamada “manufatura heterogênea”. Os exemplos usados por Marx foram o do relógio e o da carruagem, mas poderíamos atualizar a lista acrescentando o dos automóveis, dos eletrodomésticos, algumas das indústrias mais importantes do século XX. Desse modo, como destaca Benedito Moraes Neto em diversos textos⁶⁷³, pode-se explicar um fenômeno da história recente do capital: o fato de que algumas indústrias se organizam ou se organizaram nesse período, de modo “extemporâneo”, sob uma base manufatureira. Isso nos permite questionar alguns dogmas relativos ao desenvolvimento do capital no último século, sobretudo no que tange ao papel e ao caráter do chamado taylorismo-fordismo.

Com raríssimas exceções, o taylorismo-fordismo é considerado como uma “fase” do desenvolvimento capitalista, que se estenderia do início do século XX até a década de 1960, aproximadamente - momento em que seria destituída de seu posto pelo toytismo-ohnoísmo -; e consistiria em um desenvolvimento direto das análises de Marx sobre a grande indústria⁶⁷⁴.

⁶⁷⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol.I, tomo II, p.69.

⁶⁷¹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol.I, tomo II, p.69.

⁶⁷² Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.105.

⁶⁷³ Cf. bibliografia desta dissertação.

⁶⁷⁴ Por exemplo, Coriat afirma que “tudo o que Marx anuncia em relação às características especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento de tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção), o

Segundo a sua compreensão hegemônica, o taylorismo ou o método da “gerência científica”, surgido na virada do século XIX para o século XX, consistiria num método de controle e desenvolvimento da organização e execução do trabalho, com vistas à lograr aumentos de produtividade e a promover a quebra da resistência dos trabalhadores a uma exploração mais intensa, sendo que a principal inovação taylorista consistiu no rigoroso controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores, no interior do processo de trabalho. Segundo a análise de Braverman, nesse aspecto amplamente aceita, “logicamente, o taylorismo pertence à cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho, e não ao desenvolvimento da tecnologia, no qual seu papel foi mínimo”⁶⁷⁵. E da perspectiva estrita dos processos produtivos, o fordismo é um desenvolvimento do taylorismo, como propugnam alguns teóricos da escola da regulação⁶⁷⁶. Dessa forma, a base do taylorismo-fordismo é o trabalho vivo e a divisão do trabalho, como demonstra o próprio Ford⁶⁷⁷, o que destoa da ênfase que o conceito marxiano de grande indústria concede aos meios de produção, como se demonstrou fartamente. O taylorismo-fordismo teria como objetivo fundamental superar os limites que o estofo subjetivo da produção lhe impunham ainda sobre uma base manufatureira. Nas palavras de Moraes Neto, “pela via taylorista, busca-se *objetivar o fator subjetivo*, o trabalho vivo”⁶⁷⁸.

realiza Taylor, ou mais exatamente, lhe dá uma extensão que até então não havia tido” (Coriat citado por Moraes Neto, B.R. Observações sobre os *Grundrisse* e a História. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia - MG. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, p.3). Já Tauile diz que “A título meramente de ironia, parece que Taylor tinha lido Marx e aplicou suas idéias a favor do desenvolvimento capitalista” (Tauile citado por Moraes Neto, B.R. Observações sobre os *Grundrisse* e a História. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia - MG. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, p.20).

⁶⁷⁵ Braverman, H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p.82.

⁶⁷⁶ “... o fordismo abraça os princípios do taylorismo e os coloca mais efetivamente em prática, para obter uma intensificação ainda maior do trabalho”; e “[o fordismo] aprofundou o taylorismo no processo de trabalho” (Aglietta citado por Moraes, Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.35). “Ford, mediante a introdução da cadeia de montagem, leva a cabo um desenvolvimento criador do taylorismo que o leva – do ponto de vista do capital – a uma espécie de perfeição” (Coriat citado por Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.36).

⁶⁷⁷ Segundo Ford, “Os princípios de montagem são: 1º) Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação, de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase. 2º) Empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que isto foi possível. 3º) Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuem a distâncias convenientes. / O resultado dessas normas é a economia de pensamento e a redução ao mínimo dos movimentos do operário, que, sendo possível, deve fazer sempre uma só coisa com um só movimento” (Ford citado por Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.47-8). Da mesma maneira, relata Ford sobre “a primeira aplicação de uma rede de montagem”, numa produção de magnetos: “Um operário, executando todas as operações, conseguia montar, num dia de 9 horas, 35 a 40 magnetos, o que dava 25 minutos para cada peça. Esse trabalho de um homem foi distribuído entre 29 operários, o que reduziu o tempo da montagem a 13 minutos e 10 segundos. Em 1914 elevamos de 8 polegadas a altura da rede e o tempo de montagem caiu a 7 minutos, novas experiências sobre a rapidez do movimento [resulta que o] operário faz hoje quatro vezes mais do que antes. A montagem do motor, confiada antigamente a uma só pessoa, hoje é feita por 84, com um rendimento três vezes maior” (Ford citado por Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.48-9).

⁶⁷⁸ Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.34.

Cabe ressaltar ainda que o taylorismo-fordismo não se desenvolveu na indústria têxtil, na indústria siderúrgica⁶⁷⁹ e tampouco na indústria química, entre outras. A primeira constituía o modelo da produção realizada pelo sistema de máquinas à época de Marx, tendo servido de base às suas análises; a segunda se estruturou sobre essa base já no final do século XIX, e a terceira algum tempo depois, assim como diversas outras indústrias conhecidas como de “processo contínuo”. Dessa maneira, a concepção que apresenta o taylorismo-fordismo como genérico, como um todo abrangente, é bastante problemática.

Salta à vista a semelhança entre a figura do trabalhador fordista encenado por Chaplin em *Tempos Modernos* e a descrição de Marx do trabalhador da manufatura, o trabalhador-máquina que repete incessantemente os mesmos movimentos simples; o trabalhador parcial, mutilado, degradado, que mobiliza suas ferramentas também parciais e intervém nos objetos de trabalho com seus músculos, nervos, cérebros, mãos, etc., amoldados e condicionados a realizar a mesma atividade da maneira mais intensa e acelerada possível; o trabalhador “virtuosi” em sua função bestial, e incapaz de realizar qualquer outra.

Não é meu propósito minimizar a importância do advento do taylorismo-fordismo – que possuem “n” outras dimensões que não foram mencionadas⁶⁸⁰ –, a qual se deve não somente à extensão em que vigorou, e a importância econômica das indústrias de que se apossou, mas aos diversos impactos que teve no estabelecimento dos pactos entre trabalho e capital imprescindíveis para a estruturação do Estado de Bem-Estar Social no centro do capitalismo e do Estado Desenvolvimentista na periferia e para as principais políticas estatais que foram levadas a cabo à época; para a organização operária do período – mormente a gigantesca estrutura partidária e sindical que se criou – que como vimos, é influenciada de múltiplas maneiras pela base produtiva; entre outros.

⁶⁷⁹ Como analisa K. Stone, ‘Diferentemente das inovações anteriores na fabricação do aço, a mecanização dos anos 1890 transformou as funções envolvidas na produção do aço. As qualificações tradicionais de aquecimento, desbaste, alimentação manual de perfis e laminação foram incorporadas às novas máquinas. As máquinas também movimentavam as matérias-primas e os produtos através da indústria. Conseqüentemente, o novo processo não requeria nem os trabalhadores pesados nem os oficiais altamente qualificados do passado. Ao invés disso, requeria trabalhadores para operar as máquinas, para alimentá-las, para vigiá-las, para fazê-las iniciar e terminar sua atividade. Uma nova classe de trabalhadores foi criada para realizar essas tarefas, uma nova classe de operadores de máquinas conhecidos como ‘semiqualiificados’” (Stone citado por Moraes Neto, B.R. Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 32).

⁶⁸⁰ Como, por exemplo, defende David Harvey: “O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p.121). E “os novos métodos de trabalho (fordistas) são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida” (Harvey, 1992, p.121).

O que pretendo destacar é que a perspectiva de Marx de modo algum é negada por esse desenvolvimento histórico, seja porque sua obra abre brechas para esse tipo de desdobramento, seja porque a grande indústria posteriormente se apossou desses ramos produtivos, após o advento da microeletrônica, da informática e da robótica.

5.1. A polêmica passagem dos Grundrisse.

Como a maior parte da obra de Marx, os *Grundrisse*, não foram preparados para publicação, e só vieram a público muito tempo depois de sua redação, em 1939, em Moscou (e reeditados em Berlin, em 1953). A sua extensão e complexidade, bem como o fato de se tratar de um “esboço”, certamente não contribuiu para sua difusão, mesmo quando o texto se tornou mais acessível. Entretanto, alguns exegetas foram atraídos por ele, e já na década de 1950, algumas páginas - do final do sexto caderno e início do sétimo caderno – tiveram destaque, tornando-se base de grandes polêmicas. Não por coincidência são as mesmas páginas que hoje amparam as reflexões acerca da “pós-grande indústria” e do “trabalho imaterial”.

Não é o meu escopo resgatar esse longo debate, mas como julgo que boa parte das controvérsias (e até mesmo da “mistificação”) decorreu da deconsideração em relação a uma leitura mais atenta dessa passagem dos *Grundrisse*, e tendo em vista o deletério e recorrente “hábito” de se transcrever pequenos períodos e parágrafos isolados dela, que adquirem um efeito bombástico quando apartados do conjunto do texto, irei inicialmente me dedicar a uma apresentação e comentário da referida passagem, propondo uma interpretação própria.

Nas (aproximadamente) dez páginas dos *Grundrisse* que irei analisar, em linhas muito gerais Marx expõe, de modo um tanto fragmentado, o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo, apresentando sucintamente seu movimento fundamental – a valorização do valor – e suas principais características na fase da grande-indústria. Caso se limitasse a isso, o texto não despertaria maiores interesses, no entanto, o que ele introduz como “novidade” (em relação ao *Capital*), são as considerações de Marx acerca da superação daquela contradição; ou melhor, acerca do momento em que ela não mais existe. A dificuldade de compreensão desse texto reside justamente no fato de que a exposição desses dois momentos – do funcionamento contraditório

do modo de produção capitalista, e da sociedade posta pela superação daquela contradição – é feita de modo “concomitante”.

Começarei com uma famosa e amplamente citada passagem dos *Grundrisse*:

O capital é ele próprio a contradição em processo [ou em movimento], porque ele reduz o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, por outro lado, o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza. Por isso, ele reduz o tempo de trabalho na forma do tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma do tempo excedente; por isso põe o tempo excedente, em medida crescente, como condição – questão de vida ou morte – para o trabalho necessário. Por um lado conjura todas as forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza relativamente independente do trabalho empregado nela. Por outro lado, ele quer usar o tempo de trabalho como unidade de medida para as gigantescas forças sociais, assim criadas, e as conter nos limites exigidos para manter como valor o valor já criado⁶⁸¹. As forças produtivas e as relações sociais – ambos lados diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem só como meio, e para ele só são meio para produzir a partir de sua base limitada. Na realidade, são entretanto condições materiais para fazê-lo explodir⁶⁸².

Nesse trecho, vemos enfatizada a preponderância do capital, que subsume “o indivíduo social” ao seu movimento de valorização do valor, reduzindo-os a “mero meio” ou a momento desse processo. Assim, o capital é um fim em si, que açambarca e mobiliza tanto as “forças produtivas” quanto “as relações sociais” de modo a se repor de maneira ampliada. Entretanto, esse movimento não se desenrola sem conflitos; ao contrário, ele é contraditório. Esse mesmo capital que tem como substância o trabalho abstrato, e que reduz o trabalho vivo a um momento necessário de seu movimento (à forma capital variável), move-se no sentido de excluí-lo do processo produtivo, relativamente ao montante total de capital. Em outras palavras, à medida que o capital se desenvolve, e para desenvolver-se, ele promove um alijamento relativo do trabalho vivo do processo produtivo através do revolucionamento das forças produtivas (logrado com a instrumentalização “das forças da ciência e da natureza assim como a combinação social e do intercâmbio social”), num impulso para reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo de trabalho excedente e para baratear os custos da produção, de modo a lograr lucros extraordinários. Mas ao fazê-lo, ele atenta contra a sua própria existência, já que o tempo de trabalho é justamente a “única medida e fonte do valor”. A afirmação de que a força produtiva e as relações sociais são “condições materiais” para fazer o capital “explodir”, significa que um

⁶⁸¹ “Já postos anteriormente como sendo momentos diferenciados, é possível verificar como o capital de fato - contra a sua vontade – faz diminuir a massa de mais-trabalho que um capital determinado é capaz de produzir. Atuando como tendência que se movimenta contraditoriamente, ele procura manter baixo o número relativo de trabalhadores efetivamente ocupados e, ao mesmo tempo, elevar o *quanto for possível o mais-trabalho absoluto*, ou seja, aumentar a jornada de trabalho absoluta” (Marx, K. *Maquinaria e Trabalho Vivo* (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, no 1. Campinas: Brasiliense, 1994, p.107).

certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, e do intercâmbio material, cultural, etc., constituem um pressuposto para a superação do capitalismo⁶⁸³ (e logo veremos que Marx não tem em vista uma superação do capitalismo que se dá em qualquer direção, mas sim rumo a uma sociedade emancipada).

Na mesma direção do parágrafo citado anteriormente, encontramos o seguinte:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado – isto é, a posição do trabalho social na forma da contradição do capital e do trabalho assalariado – é o desenvolvimento essencial da *relação de valor* e da produção baseada no valor. Sua pressuposição é – *e permanece* – a massa de tempo de trabalho direto, a quantidade de trabalho empregado, como o fator determinante na produção de riqueza. Mas na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de *riqueza efetiva* passa a depender menos do tempo de trabalho e do montante de trabalho empregado do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, cuja própria ‘poderosa eficácia’ não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende antes do estado geral da ciência e do progresso tecnológico, ou da aplicação da ciência na produção⁶⁸⁴.

Nesse trecho, também se explicita que a contradição entre o capital e o trabalho está inexoravelmente *na base* do modo de produção capitalista, e que a acumulação de riqueza é o movimento fundamental desse sistema. Não obstante, Marx introduz uma distinção entre riqueza – em uma palavra o valor que se valoriza –, e riqueza efetiva – os valores de uso, um pressuposto da riqueza, do valor, mas que é absolutamente subordinado a ele. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo, a produção de valores de uso “passa a depender menos do tempo de trabalho e do montante de trabalho empregado do que no poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho”, e esse poder dos agentes “depende (...) do estado geral da ciência e do progresso tecnológico”. Ou seja, aquela situação em que o trabalho imediato despendido era o fator determinante no processo produtivo torna-se cada vez mais longínqua, sendo substituída por uma outra em que o montante (relativo) do trabalho imediato é cada vez menor, ao mesmo tempo em que a produção de valores de uso é incrivelmente maior, em função do desenvolvimento das forças produtivas, o qual se relaciona diretamente com o nível de desenvolvimento da ciência.

Eis ainda um outro trecho em que Marx aborda as mesmas questões:

⁶⁸² Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.229, e Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.706.

⁶⁸³ Idéia já apresentada em 1845-46 – ver Marx, K. e Engels, F. *La Ideologia Alemana*, Barcelona: Ed. Grijalbo. 1970, p. 36-37 –, e reafirmada em diversos momentos, dos quais o mais conhecido é *O Manifesto Comunista*, de 1848 – ver, por exemplo, Marx, K. e Engels, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 9-14, 20.

⁶⁸⁴ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.227-228; Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.704-5, segundo e terceiro grifos meus.

... apesar de si mesmo, [o capital] serve de instrumento para criar as possibilidades do tempo disponível em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e tornar livre o tempo de todos para o desenvolvimento de todos. Porém, a tendência do capital é sempre, de um lado, *criar tempo disponível e, de outro, convertê-lo em mais-trabalho*. Se logra grande êxito no primeiro objetivo, experimenta uma superprodução; o trabalho necessário será interrompido, pois *o capital não pode realizar mais-trabalho algum*⁶⁸⁵.

Novamente, encontramos a ênfase no caráter contraditório do capitalismo; ao mesmo tempo em que ele subordina tudo e todos a sua reposição e ao seu agigantamento, ele abre a possibilidade de sua destruição, pois, repetimos, o desenvolvimento das forças produtivas e do intercâmbio social é pressuposto material para o advento de uma sociedade pós-capitalista. Além disso, aparece aí a necessidade (relativa) da crise de superacumulação⁶⁸⁶, como resultado desse impulso do capital de “criar tempo disponível” e convertê-lo em “trabalho excedente”.

Em todas estas passagens, não há dúvida que Marx está tratando do capitalismo, especificamente na fase da grande-indústria; nelas, é exposta a contradição fundamental desse sistema, a qual está imbricada com o papel da ciência no processo de seu desenvolvimento. No entanto, na seqüência de cada um dos trechos citados, e em diversas outras passagens, a contradição abruptamente explode, sem haver menção de um processo revolucionário. É precisamente isso que levou às diversas e muito díspares interpretações do texto de 1857.

O último trecho citado continua da seguinte forma:

*Quanto mais se desenvolve esta contradição, tanto mais evidente fica que o desenvolvimento das forças produtivas não pode permanecer confinado à apropriação de mais-trabalho alheio. A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho. Fazendo-o – e por isso o tempo disponível deixará de ter uma existência contraditória –, o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social será tão mais rápido que, embora a produção seja calculada em função da riqueza comum, crescerá o tempo disponível de todos, pois a riqueza efetiva é a capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. O tempo de trabalho não é mais de modo algum a medida da riqueza, e sim o tempo disponível [ou tempo livre]. O tempo de trabalho como medida de riqueza põe a própria riqueza como fundada na pobreza, e o tempo disponível como existindo na e através da oposição ao tempo de trabalho excedente [mais-trabalho] ou [através da] posição de todo o tempo de trabalho de um indivíduo como tempo de mais-trabalho; e por isso a degradação do mesmo a mero trabalhador, subsunção sob o trabalho*⁶⁸⁷.

⁶⁸⁵ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.232; Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.708.

⁶⁸⁶ Sobre o estatuto dessa “necessidade”, ver Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998.

⁶⁸⁷ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.232; Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.708, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.138-9, primeiro grifo meu.

Como podemos ver, Marx afirma nessa passagem que o desenvolvimento do capitalismo implica no desenvolvimento de sua contradição fundamental, o que por sua vez *torna transparente* a pobreza de um sistema que se estrutura sobre a “apropriação do mais-trabalho alheio”. Sendo a riqueza efetiva cada vez menos dependente do trabalho direto executado na produção, a exploração do trabalhador deixa de ter qualquer “justificativa”, e sua brutalidade fica explícita. Percebendo isso, os trabalhadores “se apropriam de seu mais-trabalho”, e dão cabo ao modo de produção capitalista. A riqueza, que tinha como fonte e medida o tempo de trabalho deixa de existir, e em seu lugar é posta uma riqueza que é o próprio florescimento do indivíduo social. A riqueza efetiva, os valores de uso que correspondem às “necessidades do indivíduo social” é efetiva e conscientemente socializada, assim como o processo produtivo, e desse modo, ela se torna “a capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos”. Estes, associados, logram um tamanho desenvolvimento das forças produtivas, que é permitido a todos os membros da sociedade gastarem um tempo muito menor com a produção direta, a produção voltada para o atendimento das “necessidades brutas”, de modo a poderem dedicar-se, nesse tempo livre criado, às “necessidades espirituais”, à verdadeira riqueza.

Nessa passagem, e em todos as demais trechos do texto em análise que prenunciam o advento de uma sociedade emancipada, o processo revolucionário está suposto. Ao dizer que “o desenvolvimento da contradição” torna “evidente” que “os trabalhadores devem se apropriar de seu mais-trabalho”, e ao anteceder a descrição de uma forma social, em que são “as necessidades do indivíduo social” que contam, com um explícito “fazendo-o”, está marcada sutilmente a ruptura entre as duas formas sociais antagônicas. Marx rechaça ferozmente qualquer tipo de solução idealista ou evolucionista para a questão da emancipação humana. Ele acreditava que esta só poderia ser consumada por meio de uma revolução. Assim, com um pouco de imaginação (e conhecimento da obra e da biografia de Marx), podemos ler a passagem transcrita acima da seguinte forma: “apreendida a abjeção do modo de produção capitalista pelos trabalhadores, estes desencadeiam um processo revolucionário no sentido de se apropriarem do seu mais-trabalho, e desse modo, dá-se a construção de uma sociedade em que se socializa tanto a produção quanto a distribuição da riqueza efetiva, e onde se toma como riqueza o tempo livre, o tempo em que os indivíduos realizam livremente suas potencialidades”. Antes, porém, convém acompanhar a exposição de Marx acerca do processo de desenvolvimento da maquinaria, e sua relação com o desenvolvimento científico.

Na maquinaria, a apropriação do trabalho vivo pelo capital logra uma realidade direta também nesse sentido: primeiramente, é a análise e aplicação de leis mecânicas e químicas, provenientes diretamente da ciência, que possibilita a maquinaria realizar o mesmo trabalho que

era realizado anteriormente pelo trabalhador. Entretanto, o desenvolvimento da maquinaria por esse caminho ocorre somente quando a grande indústria já atingira um estágio mais avançado, e todas as ciências foram colocadas a serviço do capital, e quando, em segundo lugar, a própria maquinaria disponível já provê grandes capacidades. *A invenção torna-se então um negócio, e a aplicação da ciência na própria produção direta torna-se uma perspectiva que a determina e solicita.* Mas esta não é a estrada através da qual a maquinaria, de um modo geral, surgiu, e muito menos a estrada na qual ela se desenvolve detalhadamente. Esta estrada é, na verdade, a análise minuciosa da divisão do trabalho, que gradualmente transforma as operações dos trabalhadores em algo mais e mais mecânico, de modo que num certo ponto um mecanismo pode colocar-se em seus lugares. Logo, o modo de trabalho específico aparece aqui diretamente como sendo transferido do trabalhador para o capital na forma da máquina, e sua própria capacidade se desvaloriza desse modo. Daí a luta dos trabalhadores contra a maquinaria. O que era a atividade dos trabalhadores vivos se torna a atividade da máquina. Logo a apropriação do trabalho pelo capital confronta o trabalhador numa forma vulgarmente sensual; o capital absorve o trabalho nele mesmo – “como se tivesse o Diabo no corpo”^{688,689}.

Desse modo, num certo grau de desenvolvimento da grande indústria, a ciência é completamente subordinada ao capital, tornando-se um “negócio” atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas, e é justamente o que possibilita à maquinaria reproduzir a atividade outrora realizada pelo trabalhador. Ou seja, a apropriação da ciência pelo capital e sua “aplicação” ao processo produtivo é a condição de possibilidade da substituição do trabalho humano pela máquina (o que provoca tanto a “desvalorização do trabalhador”, quanto a sua revolta contra a máquina⁶⁹⁰). No entanto, Marx deixa claro que esse é um processo ulterior, que só se desenrola após o desenvolvimento da maquinaria. Tal desenvolvimento, por sua vez, ocorre mediante “a análise minuciosa da divisão do trabalho”, após a conversão dos antigos artesãos em trabalhadores parciais, por meio de operações que simplificam, rotinizam e “mecanizam” as funções exercidas por eles.

De qualquer forma, passada essa etapa, a produção de conhecimento científico adquire um papel central:

Na troca direta, o trabalho imediato individual *aparece* como realizado num produto particular ou parte do produto, e seu caráter comunal, social – seu caráter como objetivação do trabalho geral e satisfação das necessidades gerais – como posto através da troca. No processo produtivo da grande-indústria, ao contrário, assim como a conquista das forças da natureza pelo intelecto social é a pré-condição do poder produtivo dos meios de trabalho desenvolvidos dentro do processo automático⁶⁹¹, por um lado, então, de outro, *é o trabalho do indivíduo em sua*

⁶⁸⁸ Passagem do *Fausto* de Goethe - no original: “als hätt’ es Lieb im Leibe”.

⁶⁸⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.226-7, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.704, grifo meu.

⁶⁹⁰ Cujas menção nesse contexto indica que Marx não está esquecido do caráter ativo dos trabalhadores, e tampouco da luta de classes.

⁶⁹¹ Os “produtos da indústria humana [“locomotivas, estradas de ferro, telégrafos elétricos, etc.”] (...) são *órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana*; o poder do conhecimento objetivado” (Idem, ibidem, p. 706). Isso evidentemente vale também para o capital fixo, o que leva Marx a afirmar que “o desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral se tornou *força produtiva direta*, e até que ponto, portanto, as próprias condições do processo social de vida caíram sob o

*presença imediata posto como indivíduo suspenso, isto é, como trabalho social. Por conseguinte a outra base desse modo de produção cai por terra*⁶⁹².

Na grande indústria, portanto, o grau de socialização da produção atinge níveis sem precedentes. O *intelecto social*, do qual Marx fala, é a “situação geral da ciência”, o nível de conhecimento científico de uma dada sociedade, por meio do qual ela se apropria das “forças da natureza” e desenvolve as forças produtivas. O gigantesco poder produtivo das máquinas, ou do processo automático, deve-se justamente ao conhecimento científico aplicado à produção, ou “objetivado” nas máquinas. Entrementes, o uso da expressão *intelecto social* não é fortuito; ele condiz com o fato de que o conhecimento científico não é produzido isoladamente, num gabinete de estudos ou num laboratório destituído de qualquer conexão com o restante do mundo, e tampouco é desprovido de qualquer base; ao contrário, toda atividade científica recorre, de uma maneira ou de outra, a muitos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade. Desse modo, a produção de conhecimento sempre se fez acompanhada de um certo caráter “público”, social⁶⁹³. Na grande-indústria, o trabalhador isolado, ao realizar sua atividade produtiva, mobiliza inelutavelmente conhecimentos produzidos pelo conjunto da sociedade, na medida em que tais conhecimentos penetraram nas próprias máquinas com as quais lida. Isso, e o fato de sua atividade parcial só fazer pleno sentido quando inserida em um complexo processo produtivo, que mobiliza inúmeros outros trabalhadores parciais e que pressupõe um vasto sistema de intercâmbio; faz com que sua atividade adquira um estatuto social: o trabalho individual é posto como trabalho social. Em oposição à troca direta, na qual “o trabalho imediato individual aparece como realizado num produto particular ou em parte de um produto”, e seu “caráter social” é posto como tal apenas através da troca; na grande-indústria, o trabalho individual aparece e é posto como trabalho social na própria produção imediata⁶⁹⁴. Esse processo

controle do *intelecto geral* e são criados de modo conforme a ele. [Indica] em que grau as forças produtivas sociais são produzidas não só na forma do conhecimento, mas como órgãos imediatos da práxis social, do processo de vida real” (Idem, ibidem, p. 706). Não obstante, pouco depois, Marx também diz que “... é na produção de *capital fixo* que o *capital* se põe como um *fim-em-si-mesmo* e aparece ativo como capital, num poder maior do que ele faz na produção de *capital circulante*. Portanto, também a esse respeito, a dimensão já possuída pelo capital fixo, que sua produção ocupa dentro da produção total, é a vara [unidade] de medida do desenvolvimento da riqueza fundada no modo de produção do capital” (Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p. 234; Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 710).

⁶⁹² Marx, K. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.233, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.709, primeiro grifo meu.

⁶⁹³ E isso não invalida o fato de que o acesso e a produção do conhecimento científico sempre ter sido restrito a um certo grupo de pessoas, e servido como importante meio de dominação e de exercício de poder, o que não deixa de ser verdade para o capitalismo, principalmente nos últimos tempos, em que se desenrola um processo de “cercamento” da produção científica pelas patentes, um processo de monopolização da ciência pelo grande capital.

⁶⁹⁴ N’O *Capital* podemos ler sobre isso que “a maquinaria, com algumas exceções (...), só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade

entra em contradição com a apropriação privada dos produtos criados – de maneira diretamente social - sob a base da grande indústria, e o acirramento e explicitação dessa contradição induziria à derrubada do capitalismo. É por isso que Marx afirma que “*a outra base desse modo de produção cai por terra*”. Novamente o “aparecer”, e a “posição” marcam uma ruptura.

A riqueza efetiva *se manifesta*, antes – e a grande indústria revela isto – na monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado, e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido a uma pura abstração e o poder do processo de produção que ele vigia. O trabalho não *aparece* mais até o ponto de estar incluído no processo de produção, mas o homem se relaciona antes como guardião e regulador do próprio processo de produção⁶⁹⁵.

Nas formações sociais que antecederam o capitalismo a riqueza efetiva estava em relação direta com a destreza do trabalhador bem como com o tempo que ele dedicava à sua produção, e aparecia dessa forma⁶⁹⁶. Na grande indústria, o processo de produção é levado a cabo pelo sistema de máquinas que produz uma quantidade imensa de bens e que até certo ponto funciona à revelia do trabalhador, e dessa forma, a destreza do trabalhador e o tempo de trabalho despendido por ele diretamente na produção perdem aquela relação direta com o montante de riqueza efetiva criado – essa é a “monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado, e seu produto”. Ao mesmo tempo, o poder produtivo do processo automático, ou seja, a qualidade desse processo, que vimos se relacionar com o nível de conhecimento científico da sociedade, destoa da abstração de qualquer qualidade dos trabalhos, daí sua redução a uma mera existência quantitativa, tal qual é objetivamente feita pelo capital – essa é a “desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido a uma pura abstração e o poder do processo de produção que ele vigia”.

A produção de ambas desproporções se tornam “manifestas”. Elas aparecem enquanto desproporções e fazem o trabalhador aparecer como não incluído processo produtivo, e se posicionar apenas como “guardião e regulador” desse processo. Em decorrência disso,

não é mais o trabalhador que intercala o objeto natural modificado como membro intermediário entre ele e o objeto. Mas ele intercala o processo natural que ele transforma em um processo industrial como intermediário entre ele e a natureza inorgânica que ele submete. Ele [o trabalhador] coloca-se ao lado do processo produtivo ao invés de ser seu ator principal. Nessa transformação não é nem o trabalho imediato que o homem executa, nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva universal, sua compreensão da natureza e sua dominação dela através da sua existência como corpo social – em uma palavra é o

técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol I, tomo II, p. 15).

⁶⁹⁵ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.228, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.705, grifos meus.

⁶⁹⁶ Já na fase capitalista da manufatura isso deixa de ser verdade (ver o célebre exemplo da produção de alfinetes apresentado no bojo das consagradas análises acerca da divisão do trabalho em Smith, A. *A riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol.I, p. 41-42).

desenvolvimento do indivíduo social que *aparece* como o grande pilar da produção e da riqueza⁶⁹⁷.

O pleno controle da produção aparece assim como resultado da ação do indivíduo social. A produção e a riqueza tornam-se uma função de seu próprio desenvolvimento: é a realização das potencialidades desse indivíduo (ou de todos os indivíduos da sociedade) que “aparece como o grande pilar da produção e da riqueza”. Desse modo, põe-se em primeiro plano “o livre desenvolvimento das individualidades e, por isso, não a redução do tempo de trabalho para pôr sobre-trabalho; mas antes a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, o qual corresponde à formação artística, científica, etc. dos indivíduos no tempo liberado, e com os meios criados para todos eles”⁶⁹⁸. Desnecessário dizer que não se está mais falando em capitalismo, mas numa sociedade emancipada, na qual a formação científica e artística não teria somente o papel de promover a criação de riqueza efetiva e aumentar o tempo livre de todos, no qual se produz a “verdadeira riqueza”, mas também possibilitar a compreensão e o domínio consciente do processo de produção material da vida, no sentido de viabilizar a autodeterminação dos homens.

Em outra passagem, temos que:

com a base sobre a qual a grande indústria se estrutura, a apropriação do tempo de trabalho alheio, cessa, com seu desenvolvimento, de constituir ou de criar riqueza, assim como o trabalho direto como tal cessa de ser a base da produção, logo que, num sentido, ele é transformado numa atividade de supervisão e regulação; mas também porque o produto cessa de ser o produto de um trabalho direto isolado, e a combinação da atividade social *aparece*, antes, como o produtor⁶⁹⁹.

Cabe chamar a atenção para uma idéia com que já nos deparamos em outras passagens: com o desenvolvimento da grande indústria, as atividades realizadas pelos trabalhadores passam a ser executadas por máquinas, que vimos serem construídas graças ao açambarcamento do conhecimento científico posto a serviço da valorização do valor. Marx não fala nesse trecho em redução absoluta de número de trabalhadores na produção, mas sim de uma mudança na função desses trabalhadores, que passam a realizar tarefas “de supervisão e regulação”. No entanto, essa passagem dá a entender que essas novas funções laborais deixam de objetivar trabalho abstrato, e,

⁶⁹⁷ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.228, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.705, grifo meu.

⁶⁹⁸ Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.706.

⁶⁹⁹ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.233, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.709, grifo meu.

portanto, de produzir mais-valia, a qual seria criada apenas pelo trabalho direto empregado na produção. Isso entra em conflito com o conceito marxiano de trabalho produtivo, tal qual exposto no segundo capítulo dessa dissertação, que abarca o conjunto de atividades imprescindíveis para a produção – que constituem o *trabalhador coletivo* -, independente de seu caráter mais ou menos mediado ou direto em relação a ela. Somente recorrendo às demais passagens dessa parte dos *Grundrisse* que será possível compreender o que Marx está propugnando.

O roubo de tempo de trabalho alheio sobre a qual repousa a riqueza atual *aparece* como base miserável diante dessa base que se desenvolve pela primeira vez criada pela própria grande indústria. Logo que o trabalho em forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida e por isso o valor de troca deve deixar de ser a medida do valor de uso. O sobre-trabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza universal, assim como o não-trabalho de poucos para o desenvolvimento da força universal do cérebro humano. Com isso, cai a produção fundada no valor de troca, e o próprio processo de produção imediato se despoja da forma de carecimento e oposição^{700 701}.

Nas últimas passagens citadas pode-se observar uma contraposição entre o modo de produção capitalista e uma formação social emancipada. Na primeira, o principal movimento é a valorização do valor, que se dá mediante a redução do trabalho a trabalho abstrato (posto como a “única medida e fonte de valor”) e o “roubo do trabalho alheio”, que confere ao “trabalho disponível” uma existência contraditória, na medida em que constantemente o produz, mediante a diminuição do trabalho necessário e do aumento da composição orgânica do capital, ao mesmo tempo em que precisa se apropriar dele como mais-trabalho, e nesse processo subsume os indivíduos, “degradando-os a meros trabalhadores”. Na formação social emancipada, que Marx não dá nome, mas aponta algumas de suas características, por negação das características da sociedade capitalista:, “o tempo disponível deixará de ter uma existência *contraditória*”, já que “o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social”; a riqueza corresponderá “à formação artística, científica, etc. dos indivíduos no tempo liberado”, o caráter social do trabalho será visível em todo o processo de produção de produção, pois o conjunto da sociedade participará livre e conscientemente tanto do processo produtivo imediato

⁷⁰⁰ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.II, p.228-9, Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.705-6, grifo meu.

⁷⁰¹ Feito isso, “uma nação é realmente rica quando se trabalha 6 horas em vez de 12. A riqueza não é comando sobre o tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas tempo disponível fora do que é utilizado na produção imediata, para cada indivíduo e para toda a sociedade” (passagem da obra *The Sourcy and Remedy of the National Dificulties from Principles of Political Economy in a Letter to Lord Russell*, de autor anônimo, citada em Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p. 706).

quanto da distribuição de seu produto. Além disso, convém ressaltar que nesses trechos, o desenvolvimento das forças produtivas, logrado com a subsunção da ciência à produção, surge como pressuposto material para a “explosão” da sociedade capitalista e a posição da sociedade emancipada.

A produção da riqueza material, dos valores de uso, perde progressivamente sua relação com o tempo de trabalho despendido na produção imediata, de modo que desapareceria a “justificativa” para a subordinação da maior parte da sociedade a esse tipo de trabalho. Nesse sentido, aquele desenvolvimento conduz à crises de superacumulação, à uma paralisia (momentânea) da produção e do processo de revolucionamento das forças produtivas; ou seja, o processo de desenvolvimento das forças produtivas e da conseqüente criação de valores de uso que antes parecia tornar necessário o aliciamento de enormes contingentes de trabalhadores se mostra na verdade subordinado à tal aliciamento, de modo que uma interrupção do processo de extração de mais-trabalho conduz à interrupção de todo o processo produtivo. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas decorrente do movimento contraditório da valorização do valor acaba por diminuir a necessidade do trabalho humano imediato, que passa a ser realizado pelas máquinas, e os indivíduos passam a assumir funções de “supervisores” e “reguladores” do processo de produção. Também vimos que o processo produtivo da grande indústria conduz ao aparecimento do caráter social das atividades individuais, já que cada trabalho isolado não possui qualquer sentido fora de um todo complexo, e de que o conhecimento científico que se torna crucial dentro desse processo é construído socialmente, assim, o fetichismo reinante na esfera da circulação, na qual o caráter social da produção aparece somente mediante a troca, o que lhe confere a aparência de uma relação entre coisas e não entre homens, de certo modo seria quebrado dentro da esfera da produção⁷⁰². Todos esses desdobramentos necessários da produção capitalista da grande-indústria são apontados por Marx não só como pressupostos para a derrocada do modo de produção capitalista, mas como reveladores da sua contradição, que contribuiriam para dar início a uma revolução que aponte para uma sociedade emancipada.

Marx não explicita bem o ponto de ruptura, ou como se dá a separação entre as duas formas sociais antagônicas (capitalista e “socialista”). Ao contrário, essa separação é marcada apenas pelos termos “manifesta”, “percebe”, e principalmente “aparece”, seguidos imediatamente pela “posição” da nova forma social. O movimento geral é o seguinte: o capital,

⁷⁰² Evidentemente que Marx não ignora que exista na fábrica um poderoso fetichismo, já que os extraordinários ganhos de produtividade advindos da cooperação aparecem como resultantes do próprio capital que mobiliza os trabalhadores, bem como as máquinas e todo o capital constante parecem deter a “propriedade natural” de produzir valor.

para existir e para se reproduzir de maneira ampliada (pressuposto para sua existência) nega o indivíduo, o degrada, e o subsume, mas com seu desenvolvimento, a sua miserabilidade e o seu caráter aviltante tornam-se evidentes, e em função disso, os indivíduos outrora negados dão fim ao capital, e põem em seu lugar uma sociedade verdadeiramente livre⁷⁰³.

Em função da “sutileza” desse movimento, e do fato dele ter como momento o desenvolvimento das forças produtivas (um pressuposto material da superação do capitalismo), alguns leitores dos *Grundrisse* foram levados a ver nele a postulação de uma possível “superação técnica” do modo de produção capitalista, que se daria sem o desencadeamento de um processo revolucionário. Outros não vêem aí a superação do capitalismo, mas sim uma transformação qualitativa *dentro do próprio capitalismo*; o surgimento de uma nova fase de seu desenvolvimento. Outros, ainda, consideram esse trecho dos *Grundrisse* apenas um devaneio idealista de Marx.

5.2. Algumas considerações sobre o conceito de desmedida

A tese de que ocorreu uma mudança na substância do valor remete, em algumas de suas acepções, ao conceito hegeliano de desmedida. Para compreendê-lo, não cabe retomar toda a “Doutrina do Ser”⁷⁰⁴, mas se faz necessário apresentar alguns de seus conceitos fundamentais. Julgo que esse esforço pode contribuir com a compreensão da tese da pós-grande indústria, e somado à comparação entre as acepções hegeliana e marxiana de desmedida, permite perceber a forte extração hegeliana do conceito de pós-grande indústria, e alguns pontos de conflito com a perspectiva teórica de Marx.

⁷⁰³ Convém chamar a atenção para mais uma dificuldade na interpretação desse movimento: sabemos que onde existe contradição, há uma duplicação da realidade em dois planos: o da essência e o da aparência; sendo que esta última é uma expressão da essência, mas uma expressão que nega (contradiz) e vela essa essência (contraditória). Sabemos também que Marx está aqui a tratar da superação do capitalismo e das suas contradições, vislumbrando o surgimento de uma sociedade na qual aparência e essência coincidem diretamente. Em alguns em que Marx emprega o termo “aparece”, estamos ainda no âmbito do capitalismo, de modo que a aparência continua a negar a essência, mas assume tal configuração que acaba levando ao processo (prático) de superação do modo de produção capitalista; enquanto em outros momentos, nos quais se fala de uma situação “pós-revolucionária”, teria havido uma certa efetivação daquela aparência enquanto essência, ou melhor, teriam sido promovidas modificações essenciais na sociedade no sentido de tornar aquela aparência (de liberdade, de igualdade, de satisfação, de autonomia, de sociabilidade, etc.) imediatamente adequada a essa essência, de maneira que a sociedade emancipada seria essencialmente livre, autônoma, etc., e apareceria dessa forma.

⁷⁰⁴ Primeira parte da *Ciência da Lógica*, de Hegel, e da “Pequena Lógica”, como ficou conhecida o primeiro volume da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*, na qual irei basear as próximas considerações.

A *Lógica* de Hegel é uma tentativa de desvelar a estrutura e dinâmica do pensamento por meio de sua análise imanente. No entanto, a própria formulação do empreendimento já exige alguma antecipação do que se visa constituir. Ou seja, não é possível iniciar a “revelação” do pensamento a si próprio, sem fazer uso de categorias que deveriam ser resultado dessa empreitada. Para resolver essa aparente aporia, Hegel recorre à indeterminação, à abstração. De início, sua exposição se desenvolve no plano da absoluta imediatidade, num terreno em que não existe qualquer determinação, e só progressivamente se abandona essa situação, em direção à verdade, à concretude.

O primeiro universal indeterminado que Hegel propõe é justamente o ser, o puro ser⁷⁰⁵: “o puro ser constitui o começo, porque é tanto pensamento puro como o imediato indeterminado e simples; mas o primeiro começo nada pode ser de mediato e de determinado”⁷⁰⁶. E no parágrafo seguinte, “Ora, o puro ser é a pura abstração, por conseguinte, o absolutamente negativo, que, tomado também imediatamente, é o nada”⁷⁰⁷.

Abstrair é negar, é desconsiderar, é ignorar, é deixar de lado determinações. Sendo o puro ser o imediato, o indeterminado, ele é “pura abstração”, e portanto, o “absolutamente negativo”, o nada. Buscando-se o ser, chega-se ao nada. Assim, no estágio de absoluta imediatidade e indeterminação, tem-se o ser e o nada como definições do absoluto; o ser e o nada se identificam: “o ser é o nada, algo de indizível”⁷⁰⁸.

Uma vez explicitado o vazio dessas abstrações, o pensamento é impelido a encontrar para o ser e/ou para o nada “um significado firme”⁷⁰⁹, algo que os distinga, que os diferencie, que os determine mais profundamente de modo a conduzir à “uma definição mais verdadeira do absoluto”⁷¹⁰. A primeira definição a qual chegou-se foi a pura abstração, pura vacuidade; agora o pensamento, a “reflexão”, busca uma definição mais concreta, mais verdadeira, “em que ambos, o ser e o nada, são momentos”^{711 712}.

⁷⁰⁵ “... o começo da lógica é o mesmo que o começo de uma história propriamente dita da filosofia” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 86, p. 177). “Os diversos graus de idéia lógica encontramos na história da filosofia, na figura de sistemas filosóficos que fizeram aparição um após o outro (...), assim como o desenvolvimento de idéia lógica se mostra como um processo do abstrato para o concreto, assim também na história da filosofia os sistemas mais antigos são os mais abstratos, por isso, os mais pobres” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 86, p. 176).

⁷⁰⁶ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.138.

⁷⁰⁷ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.139.

⁷⁰⁸ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.139.

⁷⁰⁹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.139.

⁷¹⁰ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.139.

⁷¹¹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.139.

⁷¹² Toscamente falando, o concreto, para Hegel, é sempre universal, um universal expresso inteiramente no particular que o compõe (é a *pars totalia*, que significa que cada parte pode exprimir completamente o todo). Pode-se definir o concreto como a

Desencadeia-se assim o processo dialético por meio do qual se reconstituirá o absoluto, não mais imediatamente ou mediante a pura abstração, mas ao contrário, por meio da superação de toda a negatividade, ou seja, lograr-se-á a plena positividade mediante a superação da negatividade plena, das determinações compreendidas no sentido de Spinoza⁷¹³.

O primeiro passo (e adentramos assim o domínio da qualidade) é a apreensão de que, apesar de sua indeterminação, o ser e o nada constituem uma antítese. Logo, “tão correta como a unidade do ser e do nada é também a afirmação de que eles são perfeitamente diversos – um não é o outro”⁷¹⁴. Quando se diz que “o ser e o nada são o mesmo”, tal proposição é falsa na medida em que fixa apenas a unidade entre o ser e o nada; entretanto, nessa proposição também se encontra a diferença entre ambos, uma diferença que ainda não é determinada. Demonstra-se assim novamente a falsidade de proposições isoladas como essa, já que elas não permitem “apreender a unidade na diferença simultaneamente existente e posta”⁷¹⁵. Ao contrário, “O devir é a verdadeira expressão do resultado do ser e do nada, enquanto unidade dos mesmos; não é só a unidade do ser e do nada que nele existe”^{716 717}.

A proposição do devir é “o ser é a passagem ao nada e o nada é a passagem ao ser”⁷¹⁸. O devir é a unidade dos opostos, ser e nada, uma unidade dinâmica contraditória, cuja contradição “desvanece” (é superada) e no qual tanto o ser como o nada constituem momentos daquela unidade. Sendo o devir uma unidade mediada, o resultado do processo de superação da contradição entre ser e nada, tal resultado é o ser determinado, o ser não mais imediato, mas sim determinado pela sua passagem pelo nada, que o nega. Tem-se o ser determinado através do *processo* de negação daquilo que o nega, o nada; ou seja, através da negação da negação

coexistência do diverso no Uno; ou a síntese de muitas determinações; ou a unidade que é em-si, por-si e para-si; ou a unidade dos momentos que constituem o processo do sujeito. O concreto é o sujeito da atividade (em-si), o resultado da atividade (por-si), e o reconhecimento do por-si (para-si) e como tal; é puro ato objetivo-subjetivo. À guisa de esclarecimento, vale dizer que o “em-si” é aquilo que algo é efetivamente; a essência desse algo, sua natureza; algo que é independente dos outros, incondicionado. O em-si se opõe ao “em-outro”, o dependente, o condicionado. Algo é “por-si” quando ele é causa de si mesmo, em oposição ao “por-outro”. Em função do caráter inelutavelmente dinâmico da dialética (processo de incessante devir, movimento no qual aquilo que é por si se objetiva para poder se tornar em si), o em-si deve ser entendido como *dynamis* ou *potencia*, como capacidade, potencial; ao passo que o por-si deve ser entendido como *energía* ou *actus*, atualidade. Já o “para-si” concerne ao auto-reconhecimento do ser como sujeito, como agente do processo dialético, que sabe o que ele mesmo é em-si. Por fim, adiantemos o sentido do ser-aí; ele é o ser tal qual ele efetivamente se encontra em sua imediatez.

⁷¹³ Vale lembrar que a palavra determinação vem do latim, derivada de *terminatus*, que significava originalmente limitação, finitude, negação. Daí a célebre proposição de Spinoza, em sua carta de número 50 a J.Jelles (cf. Spinoza, B. Epistolário. Torino: Giulio Einaudi, 1974), *omni determinatio est negatio*, toda determinação é negação – à qual Hegel se apropria, evidentemente de uma perspectiva distinta daquela de Spinoza.

⁷¹⁴ Hegel, G. W. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 140.

⁷¹⁵ Hegel, G. W. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 142.

⁷¹⁶ Hegel, G. W. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 142.

⁷¹⁷ “O vir-a-ser é o primeiro pensamento concreto, portanto, o primeiro conceito, enquanto, ao contrário, ser e nada são abstrações vazias” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 88, p. 184).

⁷¹⁸ Hegel, G. W. F. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 142.

(superação, *Aufhebung*). Um ser que constitui agora uma “simples unidade consigo”, um ser que é o devir, posto na *forma* de *um* dos seus momentos, do ser”⁷¹⁹, ⁷²⁰.

Logo, o devir produz resultados, “... quando há um vir-a-ser, nesse caso, surge algo...”⁷²¹. Sendo o devir a unidade entre o ser e o nada, e sendo seus momentos evanescentes; o devir é ele próprio evanescente⁷²², de tal modo que “... o resultado desse processo [de vir-a-ser] não é o nada vazio, mas o ser idêntico à negação, o qual chamamos ser-aí”⁷²³, o qual é a própria qualidade⁷²⁴, de tal modo que a negação contida e constitutiva dessa qualidade “não [é] mais (...) o nada abstrato”, mas sim um ser determinado, um ser-outro.

O ser determinado, o ser que possui certa qualidade é o ser-em-si, cuja determinidade se dá por meio da relação com o ser-outro. O ser-outro é um momento constitutivo do ser-em-si, e ao mesmo tempo uma negação do ser-em-si, um limite. Segundo Hegel,

o ser estabelecido como diferente pela determinidade, o *ser-em-si*, seria apenas a vazia abstração do ser. No ser-aí, a determinidade, é um só com o ser e, posta ao mesmo tempo como negação, é *fronteira, limite*. Eis porque o ser-outro não é algo de indiferente fora dele, mas o seu próprio momento. Algo mediante a sua qualidade é, em primeiro lugar, *finito* e, em segundo, *mutável*, de maneira que a finalidade e a mutabilidade pertencem ao ser”⁷²⁵, ⁷²⁶.

Nesse ponto, fica evidente que há uma contradição entre o estado em que o ser-aí se encontra e a verdadeira natureza do algo, o ser-em-si. O ser-outro, a negação do ser, é um momento seu, um momento que deve ser superado⁷²⁷. O ser-em-si adquire assim um certo estatuto de sujeito, um certo controle sobre sua condição, posto que sua finitude o oprime, impelindo-o à mudança, à superação da determinidade do ser, que o limita, que o impede de

⁷¹⁹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 143.

⁷²⁰ “No ser temos pois o nada, e, neste, o ser; mas este ser que no nada permanece junto a si é o vir-a-ser. Na unidade do vir-a-ser, a diferença não pode ser abandonada, porque sem ela se retornaria de novo ao ser abstrato (...). O vir-a-ser, enquanto primeira determinação-de-pensamento concreta, é ao mesmo tempo a primeira verdadeira” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 89, p. 184).

⁷²¹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 89, p. 186.

⁷²² Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 89, p. 186.

⁷²³ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo p. 89, p. 186.

⁷²⁴ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 143.

⁷²⁵ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 144.

⁷²⁶ “No ser-aí, a negação é ainda imediatamente idêntica com o ser, e essa negação é o que chamamos limite. Somente *em* seu limite e *por* seu limite, algo é o que é. Não se pode, assim, considerar o limite como simplesmente exterior ao ser-aí; mas, antes, o limite atravessa o ser-aí inteiro” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 92, p. 188).

⁷²⁷ “... o limite, de um lado, constitui a realidade do ser-aí, e de outro lado, é a sua negação. Ora, além disso, o limite, enquanto é a negação do Algo, não é um nada abstrato em geral, mas um nada essente, ou seja, aquilo que chamamos um Outro (...). Algo não defronta indiferentemente o Outro, mas é em si o Outro de si mesmo, e por isso se altera (...), [e] alterar-se reside no conceito do ser-aí, a alteração é só a manifestação do que o ser-aí é em-si. O vivente morre, e na verdade simplesmente pelo motivo de que, como tal [como vivente], carrega dentro de si mesmo o gérmen da morte” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 92, p. 189).

realizar todas as suas potencialidades⁷²⁸. Assim, o processo de superação do limite é a posição do ser-por-si; o limite só é limite porque pode ser ultrapassado, e sua ultrapassagem é um impulso imanente do ser-por-si. Por ser determinado, o ser determinado possui um limite, ou seja, o ser determinado é negado internamente por sua determinação, seu limite; e para que ele se mantenha e se reponha como ser-em-si, para não se deixar destruir por esse negativo, essa contradição, ele deve negar a negação, superar sua determinação, ultrapassando seu limite.

Atribuir uma determinação ao ser, dar-lhe uma certa concretude, é lhe fornecer uma qualidade. Tomemos a proposição “a caneta é azul”. A caneta, que possui a qualidade de ser azul, é um ser-em-si, ou seja, ela possui uma natureza que lhe é própria: a caneta é um objeto de múltiplas utilidades, cuja principal é servir de instrumento para a escrita. No entanto, o termo “azul” designa uma cor, também um ser-em-si. Tanto a cor quanto o objeto são “seres” distintos; e desse modo, a caneta se determina por seu ser-outro, a cor azul. Cabe destacar também que a caneta é azul porque não é branca, preta, verde, lilás, etc., ou seja, a determinação “azul”, nega todas as demais cores; e cada cor individual só faz sentido na medida em que existem as demais cores. Além disso, uma caneta não possui como única característica a cor, sendo necessário para sua determinação mais uma série de qualificações (peso, comprimento, composição química, etc.), que implicam por sua vez em um número infinito de novas relações, e novas negações.

Assim, sua finitude oprime o ser, pois este *pode* ser muito mais do que ele efetivamente é no momento atual, em sua presente determinação. Quando se acrescenta uma nova qualificação ao ser, quando *algo* (o ser-em-si) busca expandir sua determinação reduzindo a um momento seu um novo ser-outro, e tornando-se assim ele mesmo um outro, ele não deixa de ser algo finito, particular, limitado. Oprimido pela sua própria finitude, o ser-em-si busca ampliar sua determinação, aumentar suas qualidades, mas ao fazê-lo, apenas nega uma certa finitude, pondo

⁷²⁸ Evidentemente, essa última proposição também é falsa, pois Hegel ainda está a tratar aqui do mundo da natureza, do mundo objetivo (e, vale lembrar de passagem, que Hegel identifica objetivação com alienação, uma “perda” do sujeito). Em suas palavras: “... a qualidade [a determinidade] essencialmente é só uma categoria do finito, que por esse motivo também só tem seu lugar próprio na natureza, e não no mundo do espírito” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 90, p. 186-187). Como se viu no segundo capítulo deste texto, o sujeito hegeliano pode ser definido como o agente e o resultado do processo dialético; ele possui uma essência (é em-si), ele não deve sua existência a nada externo, sendo a causa de si-mesmo (é por-si), e ela se sabe como causa de si-mesmo (é para-si). O sujeito dialético passa por seus predicados, suas determinações, mas não é negado por elas, ao contrário, ele se repõe em tais determinações, e tem pleno domínio desse movimento. Ou seja, a condição de sujeito dialético pressupõe consciência. Isso leva Hegel a afirmar que: “o exemplo mais próximo do ser-para-si, temos no Eu (...). Pode-se dizer que o homem se diferencia do animal, e assim da natureza em geral, porque se sabe como Eu, e com isso se enuncia ao mesmo tempo em que as coisas da natureza não chegam ao livre ser-para-si, mas, enquanto limitadas ao ser-aí, são sempre ser-para-Outro” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 96, p. 194).

outra no lugar. Não importa quantas novas qualidades sejam atribuídas ao ser; forçosamente elas negarão uma infinidade de outras qualidades⁷²⁹.

O processo de negação do finito mediante a expansão das determinações do ser, que põe novamente a finitude, pode-se estender ao infinito, a isso Hegel chama de “falso infinito”⁷³⁰, ou “mau infinito”⁷³¹. Para se fugir desse mau infinito, o ser-em-si deve compreender o outro, e *todo* outro, como parte constitutiva de si, sobre a qual ele exerce controle. Assim fazendo, o infinito nega o finito, e como o finito é negação, o infinito é a negação da negação, a superação do infinito, que é assim reduzido a momento do infinito. O infinito é o positivo, o afirmativo, que supera toda determinação, toda a negação, toda finitude; no entanto, não é demais reiterar, o finito é momento constitutivo do infinito. “O ser determinado (...) tem realidade, por consequência, também a finitude está, em primeiro lugar, na determinação da realidade. Mas a verdade do finito é antes a sua idealidade”⁷³², o verdadeiro infinito ou o bom infinito. O finito só faz sentido como momento (necessariamente superado) do bom infinito.

Como todos os demais conceitos, o conceito de infinitude não pode ser compreendido de modo estático. O bom infinito é o *processo* de superação da finitude, processo no qual o ser internaliza seus seres-outros, suas determinações, seus limites, os nega enquanto seres-outros, determinações e limites; e assim se repõe num movimento de atualização de suas potencialidades⁷³³.

Convém chamar atenção para a dificuldade de compreensão desse ponto da Doutrina do Ser, pois, como aponta Marcuse, Hegel “aplica ao mundo objetivo categorias que são verificáveis unicamente na vida do sujeito”⁷³⁴. Esse controle do ser-em-si sobre suas

⁷²⁹ Quando algo se torna outro, mediante o aumento de suas qualidades, esse outro é ele mesmo algo, que irá se tornar outro, e assim sucessivamente. Com esse processo, não se foge da finitude.

⁷³⁰ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 144.

⁷³¹ “Um limite é posto, [e] é ultrapassado: depois outra vez um limite [é posto], e assim por diante, até o [mau] infinito” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 94, p. 190).

⁷³² Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 146.

⁷³³ Talvez seja o caso de precisar melhor alguns conceitos. Atualidade significa que o processo histórico é sempre perpassado por um conflito entre possibilidade e realidade. O real só é real porque contém em si a sua negação: todos os “possíveis”. O possível só é possível caso se efetive (caso negue a condição de possibilidade e torne-se realidade). O possível é potencial *de um certo real, deste real*. A realidade do fato é a sua possibilidade real (de “deixar de ser”, de se transformar), e a possibilidade do fato é a sua realidade transformadora. A atualidade é a resolução presente do antagonismo entre o possível e o real, é a superação (passageira) da contradição entre eles. A atualidade contém dentro de si mesma o seu negativo (“o germe de sua destruição”). O atual é um aspecto do real, porque o real é possibilidade. Outro conceito que merece atenção é o de infinitude. Para o “entendimento” o infinito é o inflacionar do finito (que é tido como o eterno, o perene) é a soma de finitos ou a atribuição de mais e mais predicados, é levar o finito às últimas consequências. Para Hegel, esse infinito (o “mau infinito”) nunca pode se realizar, pois o finito é perecível; não é uma positividade dada: ser finito é um processo de vir-a-ser o que se é de fato, ou negar o que se é aqui e agora; é o perecer. Assim, o infinito obtido pela soma dos finitos é a potencialidade, nunca a atualidade. O “bom infinito” é um processo de conquista do ser-por-si da coisa mediante a negatividade, da negação de uma certa atualização imperfeita. O infinito é o finito realizado, é a verdade do finito.

⁷³⁴ Marcuse, H. *Razão e Revolução*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 132.

determinações e sobre o negativo que o oprime não existe plenamente; não existe no mundo objetivo um “livre ser-para-si”.

O ser-em-si internaliza o ser-outro, concebe-o como momento de si; ou seja, ele se constitui mediante a redução de todo ser-outro, de toda determinação, de toda negatividade, a um momento de si próprio, sobre o qual ele exerce poder. Assim, o ser-em-si nega toda negatividade, todo ser-outro, toda determinidade, e se reestabelece como ser-para-si. Entrementes, esse ser-para-si possui determinidade qualitativa⁷³⁵, mas esta não pode ser confundida com uma determinação particular⁷³⁶. De acordo com Hegel, “o ser-para-si, enquanto relação a si mesmo, é imediticidade e, como relação do negativo a si mesmo, é o existente-para-si, o um; - o em si mesmo indiferenciado e, portanto o *que* de si *exclui o outro*”⁷³⁷. O ser-para-si, ao “retornar infinitamente sobre si mesmo”, passa a se relacionar consigo mesmo, e se isola; torna-se o *um*, uma unidade. No entanto, “a relação do negativo a si é relação negativa, portanto, distinção do um consigo mesmo, a *repulsão* do um, isto é, a posição de *muitos uns*”⁷³⁸. A posição do ser-para-si, do um, em função da sua imediatividade, que faz com que o ser-para-si exija exclusividade, implica na “repulsão” do um, isto é, “a posição de muitos uns”⁷³⁹, que se excluem mutuamente, ao mesmo tempo em que são todos *uns*, “uma só e mesma coisa”. Logo, o processo através do qual o ser determinado torna-se por-si e para-si, e desse modo, põe-se como o *um*, ocorre com todos os seres-determinados, e tem-se, então, muitos *uns*, que buscam se afirmar como o *um*, negando os demais, repelindo-os⁷⁴⁰. Ou seja, quando um certo *um* repele outro *um*, e sendo esse um a mesma coisa que o outro um, o *um* repele-se a si mesmo. Entretanto, “A repulsão é, pois, também essencialmente atração, e o um exclusivo ou ser-para-si, suprime-se”⁷⁴¹,⁷⁴².

⁷³⁵ Mesmo porque, “a qualidade é, antes de tudo, a determinidade idêntica com o ser, de modo que uma coisa deixa de ser o que é, quando perde sua qualidade” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 85, p. 174).

⁷³⁶ “Enquanto ser, o ser-para-si é simples relação consigo mesmo, e enquanto ser-aí é determinado. Contudo, essa determinação não é mais a determinidade finita do algo e, sua diferença do Outro, mas a determinidade infinita, que contém em si a diferença como suprasumida” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 96, pp. 193-194).

⁷³⁷ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 146.

⁷³⁸ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 146.

⁷³⁹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 146.

⁷⁴⁰ “... o uno, essente para-si, não é um carente-de-relação como o ser, mas é relação, tanto como o ser-aí, só que não se refere como Algo a Outro, mas enquanto unidade do Algo e do Outro, é relação consigo mesmo, e esta relação é negativa, sem dúvida. O Uno mostra-se nisso como o absolutamente incompatível consigo mesmo, como o que se repele de si mesmo, e aquilo, como se põe, é o Muitos” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 97, p. 195).

⁷⁴¹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 147.

⁷⁴² Acompanhemos o resumo que o próprio Hegel faz do caminho percorrido até então: “Tínhamos aqui inicialmente o ser, e, como sua verdade produziu-se o vir-a-ser; este formava a passagem para o ser-aí, e como sua verdade do ser-aí reconhecemos a alteração. Mas a alteração mostrou-se em seu resultado como o ser-para-si retirado da relação ao Outro e da passagem para esse Outro; ser-para-si que se mostrou, afinal, nos dois lados de seu processo – a repulsão e a atração –, como o suprasumir de si

Adentra-se assim ao reino da quantidade, pois “Aa determinidade qualitativa, que alcançou no um o seu ser-determinado-em-si e para-si, transitou assim para a determinidade enquanto *suprimida*, isto é, para o ser como *quantidade*”⁷⁴³,⁷⁴⁴. A quantidade é constituída por *uns* que se atraem, ao mesmo tempo em que se mantêm como *uns*. Dessa maneira, ela possui duas determinações, uma determinação contínua “posta pela atração”, e uma discreta, em função do um nela contida. No entanto, a determinação contínua “é também discreta, pois é apenas continuidade do muito”; e a determinação discreta “é igualmente contínua, a sua continuidade é o um enquanto o mesmo dos muitos uns, a unidade”⁷⁴⁵.

Como vemos, a quantidade pode ser determinada de formas diversas, ou seja, podemos “aglutinar” mais, ou menos “uns”. Cada determinação exclusiva, cada uma das possíveis “aglutinações” de “uns”, é o quantum, a “quantidade limitada”, ou dizendo melhor, “a quantidade posta essencialmente com a determinidade exclusiva, que nela está contida”⁷⁴⁶,⁷⁴⁷. Ainda segundo Hegel, “o limite é idêntico à totalidade do quantum; como determinidade múltipla em si, é a grandeza extensiva, mas, enquanto determinidade simples em si, é a grandeza intensiva ou o grau. A diferença entre as grandezas contínuas e discretas e as grandezas extensivas e intensivas consiste, pois, em que as primeiras se referem à quantidade em geral, ao passo que as últimas se referem ao limite ou à sua determinidade como tal”. O quantum é a grandeza extensiva, enquanto o grau é a intensiva, mas toda e qualquer grandeza intensiva é extensiva e vice-versa. “Por exemplo, certo grau de temperatura é uma grandeza intensiva, a que como tal corresponde também uma sensação totalmente simples; se depois vamos ao termômetro, encontramos como correspondente a esse grau de temperatura certa dilatação da coluna de

mesmo, e, assim, [como o suprasumir] da qualidade em geral, na totalidade de seus momentos. Ora, essa qualidade suprasumida não é um nada abstrato, e carente-de-determinação, mas somente o ser indiferente à determinidade, e é essa figura do ser que se encontra também em nossa representação ordinária como quantidade. Por conseguinte, consideramos as coisas primeiro sob o ponto de vista da sua qualidade, e isso vale para nós como a determinidade idêntica ao ser da coisa. Se depois passamos a consideração da quantidade, essa logo nos fornece a representação da determinidade indiferente exterior, de modo que uma coisa ainda assim permanece o que é, embora sua quantidade varie, e a coisa se torne maior ou menor” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 98, p. 198).

⁷⁴³ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 147.

⁷⁴⁴ “A quantidade é o puro ser em que a determinidade já não se põe enquanto uma com o próprio ser, mas como superada ou indiferente” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 148). “A quantidade (...) é a determinidade exterior ao ser, para ele indiferente. Assim, por exemplo, uma casa permanece o que é, seja maior ou menor; e o vermelho continua vermelho quer seja mais brilhante ou mais fosco” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 85, p. 174)

⁷⁴⁵ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 148.

⁷⁴⁶ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 149.

⁷⁴⁷ “O quantum tem o seu desenvolvimento e a sua determinidade completa no número que, ao incluir como elemento o um, contém em si, segundo o momento da discreção, o número contado, segundo o momento da continuidade, a unidade – como seus momentos qualitativos” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 149).

mercúrio, e essa grandeza extensiva varia ao mesmo tempo com a temperatura, enquanto [esta é] a grandeza intensiva”⁷⁴⁸.

O grau é a superação do quantum - “no grau está *posto o conceito* do quantum; é a grandeza enquanto indiferente *para si* e simples, mas de maneira que a determinidade, pela qual ela é *quantum*, se encontra fora dela noutras grandezas”⁷⁴⁹. A dialética da quantidade se move de tal forma que “o quantum é o ser-aí da quantidade, enquanto a quantidade pura corresponde ao ser, e o grau corresponde ao ser-para-si”⁷⁵⁰.

De início, a quantidade parece estar além da qualidade, parece negar toda determinação, e dessa forma, parece se opor à qualidade. No entanto, a análise desse conceito mostra que a quantidade é uma qualidade, é a verdade da qualidade, é a qualidade superada. Nos dizeres de Hegel,

O *ser-externo* a si mesmo do quantum na sua determinidade *que é para si* constitui a sua *qualidade*; ele é no mesmo ele próprio e a si está referido. É a exterioridade, ou seja, o quantitativo, e o ser-para-si, o qualitativo, aí reunidos (...). Os *lados* da relação [interior e exterior] são ainda ‘quanta’ imediatos, e a determinação qualitativa e quantitativa são ainda mutuamente extrínsecas. Mas, segundo a sua verdade, isto é, que o próprio quantitativo é relação a si na sua exterioridade, ou que o ser-para-si e a diferença da determinidade estão reunidos, a quantidade é a *medida*^{751, 752}.

Chega-se, dessa forma, à medida⁷⁵³, que nas palavras de Hegel, é a “quantidade qualitativa”⁷⁵⁴ ou o “quantum qualitativo”⁷⁵⁵. A medida é uma quantidade limitada de um ser

⁷⁴⁸ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 103, p. 207.

⁷⁴⁹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 151.

⁷⁵⁰ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 103, p. 207.

⁷⁵¹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 151.

⁷⁵² “Ora, o ser é essencialmente isto: determinar-se a si mesmo; e sua completa determinidade, atinge-a na medida” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 107, p. 214).

⁷⁵³ Vejamos mais um elucidativo resumo de Hegel sobre o processo pelo qual da quantidade, chegou-se à medida. “Mediante o movimento dialético até aqui examinado, a quantidade revelou-se como retorno à qualidade através dos seus momentos. Primeiro tínhamos, como conceito da quantidade, a qualidade supressumida, isto é, a determinidade apenas exterior, não idêntica ao ser mas indiferente a seu respeito. Como acima notamos, é esse conceito o que está também na base da definição comum de grandeza na matemática: ‘aquilo que pode ser aumentado ou diminuído’. Ora, de acordo com essa definição pode parecer antes de tudo que a grandeza é somente o variável em geral (porque aumentar, como também diminuir, significa somente determinar diversamente a grandeza). Mas nisso não seria ela diferente do *ser-aí*, igualmente variável segundo seu conceito (o ser-aí é o segundo degrau da qualidade). Deve assim ser completado o conteúdo dessa definição, de modo que tenhamos na quantidade algo variável que, apesar de sua variação, permaneça o mesmo. O conceito da quantidade mostra-se, por isso, como contendo em si uma contradição; e é essa contradição que constitui a dialética da quantidade. Ora, o resultado dessa dialética não é o simples retorno à qualidade – como se esta fosse o verdadeiro e, ao contrário, a quantidade o não-verdadeiro; mas é a unidade e a verdade desses dois, a quantidade qualitativa, ou a *medida*⁷⁵³. A propósito, pode-se ainda notar que, quando na consideração do mundo objetivo nos ocupamos com determinações quantitativas, de fato é já a medida que temos diante dos olhos como a meta dessa tarefa” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995, adendo oral de Hegel ao parágrafo 106, pp. 212-213).

⁷⁵⁴ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995, p.213.

⁷⁵⁵ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.152.

determinado qualitativamente⁷⁵⁶. Hegel, nesse ponto, aborda o “ser completo”, determinado qualitativa e quantitativamente, tendo ultrapassado a dialética da qualidade – que teve como resultado a superação da qualidade, resultando na quantidade - e a dialética da quantidade - cuja superação deu origem à medida.

À primeira vista, parece possível modificar a quantidade de algo como bem se entende, sem promover com isso uma supressão da medida, “que é uma regra”⁷⁵⁷. Entretanto, caso houvesse uma absoluta independência entre o aspecto qualitativo e quantitativo da medida, ou caso ambos os aspectos sempre coexistissem de modo harmonioso, e assim, caso fosse possível alterar-se o seu quantum indefinidamente, sem provocar nenhum tipo de alteração na qualidade do ser, cair-se-ia no “mau infinito”⁷⁵⁸. No entanto, os dois aspectos da medida estão profundamente imbricados, formando uma unidade contraditória. É possível alterar-se o quantum sem alterar a medida, mas apenas até certo ponto, para além do qual a determinação quantitativa entra em contradição com a determinação qualitativa. Essa contradição é a desmedida.

O desmesurado [ou a desmedida] é, antes de mais, o excesso de uma medida em virtude da sua natureza quantitativa para além da sua determinidade qualitativa. Mas, visto que a outra relação quantitativa, o desmesurado da primeira, é igualmente qualitativa, o desmesurado é de modo semelhante uma medida; as suas transições, da quantidade para o quantum e deste para aquela, podem por seu turno representar-se como progresso infinito – como a supressão e o restabelecimento da medida no desmesurado⁷⁵⁹.

Recorramos, uma vez mais, a um exemplo. Uma caneta de 10 centímetros é uma caneta de tamanho médio, ao passo que uma caneta de 25 centímetros é uma caneta grande. Ambas ainda são canetas. Uma caneta de 5 metros, no entanto, não mais pode ser chamada de caneta, pois perde sua função fundamental, que é a de servir de instrumento para a escrita. Tem-se aí uma mudança qualitativa, ou seja, não se tem uma destruição absoluta do ser, mas ele se torna

⁷⁵⁶ Tomemos, à guisa de exemplo, a medida 5 centímetros. Temos aí uma dada quantidade (o número 5), associado a uma determinação qualitativa (o comprimento).

⁷⁵⁷ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.152.

⁷⁵⁸ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.144.

⁷⁵⁹ Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988, p.154.

algo *qualitativamente diferente*⁷⁶⁰. Nesse sentido, o desmesurado põe uma nova medida; é ele próprio uma medida, uma nova regra⁷⁶¹.

Na dialética hegeliana da medida, as duas determinações constitutivas da medida, a quantidade e a qualidade, parecem, de certo modo, guardar plena autonomia entre si - o quantum parece poder se alterar indefinidamente, sem transformar o ser-determinado, a qualidade do ser. No entanto, logo se viu que existe um limite para além do qual uma mudança na quantidade provoca uma alteração na qualidade, de modo que a medida é negada enquanto tal – pela desmedida. Essa desmedida é ela própria uma medida, pois mesmo ao ser negada, repõe-se. Assim, percebe-se que a medida está em relação ou “está conforme apenas *consigo mesma*”⁷⁶²: a desmedida não é o Outro da medida, mas ela mesma, só que diversa⁷⁶³.

Mas, precisamente, como tudo isso se relaciona à apresentação feita por Ruy Fausto acerca da mudança da substância do valor? Pode-se aplicar essa tese da lógica hegeliana à análise do valor. Este poderia ser considerado como uma medida que tem por determinação qualitativa a característica de ser “simples gelatina de trabalho humano indiferenciado”, mero “dispêndio de cérebros, músculos, nervos, mãos, etc. humanos”, e como determinação quantitativa ser trabalho socialmente necessário. A dinâmica capitalista conduz a uma diminuição relativa do trabalho mobilizado na produção direta, em função do desenvolvimento das forças produtivas resultantes da aplicação do conhecimento científico, o qual resiste a ser apreendido quantitativamente. Segundo Ruy Fausto e Eleutério Prado, até certo ponto, essa mudança quantitativa não teria qualquer impacto sobre a determinação qualitativa do valor, e portanto sobre o valor enquanto regra, mas ultrapassado esse limite, ela promoveria uma mudança nele, fazendo com que seu aspecto qualitativo deixasse de ser o trabalho abstrato, e passasse a ser o trabalho científico. Teríamos assim uma mudança na substância do valor, ou o

⁷⁶⁰ Hegel usa como exemplo de desmedida a água, que até uma dada temperatura, é apenas uma água cada vez mais quente, mas ultrapassado esse ponto, ela entra em ebulição e sofre uma mudança qualitativa, tornando-se vapor. Um exemplo mais exótico, formulado por Roger Garaudy (1983), seria o seguinte: existem ratinhos de diferentes tamanhos e pesos; no entanto, caso surgisse um “ratinho” de quatro toneladas e cinco metros de altura, ele deixaria de ser um ratinho, e tornar-se-ia um monstro. Acontece que todos esses exemplos não passam precisamente a idéia que está sendo desenvolvida nesse momento, já que nenhum deles consegue frisar a existência de uma ruptura brusca que não é fruto de um processo contínuo e gradual, e que dessa forma não pode ser explicada, prevista, ou antecipada, pela simples análise processual.

⁷⁶¹ “A quantidade, como vimos, não é só suscetível de variação, isto é, de aumento e diminuição, mas como tal é em geral o ultrapassar sobre si mesma. Essa sua natureza, a quantidade também a confirma na medida. Ora, quando a quantidade presente na medida ultrapassa certo limite, também a qualidade que lhe é correspondente é suprimida. Contudo, não se nega nisso a qualidade em geral, mas apenas esta qualidade determinada, cujo lugar é logo tomado de novo por uma outra qualidade” (Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, p. 217).

⁷⁶² Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio* (1830). São Paulo: Loyola, 1995, p.218.

⁷⁶³ Anuncia-se assim a superação da medida, do ser completo, de modo que se passa da Doutrina do Ser à Doutrina da Essência, movimento que não é o caso de se tratar aqui.

surgimento de uma nova medida, uma nova regra, mediante um processo que guarda similitudes com a “dialética da medida”.

Não se pode negar que *haveria a possibilidade lógica* de ocorrer tal mudança radical do modo de produção capitalista; tão radical que talvez significaria o fim do capitalismo (o que evidentemente não ocorreria sem conflitos) e a posição de uma nova forma de sociabilidade, que de maneira nenhuma seria a socialista. Isso sem dúvida tornaria anacrônica boa parte das proposições de Marx (que obviamente são válidas apenas para o modo de produção capitalista), impondo uma monumental renovação teórica⁷⁶⁴.

No entanto, é o caso de acompanhar – e isso será feito de maneira pouco exaustiva - a conceituação de desmedida feita pelo próprio Marx⁷⁶⁵. A primeira acepção “forte” desse conceito surge logo que Marx apresenta o conceito de capital em sua forma mais elementar, no quarto e quinto capítulos de *O Capital*, no bojo da análise do processo de produção imediata. Determinado como o valor que se valoriza, mediante apropriação de trabalho excedente⁷⁶⁶, ele deve sempre se pôr como seu limite e como uma barreira a ser superada. O capital é concebido como um incessante processo de auto-expansão. Não existe uma grandeza ótima, na qual se interrompe naturalmente o movimento do capital. Ao contrário, a grandeza atual deverá ser sempre ultrapassada, à custa do trabalho vivo, de tal forma que o capital se põe como medida de si próprio⁷⁶⁷, à qual deve superar. O capital põe-se enquanto medida de si próprio por meio da desmedida⁷⁶⁸.

⁷⁶⁴ Muito mais radical do que as atualizações das análises de Marx que se tornam necessárias em cada momento do desenvolvimento do capitalismo. No entanto, mesmo nesse caso, de maneira alguma isso tornaria Marx “obsoleto”, pois o objeto em questão, a realidade efetiva, continuaria contraditória, requerendo para seu desvelamento uma análise dialética (não idealista). De qualquer forma, aberta a possibilidade lógica, deve-se considerar se existem reais evidências sobre o desdobrar desse processo no presente, o que não me parece ocorrer.

⁷⁶⁵ Para tanto, irei me valer de diversas análises que Jorge Grespan apresenta no livro *O Negativo do Capital* (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998).

⁷⁶⁶ “O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, tomo I, p.179-180).

⁷⁶⁷ “... a medida desta produção excedente é o próprio *capital*, o nível dado das condições de produção e o impulso desmedido ao enriquecimento e à capitalização pelos capitalistas” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, tomo I, p.203).

⁷⁶⁸ “A medida se fixa, por este ponto de vista, a partir da ‘desmedida’ que configura o capital (...): primeiro, capacidade de converter os limites exteriores em barreiras estabelecidas pelas condições internas à autovalorização; segundo, ilimitação característica de alterações basicamente quantitativas. Como a grandeza a ser delimitada não é meramente a do valor do produto, mas a da ‘produção excedente’ em que ‘todo o processo de acumulação se resolve’ sua medida só pode ser determinada pelo capital, que estabelece o limite desta grandeza e em seguida faz dela uma barreira a superar, isto é, que busca converter o valor excedente em base para nova etapa de acumulação” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.138).

Na realidade, essa idéia de desmedida já se encontrava presente, em sentido mais fraco, no movimento do dinheiro, em sua função de meio de entesouramento. Lá já estava posta de alguma forma a dialética do limite-barreira, ou do limite-fronteira, o processo incessante de superação das limitações quantitativas do dinheiro, algo que é sempre uma quantidade determinada, mas que é potencialmente ilimitado; entretanto, sabe-se que não é o dinheiro em-si que preside o movimento. Nessa passagem de *O Capital* isso é dito com clareza:

O impulso para entesourar é por natureza desmedido. Qualitativamente, ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se imediatamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação. Acontece a ele como ao conquistador do mundo, que com cada novo país somente conquista uma nova fronteira⁷⁶⁹.

Com a posição do capital, o sujeito do processo, esse movimento se enriquece em determinações, e é apresentado por Marx nos seguintes termos:

O capital, pois, como representante da forma universal da riqueza – o dinheiro – constitui o impulso desenfreado e desmedido de ultrapassar suas próprias barreiras. Para ele, cada limite é e deve ser uma barreira. Em caso contrário deixaria de ser capital, dinheiro que se produz a si mesmo. Bastaria deixar de perceber um determinado limite como uma barreira, bastaria se sentir confortável dentro dele, para decair de valor de troca a valor de uso, de forma universal da riqueza a determinada existência substancial daquela. O capital como tal cria uma mais-valia determinada porque não pode criar *at once* [de uma só vez] uma ilimitada; mas o capital é a tendência permanente a criar mais mais-valia. O limite quantitativo da mais-valia se lhe apresenta tão somente como barreira natural, como necessidade, a que ele constantemente procura derrubar^{770 771}.

Com os desdobramentos do conceito de capital ao longo do livro, o conceito de desmedida também sofre alterações. Ao apresentar o processo de extração da mais-valia relativa, Marx já aponta a tendência para a substituição do capital variável por capital constante, ou de trabalhadores por máquinas. Dessa maneira, no bojo do movimento de auto-constituição do capital, de sua produção em escala ampliada, este reduz, ao menos relativamente, sua própria fonte de existência, o trabalho vivo, atentando contra si próprio. Ainda de forma bem fraca, já que, sabemos, esse movimento só pode ser investigado efetivamente no interior da análise do processo global de produção, aponta-se aí um novo tipo de limite do capital, aquele que ele não

⁷⁶⁹ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.112, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.127-128.

⁷⁷⁰ Marx, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973, vol.I, p.277.

⁷⁷¹ “O primeiro significado de ‘desmedida’, específica do movimento de acumulação do capital portanto, vem da infinitude deste movimento, ou seja, de que seu início e fim são qualitativamente idênticos e de que sua diferença quantitativa é constantemente suprimida e repostas” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.130).

consegue converter em barreira a ser superada, e portanto, a agir de acordo com seu conceito, o valor que se valoriza; eis um novo significado de desmedida. Nas palavras de Grespan, “enquanto limite que não é necessariamente transformado em barreira, que não é posto como mero obstáculo a superar, portanto, a desmedida nesta segunda acepção é o inverso da desmedida na primeira acepção, de progresso infinito e desenfreado da acumulação”⁷⁷².

Na exposição do processo de circulação do capital, encontra-se uma nova configuração da desmedida. Nesse ponto, como se sabe, Marx procura investigar o movimento da circulação entendido em sentido mais amplo como o processo no qual o capital (e a mais-valia) assume e abandona sucessivamente diferentes formas - capital monetário, capital produtivo (força de trabalho e meios de produção), capital mercadoria, capital monetário, etc. (D-P-M-D'-etc.). Seu escopo é o processo global da acumulação do capital, que “abrange tanto o consumo produtivo (o processo direto de produção) juntamente com as transformações de forma (materialmente consideradas, intercâmbios) que o medeiam, como consumo individual com as mudanças de forma ou intercâmbio que os medeiam”⁷⁷³.

O segundo volume de *O Capital* trata inicialmente das sucessivas formas que o capital assume em seu ciclo, ou da “metamorfose do capital e seu ciclo”⁷⁷⁴, ou as diferentes formas em que o ciclo do capital aparece: ciclo do capital monetário, ciclo do capital produtivo, e ciclo do capital dinheiro. Na sequência, Marx analisa o tempo de rotação do capital, de enorme importância para o processo de valorização do valor, já que um capital de alta rotatividade produz mais-valia com mais velocidade que um capital de mesma magnitude e composição, mas dotado de rotatividade baixa. No bojo dessa análise, os componentes da produção adquirem uma nova determinação formal, em função da maneira como cada elemento é consumido nesse processo (o que responde ao seu valor de uso): os que são consumidos num único ciclo produtivo, constituem o capital circulante; os que duram mais do que um ciclo, constituem o capital fixo. Desse modo, a análise da maneira como os diferentes elementos da produção são adquiridos e renovados torna-se central; o mesmo acontece com a proporção em que o capital se distribui em suas diferentes formas, que devem coexistir de modo a possibilitar a continuidade do processo de circulação do capital. Ainda no segundo volume, Marx deixa de considerar o capital enquanto capital em geral na figura de capitais individuais, e passa a tomá-los enquanto componentes do capital social total (ainda abstraindo da concorrência). Analisa o entrelaçamento entre os

⁷⁷² Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.145.

⁷⁷³ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.261.

⁷⁷⁴ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984, p.23.

diferentes ciclos dos capitais individuais e seu condicionamento recíproco. Divide tais capitais entre departamentos, o de bens de consumo e o de bens de produção, apresentando a maneira como o capital deve se distribuir entre eles, na forma de capital constante e capital variável, para garantir a reprodução ampliada do capital. Com isso, revela-se que a circulação é a unidade entre produção e circulação, mas tal unidade é apenas alvo de “reflexões gerais”⁷⁷⁵, na medida em que ela ainda não é tomada em toda sua concretude, no bojo do processo concorrencial.

O movimento da circulação do capital dá margem ao surgimento de desproporções interdepartamentais, com potencial para paralisar a circulação e impedir a reprodução capitalista. A possibilidade de uma desarmonia, de uma produção excessiva ou insuficiente num ou noutro departamento, o que acarretaria em prejuízos para o conjunto dos capitalistas, fato esse previsível numa sociedade em que o nível de produção se determina *post festum*, e na qual o equilíbrio é atingido mediante o desequilíbrio, introduz-se um novo significado para o conceito de desmedida. Nas palavras de Grespan, “[A desmedida] se define agora pela necessidade de o capital social dividir seu volume global de valor de acordo com a importância dos valores-de-uso distintos que colaboram para sua reprodução ampliada, ou seja, conforme a função que cada um deles exerce na composição do produto de valor e no seu constante crescimento”⁷⁷⁶.

Na análise do processo global de produção, quando se trata de descobrir e expor as “formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*”⁷⁷⁷, Marx demonstra que a busca por mais-valia relativa se efetiva, de maneira mistificada, através do processo de concorrência entre capitais. Ao invés de buscar reduzir o preço da força de trabalho mediante o barateamento dos produtos consumidos pelos trabalhadores, os capitalistas individuais de todos os setores buscam reduzir os custos de produção, de modo a auferir lucros extraordinários, e de não serem suplantados pelos capitais mais competitivos, o expediente fundamental nesse processo é o revolucionamento das forças produtivas. O capital continua aqui se colocando como medida de si mesmo, mas o parâmetro para os capitalistas individuais é agora a “taxa fetichista de valorização”, a taxa de lucro, que não diferencia entre capital variável e capital constante, considerando a ambos fontes de valor. Com a tendência a substituir força de trabalho por capital constante, diminuindo assim a mais-valia produzida, dá-se a tendência à queda da taxa de lucro, à qual convive com um aumento da taxa de mais-valia, em

⁷⁷⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro III, tomo IV. 1984, p.21.

⁷⁷⁶ Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.179-180.

⁷⁷⁷ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro III, tomo IV. 1984, p.21.

função da diminuição do trabalho necessário, que decorre do mesmo movimento de extração de mais-valia relativa. Assim, ao mesmo tempo e pelos mesmos motivos, coexistem a tendência ao aumento da taxa de mais-valia e à diminuição da taxa de lucro. No entanto, sendo esta a motivação do capitalista individual, sua redução abaixo de certo limite inibe a ampliação e mesmo a continuidade da produção. Trava o movimento fundamental do capital, movimento este que, geralmente, só pode ser retomado após um surto de auto-desvalorização. Com a superacumulação, isto é, com a impossibilidade do capital de produzir valor superior ao valor existente, devido à taxa de lucro encontrar-se em um patamar excessivamente baixo, surge uma nova acepção de desmedida, na qual a medida é perdida de maneira abrupta e violenta.

“Medida pela taxa de mais-valia, a valorização do capital é crescente; ao passo que, ao mesmo tempo, medida pela taxa de lucro, ela é decrescente. É justamente esta oposição entre as duas medidas que define a desmedida: a incapacidade do próprio capital em avaliar univocamente seu processo de constituição, reprodução e acumulação; ou ainda, a perda de referência do capital a si mesmo na determinação de seu devir, de sua autodeterminação”^{778, 779}.

Além dos sentidos apontados acima para o conceito de desmedida em Marx, cabe ainda lembrar que este autor também o mobiliza ao falar dos perniciosos efeitos que o impulso desmedido por valorização do capital exerce contra os trabalhadores, associando-o, portanto, à violência desenfreada e à voracidade desregrada do capital. À guisa de exemplo, em trecho já citado anteriormente, lê-se que “... em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho”^{780, 781}.

⁷⁷⁸ Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.213.

⁷⁷⁹ Note-se a entrelaçamento entre o conceito de desmedida e o conceito de crise – crise de superacumulação, crise de desproporção entre os departamentos -, tal qual este foi apresentado anteriormente. Não irei aprofundar essa discussão, que não é o objetivo deste item, mas apenas mencionar que, como constata Grespan, “... a crise se define como o momento em que as medidas autônomas se opõem, como contradição de medidas ou, na terminologia da *Ciência da Lógica* de Hegel, como ‘desmedida’” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.186).

⁷⁸⁰ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, tomo I, p.202.

⁷⁸¹ “Nas indústrias revolucionadas de início por água, vapor e maquinaria, nessas primeiras criações do moderno modo de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda, é satisfeito primeiramente o impulso do capital para a prolongação sem limites e sem considerações da jornada de trabalho. O modo de produção material modificado e as condições sociais modificadas, que lhe correspondem, dos produtores dão origem primeiramente a abusos desmedidos e provocam então, em contraposição, o controle social, que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho com suas pausas” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, vol.I, tomo I, p.226). E “... se esse prolongamento antinatural da jornada de trabalho, a que o capital visa em seu impulso desmedido de autovalorização, encurta o período de vida dos trabalhadores individuais e com isso a duração de sua força de trabalho, torna-se necessária a mais rápida substituição dos que foram desgastados” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.203). Cf. também Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.182, 394; e Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.30, 103, 115.

5.3. Crítica da pós-grande indústria.

Procurei ressaltar na análise acerca da subsunção real o equívoco de se considerar que Marx nos *Grundrisse* esboçou uma profecia acerca dos desdobramentos do modo de produção capitalista, antecipando uma nova fase da produção que só viria a existir mais de cem anos depois. Ademais, como constata Moraes Neto, “A suposição de uma significativa alteração tecnológica, ou melhor, de uma alteração na natureza da maquinaria, significa considerar que a base técnica de *O Capital* (grande indústria) não é a mesma dos *Grundrisse* (pós-grande indústria). São diferentes as máquinas sob análise no mesmo momento histórico!”⁷⁸².

Procurei salientar também os equívocos cometidos por aqueles que concebem o taylorismo-fordismo em uma acepção genérica, e como desdobramentos da grande indústria. Isso os leva a considerar a contemporaneidade como uma etapa radicalmente nova do desenvolvimento do capital. Seus esforços para apreender teoricamente essas novas características fgeram uma série de contra-sensos.

Procurei ainda demonstrar por meio de uma interpretação da passagem dos *Grundrisse* (no item 5.2 deste capítulo), de que modo os teóricos da pós-grande indústria se vêem obrigado a realizar uma verdadeira ginástica intelectual para dar coerência a sua interpretação do referido texto, na tentativa de relacioná-la com o momento histórico presente.

Acompanhemos novamente o texto de Ruy Fausto que embasou a exposição da noção de pós-grande indústria. O seu ponto de partida é o estabelecimento de algumas diferenciações entre os *Grundrisse* e *O Capital*, de modo a justificar a quase coexistência, na crítica da economia política de Marx, de análises pelo menos à primeira vista conflitantes.

Fausto afirma que em *O Capital* não é feita menção à possibilidade de ocorrerem mudanças essenciais no próprio *processo material* de produção capitalista. Nessa obra, a grande-indústria constituiria o auge do desenvolvimento desse modo de produção, e o ponto a partir do qual se ergueria uma sociedade emancipada. Além disso, *O Capital* apresentaria “uma postura menos otimista no que se refere ao destino que teria o processo de trabalho na sociedade comunista”⁷⁸³, pois dentro dela, a “necessidade se ‘manteria’”⁷⁸⁴.

⁷⁸² Moraes Neto, B.R. Observações sobre os *Grundrisse* e a História. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia - MG. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, p.8.

⁷⁸³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.128.

⁷⁸⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.128.

Já os *Grundrisse* apresenta uma perspectiva bastante diferente - “provavelmente mais interessante”, mas um pouco menos “realista”⁷⁸⁵. De acordo com a interpretação de Ruy Fausto, Marx teria tecido considerações acerca de “modificações por que deve passar o sistema [capitalista] em seu desenvolvimento, modificações que introduzem, sem dúvida, uma ruptura qualitativa”⁷⁸⁶, a qual marcaria o advento de uma nova fase da produção capitalista, com estatuto equivalente ao da manufatura e da grande-indústria⁷⁸⁷. No entanto, Marx não teria apresentado tais reflexões como concernentes a uma terceira fase do desenvolvimento capitalista, acentuando as rupturas em relação à fase anterior (a grande indústria) mediante uma análise conceitual similar àquela feita em relação às outras duas “formas”; antes, ele teria exposto apenas “negações [do capitalismo] no interior da forma específica [a grande-indústria]”⁷⁸⁸. Ruy Fausto se propõe justamente a “sanar” essa “deficiência”.

Além disso, nos *Grundrisse*, em função das alterações materiais pelos quais passaria o processo produtivo, o trabalho “entra ao lado do processo de produção em vez de ser o seu agente principal”⁷⁸⁹, e é o “o desenvolvimento do indivíduo social que aparece como o grande pilar da riqueza”⁷⁹⁰; donde Ruy Fausto conclui que “o processo material de produção (...) deixou de ser o lugar da *necessidade*”⁷⁹¹ - a qual se oporia à liberdade. “*O Capital* aponta assim para uma sociedade que é a mais livre possível, enquanto os *Grundrisse* apontam para uma sociedade plenamente livre”⁷⁹².

Tendo em vista a ênfase que Fausto concede a essa última questão, e que o leva a diferenciar *O Capital* e os *Grundrisse*, convém retomar o que foi dito no primeiro item do capítulo. Assim como em *O Capital*, o sentido geral apresentado nos *Grundrisse* acerca da superação da barbárie capitalista é a existência da possibilidade de que a necessidade “bruta” (relativa à reprodução material da vida humana) deixe de ser algo externo aos indivíduos, algo

⁷⁸⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.128.

⁷⁸⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.128.

⁷⁸⁷ “O estágio descrito pelos *Grundrisse* representa uma terceira forma, cuja predominância define um terceiro momento do modo de produção capitalista (...). Na terceira forma, tem-se a ‘negação’ do trabalho como fundamento do valor, e do tempo de trabalho como medida da grandeza do valor” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.133).

⁷⁸⁸ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.128.

⁷⁸⁹ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.131.

⁷⁹⁰ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.131.

⁷⁹¹ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.131.

relacionado a uma atividade heterônoma fundada na exploração e na dominação de uma “classe” por outra (tal qual teria ocorrido em todos os momentos históricos até então), mediante o emprego de diversas formas de violência; e se torne um produto de “produtores livremente associados”, que “regulam racionalmente sua troca com a natureza (...) em vez de serem governados por ela como por uma força cega”⁷⁹³, de modo que o caráter social da produção seria posto. Desse modo, não acabaria a necessidade, mas surgiria a “necessidade histórica”.

Do mesmo modo, tanto nos *Grundrisse* quanto em *O Capital*, a “verdadeira riqueza” aparece como as “atividades mais elevadas”, o “cultivo do espírito”, realizado no tempo livre (de não-trabalho), mas tal riqueza “só pode florescer sobre aquele *reino de necessidade*”⁷⁹⁴. Não obstante, existe sim uma importante diferença entre as perspectivas apresentadas naquelas duas obras. Nos *Grundrisse*, Marx considera a possibilidade da atividade realizada no processo de produção imediata se tornar “em si exercício da liberdade”, “auto-realização, auto-objetivação”, na medida em que fazem parte do processo de “desenvolvimento do indivíduo social”, e por haver essa profunda ligação entre ambos os momentos, de trabalho e de não-trabalho, de liberdade e de necessidade; esta necessidade, enquanto necessidade, confunde-se com a liberdade, ou melhor, já se torna liberdade, mas não liberdade plena (que só existiria eliminando-se completamente o tempo de trabalho despendido diretamente na produção material). Já em *O Capital*, como vimos, a cisão entre as duas esferas (da liberdade e da necessidade) é apresentada como sendo mais sólida.

Ambas as obras destacam a importância de mudanças materiais no processo produtivo para o advento de uma sociedade emancipada, de modo que Fausto se equivoca ao dizer que “o processo material de produção que corresponde ao comunismo, tal como é pensado em *O Capital*, não é qualitativamente diferente do da grande indústria”⁷⁹⁵. Ele extrai tal conclusão da interpretação segundo a qual em *O Capital*, a base sobre a qual se ergueria uma sociedade emancipada seria a base da grande-indústria, enquanto que nos *Grundrisse*, essa base seria a pós-grande indústria, materialmente diferente da fase anterior.

⁷⁹² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.145.

⁷⁹³ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.145.

⁷⁹⁴ É por isso que vimos, em ambas as obras, ser fundamental para a emancipação humana a criação de tempo livre.

⁷⁹⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.145.

Cabe ainda abordar outra distinção que Ruy Fausto aponta entre os *Grundrisse* e *O Capital*. Baseando-se numa passagem já transcrita e comentada dos *Grundrisse* na qual se encontra a famosa proposição de que “... o capital é ele próprio a contradição em processo...”, Fausto afirma:

A contradição do capital que se assinala aqui não é a que se analisa em *O Capital*, ou preferindo, não é considerada no mesmo grau, e por isso muda de caráter. Em *O Capital*, a contradição consiste em que o desenvolvimento do sistema (desenvolvimento que só pode se fazer pela substituição crescente da força de trabalho pela maquinaria), ao aumentar a composição orgânica c/v ⁷⁹⁶, tem como resultado, já que a mais-valia vem de v (e supostas certas condições), a redução da taxa de lucro PI/C . O sistema iria à ruína, porque a sua finalidade é acumular mais-valia e, se a taxa de lucro for muito baixa, cai o estímulo (objetivo e subjetivo) para que a acumulação prossiga. Os *Grundrisse* nos põem diante do mesmo movimento, só que eles consideram não os efeitos *formais* imediatos de uma mecanização crescente, mas os efeitos *materiais* – que entretanto anunciam revoluções formais – de uma mecanização que *transfigurou* a relação da *ciência* para com a produção. Estamos, assim, diante de uma verdadeira transformação – como vimos, o termo se encontra no texto – do processo produtivo, de uma mutação tecnológica, e os efeitos formais considerados não atingem apenas o nível, que é afinal fenomênico, da taxa de lucro, mas os “fundamentos” do sistema. A mutação tecnológica não produz contradições internas no sistema, ele provoca a explosão de suas bases. O resultado é a revelação do que é a “verdadeira riqueza”⁷⁹⁷.

Não é o caso de criticarmos aqui a forma extremamente simplificada por meio da qual Ruy Fausto expõe a “contradição do capital”, tal como ela seria apresentada em *O Capital*, mas cabe novamente discordar da diferenciação que é feita entre as duas obras. Convém reiterar, como faz Ruy Fausto, que aquele movimento contraditório fundamental do capital, que o leva a criar incessantemente tempo (potencialmente) livre, e concomitantemente a convertê-lo em tempo de mais-trabalho (produtor de trabalho excedente, mais-valia) é exposta tanto nos *Grundrisse* quanto n’*O Capital*⁷⁹⁸. Na minha interpretação a diferença entre as duas obras é que na primeira, esse movimento tornaria explícita a contradição do sistema capitalista, e com isso se desencadearia uma revolução que “explodiria” essa formação social; enquanto na segunda tal possibilidade não é aventada. Nesse ponto, a exposição d’*O Capital* se mostrou superior à dos *Grundrisse*.

Tratando do “conceito” de pós-grande indústria Ruy Fausto afirma que, diferentemente da perspectiva d’*O Capital*, nos *Grundrisse*, Marx “supõe uma espécie de prolongamento da vida do sistema (...) e uma espécie de quase-ruptura (auto-ruptura) estrutural dele...”⁷⁹⁹. Assim, a negação da grande-indústria por sua própria dinâmica não conduziria diretamente ao socialismo,

⁷⁹⁶ c = capital constante, v = capital variável, C = capital total (nota de Ruy Fausto).

⁷⁹⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.132.

⁷⁹⁸ Cf. o segundo capítulo desta dissertação, sobretudo no que tange à produção da mais-valia relativa.

⁷⁹⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.129.

mas haveria um “interregno”, uma “etapa”, no qual o capitalismo ainda subsistiria, apesar daquela negação.

Já ficam explícitas aí as enormes diferenças entre a interpretação que sustentei e a de Ruy Fausto. Como tentei demonstrar anteriormente, nos *Grundrisse* não há quaisquer traços de um prolongamento do sistema capitalista e muito menos a descrição de uma nova forma capitalista, havendo, ao contrário, uma passagem da grande-indústria ao socialismo, mediante um processo revolucionário apenas sutilmente suposto; e do mesmo modo, não há nada que aponte para uma “auto-ruptura estrutural” do sistema; o que configuraria uma espécie de “semi-superação técnica” do capitalismo.

Como discordo desses dois elementos basilares da análise de Ruy Fausto, surgem diferenças em relação a todo o desenvolvimento subsequente de sua argumentação, que segundo me parece visa “amalgamar” proposições de Marx sobre a grande-indústria e sobre a “sociedade emancipada”, apresentando-as como se se tratasse de considerações sobre a “pós-grande indústria”. De fato, em grande medida Ruy Fausto logra desenvolver uma análise coerente e rigorosa; entretanto, tal análise não é fiel às concepções e proposições de Marx. Restringir-me-ei a sintetizar e a criticar os principais argumentos de Ruy Fausto.

Depois de apontar para o “prolongamento do sistema” e para sua “quase-ruptura estrutural”, Ruy Fausto assevera que “se a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, a pós-grande indústria seria a segunda negação do processo de trabalho, e na realidade a negação da negação. Mas se a grande indústria representa a posição (material) adequada do capital no processo produtivo, poder-se-ia dizer também que a pós-grande indústria representa a segunda posição material...”⁸⁰⁰. Compreender essa “terceira forma” do processo de produção capitalista significa entender esses dois movimentos.

Como é exposto em *O Capital* - e como o próprio Ruy Fausto reitera em outros momentos do texto que estamos analisando -, na manufatura o sujeito do processo de produção é o “trabalhador coletivo”, o conjunto de trabalhadores parciais que dominam a produção. Com o advento da grande indústria, o próprio sistema de máquinas se torna o sujeito da produção, e desse modo deixa de existir o “processo de trabalho”, já que os trabalhadores mobilizados na produção imediata perdem todo o controle sobre ela, sendo reduzidos à condição de meros apêndices das máquinas. Essa é a primeira negação do processo de trabalho; a segunda

⁸⁰⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.129.

consistiria no fim da subsunção material, decorrente do alijamento dos trabalhadores de dentro da produção imediata, que seriam progressivamente substituídos por máquinas, e passariam a se postar “ao lado da produção, em vez de ser seu agente principal”⁸⁰¹. Esse processo só se desencadeia em função da subordinação da ciência ao processo produtivo, fundamento da “segunda posição material”. Esta consistiria no fato de que na pós-grande indústria a ciência “é posta na matéria”; “a compreensão [científica] da natureza está objetivada nas novas máquinas”; “a ciência se objetiva *enquanto* ciência”; e “a *forma material* [a ciência] *passa a servir a si própria em vez de servir à forma formal* [o capital]”⁸⁰².

Para analisar essas proposições, convém lembrar um trecho dos *Grundrisse*, comentado na página 150 deste texto. Lá Marx assevera que uma das principais características da grande indústria é o fato de o capital passa a açambarcar a ciência, reduzindo-a à condição de mero negócio. É justamente esse processo que torna o capital, a “forma formal”, plenamente adequada à matéria, acarretando um avanço da subsunção material do trabalho ao capital. No entanto, Marx ressalva que isso só se consolida num “estágio mais elevado” da grande indústria. Antes disso (desde a manufatura), o processo de desenvolvimento das forças produtivas se desenvolveu principalmente mediante uma análise e aprofundamento da divisão de trabalho, no sentido de simplificar ou mecanizar as atividades realizadas pelos trabalhadores.

Não é só nos *Grundrisse* que encontramos reflexões nesse sentido; em *O Capital* também aparecem em abundância como busquei demonstrar no decorrer do primeiro item deste capítulo⁸⁰³. Logo, trata-se de um impulso do capital, patente desde os primórdios do modo de produção capitalista, em busca por uma adequação à matéria e pelo domínio pleno do processo produtivo, em oposição ao domínio dos trabalhadores. Poder-se-ia dizer que a grande indústria só surge efetivamente quando o capital se apropria plenamente do processo de produção da ciência, tornando o próprio processo de produção uma “objetivação da ciência”. Tal processo não seria uma característica da pós-grande indústria, como quer Ruy Fausto, mas da própria grande indústria. Não se desenrola no “momento atual do desenvolvimento capitalista”, como à

⁸⁰¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.135.

⁸⁰² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.135, e para as 3 citações anteriores, p.134.

⁸⁰³ “[No modo de produção capitalista] As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila do trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a

sua época acreditava Rosdolsky⁸⁰⁴, e parece acreditar Ruy Fausto, mas já era uma “realidade palpável” na época de Marx (apesar dele ter se desenvolvido imensamente no decorrer do período que nos separa da época dos *Grundrisse*). Convém lembrar ainda que aquela adequação entre forma e matéria não significa que o capital deixou de ser contraditório; é justamente isso que Marx não se cansa de reiterar em diversas passagens (muitas delas já transcritas e analisadas) nas quais enfatiza que “o capital é a contradição em processo” e seu movimento redonda em crises de superacumulação; na criação de imensas desproporções (qualitativas e quantitativas) entre a riqueza efetiva criada e o trabalho que é mobilizado nesse processo; etc.

Marx faz questão de repetir, exaustiva e enfaticamente, que esse processo de desenvolvimento material por si só não implica, de modo algum, num ganho de liberdade, ou numa nova subjetivação do processo produtivo, apesar de ser um pressuposto para isso. Tendo isso em vista, algumas asserções de Ruy Fausto não deixam de causar estranheza, sobretudo por sua aminação de se apresentar como reflexões de Marx acerca da pós-grande indústria. Por exemplo, comentando a passagem na qual Marx afirma que “... o *homem* se relaciona como *guardião e regulador* do processo de produção”, Ruy Fausto afirma que “agora [na “terceira forma”] o termo *Wächter* [guardião] não denota mais uma função de suporte (portador), mas uma função de sujeito, e isto porque se alterou a natureza da maquinaria”⁸⁰⁵.

Em outra passagem, com base no seguinte trecho dos *Grundrisse*: “[O trabalho] entra ao lado do processo de produção em vez de ser o seu agente principal”; Ruy Fausto comenta que “[Na pós-grande indústria] o homem é de certo modo ‘posto para fora’, liberado do processo, mas é assim mesmo que ele passa a dominar o processo”⁸⁰⁶. Além disso, ele nos informa que: “o importante é que [na pós-grande indústria] *a pressuposição riqueza se subjetiviza e se interverte em liberdade*”^{807 808}.

ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.283-284).

⁸⁰⁴ Cf. Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p.356.

⁸⁰⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.130.

⁸⁰⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.131.

⁸⁰⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.138.

⁸⁰⁸ Talvez seja completamente desnecessário repetir, mas nos *Grundrisse* Marx propugna que o próprio movimento contraditório do capital *na grande indústria* revela o absurdo da situação em que tal movimento cria a possibilidade da posição do homem enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que a impede de se realizar. Assim, o homem é progressivamente ‘posto para fora’ do processo de criação da riqueza efetiva, *mas é impossibilitado de dominar esse processo*; é criada uma *riqueza efetiva* num montante sem precedentes, mas a produção da *riqueza* continua a ser fundada na pobreza, no despojamento dos trabalhadores, na sua subsunção *material* ao capital; na sua prisão à uma atividade parcial, e assim por diante.

É o caso de chamar a atenção sobre esse último ponto. A primeira passagem dos *Grundrisse* à qual Ruy Fausto recorre para descrever a pós-grande indústria, diz que a “produção que repousa sobre o valor” pressupõe “o quantum de trabalho utilizado como fator decisivo da produção de riqueza”, mas que o desenvolvimento das forças produtivas cria um “descompasso” entre a “criação da riqueza efetiva” e o quantum de trabalho utilizado nessa produção.

O significado que Ruy Fausto concede à “criação de riqueza efetiva” é a valorização do valor, criação de capital; ou seja, riqueza efetiva significaria *valor*, ao passo que considero mais adequado que *riqueza efetiva* se refira aos *valores de uso* e que o termo *riqueza*, sem a determinação “efetiva”, refira-se à criação de novo valor, quando se trata do capitalismo; e ao “cultivo do espírito”, quando se trata de uma sociedade emancipada. Fausto sustenta a idéia de que a pós-grande indústria seria caracterizada pela mudança na própria substância do valor, o qual “não é mais a cristalização de um tempo posto”⁸⁰⁹, mas que “se dá no tempo”⁸¹⁰, deixando assim de ser tempo de trabalho abstrato objetivado no processo de produção imediata. O valor passa a ser algo *qualitativo*, relacionado à “força dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho”, que por sua vez dependeria “da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia, ou da utilização da ciência na produção”. Dessa maneira, não se poderia mais falar em valor (e, portanto, nem em valorização), mas em “valor negado”⁸¹¹.

A confusão entre riqueza e riqueza efetiva também pode ser observada no seguinte trecho: “Com a pós-grande indústria (...) [a] *riqueza não é mais produzida pelo trabalho, mas pelo não-trabalho*. Isto num duplo sentido. Em primeiro lugar, a riqueza material já não depende essencialmente do trabalho. Em segundo lugar, a riqueza passa a ser essencialmente a ciência (a arte, etc.), e esta é produzida no tempo de não-trabalho. Assim, *a substância da riqueza não é mais o trabalho, mas é o não-trabalho*”⁸¹². Ora, temos aí um verdadeiro *qüiproquó*. A afirmação de que “a riqueza material [ou riqueza efetiva] já não depende essencialmente do trabalho” assenta-se numa leitura de trechos dos *Grundrisse*, que abordam tanto o momento da grande indústria, em função do enorme desenvolvimento da maquinaria que progressivamente dispensa os trabalhadores das funções que eles outrora realizavam, quanto a sociedade pós-capitalista, já que esta pressupõe aquele desenvolvimento, e não se propõe a revertê-lo, mas a “humanizá-lo”.

⁸⁰⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 129.

⁸¹⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.129.

⁸¹¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.130.

A afirmação de que a “*substância da riqueza não é mais o trabalho, mas é o não-trabalho*” também se apoia em passagens dos *Grundrisse*, mas concerne a uma sociedade emancipada, na qual a riqueza passa a ser o “desenvolvimento do indivíduo social”, “sua formação artística, científica, etc.”, que se dá no tempo que não é diretamente despendido na produção, mas que interfere na produção, já que o mesmo indivíduo que passa por esse processo formativo planeja, controla e atua nesse processo de produção, o qual depende cada vez mais dos conhecimentos produzidos socialmente. Ruy Fausto confunde os momentos; ele quer que, *segundo Marx*, a substância da riqueza como desenvolvimento do indivíduo social seja posta dentro dos domínios do capital; ou que o trabalho científico (artístico, etc.) seja a substância da riqueza no momento em que essa substância ainda é o trabalho abstrato. Daí sua tentativa de fazer Marx *afirmar*, por exemplo, que o trabalho científico é não-trabalho, quando na verdade ele diz explicitamente que “a ciência se tornou um negócio”, sendo subordinada ao capital.

Ruy Fausto desenvolve suas análises em nome de Marx, como se fosse uma simples apresentação de idéias presentes nos *Grundrisse*. Ele chega a dizer que vai deixar para outro momento o desenvolvimento de uma interpretação crítica de tais idéias. Entretanto, como se viu, no momento em que ele apresenta a tese de que Marx teria previsto o fim da subsunção real, na pós-grande indústria, ele foge a essa proposta, e propugna que longe do modelo “subordinação formal, subordinação real, subordinação formal novamente”⁸¹³, que teria sido proposto por Marx tendo em mente o “modelo que poderia ser o do *engenheiro que pilota um avião supersônico*”⁸¹⁴, o que teria se verificado efetivamente, por meio do modelo do trabalhador que passa o dia em frente a um computador, é que se manteria certo tipo de subsunção material do trabalho ao capital.

Com isso em vista, Fausto cunha o conceito de subsunção intelectual do trabalho ao capital, trabalho esse que produziria o valor negado, ou o valor desmedido. Para demonstrar o equívoco dessa teorização convém retomar a definição de trabalho abstrato e produtivo. Marx não diferencia o lado intelectual ou mental do trabalho, de seu lado manual, dizendo que o trabalho abstrato é dispêndio de nervos, cérebro, músculos, mãos, etc. Ademais, ainda no capítulo I ele afirma que o fato do trabalho ser mais complexo, e daí evidentemente se inclui o mais intelectualizado, não impede que ele seja diariamente reduzido à trabalho simples. Fora isso,

⁸¹² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.137.

⁸¹³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.136.

Marx aponta que no bojo do processo de negação do trabalho pelo capital, expressão da contradição entre capital e trabalho que constitui a sociedade capitalista, o trabalho é progressivamente expulso da produção direta, perdendo parte de seu conteúdo braçal, e na medida em que passa a consistir na vigília e supervisão da máquina, ganha em certo sentido um caráter mais “intelectual”. Não obstante, ao mesmo tempo se verifica uma tendência generalizada à simplificação e à desqualificação de todos os trabalhos, sejam eles mais braçais ou mais intelectuais, em função do avanço da subsunção real do trabalho ao capital.

No que tange ao conceito de trabalho produtivo, cabe lembrar que no capítulo XIV do primeiro livro de *O Capital*, aquele processo de trabalho que foi abstratamente considerado no capítulo V como algo individual, cujas funções eram reunidas em um único trabalhador que controlava a si mesmo e a todo o processo de trabalho - o qual existia para satisfazer suas necessidades -; e que se caracterizava pela interligação entre trabalho intelectual e manual; torna-se um processo social, no qual o trabalhador primeiramente se converte em uma anomalia, em um simples órgão parcial do trabalho⁸¹⁵. Progressivamente, com o surgimento e desenvolvimento do sistema de máquinas, é reduzido à condição de mero apêndice delas⁸¹⁶, as quais passam a presidir o processo, a ditar o ritmo e a maneira de se produzir. Dessa forma, extingue-se o processo de trabalho propriamente dito, que se torna processo de produção, ou um organismo de produção inteiramente objetivo⁸¹⁷. Com isso, há uma separação radical entre mãos e cérebro, que passam a se “oporem como inimigos”, o trabalhador perde qualquer controle sobre a produção, que também se aparta radicalmente de suas necessidades.

No bojo desse processo, o conceito de trabalho produtivo se amplia por um lado, já que deixa de se relacionar somente aos trabalhadores diretamente ligados à produção, e passa a valer para qualquer “órgão do trabalhador coletivo”⁸¹⁸, seja o “alimentador” da máquina, seja o “engenheiro” mais qualificado. Assim, ambos os trabalhos participam da produção do valor, independentemente de serem mais ou menos intelectualizados.

⁸¹⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.136, grifos meus.

⁸¹⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.256.

⁸¹⁶ Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.43.

⁸¹⁷ Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985, p.17.

⁸¹⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988, p.105.

Marx não deixa de reconhecer que algumas atividades laborais resistem à subordinar-se realmente ao capital, mas isso não impede sua exploração capitalista, e é fato que o processo de subsunção real avançou enormemente, para todo tipo de atividade.

Da perspectiva de Marx, em cuja época já haviam diferenças significativas entre os diversos tipos de trabalho, talvez de maneira muito mais acentuada do que hoje em dia, é contraproducente cunhar um conceito como o de subsunção intelectual, tendo em vista seus efeitos mistificadores.

Não custa salientar que uma análise adequada do conceito de subsunção real do trabalho ao capital torna evidente os equívocos de Ruy Fausto e de Eleutério Prado em sua consideração, numa abordagem bastante analítica, de que a subordinação formal corresponde à manufatura, e a subordinação real, à grande indústria. Ao contrário, vimos que a subsunção formal corresponde à produção de mais-valia absoluta, e portanto a uma fase de transição para a produção capitalista; ao passo que a subsunção real corresponde à produção de mais-valia relativa. Marx apresenta n’*O Capital* e sobretudo no *Capítulo Sexto Inédito* a divisão manufatureira do trabalho e o sistema de máquina como métodos especificamente capitalistas de extração de mais-valia relativa. Com isso, cai por terra um elemento central da interpretação de Fausto e Prado acerca da manufatura e da grande indústria, a qual está profundamente ligada à apresentação da pós-grande indústria. De todo modo, é surpreendente como escapou à atenção e à memória de leitores tão rigorosos como Ruy Fausto e Eleutério Prado um texto tão importante como o *Capítulo Sexto Inédito de O Capital*, e o fato da análise sobre a cooperação simples, a manufatura e a grande-indústria fazerem parte da seção IV de *O Capital*, denominada “A Produção da Mais-Valia Relativa”.

Cabe analisar, por fim, mais um trecho no qual se tornam evidentes as diferenças entre a interpretação de Ruy Fausto e a apresentada aqui. Em certa altura do seu texto, Ruy Fausto diz que “a pós-grande indústria revela a base primeira do sistema. Essa base se revela miserável, quando o trabalho deixa de ser a fonte da riqueza. Isso ocorre quando o processo material de produção já se modificou”⁸¹⁹. Julgo que, ao contrário, da perspectiva dos *Grundrisse*, a “base do sistema” não é revelada *depois* que o “trabalho deixou de ser a fonte de riqueza” em decorrência de uma “mudança do processo material de produção”; mas essa revelação acontece como *consequência* do movimento contraditório da fase da grande-indústria, que ao mesmo tempo em

⁸¹⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002, p.131.

que necessita pôr o trabalho como fonte da riqueza, cria enormes barreiras para fazê-lo. A modificação material da produção que faria com que o valor fosse negado, e conseqüentemente que o trabalho deixasse de ser a fonte de riqueza seria na verdade uma conseqüência daquela revelação, e não sua causa; e só poderia advir no bojo de um processo revolucionário.

Espero ter deixado claro que em nenhum momento Marx vislumbrou a possibilidade de mudança da substância do valor no interior do capitalismo⁸²⁰, nem postulou a possibilidade do correlato advento de uma outra forma de produção dentro dos limites do modo de produção capitalista.

⁸²⁰ Cujo pressuposto, vale repetir, “é – e permanece – a massa de tempo de trabalho direto, a quantidade de trabalho empregado, como o fator determinante na produção de riqueza”.

Anexos

Esboço de uma análise marxiana do Estado

Uma forma de se iniciar a abordagem da perspectiva marxiana do Estado é remeter à sua noção de totalidade, a qual pode ser apreendida em diversas passagens das obras de Marx. A despeito das diferenças, seja na *Introdução de 1857*, onde é exposta a relação entre produção, distribuição, troca e consumo, seja na apresentação do processo global da produção capitalista, no terceiro volume de *O Capital*, onde vemos a relação entre os capitais particulares e o capital global, seja mesmo na análise sobre o “mero” processo de compra e venda, no terceiro capítulo do primeiro livro de *O Capital*, a totalidade é sempre vista como um processo, como um *movimento* rigorosamente dialético de autonomização de momentos copertinentes⁸²¹.

No primeiro caso, na referida *Introdução*, vê-se, em primeiro lugar que a produção é sempre um ramo particular e, ao mesmo tempo, uma totalidade, o que se pode interpretar da seguinte forma: a produção deve ser produção de algo, de algum bem ou mercadoria particular, logo, uma produção particular. Ao mesmo tempo, ela não pode existir apenas como um ramo particular, isolado, mas sim como uma multiplicidade de ramos de produção, profundamente articulados, e que constituem uma totalidade, mas uma totalidade que não é um mero agregado de diversos elementos particulares, mas em certo sentido comanda suas próprias partes. Ou seja, a produção deve necessariamente se particularizar em ramos de produção diversos, e nesse processo, ao mesmo tempo, esses ramos constituem uma totalidade, a totalidade da produção.

Ademais, Marx demonstra que a distribuição, a troca e o consumo são formas de *diferenciação* da produção, uma totalidade que as põe enquanto momentos de sua própria constituição. Mas isso não significa que aqueles são meros reflexos - na acepção usual do termo - da produção, os quais responderiam mecanicamente aos movimentos daquela. Ao contrário, a produção só existe e se constitui enquanto totalidade através dessa diferenciação/particularização, de tal forma que existe a um tempo uma determinação recíproca entre produção, distribuição, troca e consumo, bem como sua diferenciação, ou seja, a autonomização desses momentos. Não obstante, isso não quer dizer que a produção, a troca, a distribuição e o consumo tenham exatamente o mesmo papel na unidade que compõe; ao contrário, a produção, ponto de partida e de chegada do processo, exerce função predominante⁸²².

⁸²¹ Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, vol. II, p.936.

⁸²² “A conclusão a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção não só predomina sobre si própria, na definição antitética da produção, mas também sobre os outros momentos. O processo sempre retorna a ela para recomençar, renovado. A não predominância da troca e do consumo é auto-evidente. O mesmo acontece com a distribuição enquanto distribuição de produtos,

Do mesmo modo, no caso da relação entre capitais individuais e capital global, o capital se constitui enquanto uma totalidade que só existe por meio de suas diversas partes⁸²³; ou seja, o processo de totalização deve forçosamente ser acompanhado por um processo de particularização, e de autonomia em relação ao todo e entre si, até o ponto dessas partes se constituírem enquanto indivíduos, ou capitais individuais⁸²⁴. Nas palavras de Grespan, “Cada capital individual constitui, entretanto, apenas uma fração autonomizada do capital social total, dotada, por assim dizer, de vida individual, assim como cada capitalista individual constitui apenas um elemento individual da classe capitalista. O movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais”⁸²⁵. Não obstante, através desse processo de autonomização dos capitais, estes agem como se não houvesse um elemento totalizador, como se a finalidade geral de valorização do valor fosse apenas sua finalidade particular. Assim, buscando realizar seu próprio interesse o capitalista individual faz valer a finalidade do todo, mas isso geralmente *contra* os demais capitalistas individuais. E não obstante, em muitos momentos ele inclusive atenta contra o todo, o que se revela, por exemplo, na tendência à queda da taxa de lucro⁸²⁶.

No último caso, a compra e a venda, momentos evidentemente complementares que existem um em função do outro, dissociam-se no tempo e no espaço, adquirem uma aparente autonomia e se autonomizam até parecerem indiferentes entre si, mas isso apenas até certo ponto, além do qual “a unidade se faz valer violentamente através de uma – crise^{827, 828, 829}”.

já que a distribuição dos agentes da produção é ela própria um momento da produção. Uma [forma] determinada [da] produção determina [formas] determinadas de consumo, distribuição, troca assim como *relações determinadas entre estes diferentes momentos*” (Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.38). Entretanto, não custa insistir que “Reconhecidamente, entretanto, *em sua forma unilateral*, a produção é ela própria determinada pelos outros momentos (...). Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico” (Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.38-39).

⁸²³ “... como o valor forma a base do capital, [como] existe, portanto, necessariamente só através da troca por um contra-valor, ele necessariamente se repele a si mesmo. Um capital universal, sem capitais estranhos diante de si com os quais ele troque (...) é, por isso, um absurdo. A repulsão dos capitais uns dos outros já está nele enquanto valor-de-troca realizado” (Marx citado por Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.193).

⁸²⁴ “Ou seja, o capital social não é concebido como uma universalidade homogeneizante em que a individualidade se dissolve e se transforma em mero caso singular, e sim como um todo que institui a diferença para dela se constituir enquanto relação, que precisa da diferença também enquanto diferença, permitindo uma ‘autonomização’ que confere a seus termos ‘vida individual’” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 172).

⁸²⁵ Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.261.

⁸²⁶ “A concorrência (...) realiza e condena, na repulsão e negação dos ‘muitos capitais’ uns dos outros, os vários momentos em que a autonegação do capital se desenvolveu. Ela mesma é uma forma mais rica e plena do desenvolvimento desta última, é a forma em que a ‘tendência interna’ à autodeterminação e autonegação do capital em geral, se efetiva como ‘necessidade externa’ de mútua determinação e negação dos singulares” (Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.198).

⁸²⁷ “Se, por exemplo, compra e venda – ou o momento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fases, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, a

Nessas diferentes passagens, pinçadas quase que ao acaso, e que expressam diferentes níveis de abstração, trata-se da constituição de unidades contraditórias, unidades *na* e *pela* diferença, desenvolvimentos da contradição fundamental da sociedade capitalista, a contradição entre capital e trabalho, constitutiva do capital em sua forma mais elementar de desenvolvimento. Com isso, tem-se alguma idéia da noção de totalidade (contraditória), importante para se compreender a relação entre a economia e o Estado, forma de diferenciação do capital.

Apesar das inúmeras referências e proposições de Marx acerca do Estado e da política que podem ser encontradas em diversas de suas obras, e ignorando aqui as diferenças e similitudes entre os diferentes momentos de sua trajetória intelectual, deve-se constatar, como faz Ruy Fausto⁸³⁰, que uma rigorosa teoria do Estado se encontra pressuposta em Marx, ou seja, em nenhum momento de sua obra é feita uma apresentação do Estado, em sentido rigoroso. Não obstante, “... as categorias de *O Capital* contêm implicitamente, isto é, *pressupõem* (no sentido em que o posto se opõe ao pressuposto como o explícito ao implícito, qualquer que seja o lugar desse último na ordem da apresentação) uma teoria do Estado. Com efeito, se pode ‘tirar’, da apresentação de *O Capital* – não das ‘idéias’ de *O Capital* – uma teoria do Estado”⁸³¹.

Nesse sentido, a apreensão, ou melhor, a *posição* de uma teoria do Estado marxiana impõe o desenvolvimento de uma análise *no plano das formas*, que se baseie na apresentação d’*O Capital*; o que foi ignorado por muitos teóricos marxistas, que buscaram analisar o Estado “a partir do conteúdo representado, sobretudo pelas oposições de classes, oposições concebidas como oposições de interesses. E isto, mesmo quando a análise se pretendia ‘estrutural’”^{832 833}.

autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a *crise*, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados. Não ocorreria nenhuma crise sem esta unidade interior dos aparentemente indiferentes um ao outro” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.936, tradução modificada com base em Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p. 88).

⁸²⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.99.

⁸²⁹ “Na medida que compra e venda, os dois momentos essenciais da circulação, são reciprocamente indiferentes, separados no espaço e no tempo, *não precisam* de modo algum coincidir. Sua *indiferença* pode progredir até a consolidação e a *aparente autonomia* de um face ao outro. Na medida, porém, que eles forma momentos essenciais de um todo, deve sobrevir um momento em que a figura autônoma é rompida violentamente e a unidade interior é produzida exteriormente através de uma explosão violenta” (Marx citado por Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998, p.87).

⁸³⁰ No texto Sobre o Estado, que faz parte do Tomo II da obra Marx: *Lógica e Política*; Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁸³¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.286.

⁸³² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.286.

Vejamos como Fausto aborda o tema. Segundo ele, deve-se de início desenvolver o Estado “em sua forma clássica pura”⁸³³. Para tanto, o ponto de partida é a contradição existente entre a aparência e a essência do modo de produção capitalista. Isso remete às primeiras três seções de *O Capital*, que tratam respectivamente da “mercadoria e dinheiro”; da “transformação do dinheiro em capital”; e da “produção da mais-valia absoluta”.

Nos três capítulos iniciais dessa obra, que compõe a sua primeira seção, é apresentada a aparência do modo de produção capitalista, a esfera da circulação simples, na qual existem apenas indivíduos iguais, que livremente trocam suas mercadorias, pautados pelo princípio da equivalência. Nas palavras de Marx, a esfera da circulação é o “*verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham*”⁸³⁵.

Na segunda seção de *O Capital*, que corresponde ao capítulo IV da obra, a esfera da aparência sofre uma primeira negação. O surgimento do capital impõe que se deixe a esfera da circulação simples, e se adentre a da produção, na qual é feita a distinção dos agentes econômicos em trabalhadores e capitalistas, ou entre aqueles que dispõem dos meios de produção e de capital em forma dinheiro, e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho, e que devem aliená-la como mercadoria para subsistir. Entretanto, como não se esgota a apresentação do processo de valorização do valor, não se tratando do movimento de reprodução do capital, este é posto apenas “como pressuposição externa”.

Já nos capítulos que compõem a terceira seção da obra, o movimento do capital se enriquece em determinações, e se mostra como a relação entre trabalho e capital é essencialmente desigual, nada restando do princípio de equivalência que vigora no plano da circulação. Não me deterei neste momento; entretanto, deve-se chamar a atenção para algo que julgo relevante. Nas palavras de Grespan:

Tal como na realidade do sistema capitalista, as formas mais abstratas sempre se integram como momento das mais concretas, apresentadas depois e a partir delas, embora ambas oponham-se dialeticamente. E mesmo com esta oposição, o nível mais abstrato não chega a configurar uma totalidade da mesma envergadura que o mais concreto, o que constituiria uma contradição ‘para si’ e fundaria um quadro categorial novo. Apesar de, dialeticamente, a exposição ter uma forma recursivo-progressiva, com o que vem depois sendo pressuposto do que

⁸³³ Segundo Ruy Fausto, a obra de E. Pashukanis, *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, constitui a única exceção a esse quadro, fora alguns trabalhos que estavam sendo produzidos sobretudo na Alemanha, nas décadas de 1970 e 1980, ou seja, na mesma época em que o próprio Ruy Fausto estava a elaborar o texto que nos serve de referência. Alguns desses trabalhos foram compilados no livro *Estado e Capital, um debate marxista*, organizado por J. Holloway e S. Picciotto (cf.1978).

⁸³⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.290.

⁸³⁵ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988, p.145.

vem antes, tanto quando este é daquele, há um domínio das formas mais ricas e complexas, nas quais as mais abstratas e iniciais não são eliminadas, mas redefinidas em seu papel. Daí que o caminho da exposição categorial seja o da concreção, no sentido do ‘concreto como síntese de múltiplas determinações’ contraditórias, como diz a Introdução de 1857⁸³⁶.

Dessa maneira, ao passarmos da esfera da aparência para a esfera da essência, a primeira, apesar de negada, não é suprimida; ao contrário, a esfera da produção põe e pressupõe a esfera da circulação, mas a relação entre as duas não é de equivalência: a esfera da essência em certo sentido prepondera sobre a esfera da aparência.

Segundo Ruy Fausto, a apresentação do Estado deve partir justamente dessa contradição entre aparência e essência, e não da contradição de classe, como já foi dito; mesmo porque na esfera da circulação nem mesmo há classes ou contradição, e na esfera da produção simples “a contradição não é suficiente para uma apresentação rigorosa do Estado”⁸³⁷.

Assim, em primeiro lugar, deve-se constatar que aquela relação de troca de equivalentes entre indivíduos iguais, que existe na esfera da circulação simples, não é meramente uma relação econômica, na qual os indivíduos são suportes: ela é também uma relação jurídica, que existe nesse momento independentemente do Estado. Nos dizeres de Marx,

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar os olhos para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, por outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se ponham em relação umas com as outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionam entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica ela mesma (...). As pessoas só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são do que personificações das relações econômicas, e é como portadores destas que elas se defrontam^{838 839}.

⁸³⁶ Grespan, J.L. A Dialética do Averso. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã/CEMARX/IFCH, 2003, pp.41-42, grifos meus.

⁸³⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.294.

⁸³⁸ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988 p.79, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.295.

⁸³⁹ Dessa passagem, como aponta Ruy Fausto, pode-se depreender a refutação das usuais concepções acerca da relação entre infra e superestrutura, já que a “relação jurídica (...) se acha no próprio nível da relação econômica” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.296). Para o autor, as noções de infra-estrutura e superestrutura podem ser mantidas, conquanto elas sejam tomadas como ‘níveis’ [“termo que por si só já não é bom”] justapostos e isto, mesmo se se supuser que há não só condicionamento mas também causalidade

A tarefa agora é se passar dessa relação jurídica, que aparece como plenamente circunscrita à sociedade civil, ao Estado. Isso se faz de maneira simples, na medida em que a relação jurídica pressupõe a lei, a qual é posta pelo Estado: “A lei enquanto lei é posta pelo Estado, O direito se torna [assim] direito positivo”⁸⁴⁰. No entanto, é necessário agora explicar por que ocorre a posição da lei pelo Estado.

Para começar a responder essa questão, Ruy Fausto remete ao conceito de ideologia, que cumpriria papel semelhante à posição da lei pelo Estado, nesse momento da apresentação. Assim, quando o Estado estabelece a mencionada relação jurídica como lei, ou seja, quando ele através da legislação nega o momento essencial, marcado pela desigualdade entre os diferentes indivíduos, ele busca afastar a contradição que existe entre as esferas da aparência e da essência. Entretanto, é somente com isso que pode se dar a inversão da aparência em essência. Em outras palavras, ao negar a essência pondo legalmente a aparência de igualdade entre contratantes, o Estado permite a existência ou a posição da desigualdade essencial que por sua vez nega a aparência⁸⁴¹. Por isso, “a negação é posição e a posição negação”⁸⁴², e “o negado se apresenta como posto e o posto como negado”⁸⁴³.

Mas com tudo isso ainda não se respondeu à questão do por que o Estado põe a lei. Isso acontece, segundo Ruy Fausto, pela própria *inversão* (que ele chama “interversão”), ou porque a lei “contém em si o princípio do seu contrário”⁸⁴⁴, ou, “como diz Marx, é uma lei que não se efetiva, que não obedece a si mesma e a que não se obedece senão pela sua transgressão”⁸⁴⁵. Pensemos na relação entre um trabalhador e um capitalista. Caso eles estabeleçam uma relação de troca, ou caso o trabalhador aceite vender sua força-de-trabalho a um preço que o capitalista

recíproca, etc.” (Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.298).

⁸⁴⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.297.

⁸⁴¹ O que remete, entre outras obras, à *Questão Judaica*: “Mas a supressão política da propriedade privada não abole unicamente a propriedade privada; pressupõe de fato a sua existência. O Estado elimina, à sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções não políticas, ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo o membro do povo é igual parceiro na soberania popular, e ao tratar do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem à sua maneira, a saber: como propriedade privada, como educação e profissão (...) Longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida em que as pressupõe; apreende-se como Estado político e revela a sua universalidade apenas em oposição a tais elementos” (Marx, K. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993, p.44).

⁸⁴² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.299.

⁸⁴³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.300.

⁸⁴⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.300.

está disposto a lhe pagar, a lei foi ao mesmo tempo obedecida e negada, já que na fábrica o trabalhador será reduzido à condição de capital variável e produzirá uma mais-valia que será apropriada pelo capitalista, reproduzindo na esfera da essência a profunda desigualdade essencial que existe entre ambos os “agentes econômicos”.

Ou seja, ao ser obedecida, a lei da troca de equivalentes é transgredida, e da mesma forma, caso seja transgredida (caso se questione a desigualdade presente na esfera da produção), ela é obedecida. De todo modo, “se a possibilidade real da transgressão está dada, se compreende porque a ideologia e o Estado são necessários”⁸⁴⁶.

No entanto, o Estado também age de uma outra maneira, diferente da ideologia, a saber, “na forma da força material e da violência”⁸⁴⁷, seja da forma preventiva ou repressiva. Em ambos os casos ele é violência, o que leva Marx a dizer que o poder do Estado é a “violência concentrada (...) da sociedade”⁸⁴⁸. De um lado, essa violência está ligada à aparência, fazendo com que os contratos se efetivem e sejam respeitados. De outro, através da violência do Estado, “a violência que se encontra na essência da sociedade civil, se manifesta”⁸⁴⁹ - assim, a violência do Estado só pode ser explicada caso seja relacionada à aparência e à essência da sociedade.

Vimos, então, que a violência do Estado pôs (fez aparecer) a violência da sociedade civil; entretanto, enquanto esta última violência nega a aparência da sociedade civil, a violência do Estado tanto nega o momento da igualdade, quanto o realiza. Mas a forma de manifestação da violência do Estado difere daquilo que ela realmente é, ou seja, sendo a essência dessa violência contraditória, sua aparência nega a essência. A lei que garante a equivalência das trocas entre agentes iguais nega e é negada pela essência da sociedade civil, constituída por capitalistas e trabalhadores, e caracterizada, portanto, vale repetir, pela desigualdade. No entanto, como o que aparece é a igualdade, a contestação desta em contraposição à desigualdade essencial surge como violência. Assim, a violência do Estado, posta contra a transgressão da lei que garante a equivalência das trocas entre agentes iguais (uma transgressão da transgressão), aparece como

⁸⁴⁵ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.301.

⁸⁴⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.301.

⁸⁴⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.301.

⁸⁴⁸ Marx citado por Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.302.

⁸⁴⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.302.

reação ou contra-violência da transgressão (aparentemente violenta). O que é violência aparece como contra-violência, e o que é contra-violência aparece como violência.

Em outras palavras, existe uma violência essencial, que consiste na desigualdade que prepondera na esfera da produção; no entanto tal esfera põe como sua aparência a plena igualdade entre os indivíduos da sociedade civil, a qual por sua vez é garantida por lei, posta pelo Estado. Ao se questionar aquela desigualdade essencial, o que forçosamente atenta contra a aparência da sociedade civil onde todos são proprietários livres e iguais - e o que é o mesmo que se transgredir a lei-, realiza-se aparentemente uma violência. E nesse sentido, o Estado, ao empregar a violência contra o transgressor, parece realizar uma contra-violência.

Nas palavras de Ruy Fausto, resumindo os resultados alcançados até o momento,

A sociedade civil é não-violência e violência, igualdade e desigualdade, já que os primeiros termos das dualidades, os quais representam a aparência, se invertem nos últimos que constituem a essência. O Estado põe o primeiro momento – que já remete tanto ao econômico como ao jurídico – enquanto lei. Através disso, o primeiro momento é separado do segundo, mas serve por isso mesmo a interversão do primeiro no segundo. O momento da não-violência e da igualdade é assim posto no nível do Estado. Mas pelo próprio fato de que não é posto isoladamente senão para que ele se interverta, a violência e a desigualdade que constituem o segundo momento devem também aparecer e aparecem enquanto violência do Estado. Entretanto, porque o primeiro momento da sociedade civil é posto isoladamente, a violência do Estado aparece como contraviolência. Há uma ilusão da sociedade civil que consiste em apresentar a violência e a desigualdade como não-violência e igualdade. Esta ilusão é posta no nível do primeiro momento do Estado. O Estado configura a ilusão da sociedade civil. Em segundo lugar, há desmistificação, a essência aparece enquanto violência do Estado. Mas pelo fato de que a aparência enquanto aparência é posta no nível do Estado, este desvelamento da ilusão não é revelação da essência mas nova transfiguração. Se na posição do primeiro momento, a violência (que ele contém ‘em si’) aparecia como não-violência (pelo fato de que o segundo momento era bloqueado), na posição da violência, a violência, reposta, aparece como contraviolência⁸⁵⁰.

Mas é possível fazer um desenvolvimento do Estado num outro sentido. O Estado não apenas põe através da lei a “universalidade abstrata” da sociedade civil, composta por “átomos iguais ligados apenas pelo laço ‘externo’ do contrato”⁸⁵¹; ele também contém um outro momento, no qual os membros do sociedade aparecem como cidadãos. Ruy Fausto chama esse momento de universalidade concreta, no qual não se trata de um agregado de átomos, mas de uma comunidade, uma “totalidade anterior às partes”. A passagem a esse momento já está inscrita na própria posição da universalidade abstrata, na medida em que “é necessário que os átomos

⁸⁵⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.304-305.

⁸⁵¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.305.

tenham sido postos enquanto não-átomos para que a posição da sua totalidade enquanto totalidade de átomos seja possível”⁸⁵². Assim, “o direito posto supõe a comunidade”⁸⁵³.

Quando se passa, por meio da inversão, da aparência para a essência da sociedade civil, tem-se não só a passagem da não-violência à violência, mas a passagem do abstrato ao concreto, ou de uma relação entre iguais contratantes para uma relação entre capitalistas e trabalhadores. Assim, no próprio movimento de interversão da sociedade civil está dado o movimento de concreção; mas esse movimento também aparece de maneira ilusória, pois o concreto surge como universal, escamoteando a profunda clivagem social que existe, a própria existência de classes. Ou seja, enquanto na sociedade civil “o concreto é o concreto da particularidade de classe”, no Estado enquanto comunidade ilusória, o concreto aparece como universal. Novamente nas palavras de Fausto, “o desdobramento do Estado em universal abstrato e universal concreto repõe o desdobramento da sociedade civil em universal e particular, e esse movimento da sociedade civil é já em si passagem ao universal concreto (à comunidade), mas, se se poderia dizer, universal concreto particular, ‘comunidade de particulares’”⁸⁵⁴.

Antes de prosseguirmos, deve-se, assim como faz Ruy Fausto, chamar novamente a atenção para o fato de que a expressão “comunidade ilusória” não suprime o termo “comunidade”, mas “o nega no sentido da *Aufhebung*”⁸⁵⁵,⁸⁵⁶. Assim, a comunidade é um pressuposto do Estado, e a ilusão advém da posição da comunidade como posta, e não

⁸⁵² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.306.

⁸⁵³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.306.

⁸⁵⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.308.

⁸⁵⁵ Na *Lógica*, Hegel nos conta que “*Aufhebung* tem sentido duplicado na língua, de modo que significa tanto como conservar, preservar, fazer cessar, dar um fim” (passagem da *Lógica* de Hegel em Meneses, p. 11). A essa explicação, Marcelo Backes em suas notas à tradução da *Sagrada família* acrescenta que “lingüisticamente, ele [o verbo *aufheben*] significa ‘levantar’ (qualquer coisa do chão), ‘guardar’ (no sentido de ‘conservar’ um objeto, por exemplo), e ‘suspender’ (a revogação da vigência de uma lei, por exemplo)...” (Marx, 2003, p. 12). Desse modo, nota-se como é difícil encontrar um termo na língua portuguesa que dê conta dessa multiplicidade de sentidos de *Aufhebung*, o que justifica as diversas tentativas que já foram feitas. Aqui se opta por traduzi-lo por superação.

⁸⁵⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.309.

pressuposta⁸⁵⁷. Isso implica em circunscrever essa teoria do Estado nos limites históricos do capitalismo, ao mesmo tempo em que não a corta “de todo o discurso geral”⁸⁵⁸.

Toda essa apresentação do Estado no nível das formas, como se pode perceber, foi feita “num tempo categorial de contemporaneidade”, ou seja, os diferentes momentos lógicos que foram expostos ocorrem simultaneamente. A partir desse momento, e como parte final de seu texto, Ruy Fausto busca tecer algumas considerações e análises acerca do Estado contemporâneo, e para tanto, ele parte das leis de desenvolvimento da sociedade civil.

Como ele havia mostrado, o Estado exerce uma função de “guardião da identidade” do sistema, atuando no sentido de garantir a existência da sociedade civil, na medida em que busca impedir que suas contradições a conduzam ao colapso. Segundo o autor, Marx teria subestimado a capacidade do Estado no sentido de “equilibrar” o modo de produção capitalista, um erro que deve ser sanado por qualquer tentativa de se atualizar a teoria marxiana do Estado, principalmente tendo-se em vista a atuação do Estado durante boa parte do século XX (seja o Estado Desenvolvimentista que existiu em diversos países periféricos, seja o chamado Estado de Bem-Estar Social, nos países centrais).

Trabalhando ainda num nível bastante abstrato, Ruy Fausto busca analisar as formas de intervenção do Estado, que mudam, sobretudo de intensidade, em diferentes momentos do capitalismo, e desse modo, existem inclusive nos períodos de vigência do “Estado clássico”. Assim, ele distingue entre a ação do Estado no sentido de regulamentar a concorrência, da sua atuação no sentido de intervir nas relações entre capitalistas e trabalhadores, e essas duas da intervenção do Estado como agente econômico, principalmente através das empresas estatais.

Aquela primeira forma de intervenção, segundo Ruy Fausto, busca reduzir os riscos e assegurar “uma racionalidade menos irracional ao modo de produção”⁸⁵⁹, pois através da concorrência é que “se efetivam as leis do sistema”, ao mesmo tempo em que “irrompem as

⁸⁵⁷ Vale a pena chamar atenção, como faz Ruy Fausto, para o fato de que a questão das pressuposições do Estado nos remetem ao caráter essencialmente histórico da análise de Marx. Em primeiro lugar, a condição de pressuposição ou posição da comunidade corresponde à divisão marxiana entre pré-história e história da humanidade (sobre a qual falaremos mais adiante). Além disso, a maneira como se dá a posição da pressuposição muda em diferentes épocas. Além disso, diga-se de passagem que, como Marx já havia desenvolvido na *Questão Judaica*, e como reitera na *Crítica ao Programa de Gotha* (p. 239), deve-se ter claro ao se falar do Estado que este assume diferentes feições nas diferentes realidades históricas de cada país. Desse modo, falar-se do Estado de maneira genérica, sem se levar em conta as especificidades nacionais, só se faz possível num elevado grau de abstração.

⁸⁵⁸ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.310.

⁸⁵⁹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.316.

[suas] contradições”⁸⁶⁰. Logo, quando o Estado, mediante a sua atuação, busca garantir as leis do sistema, mas contendo as crises, ele acaba por substituir, em certo sentido, a própria concorrência. “É, assim, como se a essência do modo de produção abrisse caminho se libertando da sua aparência”⁸⁶¹.

A segunda forma de intervenção do Estado consiste no reconhecimento jurídico da assimetria que existe entre as partes contratantes quando se relacionam juridicamente os patrões e os empregados. Essa mudança do direito positivo, ocorrida algumas décadas após a morte de Marx, e que se relaciona à luta entre trabalho e capital, dá cabo da aparência de igualdade entre as partes contratantes, e tem implicações sobre a própria forma do contrato de trabalho, que passa a ser em muitos casos coletivo, e não mais individual. Entretanto, mesmo significando uma desmistificação da aparência do sistema, essa mudança não implica na revelação da essência e das suas contradições, na medida em que não se reconhece o próprio contrato como aparente; ao contrário, substitui-se uma aparência por outra, agora marcada pela *diferença*, e não mais pela igualdade. Nas palavras de Ruy Fausto, “No capitalismo contemporâneo não é mais a identidade mas a diferença que oculta a contradição (...). A diferença (...) revela a contradição, no sentido, negativo, de que questiona a identidade, mas ao mesmo tempo a mistifica. A diferença enquanto categoria objetiva (não enquanto fim) é talvez a categoria fundamental do reformismo”⁸⁶².

Assim, a desigualdade essencial do sistema aparece, mas tal qual a violência e o concreto, ela o faz de maneira mistificada: no caso, não como contradição, mas como diferença. Não obstante, essa aparição, que se dá apenas com a análise das leis do desenvolvimento da sociedade civil, acaba por suprir uma “carência” da análise feita “no nível da pura contemporaneidade do sistema”, pois “Na oposição das determinações correspondentes à dualidade aparência/essência da sociedade, oposição que separa a igualdade (identidade)-abstração-não-violência – da desigualdade (contradição)-concretização-não-violência, faltava precisamente a aparição da desigualdade”⁸⁶³.

Mas a aparição da desigualdade como diferença produz outros desdobramentos, na medida em que obriga o Estado a se “preocupar” com as diferenças que existem entre os

⁸⁶⁰ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.315.

⁸⁶¹ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.316.

⁸⁶² Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.319.

⁸⁶³ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.320.

diferentes membros da sociedade, tendo inclusive que garantir o bem-estar da população como um todo. Assim, o Estado passa a aparecer também como comunidade econômica, que é ilusória da mesma maneira que a comunidade política. Ora, assim como esta última, agora o Estado pressupõe uma comunidade econômica, mas a sua forma de manifestação também é mistificada e mistificadora. “Dizer que o Estado pressupõe uma comunidade significa que o Estado assume a realização de certas tarefas, mas que ele as realiza no interior das exigências formais do sistema, sistema que se baseia na exploração e na dominação de classe”⁸⁶⁴.

Em outras palavras, ao reconhecer as diferenças, o Estado acaba por “instituir” uma nova pressuposição – a comunidade econômica -, que possui desdobramentos práticos, de modo que o Estado é levado a atuar no sentido de garantir um certo nível de bem-estar à população. Ao fazê-lo, aquilo que está pressuposto aparece como posto, uma ilusão, já que o Estado evidentemente não pode realizar transformações no sentido de acabar com as desigualdades essenciais do sistema, o que seria o mesmo que se destruir a si próprio⁸⁶⁵.

Passemos agora à terceira forma de intervenção do Estado. De acordo com Ruy Fausto, quando o Estado atua como agente econômico, ele busca “preencher uma espécie de vazio” que redonda da incapacidade dos diversos capitalistas individuais em suprir todas as necessidades do sistema. Assim, por si só a sociedade civil não consegue se manter, não só em função de suas contradições, mas também por ter uma atuação “limitada”.

Segundo Ruy Fausto, o Estado tenta resolver essa incompletude da sociedade agindo sobretudo como um proprietário-capitalista, adquirindo ou criando empresas. Com isso, “tem-se uma espécie de repetição da pretensa acumulação primitiva, que é na realidade uma expropriação primitiva: a separação ente os proprietários dos meios de produção e alguns desses meios – mas isto no interior do sistema”⁸⁶⁶. Em outras palavras, ocorre a “expropriação dos expropriadores, no interior do capitalismo”⁸⁶⁷.

⁸⁶⁴ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.321.

⁸⁶⁵ Essa questão também já foi tratada por Marx em algumas de suas obras, principalmente nas *Glosas Marginais...*, na qual é dito que “Se o Estado moderno tentar superar a impotência da administração [resolvendo as mazelas características da sociedade civil], ele terá que acabar com a atual vida privada. Se ele tentar abolir a vida privada, ele terá que abolir a si próprio, já que ele existe apenas em oposição com a vida privada” (Marx, K. *Notas Marginais Críticas sobre o Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social. por um Prussiano”*. In: *Early Political Writings*. Cambridge (USA): Cambridge University Press, 1995, p. 106-107). Mas Marx constata que “suicídio é contra a natureza”.

⁸⁶⁶ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, pp.326-327.

⁸⁶⁷ Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987a, p.327.

Feita essa apresentação, Ruy Fausto assevera que é a partir do desenvolvimento do Estado no nível das formas que se pode analisar a questão das relações entre os diferentes governos e as classes sociais, ou a relação entre os governos e os interesses de classe. Assim, sobre essa base as diferentes proposições de Marx acerca do Estado e da política, que surgem ao longo de sua extensa obra, ganham maior interesse e inteligibilidade, e servem de subsídio para a continuação da apresentação iniciada por Ruy Fausto, com base n’*O Capital*. Longe de termos a pretensão de realizarmos essa tarefa, é o caso de procedermos a um pequeno resgate da crítica de Marx ao Estado e à política. Mas antes é o caso apenas de constatar algumas limitações da abordagem de Fausto; em primeiro lugar, este autor não busca dar cabo do assunto, mas sobretudo indicar um caminho para a apresentação do Estado, a qual evidentemente pressupõe uma análise mais detida sobre a sua origem histórica, e sobre seu desenvolvimento, mediante uma pesquisa histórica de maior fôlego. Além disso, faz-se necessário levar em consideração não só a relação entre os governos e as classes sociais, mas também as especificidades nacionais, o desenvolvimento do comércio exterior e do mercado mundial, entre vários outros fatores. De todo modo, salta à vista o fato de Ruy Fausto deter suas considerações sobre o desenvolvimento histórico da forma-Estado em elementos característicos do chamado Estado de Bem-Estar Social, em um momento em que seus limites já se tornavam evidentes, e se construía o chamado Estado Neoliberal.

Voltando à tarefa de resgatar brevemente algumas considerações de Marx acerca do Estado e da política, deve-se deixar claro, antes de mais nada, que a crítica da política é inextricável das demais críticas marxianas (que incidem fundamentalmente sobre a filosofia e a economia política), de modo a alertar para as limitações desse procedimento e os riscos que correrei em diversos momentos do presente texto ao isolar a crítica da política e do Estado do conjunto que perfaz o pensamento de Marx

Acredito não ser o caso de remeter fartamente aqui ao período que antecede à entrada de Marx na Universidade de Berlin, e, portanto, anterior ao seu contato com o pensamento de Hegel, apesar da evidente importância do meio familiar, do tipo de educação que ele recebera nesse período e de todo o contexto histórico em que Marx começara sua vida; e apesar da perspicácia, da dedicação e das preocupações com questões sociais que ele já demonstrara desde a sua adolescência. Isso porque foi justamente o brusco e intenso diálogo que Marx se viu forçado a estabelecer com Hegel, em função da hegemonia do hegelianismo em Berlin, que o levou a adentrar um turbulento período de superação de sua antiga base filosófica, o idealismo subjetivo ou idealismo “romântico” de inspiração kantiana e fichteana, e começar o árduo processo de

assimilação *crítica* da dialética de Hegel e de construção de seu próprio pensamento, que se estenderia por muitos anos.

A fase que compreende a primeira metade da década de 1840 constitui para Marx um momento de intensa atividade intelectual, repleto de vicissitudes e radicais transformações, que teve como resultado uma esplêndida produção teórica, cheia de continuidades e rupturas - das quais irei apontar algumas, na seqüência, atribuindo-lhes a importância que lhes é devida; e dessa forma, tomando muito cuidado para não incorrer no erro de apresentar um Marx como que amadurecendo intelectualmente de maneira linear e homogênea, e tampouco cometer o erro oposto, e enfatizar exageradamente nas descontinuidades e no caráter “não-sistemático” desse processo.

É sabido que, após um curto período de completa negação da filosofia de Hegel, Marx passa a abraçá-la com não menos fervor, apesar das grandes restrições que ele levantava em relação ao conservadorismo de Hegel, principalmente no que tange à sua filosofia política, entendida como uma apologia ao estado prussiano. Sabe-se também que esta postura aproximou Marx dos “jovens hegelianos”, ou “hegelianos de esquerda”, e da filosofia da autoconsciência, que impunha a submissão de todo o existente à razão, ou melhor, que considerava que o existente devia *necessariamente* ser transformado até se encontrar em conformidade com a razão. Nesse sentido, obviamente, os jovens hegelianos se afastavam de Hegel, para o qual o existente já havia sido transformado e já era em-si, por-si e para-si racional.

No entanto, apesar da pretensão de manter uma postura radicalmente crítica, os jovens hegelianos simplesmente atribuíam as limitações e o conservadorismo do sistema filosófico de Hegel ao seu comprometimento com a monarquia prussiana, ou seja, a um fator externo ao seu pensamento, rechaçando seu sistema filosófico, mas se apropriando de seu método⁸⁶⁸. E esse ponto marcava a separação de Marx em relação a esses pensadores, que só viria a aumentar com o passar do tempo, pois já nesse momento, começam a despontar traços da sua postura crítica, que se tornam mais evidentes em sua tese doutoral, escrita entre 1839 e 1841⁸⁶⁹. Isso porque nela ele prefere investigar a validade e as limitações de Hegel de maneira imanente, penetrando nas

⁸⁶⁸ Desnecessário dizer o absurdo que é, de uma perspectiva dialética, a separação entre método e sistema, forma e conteúdo; entretanto, vale lembrar que, na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels esclarecem o procedimento adotado por *todos* os jovens hegelianos, que consiste em isolar e criticar um aspecto do sistema hegeliano - as suas representações religiosas -, e voltá-lo contra todo o restante do seu pensamento. Como o sistema de Hegel era muito mais do que uma mera teologia, o conjunto dos neo-hegelianos não conseguiam mais do que realizar uma crítica deveras parcial, deixando todo o restante do edifício teórico hegeliano intacto, e pior do que isso, assimilando-o acriticamente, e portanto, reproduzindo-o inconscientemente e de maneira deturpada, piorada.

⁸⁶⁹ De título *As Diferenças das Filosofias da Natureza entre Demócrito e Epicuro*.

entranhas dessa filosofia – o que seria o único modo de ir além dela, como pretendiam todos os membros da esquerda hegeliana.

Não obstante, pouco depois da redação de sua tese, a concepção de Marx sobre a crítica sofre uma mudança radical. Após terem sido frustradas as suas veleidades de ingressar na carreira acadêmica em função do recrudescimento do autoritarismo do governo prussiano, que depois da ascensão de Frederico Guilherme IV ao trono declarou guerra contra o “hegelianismo de esquerda”, Marx entrou na *Gazeta Renana* – um periódico criado pela burguesia liberal renana –, em meio a um processo de radicalização dos ataques neo-hegelianos ao absolutismo alemão. Durante esse período, Marx, entre outras coisas, toma contato com os “interesses materiais”⁸⁷⁰, percebendo na prática os defeitos de seu entendimento acerca da política e do Estado, que ele então considerava como um elevado produto da razão; conhece o pensamento de Feuerbach; e ouve os ecos do comunismo e do socialismo que vinham da França e da Inglaterra.

Esses fatos foram determinantes para o rumo que Marx passaria a tomar a partir daí. Sufocado pela estreiteza da filosofia da autoconsciência; afligido pela discrepância entre seu entendimento acerca do Estado e aquilo que de fato o Estado se lhe aparecia diariamente; oprimido pelo autoritarismo e pelo atraso da monarquia prussiana; seduzido pela crítica feuerbachiana à especulação idealista; e interessado pelas novas doutrinas que vinham do centro dinâmico do capitalismo; Marx deixa a *Gazeta Renana* e durante alguns meses se dedica aos estudos, tendo como principal objeto a filosofia hegeliana (mormente a sua filosofia política) e a *crítica* dessa filosofia por Feuerbach.

Esse importante e original filósofo partia da crítica à religião (pois essa consistia num importante alicerce da monarquia prussiana), demonstrando que esta era uma forma de usurpação da essência humana, ou de *alienação* dessa essência, que redundava do sofrimento e da opressão que afligem os homens, os quais, em reação, buscavam alento através da duplicação de sua existência num plano ideal, perfeito. Em função dessa constatação, Feuerbach acabou por perceber que essa mesma crítica servia para a filosofia especulativa, pois esta, de maneira geral, substituía Deus pelo Espírito Absoluto, pela Razão. Em contraposição a isso, Feuerbach propõe o resgate dos homens efetivos, reais, sensíveis, que formavam a base material sobre a qual se

⁸⁷⁰ Como diz Marx no célebre Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, no qual ele faz um sucinto relato de sua trajetória intelectual, na GR ele se vê “em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais” (Marx, K. *Prefácio de 1859 (à obra Para a Crítica da Economia Política)*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.50): como o antagonismo entre os proprietários dos bosques e os coletores de lenha; a questão do parcelamento da propriedade fundiária; a situação dos camponeses do vale do Mosela, que redundou na abertura de uma “polêmica oficial” por

estruturavam os mundos alienados da religião e da especulação; ou seja, em lugar da hegemonia do pensado, Feuerbach propugnava a hegemonia do sensível.

É sobre esse fundamento que Feuerbach denuncia a inversão sujeito-predicado característica da filosofia hegeliana, e todo o seu misticismo. Segundo a crítica de Feuerbach, Hegel fazia das idéias - os produtos ou os predicados dos homens reais -, os sujeitos onipotentes, ao mesmo tempo em que fazia dos homens - os verdadeiros sujeitos -, meros produtos ou predicados. Em conformidade com isso, Feuerbach considera tudo aquilo que foge ao sensível, ao imediato, como uma “fantasmagoria”, uma alienação; e assim, ele critica duramente as mediações hegelianas e seu recurso ao método abstrativo. Deslumbrado com esse novo universo teórico construído por Feuerbach, Marx se apropria de seus pontos fundamentais para realizar sua própria crítica à filosofia do Estado de Hegel.

Desse modo, logo de saída já fica evidente o profundo imbricamento entre a crítica à religião, a crítica à filosofia, e a crítica à política: nesse momento, Marx considera que, com Feuerbach, “a crítica da religião foi em grande parte completada e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica”⁸⁷¹, ⁸⁷². No entanto, Marx percebe problemas no pensamento de Feuerbach, pois este se preocupava demais com a natureza, e descuidava da política, como podemos ler em uma carta de Marx a Ruge, de 13 de março de 1843. Nessa mesma carta, também é dito que “Esta [a aliança entre filosofia e política] é a única aliança pela qual a moderna filosofia pode transformar-se numa verdade”⁸⁷³, o que demonstra a importância que Marx atribui à política, nesse momento. No sentido de ultrapassar aquela limitação do pensamento de Feuerbach, ele se debruça sobre Hegel, ou seja, realiza uma crítica da política *através da crítica, nos moldes feuerbachianos*, do que havia de melhor na filosofia política.

Como resultado dessa empreitada, nosso autor percebe que o Estado, longe de ser a encarnação da razão, ou um produto da autoconsciência humana – o que ele afirmava peremptoriamente ainda no período da *Gazeta Renana*⁸⁷⁴, é na verdade uma forma de alienação

parte do governador da província renana; e as discussões sobre o livre-comércio (Marx, K. *Prefácio de 1859 (à obra Para a Crítica da Economia Política)*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982, p.50).

⁸⁷¹ Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, in: Marx, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 77.

⁸⁷² Isso porque, segundo ele, a crítica da religião logra dois avanços fundamentais: torna conhecido o imperativo de se realizar a plena emancipação do homem, como pressuposto para o seu livre desenvolvimento e para a sua felicidade; e constata que a consciência e a realidade efetiva são indissociáveis.

⁸⁷³ Marx citado por Netto, J. P. *A Crítica de 1843*. Revista Escrita/Ensaio nº 11/12. São Paulo, 1983, p. 189.

⁸⁷⁴ Por exemplo, “um Estado que não é a realização da liberdade racional é um mal Estado” (Marx em Barsotti, p. 55); e “... o Estado como um grande organismo no qual a liberdade jurídica, ética e política devem alcançar sua própria realização, e no qual o cidadão singular, obedecendo às leis do Estado, obedece somente às leis naturais da sua própria razão, da razão humana” (Marx em Enderle, 2000, p. 20).

ou uma expropriação brutal das forças sociais. E mais do que isto, Marx percebe que não é possível compreender o Estado por ele mesmo, na medida em que ele não é uma espécie de entidade autônoma, mas sim que ele possui suas bases na sociedade civil.

Segundo J. Chasin, através dessa crítica a Hegel, totalmente esteada em Feuerbach, Marx descobre a “determinação onto-negativa da politicidade”⁸⁷⁵, ou seja, percebe que a politicidade não faz parte da essência humana, sendo um predicado do ser social, ao contrário, apenas ao longo de sua pré-história, ou seja, antes da emancipação humana.

Na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, escrita entre maio e setembro de 1843, o tema da inversão sujeito-predicado possui papel central. Assim, sabe-se que na sua *Filosofia do Direito*, Hegel propugna que o Estado é a verdade da sociedade civil, assim como a sociedade civil é a verdade da família. A isso, Marx responde que “... o Estado político não pode existir sem a base natural da família e a base artificial da sociedade civil; ambas constituem a sua *conditio sine qua non*, mas esta condição é formulada como sendo o determinado, o determinante como sendo o determinado”⁸⁷⁶. Além disso, Marx enfatiza o profundo antagonismo entre a sociedade civil e o Estado, este último sendo visto como um expurgo das forças sociais, uma alienação, a qual deveria ser eliminada através da supressão do Estado político, como resultado da efetivação daquilo que Marx chamou de “verdadeira democracia”. Entretanto, vale dizer, o autor não consegue analisar corretamente as contradições que existem entre o Estado e sua base material, já que nesse momento, sob influência de Feuerbach, ele frequentemente nega as mediações hegelianas e a objetividade das abstrações, negando assim a própria dialética.

Ora, em linhas gerais, essa concepção negativa do Estado e da política e o imperativo de se abolir a ambos, se mantém no decorrer da obra de Marx, enriquecendo-se em determinações. Assim, podemos ler na *Guerra Civil na França*, escrita em 1871, que “Todas as revoluções anteriores só haviam transferido o poder organizado – essa forma organizada da escravidão do trabalho – uma mão para outra. A Comuna não foi uma revolução contra esta ou aquela forma de poder de estado – legitimista, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o próprio estado, esse aborto prodigioso da sociedade; foi a retomada pelo povo, para o povo, de sua própria vida social”^{877, 878, 879}.

⁸⁷⁵ Chasin, J. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. Posfácio ao livro *Pensando com Marx*, de Teixeira, F. J. S. São Paulo, Editora Ensaio, 1995, p.367.

⁸⁷⁶ Marx, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.13.

⁸⁷⁷ Marx citado por Chasin, J. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. Posfácio ao livro *Pensando com Marx*, de Teixeira, F. J. S. São Paulo, Editora Ensaio, 1995, p.370.

Tão logo Marx percebe que o fundamento, a base material do Estado e de todo o conjunto que compõe a totalidade concreta, é a sociedade civil, o conjunto das relações sociais de produção ou o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos numa determinada sociedade, ele passa a perscrutar seu funcionamento, e isso o conduz à economia política, cujo campo de estudos é justamente essa sociedade. Assim, a crítica da política, realizada através da crítica da filosofia política de Hegel, conduz Marx à crítica social⁸⁸⁰.

Deve-se também destacar algo fundamental: aquilo que motivou Marx na elaboração de suas críticas foi a sua revolta contra o próprio metabolismo social capitalista, foi seu inconformismo em relação às abjetas condições de vida da maior parte das pessoas, foi sua ojeriza a uma sociedade que existe em função do aumento das riquezas, negligenciando completamente as verdadeiras necessidades humanas. Assim, as críticas desenvolvidas por Marx sempre se relacionaram com a transformação completa da ordem vigente, e em todas as obras que ele produziu nessa fase de sua vida encontramos, formulado de maneiras diversas, um projeto de radical transformação social.

Como não se pode tratar aqui, uma por uma, das principais obras desse período, em que Marx formula pela primeira vez alguns elementos essenciais de sua concepção de política e de Estado, façamos um breve resumo. Entre meados de 1843 (quando é elaborada a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*) e meados de 1844 (quando são produzidos os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*), ocorreu uma notável evolução no entendimento de Marx sobre o Estado, o qual de início surge como a realização da autoconsciência, depois como mera fantasmagoria,

⁸⁷⁸ Em outro trecho dessa obra, reiterando que a Comuna se tratava da reapropriação pelos operários organizados das forças sociais que haviam sido concentradas pelo Estado, Marx diz que “O regime comunal teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo Estado parasitário, que se nutre às custas da sociedade e freia seu livre desenvolvimento” (Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986, p.75), e teria instituído o “auto-governo dos produtores. Não é, pois, à toa que Marx identificava a experiência da Comuna ao comunismo: “A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o ‘irrealizável’ comunismo! (...) Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardil; se há de substituir o sistema capitalista, se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um pleno comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão o comunismo, comunismo ‘realizável’?” (Marx, K. *Guerra civil na França*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.77).

⁸⁷⁹ Vide até mesmo o *Manifesto Comunista* texto que recorrentemente é apontado como francamente contraditório em relação à *Guerra Civil na França*. Na p.28, podemos ver que a conquista do Estado pelo proletariado significa o uso de alguns de seus instrumentos contra a ordem social vigente, no sentido de transformá-la radicalmente e suprimir o próprio Estado e a própria estrutura de classes.

⁸⁸⁰ Mas não se pode ignorar a importância do *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, de Engels, para esse processo. Nessa obra de 1843, Engels visa denunciar a economia política como uma ciência que fala a linguagem do sistema econômico, reproduzindo e potencializando a lógica da luta desenfreada por lucros. Ao fazer sua análise da economia política, Engels revitaliza a crítica feuerbachiana à religião e à especulação, direcionando-a a essa ciência (ver Engels, F. *Esboço de uma crítica da economia política*, in *Engels*. São Paulo: Ática, 1981, p. 64).

ou mera forma alienada, e progressivamente ganha conteúdo material, que primeiro é atribuído ao morgadio, e logo é encontrado nas próprias relações sociais de produção, ou na dinâmica capitalista mesma, e se encontra de tal maneira subordinado a tais relações ou à tal dinâmica, que atentar contra elas significaria atentar contra si próprio. Junto com a concepção de Estado, obviamente transforma-se a concepção política, que de saída é considerada como um atributo essencial da humanidade, e logo passa a ser encarada como uma negação do homem, uma alienação, um expurgo social. Além disso, a compreensão acerca da sociedade civil se altera profundamente, antes consistindo num conjunto quase que homogêneo de indivíduos isolados, para pouco depois ser compreendida como o espaço em que se travam as lutas de classes. Ao mesmo tempo, a saída para a alienação política e para a subordinação à propriedade privada, tal qual é apontada na *Crítica de 43*, é a democracia radical, direta, que extrapola a mera forma política, sendo ao contrário a reapropriação das forças sociais absorvidas pela esfera política, uma esfera alienada da vida social. Poucos meses depois a democracia redentora é substituída pela emancipação humana (na *Questão Judaica*), que na concepção de Marx superaria a limitada emancipação política; e em ainda menos tempo, a emancipação dá lugar à revolução social (na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito*), resultado da união entre a filosofia e a sua base material, o proletariado. Por fim, e por sua vez, essa concepção é logo substituída pela idéia da revolução socialista, conduzida conscientemente pelo próprio proletariado (nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*)⁸⁸¹.

É o caso de se chamar a atenção para o fato de que, não obstante a crítica de Marx à política, que conclui com o imperativo de sua superação, ele reitera desde 1844 - e reafirma até na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875 -, que a revolução é necessariamente um ato político, na medida em que ela impõe, de uma maneira ou de outra, a remissão ao Estado existente, que constitui uma força material para a manutenção da ordem. Por exemplo, nas *Notas Marginais...*, Marx realiza uma feroz crítica à “compreensão política” afirmando que “Quanto mais desenvolvida e geral é a compreensão política de um povo, mais o proletariado – ao menos no começo do movimento – gasta suas forças em estúpidos, e inúteis, derramamentos de sangue. Por pensar politicamente, ele vê a base de todos os males na vontade todos os meios de resolvê-

⁸⁸¹ E todo esse processo de amadurecimento intelectual só pode ser compreendido quando se leva em conta o decisivo contato de Marx com o movimento proletário socialista e comunista francês e inglês, que além de uma rica produção teórica, ainda promoviam intensas revoltas e sublevações, como a ocorrida na Silésia, que abalavam a ordem da sociedade burguesa. Foi justamente essa experiência de Marx que o possibilitou perceber que o proletariado é o elemento ativo de sua emancipação, e apreender a prática social como a *verdadeira mediação ativa*, elevando a categoria da *práxis* a um novo patamar. Ao reabilitar as mediações, Marx acaba por romper definitivamente com Feuerbach e com o idealismo, ao mesmo tempo em que se reaproxima criticamente da dialética hegeliana.

los no poder e na superação de uma forma particular de Estado”⁸⁸². Não obstante, ele diz que a “Revolução em geral (...) é um ato político. O Socialismo, entretanto, não pode ser realizado sem uma revolução. Isto requer um ato político na medida em que necessita superar e dissolver”^{883, 884}.

Além disso, devemos chamar a atenção para o fato de que a investigação das bases materiais do Estado levam Marx a desenvolver o chamado “materialismo histórico”, tão mal compreendido pela maioria dos autores marxistas e pelos críticos de Marx. Na *Ideologia Alemã*, na qual é exposta essa concepção acerca da história de maneira um tanto desenvolvida, reitera-se em diversos momentos que a compreensão da sociedade deve partir da análise das formas de produção e reprodução material da vida social, a partir da qual é criada a estrutura social, jurídica, e cultural. Segundo Marx e Engels,

Determinados indivíduos que são ativos produtivamente de modo determinado entram nessas relações políticas e sociais determinadas (...) A estrutura social e o Estado emergem constantemente do processo da vida de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não possam aparecer na representação própria ou alheia, e sim como efetivamente são, quer dizer, como atuam, produzem materialmente, portanto como são ativos sob determinados limites, pressupostos e condições materiais que independem do seu arbítrio^{885, 886}.

É com base nisso que Marx irá associar em diversas passagens de sua obra o desenvolvimento do Estado ao desenvolvimento da grande indústria⁸⁸⁷.

⁸⁸² Marx, K. Notas Marginais Críticas sobre o Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social. por um Prussiano”, in *Early Political Writings*, Cambridge (USA), Cambridge University Press, 1995, p. 112.

⁸⁸³ Marx, K. Notas Marginais Críticas sobre o Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social. por um Prussiano”, in *Early Political Writings*, Cambridge (USA), Cambridge University Press, 1995, p. 114.

⁸⁸⁴ No *Manifesto Comunista*, como outro exemplo, Marx afirma que “Toda luta de classes é (...) uma luta política” (Marx, K., Engels, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.17)

⁸⁸⁵ Marx, K., Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.192.

⁸⁸⁶ Passagens como essa, que podem ser abundantemente extraídas da *Ideologia Alemã*, e também da *Miséria da Filosofia*, têm enormes similitudes com um famoso trecho do já referido Prefácio de 1859, no qual Marx afirma que: “O resultado geral a que cheguei [através do estudo crítica da Economia Política] e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”⁸⁸⁶. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes ou, o que nada mais é que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (Marx, K. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982b, págs. 51-52). Entretanto, não trataremos aqui dos problemas dessas proposições, que abriram brechas para leituras extremamente mecanistas e deterministas.

⁸⁸⁷ Na *Guerra Civil na França*, Marx afirma que “À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado” (Marx, K. *Guerra civil na França*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p.70). Da mesma forma, vide *O Manifesto Comunista*, 2001, p.10.

Na *Ideologia Alemã*, no bojo de uma análise que busca historicizar a origem do Estado, Marx e Engels partem da divisão do trabalho, a qual ao mesmo tempo em que torna os indivíduos cada vez mais dependentes entre si, opõe-nos transformando-os em mônadas que buscam seus interesses particulares, de tal forma que surge a necessidade do Estado como um universal ilusório, um elemento agregador e um instrumento de conservação da sociedade. Nas palavras de Marx,

Essa autofixação da atividade social, esta consolidação do nosso próprio produto num poder objetivo sobre nós, que escapa do nosso controle, que contraria nossas expectativas, reduz a nada nossos cálculos é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico [que ocorreu] até aqui, e precisamente a partir desta contradição entre o interesse particular e o interesse comunitário, o interesse comunitário toma enquanto Estado uma configuração própria, separada dos interesses efetivos dos indivíduos e do todo e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em cada conglomerado de família e de tribo, tais como [laços de] sangue, linguagem, divisão do trabalho em maior escala e demais interesses – e particularmente, como desenvolveremos mais adiante, [sobre a base] das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se separam em cada aglomerado humano desse tipo, e das quais uma domina as outras⁸⁸⁸.

Com isso, explicita-se que o Estado exerce uma importante função na manutenção da ordem existente, dando vazão em forma política e controlando, até certo ponto, os conflitos que surgem no seio da sociedade, em função das contradições de classe⁸⁸⁹. “Segue-se disto que todas as lutas dentro do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto, etc., etc., nada mais são do que as formas ilusórias nas quais são conduzidas as lutas efetivas entre as diversas classes”^{890 891}.

Nesse sentido, Marx e Engels põe o Estado como a “expressão idealista-prática” da dominação burguesa⁸⁹². De maneira similar, Marx afirma no *Manifesto Comunista* que “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe

⁸⁸⁸ Marx, K., Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.199, tradução modificada com base em Fausto, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.297.

⁸⁸⁹ “... a luta prática desses interesses particulares [das diferentes classes] que sempre vão constante e efetivamente contra os interesses comunitários e os comunitários ilusórios torna necessária a intervenção e o refreamento práticos pelo interesse ‘universal’ ilusório como Estado” (Marx, K. e Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.200).

⁸⁹⁰ Marx, K., Engels, F. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989, p.199.

⁸⁹¹ Diga-se de passagem que essa idéia já havia sido formulada por Marx em meados de 1843, como fica claro numa carta que ele envia a Ruge, em setembro de 1843: “Tal como a religião é o resumo dos combates teóricos da humanidade, o Estado político é o resumo de seus combates práticos. O Estado político exprime, pois, dentro de sua forma *sub rei publicae*, todas as lutas, necessidades e verdades sociais” (Marx citado por Chasin, no prefácio à *Burguesia e Contra-Revolução*, p.17).

⁸⁹² Marx, K. *A Ideologia Alemã*, Barcelona: Ed. Grijalbo. 1970, p.81.

burguesa como um todo”⁸⁹³. Entretanto, apesar de reiterar em diversos momentos a relação entre o Estado e os interesses da classe dominante, de modo nenhum essa relação é direta e reflexa, como fica claro nas análises de Marx acerca dos processos revolucionários de 1848, sobretudo na França, analisados nas obras *As Lutas de Classe na França* e o *18 Brumário*. Aqui, contrastando claramente com as proposições de que “Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe”⁸⁹⁴, e de que o Estado é o comitê executivo da burguesia, presentes no *Manifesto*, Marx expõe os ferozes conflitos que existem no seio da burguesia francesa, dividida entre burgueses democratas, burgueses republicanos, aristocracia industrial e comercial, aristocracia financeira, etc, que inclusive levam à perda do poder político, através do golpe de Luis Bonaparte⁸⁹⁵.

Como anteriormente tratou-se da teoria política pressuposta em *O Capital*, não tratarei aqui das obras de “madura” crítica da economia política (os *Grundrisse*, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *O Capital*), apesar de serem encontradas nelas diversas e importantes passagens referentes ao Estado, como a que segue:

A forma econômica específica na qual trabalho não-pago se extorpe dos produtores imediatos exige a relação de domínio e sujeição tal como nasce diretamente da própria produção, ao mesmo tempo em que a determina. Aí se fundamenta toda a estrutura da comunidade econômica – oriunda das próprias relações de produção, e, por conseguinte, a estrutura política que lhe é própria. É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (...) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política do Estado numa dada época⁸⁹⁶.

Fiquemos por aqui com esse (tão incompleto) resgate de algumas das proposições de Marx acerca da política e do Estado, com a esperança de ter fornecido alguns elementos para a abordagem dessa importante questão que é a concepção marxiana desses momentos tão fundamentais do modo de produção capitalista.

⁸⁹³ Marx, K., Engels, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.10.

⁸⁹⁴ Marx, K., Engels, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.8

⁸⁹⁵ “... constituição real da sociedade, que de maneira nenhuma consiste apenas nas classes dos trabalhadores e dos capitalistas industriais” (Marx, K. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.928).

⁸⁹⁶ Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p.907.

Biopolítica e biopoder em Negri e Foucault.

Logo no início de *Império*, Negri e Hardt fazem questão de dizer que as duas referências fundamentais do livro são a obra *O Capital*, de Marx, e a *A Thousand Plateaus*, de Deleuze e Guattari⁸⁹⁷. Entretanto, parece-nos que Foucault recebe uma atenção muito maior do que os dois últimos autores, não só pelo número de referências feitas a ele e o número de páginas em que seu pensamento é discutido – segundo uma rápida contagem, ele só perde em citações para Marx, Spinoza e Maquiavel, indo do mais para o menos citado -, mas pela importância de alguns de seus conceitos para a estrutura do *Império*. Isso fica claro quando se lê que: “Em muitos sentidos, a obra de Michael Foucault preparou o terreno para essa investigação do funcionamento material do mando imperial”⁸⁹⁸, que Foucault também demonstra “a natureza *biopolítica* do novo paradigma de poder”⁸⁹⁹; e quando se leva em conta, por exemplo, que existe uma seção inteira do livro sobre a questão da biopolítica, e que este conceito, assim como o de biopoder, de sociedade disciplinar, de sociedade de controle, de governamentalidade, etc., perpassam todo o livro, recebendo também atenção especial em *5 lições sobre Império*.

Neste texto, tentarei analisar o tipo de apropriação que Negri e Hardt fazem do pensamento de Foucault. Para tanto, retornarei a algumas obras do último, e com isso buscarei apresentar interpretações diferentes das que fazem os primeiros acerca de conceitos-chave daquele e da sua trajetória intelectual.

Começemos pela interpretação que Negri e Hardt dão a algumas noções foucaultianas, sobretudo às de sociedade disciplinar, sociedade de controle, biopolítica e biopoder (e aqui farei uso de algumas passagens de *Império* e de *5 lições sobre Império* já citadas anteriormente, no terceiro capítulo da dissertação). Nas palavras dos autores, “Em primeiro lugar, a obra de Foucault nos permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*”⁹⁰⁰; segundo a interpretação deles, “Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismo de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno

⁸⁹⁷ Cf. Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.439, nota 4.

⁸⁹⁸ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

⁸⁹⁹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

⁹⁰⁰ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

social e fornecem aplicações lógicas adequadas para a ‘razão’ da disciplina”⁹⁰¹. Já a sociedade de controle deve ser entendida, “em contraste, como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo da criatividade”⁹⁰².

Vê-se que a sociedade disciplinar e a sociedade de controle correspondem a duas formas predominantes de poder, ambas com pretensões totalizantes de domínio sobre múltiplas instâncias da vida social pelas quais se espraiam. O primeiro tipo de poder, o disciplinar, incide sobretudo sobre os corpos individuais, e se “encarna” em instituições, seu principal mecanismo de difusão e consolidação. Já o poder próprio da sociedade de controle visa principalmente ao “corpo social”, às populações como um todo, e acaba por penetrar fundo na subjetividade individual de maneira mais sutil, silenciosa e generalizada⁹⁰³.

Para apreender com maior precisão a historicidade dessas formas sociais, recorramos a outras passagens de Negri. Segundo ele, “Para atualizar a definição [de sociedade disciplinar] poderíamos dizer que é disciplina aquela que cobre, em uma época contemporânea, todo o tecido social por meio da taylorização do trabalho, as formas fordistas de solicitação para o controle e de controle salarial do consumo, até organizar-se nas formas macroeconômicas das políticas keynesianas^{904,905}, e aqui o espaço da fábrica é paradigmático, pois como diz Negri e Hardt, “... a produção disciplinar e a sociedade disciplinar tendem a coincidir completamente”⁹⁰⁶, e “Uma sociedade disciplinar é, portanto, uma sociedade-fábrica”⁹⁰⁷. Já “Por ‘controle’, no entanto, entende-se o governo das populações por meio de dispositivos que abarcam coletivamente o trabalho, o imaginário, a vida. Também a este propósito, dizendo-o em termos atuais, podemos

⁹⁰¹ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

⁹⁰² Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.42.

⁹⁰³ “Isto é precisamente onde o salto qualitativo mais importantes precisa ser reconhecido: do paradigma disciplinar para o paradigma de controle do governo. O mando é exercido diretamente sobre os movimentos de subjetividades produtivas e cooperantes; instituições são formadas e continuamente redefinidas, ao ritmo desse movimentos; e a topografia do poder já nada tem a ver basicamente com relações espaciais mas é inscrita, em vez disso, nos deslocamento temporais de subjetividades” (Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.340).

⁹⁰⁴ “O *New Deal* produziu a mais alta forma de governo *disciplinar*” (Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.264).

⁹⁰⁵ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.104.

⁹⁰⁶ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.264.

afirmar que a passagem da disciplina ao controle é hoje representada pela *passagem do fordismo ao pós-fordismo*⁹⁰⁸.

Portanto, segundo a periodização e caracterização apresentada por Negri em *5 lições sobre Império*⁹⁰⁹, a sociedade disciplinar corresponderia às “duas fases” da grande indústria, sobretudo à segunda, onde predomina o “trabalhador de massa”, o “fordismo” como padrão dominante de consumo, o “keynesianismo” e o “Estado intervencionista”. Já a sociedade de controle corresponderia à fase subsequente, onde se tem a hegemonia do trabalho imaterial, do operário social, do consumo individualizado e do poder imperial.

Diga-se de passagem que às noções de sociedade de disciplina e sociedade de controle de certa forma corresponderiam, segundo Negri e Hardt, as análises de Foucault acerca das formas de governo, especificamente a transição da “soberania” para a “governamentalidade”. Novamente nas palavras dos autores, “Foucault segue esse movimento em sua análise da passagem no governo europeu entre os séculos XVII e XVIII de ‘soberania’ (uma forma absoluta de soberania centralizada na vontade e na pessoa do príncipe) e ‘governamentalidade’ (uma forma de soberania expressa mediante uma economia descentralizada de governo e administração de bens e populações)”⁹¹⁰. E noutro lugar, “Foucault se refere a essa transição do paradigma de soberania para o de governamentalidade; por soberania ele quer dizer a transcendência do ponto único de comando acima do campo social, e por governamentalidade refere-se à economia geral de disciplina que perpassa a sociedade. Preferimos concebê-la como uma passagem dentro da noção de soberania, como uma transição para uma nova forma de transcendência”⁹¹¹.

Por fim, cabe apresentar a apropriação que Negri e Hardt fazem dos conceitos de biopoder e biopolítica, os quais se relacionam diretamente ao de sociedade de controle. Segundo eles, Foucault demonstra “a natureza *biopolítica* do novo paradigma de poder”⁹¹². O termo biopolítica “designa a maneira pela qual o poder tende a governar indivíduos entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, não somente alguns indivíduos por meio de um certo número de processo disciplinares, mas o conjunto dos seres que assim constituem a

⁹⁰⁷ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.264.

⁹⁰⁸ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.105.

⁹⁰⁹ Cf. p.76-77 desta dissertação.

⁹¹⁰ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.349-350.

⁹¹¹ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.106.

⁹¹² Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

população”⁹¹³. Mais adiante, pode-se ler que “... a biopolítica marca, pois, a passagem da disciplina, isto é, o controle dos corpos dos indivíduos para o controle como tecnologia de poder dirigida às populações”⁹¹⁴.

Dessa maneira, a biopolítica é a designação da prática do poder na sociedade de controle, e o biopoder, por seu turno, designa o próprio poder característico desse momento histórico. Citando os autores, “Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. O poder só pode adquirir comando efetivo sobre a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade”⁹¹⁵, e “O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida”⁹¹⁶.

Logo, é compreensível a centralidade que tais conceitos adquirem em algumas obras de Negri e Hardt. Como se viu no primeiro e terceiro capítulos deste texto, através da análise que fazem da atual fase do desenvolvimento capitalista, aqueles autores entendem que se generalizou um tipo de trabalho, o trabalho imaterial, que é inerentemente autônomo, essencialmente dependente de dimensões da subjetividade humana que não podem ser subornadas materialmente ao capital (a criatividade, o afeto, a comunicação, etc.), de tal maneira que a dominação capitalista adquire caráter político e passa a se dar do *exterior* do processo produtivo, buscando açambarcar todos os espaços da sociedade. Assim, faz-se necessário modificar a base de análise desse modo de produção, cujo desenvolvimento histórico passa a ser visto à luz das transformações das formas de poder.

Antes de avançarmos vale mencionar também que segundo Negri haveria uma “contradição” “no próprio Foucault”, em relação ao conceito de biopolítica. Essa noção estaria, nos primeiros textos em que aparece, “amarrada àquela ‘ciência da polícia’”⁹¹⁷, e nos últimos textos (imagino que Negri se refere aqui aos textos do início da década de 1980, sobretudo ao terceiro volume do *História da Sexualidade*), “a biopolítica representaria a passagem do político ao ético, ou ainda, uma perspectiva de construção ética do corpo, da vida dos prazeres e da vida do trabalho”⁹¹⁸. Para se livrar das dificuldades, Negri, apoiando-se em “estudiosos

⁹¹³ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.102-103.

⁹¹⁴ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.105.

⁹¹⁵ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

⁹¹⁶ Negri, A.; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p.43.

⁹¹⁷ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.105.

⁹¹⁸ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.106.

foucaultianos” – que ele não nomeia - diferencia biopoder e biopolítica: “Denomina-se ‘biopoder’ identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de ‘biopolítica’ quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder”⁹¹⁹.

Essas variações no conceito de biopolítica estariam, portanto, relacionadas às distinções entre momentos da trajetória intelectual de Foucault. Sobre isso, vale aludir a outras duas passagens de Negri, a primeira na qual ele identifica o “desenvolvimento” das idéias de Foucault e dos operaístas, dizendo que ambos passaram do “conhecimento à moral e da moral à ética”⁹²⁰. A outra fala de uma certa transição do pensamento de Foucault do estruturalismo à genealogia, ou da política à ética: “A passagem desconstrutiva do estruturalismo transforma-se aqui em passagem genealógica, e se trata da genealogia de nossa existência, e portanto de uma expressão de potência, ou seja, de uma ética da existência”⁹²¹.

Passemos à obra de Foucault, a princípio tratando de alguns aspectos de sua trajetória intelectual. Depois de abrir a Introdução ao segundo volume da obra *História da Sexualidade: O uso dos prazeres* constatando que esta obra fora elaborada mais tarde do que o previsto e assumira uma forma bastante diferente da inicialmente imaginada, Foucault expõe sucintamente qual era seu projeto de análise, tanto no que tange à “sexualidade”, quanto em termos mais gerais; fazendo-o, ele acaba por fornecer uma importante base para a reconstituição de alguns importantes momentos de sua trajetória intelectual. Irei tratar brevemente deles com base na supracitada Introdução e em diversos outros textos, tentando não incorrer no erro de esvaziá-la, ignorando e obscurecendo a sua riqueza e complexidade.

Nas palavras de Foucault,

... aquilo a que me atenho – a que me ative desde muitos anos – é a tarefa de evidenciar alguns elementos que possam servir para uma história da verdade. Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado⁹²².

Na busca por construir essa história da verdade, até o final da década de 1970 ou início da década de 1980, o esforço de Foucault consistiu sobretudo em analisar “as *problematizações* através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado”⁹²³, e “as *práticas* a partir das

⁹¹⁹ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.107.

⁹²⁰ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.183.

⁹²¹ Negri, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.181.

⁹²² Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.12.

⁹²³ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15.

quais essas problematizações se formam”⁹²⁴. A “arqueologia” daria conta do primeiro objeto de análise, as problematizações; já a “genealogia” daria conta do segundo, as práticas. De maneira sintética, Foucault apresenta seu empreendimento da seguinte forma: “Problematização da loucura e da doença a partir de práticas sociais e médicas, definindo um certo perfil de ‘normalização’; problematização da vida, da linguagem e do trabalho em práticas discursivas obedecendo a regras ‘epistêmicas’; problematização do crime e do comportamento criminoso a partir de certas práticas punitivas obedecendo a um modelo ‘disciplinar’”⁹²⁵.

Essa clareza de Foucault em relação aos projetos desenvolvidos e aos resultados obtidos é acompanhada pela clareza em relação ao fato de que ambos os procedimentos, o “arqueológico” e o “genealógico”, pressupõem e constituem importantes deslocamentos em relação a algumas formas usuais ou canônicas de pesquisa. Entretanto, ele assevera a necessidade de promover “... um terceiro deslocamento a fim de analisar o que é designado como ‘o sujeito’; convinha pesquisar quais são as formas e as modalidades da relação consigo através das quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”⁹²⁶.

Tratando especificamente de sua “história da sexualidade”, Foucault esclarece que

Meu projeto era (...) o de uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendemos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber [“campos de conhecimento diversos que cobriram tanto os mecanismos biológicos de reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento”⁹²⁷, levando-se em consideração o processo de formação dos saberes - GM], tipos de normatividade [“conjunto de leis e normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas”⁹²⁸] e formas de subjetividade [“modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, sentimentos, sensações e sonhos”⁹²⁹, ou ainda as “formas como os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade”⁹³⁰].

No segundo volume de sua *História da sexualidade*, Foucault decide por levar a cabo a análise sobre as formas de subjetividade, promovendo o supracitado “terceiro deslocamento”. Nesse sentido, a tarefa tornou-se “... analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo para si e para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído”⁹³¹.

⁹²⁴ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15.

⁹²⁵ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15-16.

⁹²⁶ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.11.

⁹²⁷ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.9.

⁹²⁸ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.9.

⁹²⁹ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.9.

⁹³⁰ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.10.

⁹³¹ Foucault, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.11.

Em outras palavras;

... a idéia era de pesquisar, nessa genealogia, de que maneira os indivíduos foram levados a exercer, sobre eles mesmos e sobre os outros, uma hermenêutica do desejo à qual o comportamento sexual destes indivíduos sem dúvida deu ocasião, sem no entanto constituir seu domínio exclusivo”; ou de que maneira “... o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito do desejo”⁹³².

E tal projeto de investigação não é totalmente novo, para Foucault. Num texto de 1982, ele diz que o propósito de seus esforços teóricos até então foi produzir “uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. Nesse mesmo texto, pode-se ler que “O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários, ou do compromisso de um com o outro, do que da ordem do ‘governo’”⁹³³, o que também denota uma aproximação da problemática do governo de si, ou das “relações de si para consigo”, que caracteriza o momento da hermenêutica.

Mas mesmo antes disso, no texto “O que é Esclarecimento?”, de 1978, Foucault afirma como tarefa a realização da “ontologia histórica de nós mesmos”, a qual “tem que responder uma série aberta de questões; ela tem que fazer um número indefinido de inquéritos que podem ser multiplicados e especificados tanto quanto quisermos, mas que vão todos se endereçar às questões sistematizadas como segue: Como somos constituídos como sujeitos de nosso próprio conhecimento? Como somos constituídos como sujeitos que exercem ou se submetem a relações de poder? Como somos constituídos como sujeitos morais de nossas próprias ações?”^{934 935}.

É flagrante a semelhança entre essa sistematização, e àquela que vimos caracterizar o projeto da história da sexualidade. E em ambos os projetos aparece a necessidade da investigação do “eixo da ética”, que corresponde ao que foi chamado de “hermenêutica”⁹³⁶. Entretanto, é o caso de frisar que essa hermenêutica não se trata de um certo “retorno do sujeito”; ao contrário,

⁹³² Foucault, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.11.

⁹³³ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.342.

⁹³⁴ Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.49.

⁹³⁵ Nesse texto, Foucault defende um projeto crítico, o de realizar “a ontologia histórica de nós mesmos” (Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.49), que tem como ponto fundamental saber como se pode dissociar o “crescimento das capacidades” da “intensificação das relações de poder” (Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.48), o que conduz ao estudo dos “sistemas práticos”, “das formas de racionalidade que organiza suas maneiras de fazer coisas (...) e a liberdade na qual eles agem dentro desses sistemas práticos, reagindo ao que os outros fazem, modificando as regras do jogo, até certo ponto” (Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.48). E esses sistemas práticos devem ser analisados em três grandes áreas: as “relações de controle sobre coisas”, as “relações de ação sobre outros”, e as “relações consigo mesmo”; as quais correspondem a três eixos, “o eixo do conhecimento, o eixo do poder, e o eixo da ética” (Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.48), que se pode dizer, esquemático e analiticamente, estarem relacionados à arqueologia, à genealogia, e à hermenêutica, respectivamente.

como constata Foucault, uma exigência para se apreender a “sexualidade como experiência” é “... colocar fora do campo histórico o desejo e o sujeito do desejo, e fazer com que a forma geral da interdição dê conta do que pode haver de histórico na ‘sexualidade’”⁹³⁷.

Com base em todas essas passagens, pode-se compreender uma usual divisão da trajetória de Foucault - a qual forçosamente conduz a perigosas simplificações - em três momentos: o da análise dos campos de saber, o da análise das modalidades de poder, e o da análise das formas de subjetividade. De modo a não comprometer o entendimento da obra foucaultiana, deve-se ter em mente que cada um desses momentos guarda grande relação com os demais, e convive com eles. Além disso, apesar de não haver uma linha pré-determinada, ou uma grande coerência entre todas as pesquisas de Foucault⁹³⁸, cada momento do desenvolvimento destas fornecia subsídio e impelia para o momento subsequente. E não se trata de abandono, mas de acúmulo e, novamente, de deslocamento do foco, o qual exige importantes mudanças metodológicas. Por isso, no primeiro, Foucault desenvolve pesquisas arqueológicas; no segundo, genealógicas; e no terceiro, realiza um tipo peculiar de hermenêutica, a qual para Foucault continua a se tratar de uma genealogia.

É o caso de se deter mais sobre essas diferentes posturas metodológicas, sobretudo na segunda, em função da tratativa menos cuidadosa que ela aqui recebeu até o momento. Segundo o próprio Foucault, pode-se dizer que a arqueologia visa a apreender *como* se dava a formação e as diversas transformações dos saberes, concentrando-se na análise das relações que se estabeleciam entre os diferentes saberes, e entre estes e as diversas instituições; já a genealogia centrava-se no *porquê*, buscando compreender a emergência dos saberes. Na obra *Em defesa da sociedade*, curso ministrado no início de 1976, Foucault propugna que “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se depreendem”^{939, 940}.

Na análise de Sergio Adorno,

A história arqueológica não tem por horizonte o futuro ou o passado, mas o próprio presente, a contemporaneidade. Não se trata de uma história evolutiva, retrospectiva ou recorrente;

⁹³⁶ Relacionada à “subjetivação da experiência, dos prazeres e do cuidado moral. Trata-se agora de refletir poder, dominação, sujeição a partir das relações que os indivíduos estabelecem entre si mediados pela substância ética que regula seus corpos, sua sexualidade, seu regime de verdade” (Adorno, S., 2005).

⁹³⁷ Foucault, M. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.10.

⁹³⁸ Longe disso, na entrevista intitulada “Não ao sexo-rei”, Foucault confessa que “meu problema é a política do verdadeiro. Mas eu custei a perceber” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.237).

⁹³⁹ Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.16.

⁹⁴⁰ Cf. também Foucault, What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984, p.46.

não postula um progresso contínuo. É epistêmica, pensa a descontinuidade neutralizando o progresso, o que é possível porque abole a atualidade da ciência como critério de julgamento de um saber passado. Tal não significa que a história arqueológica seja uma análise factual ou simplesmente descritiva. A diferença essencial reside no conceito de episteme, que está na origem de sua normatividade. A arqueologia abandona os critérios de verdade definidos por uma ciência, mediante duplo deslocamento: da ciência para o saber, do passado para a atualidade. Não neutraliza a questão da verdade, porém não parte dela como critério para avaliação do passado de uma ciência; procura avaliar a verdade no interior do próprio saber da época estudada para estabelecer possibilidade de discurso enquanto saberes e não suas condições de validade (como faz a epistemologia)⁹⁴¹.

Nessa passagem são enfatizados aspectos importantes da análise arqueológica: o fato dela se ater à atualidade⁹⁴², rompendo com a noção de progresso do conhecimento e dessacralizando a verdade, que passa a ser concebida como um “regime” histórico associado a determinado tipo de saber. Com sua arqueologia, Foucault visa compreender o processo de produção, acumulação, circulação e funcionamento dos discursos verdadeiros⁹⁴³, e os seus efeitos no processo de “assujeitamento” dos indivíduos, ou de produção histórica dos sujeitos.

Para uma apresentação um pouco mais detalhada da noção de genealogia, vale a pena a remissão ao texto “Nietzsche, a genealogia e a história”, de 1977, no qual Foucault interpreta a concepção de história de Nietzsche⁹⁴⁴, no bojo da qual constrói sua própria concepção da genealogia.

Logo de saída, ao falar dos procedimentos da genealogia, Foucault propugna que ela deve “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos. E até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram”⁹⁴⁵. Logo a genealogia deve cuidar dos interstícios, das margens, do detalhe; deve dirigir sua lanterna para a sombra, e romper com a visão evolucionista e harmônica da história.

Além disso, “A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-

⁹⁴¹ Adorno, S. Sujeito, história e poder. A presença de Michel Foucault na pesquisa brasileira em Ciências Sociais. São Paulo: FFLCH-USP, 1991. (*Série de Textos – Estudos em Sociologia*, 2), p.6.

⁹⁴² Em *Vigiar e punir* Foucault anuncia que, para ele, a tarefa é “fazer a história do passado nos termos do presente” (Foucault, 1977, p.32).

⁹⁴³ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.28.

⁹⁴⁴ Que para Foucault é “... aquele que ofereceu como algo essencial, digamos ao discurso filosófico, a relação de poder (...). Nietzsche é o filósofo do poder, mas que chegou a pensar o poder sem se fechar no interior de uma teoria política” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.143).

histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’⁹⁴⁶. A pesquisa da origem, segundo Foucault,

... se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira⁹⁴⁷.

Ao contrário dessa busca pela origem, o genealogista descobre que as coisas são “sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”^{948, 949}; que elas surgem do acaso; que a busca por sua verdade advém das veleidades dos cientistas, e da competição na qual se encontram imersos; que a liberdade não é um elemento imanente ao homem, “que o liga ao ser e à verdade”, mas “apenas uma invenção das classes dominantes”⁹⁵⁰. Do que Foucault conclui: “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate”⁹⁵¹.

Além disso, a “quimera da origem”⁹⁵² teria como postulado ser o local da perfeição e da verdade⁹⁵³. Ao contrário, o genealogista descobre que o “começo histórico é baixo”⁹⁵⁴, e que “A verdade e seu reino originário tiveram sua história na história”⁹⁵⁵.

Em outro texto, “Verdade e poder”, também de 1977, Foucault afirma que

É preciso *livrar-se do sujeito constituinte*, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história⁹⁵⁶.

O objeto próprio da genealogia é a *proveniência* [*Herkunft*] e a *emergência* [*Entstehung*]. A análise da primeira “permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua

⁹⁴⁵ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.15.

⁹⁴⁶ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.16.

⁹⁴⁷ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.17.

⁹⁴⁸ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.18.

⁹⁴⁹ A genealogia “... reintroduz no devir tudo aquilo que se tinha acreditado imortal no homem” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.27).

⁹⁵⁰ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.18.

⁹⁵¹ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.18.

⁹⁵² Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.19.

⁹⁵³ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.18.

⁹⁵⁴ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.18.

⁹⁵⁵ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.19.

⁹⁵⁶ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.7, grifos meus.

síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos”⁹⁵⁷, ou seja, permite dar cabo das identidades que os indivíduos imaginam para si próprios, e mostrar que eles se constituem a partir do diverso e do conflito, o qual não pode ser harmonizado. Com isso, a análise da proveniência liquida com a visão “continuísta” da história, sustentando a dispersão que lhe é própria⁹⁵⁸. E, vale frisar, o lugar da proveniência é o corpo: é nele que se inscrevem os acontecimentos, e nele que os acontecimentos se exprimem⁹⁵⁹.

Já a emergência é o “ponto de surgimento”, “o princípio e a lei singular de um aparecimento”⁹⁶⁰, a um tempo o momento em que “as forças entram em cena” e o local de afrontamento⁹⁶¹. Em outras palavras, é quando o incessante conflito no qual os indivíduos se encontram imersos entra em ebulição, assumindo novas configurações. Desse modo, não existe tal e qual indivíduo ou grupo que possa ser responsabilizado pela emergência, mas ela antes “se produz no interstício”⁹⁶².

Ainda segundo Foucault, “A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações”⁹⁶³; ela permite perceber que, “Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados”⁹⁶⁴, e que “A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação”^{965,966}. Daí depreende-se o profundo sentido da máxima de Nietzsche, segundo o qual “... tudo que é grande sobre a terra foi banhado de sangue”⁹⁶⁷.

Além disso, o genealogista não teme construir um “saber perspectivo”; ao contrário, ele “olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto”^{968, 969}. Daí a repugnância

⁹⁵⁷ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.20.

⁹⁵⁸ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.21.

⁹⁵⁹ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.22.

⁹⁶⁰ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.23.

⁹⁶¹ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.24.

⁹⁶² Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.24.

⁹⁶³ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.23.

⁹⁶⁴ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.24.

⁹⁶⁵ “Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.5).

⁹⁶⁶ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.25.

⁹⁶⁷ Nietzsche citado por Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.25.

⁹⁶⁸ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.30.

que ele deve sentir em relação à pretensa ou propalada neutralidade ou objetividade do pesquisador, que supostamente o apaga frente ao objeto. Em realidade, o genealogista compreende a história como uma enorme batalha, e nela se posiciona estrategicamente, buscando aniquilar os inimigos.

A história da qual se ocupa o genealogista, a “história efetiva”, comporta três usos: o “paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema da história-reminiscência, reconhecimento”; o “dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade ou tradição”; e o “sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história-conhecimento”⁹⁷⁰. Como muito já foi dito acerca dos dois primeiros, vale ressaltar rapidamente apenas o terceiro.

Sobre esse uso da história, que também é apresentado como o sacrifício do sujeito do conhecimento⁹⁷¹, Foucault afirma que “A análise histórica deste grande querer-saber que percorre a humanidade faz (...) aparecer tanto que todo o conhecimento repousa sobre a injustiça (...) quanto que o instinto de conhecimento é mau”⁹⁷². Longe de aproximar a humanidade da verdade absoluta; longe de constituir uma progressiva construção do conhecimento na contramão do fortalecimento e expansão das relações de poder, essa avidez pelo conhecimento “desfaz a unidade do sujeito; libera nele tudo o que se obstina a dissociá-lo e a destruí-lo”⁹⁷³.

Outro momento privilegiado para a apreensão do método genealógico construído por Foucault é um trecho do curso *Em defesa da sociedade*, no qual ele apresenta quatro “precauções de método”, no que tange à análise do poder, ou da “microfísica” do poder. Em primeiro lugar, ele diz que o poder deve inicialmente ser apreendido localmente, em suas formas regionais, e não nas grandes estruturas ou instituições globais⁹⁷⁴. Em segundo lugar, a análise não deve se circunscrever ao plano das intenções dos agentes, mas sim ao das práticas reais, que objetivamente dispensam a intenção, ou a subsumem⁹⁷⁵. A terceira “precaução” consiste em

⁹⁶⁹ Sobre isso, ver também Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.61.

⁹⁷⁰ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.33.

⁹⁷¹ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.35.

⁹⁷² Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.35.

⁹⁷³ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.36.

⁹⁷⁴ Segundo Foucault, “não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, no que podem ser seus mecanismos gerais ou seus efeitos de conjunto. Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar” (Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.32). Já na entrevista intitulada “Sobre a prisão”, Foucault confessa que “... quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.131).

⁹⁷⁵ Nas palavras do autor, “tratava-se de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão, de não procurar considerá-lo do lado de dentro (...). Mas sim de estudar o poder, ao contrário, ao lado em que sua intenção – se intenção houver – está

captar o poder em seu movimento complexo e heterogêneo, em constante circulação⁹⁷⁶, de modo a perceber que “O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui”⁹⁷⁷. Por fim, a quarta instrução de método indica que é preciso “fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, a partir dos mecanismos infinitesimais, os quais têm sua própria história, seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática, e depois, ver como esses mecanismos de poder, que têm, pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismo cada vez mais gerais e por formas de dominação global”⁹⁷⁸. Isso porque os grandes aparelhos de dominação funcionam sempre sobre a base desses micro-dispositivos de dominação⁹⁷⁹.

Com isso se evidencia que não se trata de negar que existam grandes estruturas, ou que existam formas de dominação global, mas de ter em conta que elas não constituem a única forma de dominação, que elas não se explicam por si próprias, que sendo baseadas e tendo colonizado as formas locais, estas não deixam de existir, de alterar as formas globais, e delas sofrer alterações de diversas ordens. Ou seja, a análise deve levar em conta as especificidades dos âmbitos regional e global e suas múltiplas articulações, sem postular a precedência do último sobre o primeiro; no entanto, o processo de um certo tipo de totalização não é excluído. Numa conversa com Foucault, que se encontra na *Microfísica do poder*, sob o título “Os intelectuais e o poder”, Gilles Deleuze constata que “Se se considera a situação atual, o poder possui forçosamente uma visão total ou global. Quero dizer que todas as formas atuais de repressão, que são múltiplas, se totalizam facilmente do ponto de vista do poder”⁹⁸⁰. Nessa mesma direção, Foucault constata que “... se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista”^{981 982}.

inteiramente concentrada no interior de práticas reais efetivas” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.33).

⁹⁷⁶ Deve-se “não tomar o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo (...). O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, uma coisa que só funciona em cadeia (...). Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.34-35). Na entrevista “Não ao sexo rei”, descobre-se que “O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseado em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.248).

⁹⁷⁷ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.35.

⁹⁷⁸ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.36.

⁹⁷⁹ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.51.

⁹⁸⁰ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.74.

⁹⁸¹ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.77.

À guisa de síntese dessas precauções e de exemplo, Foucault afirma que

Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem de vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a micromecânica do poder, que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse, e foi por isso que a burguesia se interessou. (...) o que se deve ver é justamente que não houve a burguesia que pensou que a loucura devia ser excluída ou que a sexualidade infantil deveria ser reprimida, mas os mecanismos de exclusão da loucura, os mecanismos de vigilância da sexualidade infantil, a partir de um certo momento, e por razões que é preciso estudar, produziram certo lucro econômico, certa utilidade política, e por essa razão, se viram naturalmente colonizados e sustentados por mecanismo globais, e, finalmente, pelo sistema do Estado inteiro^{983 984}.

Se fosse permitido, deveria se apresentar mais uma precaução, que se encontra implícita nas demais, mas que Foucault não se cansa de enfatizar em outros momentos: a de que não se deve analisar o poder como algo meramente repressivo. No texto “Verdade e poder”, ele assume que “... a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder (...). O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”^{985 986}. Dessa forma, o poder é eminentemente produtor: de prazer, de saber, de discurso, e do próprio indivíduo assujeitado, como se verá melhor adiante.

Antes de se prosseguir, é o caso de esmiuçar alguns conceitos e noções que foram apenas mencionados anteriormente ou que precisam de um tratamento mais adequado. Em primeiro lugar, vale esclarecer melhor o significado Foucaultiano de “saber”, e sua relação com o “poder”, já apresentado. Segundo o texto “O que é a crítica?”, saber é um termo “que se refere a todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento aceitáveis em um momento dado e em um domínio definido”; já a palavra poder “recobre toda uma série de mecanismo particulares, definíveis e definidos, que parecem suscetíveis de induzir os comportamentos e os discursos”⁹⁸⁷. E obviamente, ambos estão bastante imbricados, pois algo só pode se constituir enquanto um saber se estiver de acordo com certo padrão de cientificidade, respeitando as regras e obrigações

⁹⁸² Não obstante, o poder é “efeito do conjunto de suas [da classe dominante] posições estratégicas”, e não um “privilegio adquirido” (Foucault, 1977, p.29).

⁹⁸³ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.38-39.

⁹⁸⁴ Num sentido muito parecido e também bastante esclarecedor, ver os textos “O olho do poder” e “Sobre a história da sexualidade”; mais especificamente Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.222 e p.253.

⁹⁸⁵ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.8.

⁹⁸⁶ Na entrevista intitulada “Poder-corpo” - “Se ele [o poder] é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.148). Sobre a crítica à noção de repressão, ver também Foucault, 1977, p. 26.

⁹⁸⁷ Foucault, M. O que é a crítica? In: Cadernos da F.F.C., v.9, n.1, p.169-189, 2000, p.183.

que lhe são próprias, e se, nessa condição, for capaz de produzir os efeitos de coerção próprios de um discurso tido como “científico” ou “verdadeiro”. Da mesma maneira, nas palavras de Foucault, “nada pode funcionar como mecanismo de poder se não se dispuser segundo os procedimentos, os instrumentos, os meios, os objetivos que possam ser validados em sistemas mais ou menos coerentes de saber”⁹⁸⁸,⁹⁸⁹. Por fim, não é demais insistir que o poder produz saber, e este forçosamente detém e gera efeitos de poder.

Tome-se agora outro conceito fundamental para o corpus teórico de Foucault: o de “verdade”, bem como suas articulações com a noção de poder. Como foi visto, em oposição à visão corrente, Foucault concebe a verdade como histórica, como possuindo uma “história na história”. Assim, não se trata de um absoluto, imutável e perene, sempre aguardando seu desvelamento; ao contrário, em cada sociedade predomina um certo regime de verdade, a qual é produzida “graças a múltiplas coerções” e por sua vez “produz efeitos regulamentados de poder”⁹⁹⁰,⁹⁹¹. Cada sociedade “elege” em meio a uma rede de relações de poder e de dominação⁹⁹² aquilo que geralmente se aceita como verdadeiro e falso, as formas de obtenção da verdade e de denúncia do que é falso, e mesmo os indivíduos autorizados a proferirem as verdades.

Novamente nas palavras de Foucault,

Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominantes, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército,

⁹⁸⁸ Foucault, M. O que é a crítica? In: Cadernos da F.F.C., v.9, n.1, p.169-189, 2000, p.184.

⁹⁸⁹ No “Sobre a prisão”, ele fala da “... perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.141), posto que “... o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informação e as utiliza” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.142). “Eles [o saber e o poder] estão integrados e não se trata de sonhar com o momento em que o saber não dependeria mais do poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob forma utópica o mesmo humanismo” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.142).

⁹⁹⁰ Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.12.

⁹⁹¹ Em “A casa dos loucos”, lê-se que “A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas sim suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Deste acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito do conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.114-115).

⁹⁹² “... a verdade é um mais de força, assim como ela só se manifesta a partir de uma relação de força” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.62).

escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)⁹⁹³.

Desse modo, desnuda-se a proximidade entre o “saber” e a “verdade”, e de suas articulações com o poder. O saber precisa ser validado enquanto tal, precisa estar imbricado num, e de acordo com dado regime de verdade; é da verdade que ele retira seus efeitos de poder, já que de certa forma a verdade é um produto do poder e o próprio poder em ato. Do mesmo modo que ocorre com o saber, a “recíproca” também é “verdadeira”: segundo Foucault, “Não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir de através dele. Somos submetidos sob o poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante à produção da verdade”⁹⁹⁴.

Com essa base, torna-se mais fácil apresentar em algum detalhe as principais modalidades de poder passíveis de serem encontradas na sociedade contemporânea e suas articulações.

No curso *Em defesa da sociedade*, logo de início Foucault analisa o surgimento de uma mecânica de poder, sobretudo na primeira metade do século XVIII, que incide primeiro e sobretudo sobre os corpos, e é levada a efeito todo o tempo, através da vigilância⁹⁹⁵, de modo a extrair daqueles trabalho⁹⁹⁶; tendo muito pouco a ver, portanto, com o mecanismo de poder da soberania, o qual pressupunha para seu exercício a presença física do soberano, e se efetivava através dos tributos e dos diversos tipos de obrigação dos súditos⁹⁹⁷.

Evidentemente, algumas técnicas disciplinares já existiam anteriormente, entretanto, principalmente a partir do século XVIII, elas sofrem uma ressignificação, uma reconfiguração, e espalham-se pelo tecido social⁹⁹⁸. Esse processo, o advento do poder disciplinar, é um dos

⁹⁹³ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.13.

⁹⁹⁴ Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.28-29.

⁹⁹⁵ Em “O nascimento do hospital”, Foucault afirma que “A disciplina implica um registro contínuo. A notação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.106). “A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constata dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforma a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.106).

⁹⁹⁶ A disciplina consiste em uma “... nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.105).

⁹⁹⁷ “Esse novo tipo de poder, que já não é, pois, de modo algum transcritível nos termos de soberania, é, acho eu, uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlativa” (Foucault, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.43).

⁹⁹⁸ Em “O nascimento do hospital”, Foucault afirma que “A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.105). Sobre isso, ver também Foucault, 1977, p. 126.

principais objetos de *Vigiar e punir*, onde Foucault o analisa através do estudo minucioso de instituições como o exército, a escola, a oficina, e principalmente a prisão, e com isso fornece um ótimo exemplo de análise genealógica.

Com base nesses estudos, Foucault demonstra o surgimento de um novo regime de verdade, que corresponde a uma nova maneira de constituição dos saberes⁹⁹⁹, e de uma nova maneira de produção da individualidade. Em suas palavras, “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”¹⁰⁰⁰. E mais,

... pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade ditada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças organiza ‘táticas’. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar¹⁰⁰¹.

É o caso de dar maior ênfase ao fato de que a disciplina, que é eminentemente material, incide em primeiro lugar sobre os corpos¹⁰⁰². Em “O nascimento da medicina social”, Foucault afirma que “Foi no biológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”, e foi o corpo ‘um primeiro objeto’ socializado ‘enquanto força de trabalho, força de produção’¹⁰⁰³. Já em “O nascimento do hospital”, ele trata o surgimento do poder disciplinar inicialmente como o desenvolvimento de “uma arte do corpo humano”^{1004 1005}.

⁹⁹⁹ “... sob aquilo que se denominou progresso da razão, o que se passava [sobretudo no século XVIII] era o disciplinamento de saberes polimorfos e heterogêneos” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.218), processo no qual cada saber passou a possuir “critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.217).

¹⁰⁰⁰ Foucault, M. *Vigiar e Punir. história da violência das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.153.

¹⁰⁰¹ Foucault, M. *Vigiar e Punir. história da violência das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.150.

¹⁰⁰² Em “Poder-corpo”, diz-se que “Na verdade, nada é mais material, nada é mais física, mais corporal que o exercício do poder” (Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.147).

¹⁰⁰³ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.80.

¹⁰⁰⁴ Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.106.

¹⁰⁰⁵ Sobre o corpo e a microfísica do poder, vale a pena conferir na íntegra uma passagem de *Vigiar e punir*, apesar de sua extensão: O corpo “está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (...); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser

O poder disciplinar possui também sua própria regra, mas em oposição ao poder de soberania, que tem como código a lei – que visa à generalização, à homogeneização, à padronização dos procedimentos -, aquela é algo “natural”, a norma, que segundo Foucault se refere a um horizonte teórico que não é o do direito, como no caso da soberania, mas o das ciências humanas¹⁰⁰⁶, e busca, com base em um conjunto de fenômenos observáveis, individualizar, hierarquizar, partilhar¹⁰⁰⁷.

Além disso, Foucault constata que esse poder se vale do “olhar hierárquico”, da “sanção normalizadora” e do “exame” como instrumentos que garantem sua prevalência¹⁰⁰⁸. Desses, o exame deve ser destacado, pois ele “... está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeitos e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificatória, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões”^{1009, 1010}.

O advento e desenvolvimento do poder disciplinar, que têm como critério a diminuição dos custos do exercício do poder e o preenchimento de todos os espaços da vida social, com o máximo de eficiência, dá-se num contexto histórico muito específico, marcado pela existência de dois processos: “a grande explosão demográfica do século XVIII”, e “o crescimento do aparelho de produção, cada vez mais extenso e complexo, cada vez mais custoso também e cuja rentabilidade urge fazer crescer”¹⁰¹¹. Evidentemente que ambos os fenômenos estão profundamente imbricados, explicando-se e se auto-alimentando reciprocamente; e também é

violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um ‘saber’ do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-la; esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (...). O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismo e feitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (Foucault, 1977, p.28-29).

¹⁰⁰⁶ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.45.

¹⁰⁰⁷ “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (Foucault, 1977, p.163).

¹⁰⁰⁸ Foucault, M. Vigiar e Punir. história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, p.153.

¹⁰⁰⁹ Foucault, M. Vigiar e Punir. história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, p.171.

¹⁰¹⁰ “A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.106).

¹⁰¹¹ Foucault, M. Vigiar e Punir. história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, p.191-192.

evidente que falar deles é o mesmo que falar no desenvolvimento do capitalismo, que impõe e pressupõe uma “modalidade específica do poder disciplinar”¹⁰¹².

Não obstante, esse poder não possui um “predomínio” exclusivo. No final de *Em defesa da sociedade*, Foucault constata o surgimento de uma nova tecnologia de poder durante a segunda metade do século XVIII, “Uma tecnologia de poder que não exclui (...) a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”¹⁰¹³, e que se “dirige não ao homem-corpo [como faz a disciplina – GM], mas ao homem vivo, ao homem ser vivo”¹⁰¹⁴.

Em outras palavras, enquanto o poder disciplinar cuidava do detalhe, produzindo corpos *individuais* disciplinados, esse novo tipo de poder, o “biopoder”, atua em um âmbito mais geral, sobre o conjunto daqueles produtos da disciplina, os indivíduos, no sentido de massificá-los. Sinteticamente, o biopoder ou a biopolítica se constitui de mecanismos globais que visam regulamentar a sociedade, e se baseiam nos processos biológicos que a afetam. Seu objeto é a “população”.

Nas palavras de Foucault, “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer”¹⁰¹⁵. Comparando-o com o poder disciplinar, ele diz que

... a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala [a biopolítica] se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, [os efeitos do meio, as incapacidades biológicas diversas], etc.¹⁰¹⁶.

Segundo Foucault, ambos os poderes, regulamentar e disciplinar, vêm a suprir as deficiências do poder de soberania, o qual “deixava escapar muitas coisas”, “no nível do detalhe e no nível da massa”¹⁰¹⁷. E o que explica a maior demora no advento do poder regulamentador é o fato deste pressupor a constituição de complexos aparatos de coordenação e centralização. Não

¹⁰¹² Foucault, M. Vigiar e Punir. história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977, p.192.

¹⁰¹³ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.288-289.

¹⁰¹⁴ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.289.

¹⁰¹⁵ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.294.

¹⁰¹⁶ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.289.

¹⁰¹⁷ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.298.

obstante, ambos estão profundamente articulados, e são vinculados por um elemento comum: a norma, que nesse momento da exposição é definida por Foucault da seguinte forma:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da idéia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação¹⁰¹⁸. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra¹⁰¹⁹.

Pouco tempo depois, em 1978, Foucault trata desse processo de surgimento da biopolítica no bojo daquilo que ele chama de “governamentalização”, que por sua vez estaria inserido em um processo de “explosão da arte de governar os homens¹⁰²⁰”, que invadiu os mais diversos domínios (governo da casa, das crianças, dos exércitos, das cidades, do corpo, etc.), e que se inicia já no século XV.

A governamentalidade se refere ao “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas”, que permitem regulamentar a população; à tendência ao predomínio desse poder sobre suas demais modalidades, que acabou por produzir a ciência política e todo um conjunto de saberes; e à constituição de um novo tipo de Estado.

Com isso, não se tem o desaparecimento do poder de soberania; muito pelo contrário, ele ganha uma enorme importância, na medida em que responde à premência de se encontrar uma forma jurídica, uma forma institucional a esse Estado que surge. Da mesma forma, o poder disciplinar, longe de desaparecer ou se enfraquecer, ganha um papel fundamental, e não só como base desse processo, mas também como resultado dele¹⁰²¹.

¹⁰¹⁸ “Que, atualmente, o poder se exerça ao mesmo tempo através desse direito e dessas técnicas, que essas técnicas da disciplina, que esses discursos nascidos da disciplina invadam o direito, que os procedimentos da normalização colonizem cada vez mais os procedimentos da lei, é isso, acho eu, que pode explicar o funcionamento global daquilo que eu chamaria uma ‘sociedade de normalização’” (Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.46). E constatando a difusão e adensamento dos mecanismos disciplinares, Foucault assevera que “O problema atualmente está (...) no grande avanço desses dispositivos de normalização e em toda a extensão dos efeitos de poder que eles trazem, através da colocação de novas objetividades” (Foucault, 1977, p.268).

¹⁰¹⁹ Foucault, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.302.

¹⁰²⁰ Sobre essa arte de governar, ver Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.277 e Foucault, M. O que é a crítica? In: Cadernos da F.F.C., v.9, n.1, p.169-189, 2000, p.170-175.

¹⁰²¹ “A disciplina também não é eliminada; é certo que sua instauração – todas as instituições no interior da qual ela se desenvolveu no século XVII e início do século XVIII, a escola, as oficinas, os exércitos, etc. – só se compreende a partir do desenvolvimento da grande monarquia administrativa. Mas nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada, quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população” (Foucault, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.291).

Junto com a governamentalização, intensificou-se a necessidade de desenvolvimento do poder disciplinar e do fundamento da soberania, de modo que, como propugna Foucault, não se deve compreender o surgimento dessas diferentes modalidades de poder como diferentes fases de desenvolvimento da sociedade, no sentido de uma transição da sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar, e desta para uma sociedade de governo ou de regulação. Pelo contrário, esses poderes coexistem e se articulam de múltiplas maneiras, tendo como resultado a sociedade capitalista¹⁰²².

Deve-se enfatizar que apesar da mencionada coerência e lógica do conjunto da obra de Foucault, do exposto fica patente que existem abundantes e importantes variações teóricas e metodológicas no decorrer de sua trajetória, muitas das quais em períodos muito curtos de tempo, e que têm decisivas implicações analíticas e conceituais. Dessa maneira, pode-se identificar conflitos em abordagens sobre o mesmo tema, diferenças em definições e conceitos, e oscilações no que tange à historicidade de noções como de sociedade disciplinar, sociedade de normalização, poder soberano, governamentalidade¹⁰²³, etc. No entanto, sendo o objetivo aqui entender a relação que Negri e Hardt estabelecem com a obra de Foucault, evidentemente não cabe tratar das vicissitudes dessa obra, e tampouco proceder a uma crítica abrangente de Foucault.

Vimos que existe um claro conflito entre o período de vigência histórica das sociedades de disciplina e de normalização ou de controle segundo a análise de Negri e Hardt, e a de Foucault. Para este, o poder disciplinar teria preponderado sobretudo entre início do século XVIII e meados do século XIX, depois do que teria havido sua absorção e atualização pelo poder normalizador. Para os primeiros, ao contrário, o poder disciplinar ou a sociedade disciplinar teve seu ápice do final do século XIX até meados do século XX, quando suplantado pela sociedade de controle. Essa diferença de interpretação significa nada menos que o seguinte: para Negri e Hardt Foucault teria construído as referidas noções e diversos conceitos a elas relacionados com base em um dado substrato histórico, o qual teria investigado metodicamente. Através desse esforço, logrou produzir resultados teóricos corretos, mas errou justamente em ter tomado tal base histórica para fazê-lo.

Talvez Negri e Hardt justificassem essa estranha divergência através da crítica ao estruturalismo de Foucault, "um método que efetivamente sacrifica a dinâmica do sistema, a

¹⁰²² Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.291.

temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica de reprodução cultural e política"¹⁰²⁴. Assim, o último seria incapaz de apreender e explicar o surgimento e o efetivo movimento histórico das formas de poder capitalistas. Entretanto, diga-se de passagem que se essa crítica a Foucault é pertinente, ela também é válida para Negri e Hardt quanto estes tratam dos conceitos de sociedade disciplinar e de controle de maneira tão estanque, contrariando diversas proposições de Foucault que dão um caráter muito mais dinâmico e fluido a tais noções. Isso porque segundo ele as formas de poder em questão não apenas coexistem historicamente, mas se relacionam profundamente, de tal modo que o desenvolvimento do taylorismo-fordismo e das técnicas disciplinares que lhe caracteriza, por exemplo, não contraria de maneira alguma a periodização e a análise foucaultiana, como exposto.

Como forma de sanar as deficiências da perspectiva de Foucault e realizar uma efetiva crítica da sociedade capitalista, Negri e Hardt centram suas análises na produção, entretanto mantendo a centralidade da noção de sociedade de controle. Com isso, acabam por se distanciar bastante da perspectiva marxiana, e produzir uma leitura fetichista do capital. Nas palavras de Eleutério Prado,

Ao aderir à concepção de sociedade de controle de Foucault, Hardt e Negri passam a considerar o capitalismo não mais como um modo de produção caracterizado pelas formas de subsunção do trabalho ao capital, mas como meio de dominação política e de exercício de poder que precisa controlar a produção e reprodução da vida como um todo, exatamente porque quer controlar, em última análise, a produção, a produtividade da força de trabalho social e o trabalho técnico e científico, afetivo, comunicativo, etc. Por isso, de um modo característico, eles redefinem a exploração como centralização, extração e expropriação política dos produtos da cooperação social. Em adição, redefinem também o conceito de subsunção real como subordinação da sociedade à organização do capital e ao estado capitalista. Para eles, o corpo de trabalho social produz valor e capital, sem ser forma do capital. (...). Onde se vê que a concepção de sociedade de controle está também enraizada em fetichismo¹⁰²⁵.

Como mencionado anteriormente, Negri também critica Foucault em função da contradição na qual este cairia no que tange à conceituação de biopolítica e biopoder. Frente a essa constatação, da mesma forma que Negri consegue entender o conceito de trabalho abstrato de maneira positiva, não crítica¹⁰²⁶, ele procede com o conceito de biopolítica, fazendo com que, totalmente à revelia de Foucault, o biopoder concirna às grandes instituições e cristalizações do poder, enquanto que a biopolítica teria a ver com as formas de produção de poder e às práticas de contraposição a ele, às lutas de fuga do poder. E tal interpretação é sustentada com base em certo

¹⁰²³ Sendo o objetivo aqui entender a relação que Negri e Hardt estabelecem com a obra de Foucault, evidentemente não cabe tratar das vicissitudes dessa obra, e tampouco proceder a uma crítica abrangente de Foucault.

¹⁰²⁴ Negri, A; Hardt, M. *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001, p. 47.

¹⁰²⁵ Prado, E. F. S. Trabalho imaterial e fetichismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005, p.70.

entendimento da trajetória, que em seu momento final seria marcada por uma ruptura em relação a diversas proposições anteriores, e caracterizado sobretudo por um “retorno ao sujeito”, com traços positivadores. Nesse sentido, vimos que Negri fala de uma transição do estruturalismo à genealogia, ou do político ao ético, enquanto que falei, com grande reservas, na passagem da arqueologia à genealogia, e desta à hermenêutica, mas com a manutenção do projeto crítico, nesse momento centrado na investigação sobre como o poder, ao ser internalizado pelo indivíduo, determina sua própria conduta.

¹⁰²⁶ Cf. p.32 desta dissertação.

Referências bibliográficas:

- Balakrishnan, G. e Aronowitz, S.** *Debating Empire* (New Left Review Debates). Ed. Verso, 2003.
- Braverman, H.** *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- Chasin, J.** *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. Posfácio do livro *Pensando com Marx*, de Teixeira, F. J. S. São Paulo, Editora Ensaio.
- Clarke, S. (org).** *The State Debate*. Londres: Macmillan, 1991.
- Cocco, G.** Introdução. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- Duménil, G., Lévy, D.** Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- Fausto, R.** *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- _____. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma Reconstituição do Sentido da Dialética*. Tomo III, São Paulo: Editora 34, 2002.
- Flickinger, H. G.** *Marx e Hegel – O porão de uma filosofia social*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- Foucault, M.** *Vigiar e Punir. história da violência das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- _____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. What is Enlightenment? In: Rabinow, P. (ed) *The Foucault reader*. Londres: Penguin Books, 1984a.
- _____. O que é a crítica? In: *Cadernos da F.F.C.*, v.9, n.1, p.169-189, 2000.
- Garaudy, R.** *Para Conhecer o Pensamento de Hegel*. Porto Alegre: L&PM, 1983.
- Gorz, A.** Prefácio à obra *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- _____. O despotismo de fábrica e suas conseqüências. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980b.

_____. Técnica, técnicos e luta de classes. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980c.

_____. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Miséria do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

Grespan, J. L. *O negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1998.

_____. A Dialética do Avesso. In: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã/CEMARX/IFCH, 2003.

_____. A crise na crítica da Economia Política. In: *A Obra Teórica de Marx: Atualidade, problemas e interpretações*, São Paulo: Xamã Editora, 2001.

Harvey, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

Hegel, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Lisboa, Edições 70, 1988.

_____. *Razão na História - Introdução à Filosofia da História Universal*, Lisboa: Edições 70, 1995a.

Holloway, J. e Picciotto, S. (orgs). *State and Capital*. Londres: Edward Arnold, 1978.

Lazzarato, M. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Marcuse, H. *Razão e Revolução*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Marglin, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Marx, K. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. Notas Marginais Críticas sobre o Artigo: “O Rei da Prússia e a Reforma Social. por um Prussiano”. In: *Early Political Writings*. Cambrigde (USA): Cambrigde University Press, 1995.

- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. Trabalho assalariado e capital. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos 3*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977d.
- _____. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.
- _____. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London; New York Penguin Books associada à New Left Review, 1993.
- _____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973.
- _____. *Introdução aos Esboços de uma Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982a.
- _____. Prefácio de 1859 (à obra *Para a Crítica da Economia Política*). Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982b.
- _____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo II, 1988a.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro II, 1984.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Victor Civita: Livro III, tomo IV. 1984b.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro III, tomo IV. 1986.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. 6 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *Capítulo Sexto Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Porto: Publicações Escorpião, 1978.
- _____. *Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico*. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Maquinaria e Trabalho Vivo (Os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). In: *Crítica Marxista*. Vol. I, nº 1. Campinas: Brasiliense, 1994.

_____. *Salário, preço e lucro*. In: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977b.

_____. *Guerra civil na França*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels: Textos I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977c.

_____. *Glosas Marginales al 'Tratado de Economía Política' de Adolfo Wagner*. In: *El Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. I. Buenos Aires – México: Fondo de Cultura Económica, 1973b.

Marx, K., Engels. F. *La Ideología Alemana*, Barcelona: Ed. Grijalbo. 1970.

_____. *A Ideologia Alemã* (excertos). In: Karl Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.

Mészáros, I. *Para Além do Capital*, São Paulo: Boitempo, 2002.

Moraes Neto, B.R. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Automação e trabalho: Marx igual a Adam Smith? *Estudos Econômicos*, IPE-FEA-USP, São Paulo, vol.25, n. 1, 1995.

_____. Fordismo e Ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massa. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.28, n.2, 1998.

_____. Século XX e teoria marxista do processo de trabalho. *Crítica Marxista*, vol. 15, 2000.

_____. Marx e o processo de trabalho no final do século. *Pesquisa & Debate*, PUC-SP, vol.11, n.2, 2000.

_____. Eficiência produtiva e divisão do trabalho: Smith, Marx e Stephen Marglin. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.32, n.2, abril-junho de 2002

- _____. Observações sobre os *Grundrisse* e a História. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia - MG. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004.
- Negri, A.** Twenty Theses on Marx – Interpretation of Class-Situation Today. In: *Marxism beyond Marxism*. Ed. S. Makdisi, C. Casarino e R. E. Karl. Londres: Routledge, 1996.
- _____. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- Negri, A., Lazzarato, M.** Trabalho imaterial e subjetividade. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- Negri, A; Hardt, M.** *Império*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- Netto, J. P.** *A Crítica de 1843*. Revista Escrita/Ensaio nº 11/12. São Paulo, 1983.
- Offe, C.** *Capitalismo Desorganizado*. SP: Brasiliense, 1995.
- Paulani, L. M.** O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção – Uma análise dos dilemas contemporâneos. In: Estudos Econômicos, vol. 31 (4), 2001, pp. 695-721.
- _____. A atualidade da crítica da Economia Política. In: Boito Jr, A. et al. *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2002.
- _____. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Pignon, D. e Querzola, J.** Ditadura e democracia na produção. In: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- Prado, E. F. S.** Equilíbrio e entropia: crítica da teoria neoclássica. *Econômica*, dez. 1999.
- _____. Marx e a experiência socialista. Artigo não publicado, que se encontra na página da Internet, www.fea.usp.br., na seção “Professores”.
- _____. Pacificação do conflito de classes? In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005a.
- _____. Trabalho imaterial e fetichismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005b.
- _____. Crítica à economia política do imaterial. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005c.
- _____. Valor desmedido e desregramento do mundo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005d.

_____. Pós-grande indústria e neoliberalismo. In: *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005e.

_____. Uma formalização da Mão Invisível. *Estudos Econômicos*, Vol. 36, nº 1, 2006.

Romero, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005

Rosdolsky, R. *Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

Rubin, I. *Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Polis, 1987.

Silva, J. P. *André Gorz: Trabalho e política*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

Smith, A. *A riqueza das nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.